

IV simpósio  
de pesquisa em  
juventude no Brasil

**ANAIS**

**IV SIMPÓSIO DE PESQUISA EM JUVENTUDE NO BRASIL: NOVOS DESAFIOS INVESTIGATIVOS**

**09 A 11 DE ABRIL DE 2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA**

## **PROGRAMAÇÃO GERAL**

**09/4**

**10h00**

### **Abertura**

Maria Carla Corrochano – Coordenadora da Comissão Organizadora – UFSCar/ So

Ricardo Severo – Coordenador da Comissão Científica – FURG

Débora Dainêz – Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Educação

Karina Martins - Diretora do Campus Sorocaba

André Cordeiro Alves dos Santos – Diretor do Centro de Ciências Humanas e Biológicas – UFS-Car/ So

**Local: Auditório do ATLAB (prédio roxo)**

**10h30**

### **Conferência de Abertura**

A pesquisa sobre os jovens nos desencontros das temporalidades históricas: mudanças e permanências

Marilia Pontes Sposito – USP

**Local: Auditório do ATLAB (prédio roxo)**

**14H00 – 16H00**

### **Mesa 1**

#### **Reconfigurações das relações entre trajetórias juvenis e os sistemas educativos**

Geraldo Magela Leão – UFMG

Mônica Peregrino – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Wivian Weller – Universidade de Brasília – UNB

Mediação e debate: Leandro Pinheiro – UFRGS

**Local: Auditório do ATLAB (Prédio roxo)**

## **Mesa 2**

### **Novas questões para a pesquisa sobre a participação política de jovens em contextos polarizados**

Elisa Guaraná de Castro – UFRRJ

Kimi Tomizaki – USP

Ricardo Gonçalves Severo – FURG

Valéria Lopes Peçanha – IFPA/ Santarém

Mediação e debate: Olívia Cristina Perez – UFPI

**Local: Auditório do CCGT (prédio vermelho)**

**16H30-18H30**

## **Mesa 3**

### **Configurações contemporâneas dos movimentos estudantis e juvenis**

Débora Goulart – UNIFESP/ Guarulhos

Frank Nilton Marcon – UFS

Felipe de Souza Tarábola – USP/Butantã

Luis Antonio Groppo – UNIFAL-MG

Mediação e debate: Gabriel di Pierro – UFSCar-So/ Ação Educativa

**Local: Auditório do ATLAB (prédio roxo)**

## **Mesa 4**

### **Juventudes, penalidades e violência: respostas estatais e não estatais**

Danilo de Souza Moraes – Fundação Hermínio Ometto

Liana de Paula - UNIFESP/ Guarulhos

Maurício Perondi - UFRGS

Melissa de Mattos Pimenta –UFRGS

Mediação e debate: Luana Dias Motta – UFSCar/ São Carlos

**Local: Auditório do CCGT (prédio vermelho)**

**10/4**

**9H00-12H00**

**RODAS DE DIÁLOGO COM TRABALHOS APROVADOS**

**14H-16H00**

### **Mesa 5**

#### **Trabalho, educação, modos de vida e experiências juvenis**

Aline Suelen Pires – UFSCar/ São Carlos

Maria Carla Corrochano – UFSCar/Sorocaba

Nádia Maciel Falcão – UFAM

Mediação e debate: Livia de Tommasi - UFABC

**Local: Auditório do ATLAB (prédio roxo)**

### **Mesa 6**

#### **Condição juvenil na interface com as práticas e pressupostos da saúde**

André Sobrinho – Fiocruz

Cristiane da Silva Cabral – USP

Marcos Roberto Vieira Garcia – UFSCar/Sorocaba

Régia Cristina Oliveira – USP/Leste

Mediação e debate: Patricia Borba - UNIFESP/ Baixada Santista

**Local: Auditório do CCGT (prédio vermelho)**

16H30-18H30

### **Mesa 7**

#### **Desafios da intersecção das desigualdades nos estudos sobre jovens: classe, gênero e sexualidade, raça, idade e território**

Licinia Maria Correa – UFMG

Victor Nedel – UFRGS

Lucélia de Moraes Braga Bassalo – UEPA

Tatiane Cosentino Rodrigues – UFSCar/ São Carlos

Mediação e debate: Juliana Batista dos Reis - UFMG

**Local: Auditório do ATLAB (prédio roxo)**

### **Mesa 8**

#### **No campo, nas cidades, em múltiplos espaços educativos: desafios da pesquisa com e sobre jovens**

Ana Karina Brenner – UERJ

Cristiane Gonçalves da Silva – UNIFESP/ Baixada Santista

Symaira Poliana Nonato - UFMG

Nilson Weisheimer - UFRB

Mediação e debate: Gilberto Geribola Moreno – UFSCar/ Sorocaba

**Local: Auditório do CCGT (prédio vermelho)**

**18H30-20H00**

**Reunião da Rede de Pesquisa em Juventude no Brasil (REDEJUVE)**

Local: Auditório do ATLAB (prédio roxo)

**11/4**

**9H00-12H00**

**RODAS DE DIÁLOGO COM TRABALHOS APROVADOS**

**Mesa 9**

**Culturas Juvenis, lazer e sociabilidades em contextos digitais e não digitais**

Ana Luisa Fayet Sallas – UFPR

Elmir de Almeida – USP/ Ribeirão Preto

Paulo César Rodrigues Carrano – UFF

Viviane Melo de Mendonça - UFSCar/Sorocaba

Mediação e debate: Mirela Iriart – UEFS

**Local: Auditório do CCGT (prédio vermelho)**

**Mesa 10**

**Políticas públicas de Juventude e produção de conhecimento**

Eliane Ribeiro - UNIRIO

Mariana Bezerra Lyra – UPE/ Prefeitura Municipal do Recife

Helena Wendel Abramo – Pesquisadora de Políticas Públicas de Juventude

Regina Novaes - UFRJ/ UNIRIO

Mediação e debate: Maria Virgínia Freitas - Ação Educativa

**Local: Auditório do ATLAB (prédio roxo)**

**16H30-18H00**

**Conferência de Encerramento**  
**Juventudes, cidades e nomadismo: entre espaços presenciais e digitais**

Glória Diógenes – Universidade Federal do Ceará (UFC)

**Local: Auditório do ATLAB (prédio roxo)**

**RESUMOS APROVADOS**

**JUVENTUDE FEMININA DA MARÉ/RJ: CONCILIAÇÃO ENTRE ESTUDOS E MATERNIDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Rosilaine Gonçalves da Fonseca

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

**Resumo**

O principal objetivo da pesquisa foi analisar como acontece a conciliação entre estudos e maternidade de jovens mulheres da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Conjunto de Favelas da Maré, localizada no município do Rio de Janeiro. Foram discutidas trajetórias, estratégias, escolhas e possibilidades que permeiam a vida social dessas mulheres, no intuito de compreender quais os suportes elas dispõem para darem sequência aos estudos. Os caminhos metodológicos percorridos envolveram uma abordagem quantitativa, de âmbito exploratório e no que tange aos procedimentos teve embasamento bibliográfico e de campo. Os dados empíricos foram coletados nas 14 turmas de EJA ofertadas pela Redes da Maré e pela Fundação Roberto Marinho, com o apoio do Instituto Somos e do Instituto Humanize, através da metodologia do Telecurso. Ficou evidente, dentre outras questões, que dedicar grande parte do tempo às tarefas domésticas e aos cuidados dos filhos e de outras pessoas se coloca como um grande desafio para a permanência escolar da mulher. As redes de apoio, principalmente da família, foram fundamentais para a continuidade dos estudos após a maternidade, ainda que muitas jovens deixem de estudar por não terem com quem deixar seus filhos. Trabalho foi a categoria que mais se mostrou relevante nesta relação, por estar entre as prioridades da juventude feminina brasileira, sobretudo entre as mais pobres e especialmente quando elas são as principais responsáveis pelo sustento familiar.

**Resumo Expandido**

O presente estudo é fruto de pesquisa de doutorado, associada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e defendida no ano de 2021 (Fonseca, 2021). A pesquisa analisa, enquanto objetivo principal, a conciliação entre estudos e maternidade de jovens mulheres da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pertencentes ao Conjunto de Favelas da Maré, localizada no município do Rio de Janeiro. A intenção foi conhecer as trajetórias, as estratégias, as escolhas e o campo de possibilidades que conformam a vida

social de jovens mulheres que são mães, visando a permanência escolar, conforme direito, previsto na legislação brasileira.

A conciliação entre maternidade e estudos, somado ao trabalho e vida familiar é uma realidade brasileira, sobretudo entre as jovens e moradoras de favela. Andrade (2004) afirma, que só é possível entendermos a profundidade destas circunstâncias por meio de um estudo aprofundado a respeito das condições em que a educação é desenvolvida na modalidade local e o que é ofertado como apoio à permanência escolar, levando em conta desde as políticas públicas destinadas à juventude e à EJA, assim como as diferentes práticas escolares aplicadas, até os suportes que surgem através das redes de solidariedade, oriundas sobretudo da família.

No que tange à metodologia, a pesquisa teve abordagem quantitativa, quanto aos objetivos foi exploratória e com relação aos procedimentos, teve embasamento bibliográfico e de campo. Foi norteada por reflexões teóricas, pesquisas nacionais e internacionais e pela coleta de dados, que possibilitaram a compreensão das trajetórias escolares de jovens mães (idas e vindas da escola). O estudo empírico foi realizado no segundo semestre de 2019, nos diversos pontos do conjunto de Favelas da Maré, onde funcionavam as 14 turmas de EJA (6 de ensino fundamental e 8 de ensino médio) ofertadas pela Redes da Maré e pela Fundação Roberto Marinho, com o apoio do Instituto Somos e do Instituto Humanize através da metodologia do Telecurso. As turmas de EJA pesquisadas estavam localizadas na Associação de Moradores da Vila dos Pinheiros, na Associação de Moradores do Conjunto Esperança, na Associação Pró Melhoramento do Parque Rubens Vaz, no Centro Comunitário Conjunto Marcílio Dias, na Igreja Sagrada Família, na Lona Cultural Herbert Vianna e na sede da Redes da Maré.

Foram realizadas cinco visitas à Fundação Roberto Marinho para apresentação da pesquisa aos professores e coordenadores, assim como para participar das reuniões de planejamento do projeto e agendamento das visitas. Na Maré foram 14 idas que se distribuíram entre a parte administrativa da Redes da Maré e aplicação dos instrumentos de coleta de dados nos locais onde as turmas estavam alocadas. Como algumas turmas funcionavam no mesmo lugar ou próximas umas das outras, foi possível, em determinados momentos, atender a mais de uma por visita.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados dois tipos de questionários para as jovens mães da EJA, um para o ensino fundamental e outro para o ensino médio. As perguntas foram formuladas de modo que fosse possível o cruzamento dos dados em alguns momentos. No total foram aplicados 123 questionários.

Os principais resultados obtidos evidenciam que o momento reprodutivo das mulheres acontece, na maioria das vezes, quando elas estão fazendo as suas escolhas profissionais e investindo nos estudos. Neste sentido, a maternidade é considerada um importante fator que perdura por toda a vida feminina. Quando a sociedade determina os papéis sociais baseado nos sexos, a mulher tem sido responsabilizada, quase que exclusivamente, pelos cuidados da casa, dos filhos e de outras pessoas, situação que além de sobrecarregá-las geram desigualdades de

condições para o acesso e permanência no campo educativo e no mercado de trabalho.

A pesquisa de campo revelou, que parte majoritária das respondentes (65,8%) concilia estudos, trabalho, o cuidado de filhos e a realização de atividades domésticas. Se analisarmos os recortes etários separadamente, percebe-se que as mulheres com idade acima dos 30 anos são as que mais estão sobrecarregadas de atividades (35,7%), situação que, de acordo com pesquisas do IBGE, representa a condição da maioria das mulheres brasileiras. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD 2019, mostrou que as mulheres dedicam em média 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas. Por outro lado, os homens gastam 10,3 horas semanais nessas atividades (IBGE, 2019).

Os estudos de Novaes (2019) contribuem para refletirmos sobre as trajetórias não lineares, que geram a inversão da ordem condicionada pela sociedade para demarcar a transição da juventude para a fase adulta. Principalmente entre as mulheres é comum as condições de: ser mãe solteira; ter filhos, casar e retomar os estudos; sair de casa e voltar a morar com os pais. Esses fatos retratam as múltiplas combinações que compõem as trajetórias juvenis, envolvendo recorrentes entradas e saídas da escola e do trabalho. Além disso, na maioria dos casos, as mulheres precisam conciliar múltiplas atividades ao mesmo tempo para dar conta das responsabilidades que lhe são impostas pela sociedade contemporânea, significando uma sobrecarga de tarefas.

Da Costa (2018) também contribui no debate, ao destacar que, atualmente, as mulheres precisam lidar com o que se achava impossível antigamente: a concentração de multitarefas ao acumular a maternidade com a condição de esposas, separadas ou viúvas que conciliam os cuidados dos filhos, da casa e o trabalho, tecendo assim a “complexa rede de responsabilidade doméstica, familiar e profissional” (p. 443). Cabe destacar os inúmeros desafios que se apresentam para as jovens mulheres, em especial para as de baixa renda e moradoras de favela, pois são as que mais dedicam seu tempo à conciliação de ocupações e grande parte delas são mães solo e as únicas responsáveis pelo sustento da família. Este acúmulo de funções direciona a uma concepção de “mulher guerreira”, que romantiza e camufla a sobrecarga de tarefas. Importante ressaltar, que a invisibilidade dessas ações é fruto do latente machismo que ainda recai sobre o gênero feminino na atualidade (Fonseca, 2021). Ao mesmo tempo, tal sobrecarga causa certa culpa às mulheres, pela dificuldade em realizar bem todos os papéis esperados pela sociedade.

Analisando as diversas realidades de mulheres nos estudos investigados ficou evidente que, as mais pobres e moradoras de favela são as que encontram maiores dificuldades para manter os estudos, considerando que as redes de apoio disponíveis a elas são as mais vulneráveis. No sistema público de ensino são poucas as estratégias de suporte existentes para auxiliar as estudantes mães que precisam conciliar estudos, trabalho e vida familiar. Em consequência disto, muitas estão fora do mercado de trabalho e da escola, porque os cuidados do lar e dos filhos se sobrepõem as necessidades de estudar e trabalhar.

Os vínculos afetivos criados entre as alunas e os professores da EJA estimulam a confiança e passam segurança para que elas expressem suas limitações e dificuldades de aprendizagem. A parceria na troca de experiências também promove a interatividade e motiva a continuidade dos estudos. Na pesquisa ficou nítida a relevância do professor também na relação entre escola e maternidade, tendo em vista o apoio, respeito e empatia em lidar com as crianças que eram levadas para a sala de aula.

Além disso, os suportes vindos das redes de solidariedade, principalmente de familiares, é o que mais tem contribuído para a garantia da permanência escolar das mulheres, situação que vem neutralizando a baixa ou quase nula assistência governamental para aquelas que não têm com quem deixar os filhos. Na teoria sociológica bourdiana, tais suportes representam o campo de possibilidades para estas mulheres, suprimindo emergencialmente a uma demanda que é latente entre a juventude presente na Educação de Jovens e Adultos e implica diretamente na trajetória escolar feminina.

### Referências

ANDRADE, Eliane Ribeiro. “Os jovens da EJA e a EJA dos jovens”. *In*: OLIVEIRA, Inês B; PAIVA, J. (Org.). **Educação de jovens e adultos** - DP&A. Rio de Janeiro, 2004.

DA COSTA, Fabiana Alves. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 6, p. 434-452, 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD 2019**. Rio de Janeiro, 2019.

FONSECA, Rosilaine Gonçalves da. **Educação e Maternidade**: trajetórias escolares de jovens mulheres da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Maré/RJ. Tese (Doutorado) - UNIRIO. Rio de Janeiro, 2021.

NOVAES, Regina. O campo das políticas públicas de juventude: processos, conquistas e limites. *In*: MOINTECHIARE, Renata; MEDINA, Gabriel. (Orgs.). **Juventude e educação**: identidades e direitos. São Paulo: FLACSO, 2019.

**PROJETOS DE VIDA EM CONTEXTOS DE INSEGURANÇA ONTOLÓGICA:  
PESQUISA COM JOVENS DO ÚLTIMO ANO DO ENSINO MÉDIO EM  
ESCOLAS PÚBLICA E PRIVADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO IMPACTADOS  
PELA COVID-19**

**Roque Luiz Sibioni**

Universidad Católica Silva Henríquez

Santiago / Chile

Doutorando em Ciências Sociais ênfase em juventude

O presente trabalho reflete sobre o projeto de vida em sociedades contemporâneas caracterizadas por insegurança ontológica, com jovens do último ano do ensino médio, em escolas públicas e particulares no estado de São Paulo, impactados pela Covid-19. As juventudes foram grupos muito afetados e prejudicados em suas vivências e projetos de vida, pela pandemia, em decorrência de seus estudos, trabalhos, perda de renda, convivência social, saúde mental, sentimentos, relações familiares, dentre outros. A conclusão do ensino médio é uma etapa da trajetória educacional e da existência das e dos jovens desafiadora e complexa devido às demandas e condições existenciais, sociais, profissionais, familiares, desigualdades, dentre outras, que perpassam as juventudes brasileiras, acompanhadas de pressão social, pessoal e familiar no que tange decisões e escolhas a serem tomadas sobre as próximas etapas na vida em relação ao que virá pela frente.

Para coletar, tratar, demonstrar e analisar os dados, foram definidos o objetivo geral:

*“compreender quais efeitos que a pandemia da Covid-19, enquanto expressão de insegurança ontológica contemporânea, desencadeou nas trajetórias e projetos de vida das juventudes do último ano do Ensino Médio em escolas públicas e particulares no Estado de São Paulo, duas públicas e duas particulares”* e os objetivos específicos: I) *“explorar percepções que as juventudes têm sobre projetos de vida”*; II) *“descrever efeitos que as juventudes atribuem à pandemia da Covid-19 em suas trajetórias e projetos de vida, presentes e futuros, enquanto expressão de insegurança ontológica”*; III) *“apresentar impactos e perspectivas de futuro emergentes entre as juventudes em um contexto pós-pandêmico da Covid-19”*. A metodologia adotada é qualitativa por permitir compreender e interpretar fenômenos a partir da realidade e experiência de quem os vive em primeira pessoa, sob as circunstâncias e condições nas quais se encontram em vista de produzir as evidências para o estudo. O caráter interpretativo permite identificar sentidos e significados que os sujeitos atribuem aos fenômenos e aos fatos vivenciados de maneira única (HERNÁNDEZ-SAMPIERI, TORRES, 2018; CANALES CERÓN, 2006). Duas foram as técnicas utilizadas para coletar os dados: *focus group*, (principal técnica) e entrevistas individuais, e o método, a análise de conteúdo. A hipótese da pesquisa deduz que em contextos de insegurança ontológica, a Covid-19, entendida como uma de suas manifestações, desencadeou efeitos diversos nas trajetórias e projetos de vida das juventudes do ensino médio. Os resultados sugerem efeitos de natureza negativa e positiva, tais como: ansiedade, luto, medos, isolamento social, prejuízos às trajetórias educacionais e à saúde mental, autoconhecimento, empatia, valorização familiar e da vida, sentido na vida.

Projetos de vida podem ser concebidos como ferramentas propositivas para auxiliar, organizar e qualificar a existência humana em suas vivências, trajetórias, escolhas e buscas

existenciais em vista dela encontrar sentidos no seu devir e configurar-se de maneira mais orgânica, integrada e ordenada (BURKS, 2020; DAMON, 2009). Para Velho (2004), um projeto de vida “formula-se dentro de um campo de possibilidades” (p.27-28), marcado por condições estruturais e conjunturais nas quais o sujeito vive, pois “há sempre uma combinação única de fatores psicológicos, sociais e históricos” que atua e influencia as biografias, as subjetividades e os projetos (TEIXEIRA, 1998, IN: ALVEZ & DAYREL, 2015, p. 379-380) e que contempla três características fundamentais: “a referência ao futuro, a abertura para o novo e o caráter indelegável da ação projetada” (MACHADO, 2006, p. 5) “construídos na interface individual/ social, sempre supondo uma intervenção conjunta de elementos afetivos, cognitivos e sociais” (FONSECA, 1994, IN: MACHADO, 2006, p. 27).

Sem perder a autonomia e o protagonismo, um projeto de vida oportuniza a realização vocacional, pessoal, profissional, social e contribui com a sociedade, assim como também pode ser influenciado por condições, culturas, acontecimentos, circunstâncias, contextos, momentos históricos etc. (MAIA, MANCEBO, 2010; ORTEGA Y GASSET, 2001). Em relação a projetos de vida direcionados a estudantes do ensino médio, Damon (2009) diz que ““a maioria dos estudantes do ensino médio tem grandes ambições, mas nenhum projeto vital claro para alcança-las’. Eles são ‘motivados, mas sem rumo’. Em consequência disso, tornam-se cada vez mais frustrados, deprimidos e alienados” (p. 36).

Para Leccardi (2005), a modernidade introduz um conceito de temporalidade não mais linear e uniforme sobre o qual o ser humano não tem poder e controle, o que o torna abstrato, incerto, inseguro, ameaçador e descontínuo. Estas características modernas tira do indivíduo as certezas e a autonomia sobre o próprio destino, tempo e projeções futuras seguras, tornando-se o tempo futuro mais temido que almejado “diante da emergência de riscos globais, experimentados em crises ambientais, econômicas e sanitárias, terrorismos, deslocamentos humanos em massa etc” (DURAU, CORREIA, 2020, p. 25).

Os efeitos e problemáticas experimentados pelas juventudes pesquisadas em decorrência da Covid-19 impactaram diretamente no que Giddens (1991) e Laing (1960) nomeiam como *segurança ontológica*. A segurança ontológica fortalece a subjetividade e a autoconfiança humanas no enfrentamento das ameaças e riscos que podem sobrepor-se à existência humana, administrando a ansiedade de maneira mais natural e equilibrada (SANTOS, 2018; KINNVALL, MITZEN, 2016; GIDDENS, 1991).

Quando as bases de sustentação emocional são ameaçadas, emerge a *insegurança ontológica*, cuja consequência pode resultar na incapacidade ou fragilidade emocional do indivíduo lidar de maneira adequada, equilibrada com os acontecimentos, sentimentos e circunstâncias inesperadas provocadas por crises de alta magnitude. Estes eventos desencadeiam riscos sociais, inseguranças e medos existenciais, abalam as bases de sustentação emocional da segurança ontológica e tornam-se ameaças para os humanos (HUBNER, 2020). Enquanto a segurança física refere-se à proteção do corpo, a segurança ontológica está relacionada à segurança do eu, é dizer “o sentido subjetivo da escolha [...] que permite e motiva a ação e, ao mesmo tempo que é concebido para suportar as necessidades psicológicas dos

indivíduos” (PAN, HAGSTRÖM, 2021, p. 459-460).

A juventude, por sua vez, é um conceito polissêmico, dialético, em construção. Os sujeitos juvenis “estão mergulhados em teias de sentido capitaneadas pela nova fase da globalização cultural, que traz em seu bojo o avanço das novas tecnologias e mídias digitais como elementos que compõem suas identidades” (FERNANDES, 2019, p. 341). No entendimento de Ariès (1981, p. 46-47) a juventude “apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada”.

Para Foracchi (1965: 302) “A juventude é, ao mesmo, uma fase de vida, uma força social renovadora e um estilo de existência”. Ela está presente nas representações sociais como uma fase da vida, transição entre a infância e a vida adulta, o que permite reconhecer e identificar os sujeitos juvenis no conjunto das relações sociais, mesmo com o alargamento das fronteiras etárias (WEISHEIMER, 2021). A “pluralidade de circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exige que incorporem o sentido de diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem” (DAYRELL, CARRANO *IN*: TOMAZI 2013, p. 52) em vista de desconstruir concepções de juventude que tendem a propor um modelo de jovem ideal que desconsidera as vivências e condições sociohistóricas singulares de cada sujeito jovem.

No entendimento de Bonane (2015, p. 11) a “definição do que é ser jovem [...] depende de que região do mundo se está falando, do momento histórico vivido, da cultura de cada sociedade e da condição social”. Por sua vez, Machado (2006, p. 69) diz que a juventude é plural, atravessada por desigualdades e os “jovens estão divididos por sexo, em rurais, urbanos e metropolitanos, ricos, remediados e pobres, integrados e marginalizados [...] cada uma das situações específicas, vividas pelo jovem, delimita a onipotência, as aspirações”.

Para Regina Novaes (2019, p. 11) “ao falar de juventude, fazemos projeções que revelam nossos otimismo e pessimismos em relação à vida pessoal e em relação à sociedade”. Nas juventudes, “evidenciam-se as contradições, desigualdades e diferenças presentes na sociedade em que vivem os jovens”. Para conhecer e compreender as juventudes, é indispensável conhecer as sociedades nas quais elas vivem e as problemáticas que as atravessam, pois as juventudes espelham a sociedade (NOVAES, 2018).

## Referências:

ALVEZ, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens no meio rural e seus projetos de vida. **Revista: Educ. Pesqui, São Paulo**, vol. 41, n. 2, 2015, p.375-390.

<https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n2/1517-9702-ep-41-2-0375.pdf>

ARAÚJO, Silvia Maria de; GIRARDI, Armelino. **Projeto de vida: uma visão ampliada**. São Paulo: Paulinas, 2016.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BONANE, Luana. **Direitos humanos da juventude**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Sede Brasil

(FLACSO-BRASIL) Organização da Coleção: Salete Valesan Camba. Brasília), 2015.

BURKS, Dean. B. Life project: what is it and what are its most important elements? **Last Updated, 2020.** <https://virtualpsychcentre.com/life-project-what-is-it-and-what-are-its-most-important-elements/>. Acesso em 14 de julho de 2022.

CANALES CERÓN, Manuel. **Metodologías de investigación social.** 1ª ed. Santiago: Lom Ediciones, 2006. <https://imaginariosyrepresentaciones.files.wordpress.com/2015/08/canales-ceron-manuelmetodologias-de-la-investigacion-social.pdf>

DAMON, William. **O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes.** Trad. Jacqueline Valpassos. São Paulo: Summus, 2009,

DURAU, Odair José; CORREIA, Vanessa Araújo. (orgs.) **Projeto de vida para jovens: um itinerário metodológico de esperança.** 1ª. ed. São paulo: Edições Loyola, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** 5ª. reimpressão. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, Roberto; TORRES, Christian Paulina Mendonza. **Metodología de la investigación: las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta.** McGRAW-HILL Interamericana Editores, S.A. de C. V, 2018. [http://www.biblioteca.cij.gob.mx/Archivos/Materiales\\_de\\_consulta/Drogas\\_de\\_Abuso/Articulos/SampieriLasRutas.pdf](http://www.biblioteca.cij.gob.mx/Archivos/Materiales_de_consulta/Drogas_de_Abuso/Articulos/SampieriLasRutas.pdf)

HUBNER, Alysson. Covid-19 em uma perspectiva sociológica contemporânea: os conceitos de agência humana e não humana, segurança ontológica e sociedade de risco. **Revista Contraponto**, vol. 7, n. 3, 2020, p. 218-232.

KINNVALL, Catarina; MITZEN, Jennifer. Introduction to the special issue: Ontological securities in world politics. In: **Cooperation and Conflict** [online], vol. 52, n.1, 2016, p. 1-9. <https://doi.org/10.1177/0010836716653162>

LAING, Ronald David. **The Divided Self: An Existential Study in Sanity and Madness.** London: Penguin, 1960.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, vol. 17, n. 2, 2005, p. 35-57. <https://www.scielo.br/j/ts/a/3p3mXn5TfgkkGSnWsXZ3zxr/?format=pdf&lang=pt>

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCIBO, Deise. Juventude, Trabalho e Projetos de Vida: Ninguém Pode Ficar Parado. **Psicologia, Ciência E Profissão.** Vol. 30, n. 2, 2010, p. 376-389, 2010.

MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores.** 6ª. Edição. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

NOVAES, Regina. **Conectados globalmente, coletivos juvenis agem na realidade de seus territórios.** Entrevista com Regina Novaes. Instituto Humanitas Unisinos. Por João Vitor Santos, 2019. <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/589351-conectadosglobalmente-coletivos-juvenis-agem-na-realidade-de-seus-territorios-entrevista-especialcom-regina-novaes> . Acesso em 14 de julho de 2022.

NOVAES, Regina. **Curso Juventudes e Educação, Identidades e Direitos.** Instituto Unibanco

em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil), 2018.<sup>1</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=rCgub1qsoWA>. Acesso 07/07/2023.

ORTEGA Y GASSET, José. **A Rebelião das Massas**. Copyright da tradução: Herrera Filho. Copyright da edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Moraes, 2001. Versão para eBook. eBooksBrasil.com. <http://www.leb.esalq.usp.br/leb/aulas/lce1302/ortega.pdf>

PAN, Chengxin; HAGSTRÖM, Linus. Ontological (In)Security and Neoliberal Governmentality: Explaining Australia's China Emergency. **Australian Journal of Politics and History**: Vol. 67, n. 3, 2021, p. 454-473. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/ajph.12785>

SANTOS, Marcus Vinicius Oliveira. **Precariedade e insegurança ontológica: destino do desamparo na contemporaneidade**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Centro de filosofia e ciências humanas – Instituto de psicologia, Programa de pós-graduação em teoria psicanalítica (Tese de doutorado), 2018.

<https://teopsic.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/06/Tese-Marcus-Vinicius.pdf>

TOMAZI, Gilberto. **Juventude: protagonismo e religiosidade**. São Paulo, Paulinas, 2013.  
VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

## **PANDEMIA E O CENTRO DE MÍDIAS DA EDUCAÇÃO DE SÃO**

### **PAULO: AS DESIGUALDADES DIGITAIS QUE AFETAM A**

#### **JUVENTUDE NEGRA**

Tayná Lúcio

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

#### **Resumo**

Essa pesquisa tem como objetivo compreender como a juventude negra, estudantes do ensino público, tem se relacionado com o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP). Considerando que este Centro vem ganhando destaque no processo de ensino aprendizagem de jovens estudantes dessa etapa da Educação Básica desde a pandemia de Covid-19, pretende-se, partindo de estudos sobre essa juventude, investigar os impactos da intensificação da tecnologia na aprendizagem desses estudantes.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino remoto. Pandemia. Tecnologia. Juventude negra.

## Introdução

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e se insere nos estudos sobre a relação entre escola e juventude. O estudo tem como foco central, um grupo de jovens negras, estudantes da rede estadual de São Paulo e que está vinculado a um projeto de educação não-formal na cidade de Campinas (SP). Parte da hipótese de que a pandemia trouxe novos desafios para este grupo social e seu processo de aprendizagem. Neste sentido, busco compreender a relação que estabelecem com as tecnologias e mídias sociais, de que forma esta relação facilitou ou dificultou o acesso ao ensino remoto durante a pandemia e como têm impactado a relação de ensino e aprendizagem do grupo pesquisado.

A educação demanda um debate complexo que envolve questões estruturais econômicas, políticas e culturais. No entanto, nos tempos atuais ela tem se tornado, para os neoliberais, em um projeto a ser redefinido por meio de inovações tecnológicas (ERICKSON, 2021). É um retorno à ideia de que a técnica é capaz de superar e resolver desigualdades sociais e educacionais. Ideias que tomaram ainda maior dimensão a partir do isolamento social necessário com a pandemia de COVID-19.

O foco deste estudo está em conhecer os usos que as sujeitas investigadas fazem da tecnologia e mídias sociais e até que ponto esta relação se modificou com o advento da pandemia. Até que ponto esta relação contribui para reduzir o isolamento social durante os anos de 2020 e 2021? De que forma elas foram impactadas pela crise sanitária e o ensino remoto? Como incorporaram o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) em sua rotina?

A pesquisa será realizada através de entrevistas com 5 jovens que frequentam a ONG CPTI (Centro Promocional Tia Ildeide) e frequentam o ensino da rede pública.

Os dados coletados nos permitirão elaborar análises sobre estas relações atravessadas por categorias sociais tais como gênero, classe social, raça, faixa etária e pertencimento religioso. A juventude negra é o foco central desta pesquisa e para compreendê-la busco analisar o vínculo entre juventude, desigualdade e raça. Para jovens negras e negros, foco do nosso estudo, na grande maioria das vezes ter o corpo e, especialmente a cor da pele e o cabelo como referência na construção simbólica e institucional do racismo, é uma questão corriqueira no cotidiano escolar, tanto na relação entre professores e estudantes, como nas relações entre os próprios jovens (CORSINO E ZAN, 2020). Essa referência do racismo, produz um medo radical que afeta a juventude negra:

perder a vida por ser jovem, por ser negro, pobre, periférico. É o medo mais radical. A cor do medo é negra. O primeiro direito humano, o direito à vida, está ameaçado. Será conveniente ampliar essa condição de juventude do medo. Não só a extermínios, mas a ter de viver o direito à vida ameaçado pelo desemprego, subemprego, pela instabilidade e precarização de seus trabalhos, pela precarização dos espaços de seu viver: sem teto, sem transporte, sem terra, sem serviços públicos de saúde e educação. Viver uma vida tão precária, sem horizonte, sem prazo é ser obrigado a viver na insegurança, no medo (ARROYO, 2017, p.236-237).

Segundo Almeida (2020), o racismo é algo que se infiltra na vida social e que leva ao aprofundamento das crises e compromete o futuro da humanidade. Desta forma, faz-se necessária a compreensão desse processo como possibilidade de sua superação. Para tanto, como nos diz Gomes (2018), a educação tem um papel importante a desempenhar e o campo educacional necessita compreender a articulação entre os aspectos históricos, sociais e raciais presentes na vida da juventude negra.

Como nos alerta (SANTOS, et. all, 2020) os desdobramentos da COVID-19 em uma sociedade estruturada pelo racismo, penaliza ainda mais grupos vulneráveis como a população negra e contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais.

### **Objetivos**

Conhecer os modos como jovens negras estudantes do ensino médio e frequentadoras de uma instituição de assistência social e educação não formal, estão lidando com o CMSP e seus impactos no processo de formação dessas educandas. Como objetivos específicos, o trabalho pretende:

1. Conhecer os usos que os jovens faziam das tecnologias antes do período de isolamento social;
2. Descrever a forma como se apropriaram das atividades do CMSP durante o período de isolamento;
3. Identificar de que forma incorporaram o ensino remoto em sua rotina de estudantes;
4. Compreender os impactos dessas mudanças nos processos formativos desses jovens.

### **Hipóteses**

Segundo dados nacionais, cerca de 3 milhões de alunos não tiveram acesso à internet durante a pandemia, antes mesmo da pandemia já sofriam com uma ampla distorção neste quesito. Atualmente esse quadro chega a ser alarmante, fazendo com que vários alunos abandonem os estudos devido a falta de acesso, a evasão escolar apresentou um aumento de 171% em relação a 2019, antes do surto da Covid-19 (RODRIGUES, 2023). Desta forma, nos interessa investigar até que ponto a inclusão do ensino remoto, desde o momento do isolamento social, tem impactado a possibilidade de acesso ao conhecimento e de aprendizagem de jovens negros e negras estudantes do ensino médio que frequentam uma OSC (Organização da sociedade civil), situada na região norte de Campinas, em uma bairro de extrema vulnerabilidade social.

### **Metodologia**

A pesquisa foi realizada em uma Organização da Sociedade Civil, que é uma instituição de assistência social e educação não formal que atua no atendimento e na promoção da garantia

de direitos de crianças, adolescentes e de grupos familiares. Referência no terceiro setor, contribui com o desenvolvimento social e cultural de milhares de pessoas, do Distrito de Nova Aparecida, região norte de Campinas-SP. A organização está situada em um território de alta vulnerabilidade social, próximo ao entroncamento de três importantes rodovias do Estado de São Paulo (Anhanguera, Bandeirantes e D. Pedro) e do maior complexo prisional da América Latina – o Ataliba Nogueira.

A OSC conta com um total de quatro unidades e o nosso foco será onde acontece o projeto *Adolescer*, que visa contribuir com a formação de adolescentes e jovens, focando na participação social, efetivação de direitos, ampliação da visão de mundo e maior desempenho escolar. Neste espaço atualmente frequentam 120 adolescentes de 15 a 24 anos, sendo todos com um perfil de alta vulnerabilidade social.

A fim de alcançar os objetivos propostos pelo presente projeto, fez-se a opção pela utilização do método qualitativo. Soares (2019) a pesquisa qualitativa quase sempre é avaliada como o tipo de metodologia onde os conceitos levantados são imensuráveis, de fato, a pesquisa qualitativa se expressa mais pelo desenvolvimento de conceitos a partir de fatos, ideias ou opiniões, e do entendimento indutivo e interpretativo que se atribui aos dados descobertos, associados ao problema de pesquisa.

A população que está sendo estudada é de 05 jovens negras, já mapeadas, na faixa etária entre 15 e 18 anos, estudantes de ensino médio e ativas nos projetos e oficinas que acontecem no CPTI. Sendo todas da mesma raça/etnias. Foram realizadas entrevistas presencialmente, semi-estruturada e com roteiro pré definido.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

## **Referências**

BARTON, D; LEE, Carmem. Linguagem online: textos e práticas digitais. Traduzido por Milton Camargo Mota. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BELLONI, M. L. O que é mídia-educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

2ª edição.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.

Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

CARVALHO, B. Alonso; SILVA, L. C. Wilton. Sociologia e Educação: leituras e interpretações. São Paulo: Avercamp, 2006.

Centro de Mídias da Educação de São Paulo. Disponível em:

<[centrodemidiassp.educacao.sp.gov.br](http://centrodemidiassp.educacao.sp.gov.br)> Acesso em: 05 de maio de 2021.

CORSINO, Luciano e ZAN, Dirce. Juventude Negra, Ensino Médio e Democracia: a luta pela escola, in **Educar Revista**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75337>

DAYTELL, Juarez; CARRANO, Paulo; LINHARES, Carla. Juventude e Ensino médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Educadores de São Paulo discutem o aperfeiçoamento do Centro de Mídias. PORTAL

GOV. 2020 – Disponível em: <

<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/educadores-de-sao-paulo-discutem-o-aperfeicoamento-do-centro-de-midias/>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

GORTÁZAR, Naiara. Inação e desinformação do Governo Bolsonaro agravam a pandemia no Brasil. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-16/inacao-e-desinformacao-do-governo-bolsonaro-agravam-a-pandemia-no-brasil.html>. Acesso em: 29 de março de 2021.

GRANDISOLU, Edson; JACOBI, Pedro Roberto; MARCHINI, Silvio. Pesquisa: Educação, Docência e a Covid-19. Programa USP Cidades Globais. Disponível em:

<<http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/pesquisaeducacao-docencia-e-a-covid-19>>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

## **ACESSOS, PERMANÊNCIAS E SUCESSÃO GERACIONAL: A JUVENTUDE NOS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA**

Vinícius Souza Santos, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;

Nilson Weisheimer, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

### **Resumo**

O presente trabalho trata de uma pesquisa em andamento acerca da situação de jovens assentados, a ser realizada no Assentamento Eldorado, na cidade de Santo Amaro (BA). O objetivo da pesquisa é sistematizar enquanto situação juvenil a percepção dos jovens acerca do assentamento e trabalho rural, sua dinâmica de participação e socialização no assentamento e fora dele, articulados ao projeto de vida estabelecido a partir destes espaços.

**Palavras-chave:** Juventude; Assentamento; Reforma agrária;

## **Introdução**

A produção deste trabalho originou-se no encontro da preocupação com a efetivação de assentamentos pós acesso à terra, enquanto local de moradia e geração de renda, e variáveis importante para esta: o acesso a políticas públicas, e a situação juvenil. Se no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busquei examinar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para assentadas, nesta pesquisa buscarei examinar a situação de jovens assentados, frente a questão da sucessão geracional na reforma agrária.

Partindo do pressuposto que a reforma agrária não tem início, nem fim em si mesma, consideramos que para além do acesso à terra, a efetivação no local perpassa a consolidação da subsistência financeira. Esta, é materializada através das condições de trabalho e comercialização, auxílio técnico, financiamento, acesso a equipamentos, instalações e meios para escoar a produção, que deem a possibilidade de se reproduzirem socioeconomicamente no espaço de assentamento.

Dentro do desafio que é buscar melhorias de condições de vida, aumento de renda e comercialização por meio de políticas públicas ou de forma autônoma, existe o agravante quanto a participação de jovens nestes processos. Levando em conta a discussão da sucessão geracional, da manutenção do projeto de reforma agrária, resolvemos no caminho de pensar o sair x permanecer no campo, buscar elaborar sobre qual a situação dos jovens assentados de reforma agrária, constituindo elementos que ajudem a entender a sua dinâmica e especificidade enquanto fruto do processo que é a luta pela terra.

## **Metodologia**

Quanto à natureza da pesquisa, utilizaremos métodos qualitativos e quantitativos para realização de uma análise mais aprofundada sobre o tema. Tratando-se de grupo social, em um contexto e local específico, consideramos este trabalho enquanto um estudo de caso. Para discutir a revisão bibliográfica, buscamos a literatura acadêmica e política sobre juventude, juventude rural e assentada, tendo por critério a relevância e abrangência quanto a reprodução social dos jovens e os desafios da reforma agrária. Os materiais foram pesquisados através da biblioteca eletrônica científica online (SciELO), google acadêmico, repositórios de instituições públicas e portais de movimentos sociais do campo.

Utilizaremos da análise documental, através de atas da associação, registros do assentamento, chamadas públicas, relatórios e execução de projetos para obter maior compreensão de situações específicas do jovem nos assentamentos. Dentre as situações, os processos de integração, participação nos espaços coletivos, produtivos ou de políticas públicas.

Em diálogo com lideranças do assentamento, e com própria juventude, buscaremos definir uma amostra juvenil, não baseada em critérios etários, mas sim socioculturais, levando

em conta a juventude como processo transitório para vida adulta. Dentre eles, a situação frente a construção da autonomia financeira e profissional, em relação a sua posição na unidade familiar.

Definida a amostra, trabalharemos o perfil da população juvenil através de um questionário, bem como a percepção das e dos assentados, e dos jovens acerca da sua situação, através de entrevistas individuais, semiestruturadas e preliminarmente roteirizadas. As entrevistas deverão abordar a percepção dos jovens acerca do assentamento, trabalho rural, participação em programas/políticas públicas, a construção de seu projeto de vida/profissional, e as influências dos espaços de socialização: família, escola e espaços de lazer.

As visitas a campo cumprirão o papel essencial de capturar a percepção daqueles/as que vivenciam ativamente a dinâmica juvenil no processo de reforma agrária: jovens assentados/as. Assim como das pessoas que acompanham esta dinâmica: lideranças da associação e familiares.

### **Objetivos**

O objetivo geral deste trabalho é sistematizar a situação de jovens assentados no Assentamento de reforma agrária. Enquanto objetivos específicos, levantar a percepção dos jovens acerca da vida no assentamento, do trabalho rural e de seus espaços de socialização; Às formas de integração do jovem ao assentamento, seus espaços coletivos, produtivos e de construção de renda; O projeto de vida estabelecido por jovens a partir deste espaço.

### **Considerações Finais**

Mediante este trabalho ainda estar em seu processo inicial, anterior a ida a campo, ele não apresenta resultados. Desta forma, busco através da socialização da discussão desta proposta, discutir os caminhos de construção da pesquisa, seus desafios metodológicos e questões teóricas acerca das categorias levantadas.

## **O ACESSO ÀS TDIC NAS ESCOLAS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE COVID-2019**

Andreza Teixeira Guimarães Stampini, Universidade Federal de Viçosa

Angelita Alves de Carvalho, Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Douglas Franco Bortone, Universidade Federal de Viçosa

Lílian Perdigão Caixêta Reis, Universidade Federal de Viçosa

Mary Anne Nascimento-Souza, Instituto René Rachou

Maria das Dores de Saraiva Loreto, Universidade Federal de Viçosa

**Resumo:** As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) fazem parte do cotidiano

dos cidadãos, influenciando o estilo de vida desses sujeitos, especialmente a faixa etária dos jovens. A nova versão da BNCC dispõe do uso das TDIC como instrumento pedagógico. O objetivo desta pesquisa foi avaliar os diferentes tipos de TDIC que estão presentes nas escolas brasileiras, categorizando as distintas estratégias para continuação das atividades pedagógicas entre as escolas rurais e urbanas durante o Covid-19. Como metodologia, utilizou-se a base de dados do Cetic.br, que foi selecionada pois tinha dados das escolas nacionais do ano de 2020. Como resultados, notou-se que as escolas do meio urbano têm mais acesso às TDIC do que escolas do meio rural, por causa da infraestrutura na conexão com a Internet. Ademais, observou-se dificuldades, sobretudo na área rural, pois a comunidade escolar não possuía acesso de qualidade à Internet e não tinham o equipamento para acompanhar a nova demanda educacional.

**Palavras-Chave:** Jovens. Educação. TDIC. Pandemia.

## **LIVRO DE OCORRÊNCIAS: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS ACERCA DA EXPERIÊNCIA ESCOLAR DE JOVENS ESTUDANTES PERIFÉRICOS**

Jourdan Linder-Silva<sup>1</sup>

Nilda Stecanela - Orientadora<sup>2</sup>

Universidade de Caxias do Sul - UCS

O presente trabalho refere-se a um recorte da Tese de doutorado, intitulada “Experiência escolar juvenil em periferia urbana: sentimentos de injustiça e processos de reconhecimento”, e defendida em dezembro de 2023, no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Neste trabalho iremos expor os achados de investigação acerca do seguinte objetivo específico da pesquisa realizada: “investigar a construção de narrativas, feita pela escola, acerca das experiências estudantis dos jovens, em seu Livro de Ocorrências”. Nosso estudo teve como campo, uma escola localizada em uma região periférica da cidade de Lages-SC. Os sujeitos dessa pesquisa foram jovens estudantes matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental. O Estado do Conhecimento, por nós levantado, demonstrou que a maioria dos estudos que envolvem educação e juventudes, referem-se a jovens matriculados no Ensino Médio ou na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, demonstrando existir lacunas na produção de conhecimento relacionado a jovens estudantes de Ensino Fundamental. Em virtude disso, decidimos focalizar essa etapa da Educação Básica.

A construção dos dados desta pesquisa teve como fundamentação a “Análise Textual Discursiva” de Moraes e Galiazzi (2007). Nessa perspectiva há três elementos que fazem parte

1 Doutor em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Docente nos cursos de Licenciatura da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac).

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

de um ciclo de análise, são eles: unitarização, categorização e comunicação. Analisamos o Livro de Ocorrências desta Unidade Escolar que fora utilizado, pela direção e professores, como instrumento disciplinar, no ano letivo de 2022. Nele continham registros desde o mês de fevereiro até o mês de dezembro daquele ano. Em consonância com a análise textual discursiva, em um primeiro momento realizamos a desmontagem dos textos

(registros) contidos no Livro de Ocorrências, ou seja, construímos a unitarização dos dados, fragmentando os textos a fim de atingir unidades constituintes.

Em seguida, passamos ao processo de categorização, no qual estabelecemos relações entre as unidades de base, formando conjuntos mais complexos. Toda essa impregnação nos materiais de análise nos permitiu uma compreensão renovada do todo, que será exposta neste trabalho.

Os Livros de Ocorrências estão nas escolas desde a década de 1920, sendo utilizados como instrumentos de disciplinamento de crianças e jovens, no sentido de adequá-los ao convívio e às normas sociais (Fonseca; Silva; Salles, 2014). Nasce aí a “Pedagogia do Registro” (Paixão, 2019), visando à vigilância e ao controle dos corpos e à punição de atitudes consideradas inadequadas (Silva, 2022). Essa ferramenta vem ao encontro da intenção escolar de deter o poder de disciplinar e normalizar modos de ser e agir, mantendo e impondo práticas discursivas (Silva, 2022).

Os registros dos Livros de Ocorrências produzem a afirmação da culpa, transformando as pedagogas, que dele se utilizam, em juízas de uma espécie de supremo tribunal de justiça (Ratto, 2002). Há a crença, no meio docente, de que os registros no livro promoverão o silenciamento dos protestos estudantis manifestados na recusa por desenvolver alguma atividade proposta, no desrespeito a professores e nas agressividades entre estudantes e entre estudantes e professores (Nascente; Menezes; Guarnieri, 2017).

Nesse sentido, identificamos a construção de narrativas, feitas pela escola campo, quando ela acredita que os estudantes não cumpriram com o regramento escolar. Pudemos perceber que esse não cumprimento não apenas se refere a transgressões às normas explícitas, mas também a comportamentos esperados pelos docentes. Essas expectativas estão vinculadas mais a regras subjetivas, concebidas no currículo oculto cotidiano, e na maior parte dos casos representam incivilidades (Charlot, 2002).

O conceito de experiência, à luz das teorizações de Dubet (1994), refere-se àquilo que o ator social vivencia, e como analisa e reage a tentativas de institucionalizá-lo. Entretanto, é possível perceber que a escola tenta construir narrativas acerca dessa experiência, através daquilo que registra no Livro de Ocorrências. Pudemos identificar registros de uma “experiência escolar distraída” (grifo nosso) quando a aula precisa concorrer com as mídias digitais materializadas no uso do aparelho celular. Além disso, uma “experiência escolar inquieta” (grifo nosso), no sentido de que a escola narra comportamentos que considera serem perturbadores

à execução da aula. Há relatos ainda que caracterizam uma “experiência escolar insubordinada” (grifo nosso), pois muitos estudantes resolvem não acatar ou as ordens prescritas pela escola ou as determinações dos docentes. Se manifestam também, “experiências escolares em fuga” (grifo nosso), na medida em que a escola narra que os estudantes utilizam de variadas formas para fugir da aula. Por vezes, o que se revela é uma “experiência escolar criminalizada” (grifo nosso), visto que a polícia é chamada a intervir no lugar dos profissionais da educação. Por fim, observamos narrativas a respeito de uma “experiência escolar impertinente” (grifo nosso). Isso se dá, tendo em vista que não há um acolhimento das atitudes juvenis para a problematização e busca por ressignificações de comportamentos. Algumas experiências estudantis não são consideradas pertinentes ao cotidiano escolar, e esse movimento de levar para longe, ao invés de trazer para perto, é traduzido, por exemplo, nas suspensões condenadas aos discentes.

Diante disso, considerados que na medida em que a escola detém o poder de traduzir as experiências estudantis em seus documentos oficiais, já é possível conceber um cotidiano escolar perpassado por processos de injustiças. As análises realizadas, evidenciam que há uma desigualdade nos recursos de denúncia de sentimentos de injustiça, pois os jovens estudantes apenas dispõem como instrumentos sua voz e seu comportamento. Os registros, por nós analisados, demonstram que os discentes não permanecem passivos ante situações de reconhecimento denegado (Honneth, 2003), mas refletem sobre o cotidiano e respondem à escola com atitudes consideradas desviantes.

Por outro lado, a escola, além do poder de narrativa, aciona outros poderes na tentativa de conformar os estudantes a seu regimento, a fim de tornar-se autora das experiências escolares juvenis. Isso ficou evidente no chamamento da polícia, da família e do conselho tutelar apontados como medidas de ação. Entretanto, a partir dos pressupostos teóricos da Sociologia da Experiência (Dubet, 1994), foi possível perceber que as intenções performáticas da escola não estavam surtindo os efeitos almejados.

Essa realidade fomentava na direção escolar e corpo docente o desejo de “levar para longe” os “não merecedores” do investimento pedagógico. Isso se manifestava, seja nas ameaças ou ações efetivas de vedar a entrada na escola, suspender o estudante ou mesmo de “convidá-lo a se retirar”.

Ante esse cenário, é possível considerar que a experiência escolar dos jovens que vivenciam esse cotidiano é marcada por uma relação pedagógica fragilizada e ausente de sentidos, em que as narrativas construídas a seu respeito os culpabilizam e criminalizam seus comportamentos.

## REFERÊNCIAS

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *In Sociologias*, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 432-443. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FONSECA, Débora Cristina; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula; SALLES, Leila Maria Ferreira. Contradições do processo de disciplinamento escolar: os “Livros de Ocorrências” em análise. *In Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 18, n. 1, p. 35-44, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a04.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

NASCENTE, Renata Maria Moschen; MENEZES, Maria Cecília Kerches de; GUARNIERI, Paola Karuliny. Imbricações entre violência, indisciplina e gênero em livros de ocorrências escolares. **Educação em Perspectiva**, v. 8, n. 2, p. 159-176, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6865>. Acesso em: 24 ago. 2023.

PAIXÃO, Ricardo Aparecido da. **Livros de ocorrências: Instrumento da prática pedagógica**, 2019. 75 f. Dissertação. Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4445>. Acesso em: 29 ago. 2023.

RATTO, Ana Lúcia Silva. Cenários criminosos e pecaminosos nos livros de ocorrência de uma escola pública. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 95-106, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a08>. Acesso em: 14 mar. 2013.

SILVA, Adrielly Soares. **(In)disciplina e normalização: modos de ser e de agir como objeto de registros em livros de ocorrências de escolas de Dourados-MS (2011-2019)**. Orientadora: Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani. 2022. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5481>. Acesso em: 29 ago. 2023.

## **POETRY SLAM NA SOCIEDUCAÇÃO, PERFORMANCE QUE ENCENA (TRANS)FOMAÇÃO**

Sueli de Fátima Caetano Coppi

Instituto de Biociências - Câmpus de Rio Claro é um Departamento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Débora Cristina Fonseca

Instituto de Biociências - Câmpus de Rio Claro é um Departamento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

### **Resumo:**

Neste espaço pretende-se explicitar os desencadeamentos de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a contribuição da Poetry Slam para reconhecimento e entendimento no que concerne aos Direitos Humanos e para construções de projetos de vida políticos e emancipatórios de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A investigação ocorreu em um Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA) no interior do Estado de São Paulo, em que, recorreu-se a pesquisa-ação (Thiollent, 1997), que foi organizada em 04 fases, divididas em 17 oficinas. Nas oficinas houve a apropriação das técnicas da Poetry Slam, a aplicação de dois questionários com os adolescentes, um questionário com funcionários de referência dos jovens e quatro grupos focais. Para análise dos dados, recorreu-se aos procedimentos metodológicos dos Núcleos de Significação (Aguar; Ozella, 2006, 2013). A análise dos dados nos permite identificar uma experiência significativa, na qual ocorreram produções e performances poéticas. Aspectos que revelam que a Poetry Slam pode contribuir de forma significativa para questões relacionadas à construção identitária e reconhecimento no que concerne aos Direitos Humanos, possibilitando reflexões e (res) significações acerca da realização do ser humano no mundo.

**Palavras-chave:** Poetry Slam, Socioeducação, Projetos de Vida, emancipação humana

### **Introdução:**

Neste espaço, pretende-se explicitar os processos de uma pesquisa que procurou construir práxis educacionais mediante as técnicas da Poetry Slam com adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação em um Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, em um município do interior do estado de São Paulo. A investigação teve como objetivo analisar as contribuições da Poetry Slam para o reconhecimento e entendimento no que concerne aos Direitos Humanos e para construção de Projetos de Vida políticos e emancipatórios de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Internação. Para melhor entendimento da materialidade das vivências desses processos, torna-se pertinente adentrarmos as especificidades da Poetry Slam.

Assim sendo, a Poetry Slam trata-se de um campeonato de poesia falada que surgiu nos Estados Unidos, no final da década de 1980, por Marc Kelly Smith que idealizou esse movimento. Marc Kelly Smith, foi Provocado pelo desejo de criar um ambiente de leitura de poemas que fosse acolhedor e acessível às pessoas não pertencentes ao círculo acadêmico elitista, um espaço em que pudessem se sentir à vontade para construir e declamar seus poemas (Slams).

A palavra Slam, “é uma onomatopeia da língua inglesa utilizada para indicar o som de uma batida de porta ou janela, seja esse movimento leve ou abrupto. Algo próximo da nossa “pá!” em língua portuguesa” (Neves, 2017, p.93). O termo foi apropriado dos torneios de baseball, de tênis, de bridge e de basquete.

O evento de Slam conta com três regras principais para a escrita dos poemas e para a construção das performances, embora possam sofrer alterações de Slam para Slam, as principais regras são: “os poemas devem ser de autoria própria do poeta que vai apresentá-lo, deve ter no máximo três minutos e não devem ser utilizados figurinos, adereços, nem acompanhamento musical” (D’alva, 2014, p.113).

No Brasil, Roberta Estrela D’Alva foi a responsável por criar o primeiro evento de Slam, o Zona Autônoma da Palavra (ZAP). A partir desse momento, outros Slams despontaram no país, como os coletivos Slam da Guilhermina e o Slam Resistência na cidade de São Paulo. Em solo brasileiro, as batalhas de Slam passaram a ocorrer em espaços públicos, a céu aberto nas praças centrais sem qualquer estrutura física, atraindo pessoas de diferentes localidades da cidade.

Por isso, em suas atuações acabam por criar espaços e ambientes de insurgência, por expressarem por meio de vozes e corpos (em sua maioria negros), histórias de vida e suas demandas. Com isso, tem-se o despontar de narrativas autobiográficas que são socializadas de modo ativo e dialético, atraindo principalmente as juventudes periféricas.

Nota-se, portanto, a força mobilizadora da Poetry Slam, que se materializa em um movimento que muda as disposições das coisas, que encena transform(ação), pois é construído a partir de histórias de vidas marcadas pela marginalização, pelos apagamentos e silenciamentos históricos e literários.

Em vista disso, optou-se pela realização de um trabalho investigativo com a Poetry Slam, com o intuito de ultrapassar as barreiras da socioeducação em um evento investigativo poético com adolescentes e jovens que se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa de internação com o objetivo de tocar e provocar por meio da poesia Slam em suas histórias de vida, possibilitando o emergir de (res)significações e de novas necessidades para suas existências.

### Procedimentos Metodológicos

A compreensão do fenômeno em estudo, deu-se pelas vias do método do materialismo histórico e dialético, com o qual tornou-se possível ultrapassar a superficialidade para se atingir a realidade dos fatos. Desse modo, passou-se a enxergar os adolescentes e jovens em internação enquanto sujeitos constituídos simultaneamente como únicos, singulares e históricos (Aguiar; Ozella, 2006).

Nesse contexto, buscou-se por meio de uma pesquisa-ação (Thiollent, 1997), desenvolver oficinas com as técnicas empregadas nas batalhas poéticas de Slam, empreendendo juntamente questões relacionadas aos Direitos Humanos, aos processos identitários e a construção de projeto de vida.

Nesse contexto, a pesquisa-ação foi estruturada em 4 fases, conforme tabela abaixo:

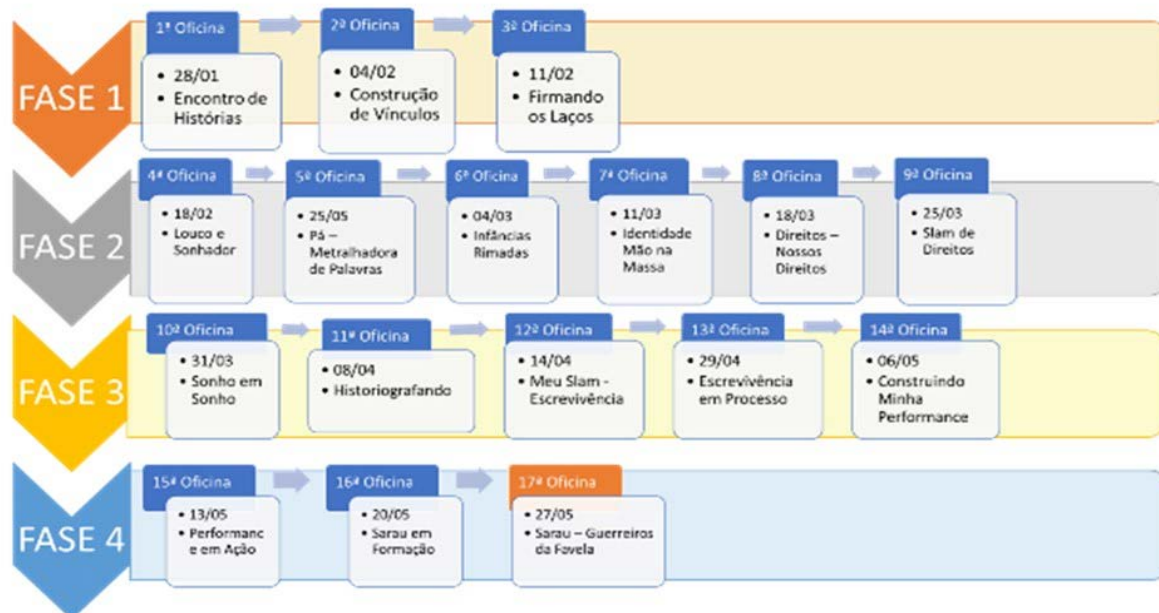


Figura 1: Fonte: Arquivo pessoal. Elaborado pelas autoras.

A primeira fase contou com 3 oficinas, momentos em que se buscou a construção de vínculos entre os participantes da pesquisa. A segunda fase foi estruturada em 6 oficinas destinadas, inicialmente à apresentação da Poetry Slam aos adolescentes e jovens e posteriormente para a realização de atividades referentes à construção identitária e questões relacionadas aos Direitos Humanos. Na terceira fase, constituída por 5 oficinas, foram dedicadas a escrita dos Slams (poemas) pelos adolescentes e a quarta fase foi composta por 3 oficinas destinadas à construção das performances poéticas dos jovens.

Para análise dos dados, utilizou-se dos procedimentos de análise de dados denominados Núcleos de Significação. Esses procedimentos foram desenvolvidos por Aguiar & Ozella (2006, 2013), que buscaram construir um processo analítico coerente com os pressupostos do materialismo histórico-dialético.

De posse dos procedimentos de análise, iniciou-se a organização dos dados coletados para a construção dos Núcleos de Significação. Ao Todo foram construídos os núcleos de 10 adolescentes, que nesse espaço serão denominados pelos apelidos revelados durante as oficinas.

## Resultados - Discussão

Nesse processo investigativo, nota-se o respeito a dignidade humana, na qual os adolescentes que sempre viveram às margens da sociedade expostos as formas mais brutais de violências, sendo estigmatizados e rotulados perversamente, puderam compreende-se historicamente como sujeitos de direitos, potencialidades para desenvolverem-se humanamente em todas as suas formas de expressão.

Nesse sentido, houve por meio da construção poética (escrita e performance) o

fortalecimento da cultura do respeito, do diálogo e da justiça, na medida em que abriu possibilidades para que esses jovens se percebessem para além da ótica do ato infracional praticado, como seres humanos que teriam outras possibilidades para suas vidas, não pelo caminho da violência, mas pelas vias dos Direitos Humanos. Com isso, novos projetos de vida começam a despontar como nos apontam alguns jovens em seus poemas e em outros espaços durante a pesquisa como nos expressa o jovem Lemão: *“todos temos direitos, muitas das vezes não sabemos que temos direito. O direito de ter um trabalho, uma família. Minha gente, vamos lutar”*.

O entendimento acerca dos direitos dos adolescentes passa a ser mobilizador de mudança, como nos apresenta o adolescente HB20:

*“Mas nós não falhamos na missão porque aprendi meus direitos dentro da Fundação[...], meus irmãos então vamo na luta pra sair daqui e conquistar tudo sem pegar no 8tão. Vou começar a mudança a partir de hoje 01/04/22, daqui da Fundação”*.

Nessa direção, o jovem Mano Porco declama: *“porque agora meus estudos eu vou ter que usar, contra os governantes que só querem nos prejudicar. Pelos meus direitos eu não vou parar de lutar”*. Nesse palco de luta e de resistência, tem-se também como expressa o jovem Pitbull do Funk o desejo de liberdade de expressão:

*Ai, eu só queria falar que o coração do pobre tá cansado de lutar, vida abalada, vida sofrida, choro, grito e correria. Ai, agora eu vou falar por que o povo preto, tá cansado de choro e de lutar, E sabe que nada vai mudar, pra nois e o beco sempre fica atacado, nois quer soltar a voz.*

Com o emergir de novas necessidades, tem-se também novos desejos, novas possibilidades para suas vidas, perspectivas emancipatórias em relação aos estigmas e estereótipos empreendidos sobre eles. O jovem Biel revela: *“quando sair, advogado quero ser” / “quero conquistar meus sonhos, minha casa e formar advogado, vou lutar fazer faculdade”*. Dessa forma, já não se tratava simplesmente de ficar rico, de ter, mas de ser, ser humano potente em (trans)formação.

## **Consider(ações)**

Nesse evento poético, marcado pela Educação em Direitos Humanos, mobiliza-se uma potente força de oposição aos contextos e ações que desumanizam e aprisionam os sujeitos, impulsionando a construção de Projetos de Vida políticos e emancipatórios de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Internação, palco em que a Poetry Slam encena a performance da (trans)formação. Nota-se que o movimento construído pelos jovens durante as oficinas foi, em si, a vivência de seu direito humano de reconhecimento de sua história e de sua potência como humano.

## **REFERÊNCIAS**

AGUIAR, W.M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da

constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília.** v. 26, n. 2. 2006.

\_\_\_\_\_. A apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília. v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013.

D'ALVA, R. E. **Teatro hip-hop: a performance poética do atorMC.** São Paulo. Perspectiva. 2014.

MARTIN, V. L. de R.; BUENO, A. de G. **Slam e o direito à cidade: notas a partir do Slam da Guilhermina e do Slam Resistência Aletria,** Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 51-71, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/download/33516/29286/116219>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NEVES, C. A. de B. **SLAMS – LETRAMENTOS LITERÁRIOS DE REEXISTÊNCIA AO/NO MUNDO CONTEMPORÂNEO** Linha D'Água (Online), São Paulo. v. 30, n. 2, p. 92-112. out. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v30i2p92-112>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 7. Ed. SP. Atlas. 1997.

## ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SÓCIO ESCOLARES NUMA *COORTE* DE ESTUDANTES DE UMA PEQUENA CIDADE GAÚCHA

Francisco dos Santos Kieling, Professor do Departamento de Sociologia - UFPel; Doutor em Sociologia pela UFRGS

Este trabalho é um recorte da tese “Perspectivas e Práticas dos professores”, defendida em março de 2020, junto ao PPG Sociologia da UFRGS (KIELING, 2020). O estudo que amparou a construção da tese foi realizado em 2 escolas de um pequeno município gaúcho, que concentravam a totalidade das matrículas urbanas locais. O estudo original está situado no sub-campo da Sociologia da Educação, em interface com estudos sobre professores e a juventude.

A partir dos dados da pesquisa exploratória, buscamos compreender o marco geral de escolarização na cidade e as fissuras no processo de escolarização que levavam um número significativo de jovens a acumular reprovações ainda no Ensino Fundamental (EF). Para explicá-las, investigamos as diferenciadas origens familiares dos estudantes.

Entre nossos objetivos específicos estiveram, portanto: consolidar uma coorte de estudantes; reconstituir suas trajetórias a partir dos registros escolares até o final do EF; e estratificar

esses jovens a partir dos marcadores “cor/etnia”, “formação escolar dos pais” e “tipo de trabalho realizado pelos pais”, como forma de caracterizar as diferenciações e desigualdades básicas nessa população.

Para essa comunicação a referência principal provém da sociologia das classes sociais de Souza (2003, 2011), e sua caracterização da subcidadania como marca distintiva da divisão de classes na periferia do capitalismo contemporâneo.

Weisheimer (2013) localiza entre os fatores que marcam a emergência da juventude como categoria sociológica, a progressiva universalização dos processos básicos de escolarização. Por isso, avançamos aqui na compreensão das especificidades das experiências juvenis na escola. O mesmo sociólogo nos traz uma pista importante sobre esse processo, quando indica que a construção da identidade juvenil é síntese do pertencimento a novas esferas de ação social, marcada também pela autonomia em relação às figuras paternas, centrais na infância (WEISHEIMER, 2013, p.13). Diferenciamos aqui figuras “adultas”, paternas, na esfera doméstica; docente, na escola.

## **Metodologia**

A pesquisa contou com a colaboração das direções escolares, docentes, pais e estudantes, o que permitiu a constituição de uma coorte de estudantes. Também estivemos presentes junto às escolas durante um ano, participando dos eventos e ações regulares realizadas pelas escolas junto à comunidade. Durante essa pesquisa de cunho etnográfico, conversamos com professores, funcionários, pais, estudantes e outras pessoas que conviviam e participavam das rotinas das escolas.

A partir dessa “observação participante” (MINAYO, 2013), foi possível mapear a totalidade das crianças matriculadas no primeiro ano do EF de 2010; reconstituir suas trajetórias a partir dos registros escolares até o final dessa etapa; e estratificar esses jovens a partir dos marcadores acima indicados.

## **Resultados e discussão**

Desde o início do diálogo com as direções escolares foi destacada a preocupação dessas com a elevada reprovação de estudantes a partir do início dos anos finais, do EF. As taxas de rendimento escolar e o pico de retenção no 6º ano, indicavam que algo acontece durante a trajetória escolar que condiciona momentos de retenção relevantes.

A reconstituição de informações sobre as turmas foi feita a partir de documentos públicos de aprovação e reprovação de turmas de ambas as instituições; entrevistas e conversas informais com docentes, pais e estudantes. Em 2017, ainda restavam nesse grupo, 39 jovens. A compreensão do processo socioeducacional desse grupo passou pela análise de desempenho escolar chancelada nas notas anuais; e a classificação a partir dos marcadores sociais.

Esses estudantes foram divididos entre “aprovados” (Ap) (11 casos), que concluíram o

EF sem reprovações; ou “não-aprovados” (NAp) (28), que tiveram ao menos uma reprovação ao longo da etapa. Nesse último grupo ainda encontramos estudantes em “distorção idade-ano”, com duas ou mais reprovações (8).

Avançando sobre os dados referente a cor/etnia, localizamos que entre os estudantes Ap, 10 são brancos e 1 é “não-branca”. Entre os NAp, 15 são brancos e 13 são “não-brancos”. Entre os estudantes que se encontravam em distorção, 4 eram brancos e 4 ‘não-brancos’.

1. A escolaridade dos pais indicava que entre os Ap, 2 mães e 1 pai tinham o Ensino Superior (ES) completo. Eram os únicos pais nessa condição em toda coorte. Entre as outras 8 famílias de estudantes Ap, 3 mães tinham o Ensino Médio (EM) completo, 1 o EF completo e 4 não tinham concluído essa etapa. Nenhum pai tinha concluído o ES; 7 possuíam EM e 4 não concluíram o EF.

Comparativamente, entre os NAp, 7 mães concluíram o EM, 2 o EF, 12 não concluíram esta primeira etapa de ensino e 2 eram analfabetas. Entre os pais, 4 concluíram o EM, 8 concluíram o EF. Outros 12 não concluíram o EF.

A maior parte dos pais dos jovens foram escolarizados entre na década de 1980 e 1990. Apenas duas mães não tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Mesmo assim, 24 pais e mães não concluíram sequer o EF.

De um modo geral, as profissões dos pais e mães variaram pouco no grupo de estudantes. Uma mãe era professora, outra nutricionista e um pai, funcionário público. Esses eram os pais com profissões que passavam pela qualificação de nível superior. Os demais distribuíam-se entre agricultores (9), comerciantes (4), safrista (4), “do lar” (4), mecânicos (4), empregada doméstica (2), cabeleireira (1), motorista (1), vigilante (1), operador de terraplanagem (1), operador de caldeira (1). Entre as profissões mais recorrentes, esteve também a de “serviços gerais”, popularmente conhecido como ‘faz tudo’ (8). Nessa última categoria encontramos serventes de pedreiros, cortadores de grama, assessores de mecânicos, limpadores de terrenos e fossas, podadores de árvores frutíferas, catadores de materiais recicláveis, diaristas.

Ao menos 5 estudantes da coorte já apoiavam seus pais nos serviços gerais. Um dos meninos, inclusive, falava com orgulho do que sabia fazer e de como se sentia bem no trabalho. Esse menino também acumulava reprovações em série e ao mencionar o desagrado com a escola falava que só não saía pela obrigatoriedade da matrícula.

### **Considerações finais**

É pertinente identificar que no processo de formação escolar quase um quarto dos jovens passaram pelo EF sem ser retido em algum ano escolar. Esse grupo dos estudantes esteve marcado pela cor da sua pele: 10 em 11 estudantes, brancos. O baixo capital cultural geral das famílias da coorte pode condicionar o alto percentual de estudantes com alguma repetência. Entre os estudantes que se destacaram positivamente, apenas duas famílias não tinham pai ou mãe com EM com-

pleto. E, ambos se explicam pelas disposições familiares consolidadas ao longo dos anos, ambas pelo trabalho estável e sistemático, e uma delas pelas práticas religiosas familiares. Percebemos em parte significativa do grupo a combinação de baixo capital cultural e trabalho precário e inconstante, indicadas na teoria das classes sociais de Souza (2003), como o limite abaixo da qual se encontram os “subcidadãos”.

A localização do 6º ano do EF como momento de início das dificuldades escolares por parte de uma fração relevante dos jovens, pode ser explicada pelas dificuldades impostas por um currículo fragmentado, mas, em nossa análise, precisa ser complementada por uma “transição juvenil múltipla” que se inicia, imprecisamente, em paralelo à passagem dos anos iniciais para os finais, do EF. Esse momento de construção identitária ainda frágil, impõe ao jovem a experimentação de uma nova condição. As bases preliminares a partir das quais constroem seu novo ser, para muitos já eram frágeis em relação à escolarização, e agora, em afirmação antinômica aos adultos de referência, passa a contribuir num processo continuado de exclusão escolar.

## **Referências**

BARBOSA, M.L.O. Desigualdade e desempenho. BH: Fino Traço, 2011

BARROS, FC, Victora CG, Horta BL, Gigante DP. Metodologia do estudo da coorte de nascimentos de 1982 a 2004-5, Pelotas, RS. Rev Saúde Pública [Internet]. 2008 Dec; 42:7–15

BRASIL/INEP. Censo Escolar. Brasília: 2019

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

SANTOS KIELING. Perspectivas e práticas dos professores. POA: PPG Sociologia – UFRGS, 2020

SOUZA, J. A Ralé Brasileira – quem é e como vive. BH: Ed. UFMG, 2011.

SOUZA, J. A Construção Social da Subcidadania. RJ/BH: IUPERJ/Ed.UFMG, 2003

WEISHEIMER, N. Apontamentos para uma Sociologia da Juventude. Revista Cabo Verdiana de Ciências Sociais Ano 1, Número 1, Jan-Jun 2013

## **EMOÇÕES A FLOR DA PELE:**

### **um estudo sobre intersubjetividades, juventudes e escolas.**

Nalayne Mendonça Pinto - PPGCS/UFRRJ.

Mariana de Lima Bathe Campos- PPGCS/UFRRJ.

## **INTRODUÇÃO**

Na escola, crianças, adolescentes e jovens passam grande parte do seu dia em processos de aprendizagem, sociabilidades e interações. Assim, como em qualquer espaço produtor de relações e interações sociais, há também conflitos, disputas e processos dialógicos com efeitos coletivos e individuais. As motivações para os conflitos são múltiplas, como também, as variadas formas de intimidação sistemática que podem se tornar violências físicas, morais e psicológicas no ambiente escolar. As diferenças sociais nos seus diferentes marcadores (Collins, 2015) de raça, classe, gênero, idade, local de moradia, religião, capitais são conjugadas no ambiente escolar produzindo inúmeros efeitos nas tramas da convivência; são trocas que integram e ensinam, mas também constroem, violentam, intimidam em diferentes dimensões dos marcadores. Nesse sentido, há uma dimensão intersubjetiva que é construída constantemente na socialização escolar e que, portanto, constituem uma formação moral, simbólica e subjetiva nesses jovens.

A situação de paralisação compulsória iniciada pela crise sanitária provocada pelo COVID – 19, ainda que de início se tratasse de uma questão de saúde pública, alterou as dinâmicas dos jovens e das escolas; produzindo uma longa paralisação das atividades presenciais. Nesse sentido, esse trabalho tem como proposta descrever algumas situações de conflitos e crises de ansiedade encontradas no trabalho de campo realizado em uma escola de Formação de Professores, no município de Seropédica RJ, ponderando o território escolar, como espaço de exposição de emoções e de potencial para o debate e novas possibilidades de iniciativas voltadas à promoção da saúde mental dos jovens, especialmente, no contexto pós – pandêmico.

## **OBJETIVO**

Nosso objetivo para esta apresentação é analisar com mais atenção um caso de crise de ansiedade coletiva ocorrido na escola pesquisada com diferentes jovens; compreender os processos e dinâmicas que envolveram tais fatos bem como as narrativas de professores e gestores sobre as questões envolvendo a saúde mental. Cabe ressaltar que através das narrativas biográficas dos alunos/as, buscamos analisar a perspectiva do presente com as experiências passadas. A experiência do passado está atrelada aos que Alfred Schutz (1979) chama de “estoques de conhecimento” ou seja: questões emocionais vivenciadas pelos alunos/as no passado e no presente e que deixaram marcas profundas em suas vidas. Desta forma, a pesquisa nos revelou que a escola evidencia um amplo espectro de processos de sociabilidade que estão atrelados à formação das emoções e a sua gama de experiências e subjetividades constituídas ao longo da vida; estas são intersubjetivamente transacionadas em processos de interação e constituem mutuamente experiências partilhadas (Mead, 2021).

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho é resultado da pesquisa empírica realizada em uma escola de Formação

de Professores no município de Seropédica e pode utilizar como técnicas de pesquisa o levantamento bibliográfico, o trabalho de campo com observação participante e entrevistas com discentes e gestores escolar. Importa considerar como método o estudo compreensivo (Weber, 1999) das relações sociais estabelecidas, bem como as configurações (Elias, 1994) e redes tecidas através das falas, práticas, ações, tramas que ora se estabeleceram entre os atores sociais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao adentrarmos na escola na volta às aulas, após o período de isolamento provocado pela pandemia, observamos que os conflitos, antes já existentes, retornaram com novas nuances, assim como ampliação da ansiedade coletiva entre jovens. Segundo diretores e professores nos relataram, os alunos voltaram mais “agitados” e sem saber como administrar suas emoções, tendo como consequências uma ampliação das ocorrências de brigas e violências no ambiente escolar. Durante o campo nos foi relatado pela assistente social um caso de surto de ansiedade coletiva com algumas alunas do curso de formação de professores. O fato teve início com a propagação de um boato de suposto massacre que ocorreria na escola provocado por uma aluna que gostava de assistir vídeos com histórias de massacres em escolas ocorridos no Brasil e no exterior. Tal acontecimento propagou uma série de situações de aflição, desentendimentos e sofrimento entre as alunas; até que no determinado dia, do suposto massacre, várias moças passaram mal com ansiedade, taquicardia, desmaios e crise de choro provocando uma crise coletiva em toda a escola.

Tal fato demandou da escola a necessidade de atendimento psicossocial das mesmas, além de estratégias de administração de conflitos e gestão das emoções coletivas. A escola então produziu uma série de atividades sobre sofrimento emocional e saúde mental.

Illouz (2011) em seus estudos propôs analisar as experiências vivenciadas pelos alunos mediante a análise da categoria “emoção.” Esta busca identificar o caráter social de nossas emoções, quais os fatores sociais que nos influenciam a sentir determinada emoção, os lugares, a forma como expressamos e os significados que são atribuídos a cada sentimento, identificando assim, o caráter cultural da construção destas emoções. Os fenômenos emocionais, são considerados a partir de um olhar social, preocupando-se assim, com os fatores sociais que influenciam na esfera emocional. Para Illouz considerar o afeto sob a perspectiva sociológica, não prejudica a própria vocação da sociologia, enquanto uma ciência interessada nas grandes regularidades objetivas das instituições amplas.

Todavia, cabe destacar que encontramos nas redes sociais circulando entre Youtubers jovens uma *trend* (moda espalhada pela internet) sobre como “matar aulas”, nesses vídeos os adolescentes falam de criar um boato de massacre para conseguir a paralização da escola. Não se sabe se esse episódio ocorrido tem alguma relação com os vídeos sobre formas para “matar as aulas” que circulam nas redes sociais, mas temos elementos para pensar as correlações entre as redes sociais e as sociabilidades juvenis. Assim o tema desta pesquisa envolveu essa trama de saúde emocional/ conflitos escolares no ambiente escolar (abarcando inclusive essa interação

virtual); compreendendo como os usos, diálogos, acusações, intimidações, sociabilidades juvenis estão entrelaçadas à múltiplos fatores culturais, virtuais, emocionais, religiosos, afetivos, etc.

## CONCLUSÕES

Essa pesquisa buscou analisar como a sociabilidade juvenil se constitui a partir de inúmeras experiências de vida e sociabilidades. Entendendo a partir da sociologia das experiências (Shurtz, 1979) e dos processos intersubjetivos (Mead, 2021) como esses jovens narram e experienciam as variadas formas de viver sua juventude na escola. Essas experiências se convertem em modos de convivência, trocas de saberes, conflitos, intimidações, civilidades e aprendizados; uma análise mais cuidadosa desses episódios pode permitir uma sociologia das emoções (Turner, 2007); uma compreensão dos afetos, sentimentos, aproximações e rejeições que constituem a vida social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam / ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. VI Congresso Português de Sociologia. Mundos sociais: saberes e práticas, Universidade Nova Lisboa, junho de 2008 (<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4561922>);

COLLINS, Patrícia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão**. Pp.15-42, 2015;

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994;

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 2011;

MEAD, George Herbert. **Mente, Self e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2021;

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito**. In: Morais Filho, Evaristo (org.), Simmel. SP: Ática, 1983;

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979;

TURNER, Jonathan H. **Human Emotions. A sociological theory**. London and New York: Routledge, 2007;

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1999.

## **JOVENS DE CAMADAS MÉDIAS E O ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE A HERANÇA ESCOLAR INTERGERACIONAL**

Patrícia Geralda Resende Souza (USP)

Débora Cristina Piotto (USP)

Durante pesquisa realizada no mestrado, investigamos as trajetórias escolares e sociais de cinco jovens provenientes de uma família de origem popular que alcançou nova posição social por meio da educação escolar (Souza, 2021). Nosso objetivo foi o de compreender os fatores presentes nas dinâmicas familiares que levaram os jovens da terceira geração da família a adotarem diferentes posturas em relação à continuidade dos estudos rumo ao ensino superior. Para as análises, consideramos três gerações da família pesquisada. A configuração familiar passou por um processo de ascensão social por meio da escolarização entre a primeira e a segunda geração. A segunda geração desfruta de estabilidade financeira e possui condições materiais confortáveis, significativamente superiores às vivenciadas por seus pais e experimentaram uma mobilidade social ascendente proporcionada pela educação escolar.

Contudo, alguns jovens da terceira geração dessa família desenvolveram trajetórias escolares acidentadas, podendo ser consideradas socialmente improváveis. Dos jovens entrevistados, dois casos específicos destacaram-se. São os casos dos primos Raí, de 27 anos de idade, e Carla, de 31 anos, pois eles já poderiam ter concluído o Ensino Superior, mas desistiram dos estudos. Carla terminou a Educação Básica a duras penas, passou por reprovação e uma relação difícil com os estudos e realizar um curso superior jamais fez parte de seu horizonte de possibilidades. Atualmente, ela é vendedora de pacotes turísticos na empresa da família e é também influenciadora digital. Já Raí desenvolveu uma trajetória escolar promissora, sem problemas de rendimento e ao concluir o Ensino Médio foi aprovado para o curso de Direito na UFMG. Coursou até o sétimo período, tendo posteriormente trancado sua matrícula e não pretende realizar curso superior. Fazendo muitos anos que abandonou o curso de Direito, Raí dedica-se ao ramo da fotografia, trabalhando em eventos diversos e ensaios fotográficos.

Os resultados dessa pesquisa foram analisados a partir da discussão sobre a influência dos modelos socializadores e da relação com o saber que os pesquisados desenvolveram ao longo de suas trajetórias. A presença de modelos socializadores (Lahire, 1997) pautados nas esperanças escolares de um futuro mais “certo”, vivenciado pelos membros da segunda geração da família, não foi suficiente face à presença de modelos socializadores que fizeram a vida sem passar pelo curso superior. Dessa forma, de acordo com a dinâmica social à qual os jovens estão inseridos em determinado período, eles se apoiam em modelos socializadores diferentes, ora pautados na escola, ora na vida prática, vivida com mais liberdade ao trabalhar de forma

autônoma.

Outro resultado importante da pesquisa diz respeito à inferência que a relação com o saber exerce na decisão dos jovens sobre a continuidade dos estudos. Com efeito, quando não é desenvolvida uma relação de gosto com os estudos capaz de mobilizar o indivíduo, a ponto de ele se esforçar, e mesmo ao se esforçar, ainda conseguir sentir prazer naquilo que faz, a relação com o saber fica prejudicada (Charlot, 2000), como foram os casos de Carla e Raí.

No entanto, durante essa investigação, surgiram novas inquietações. O sucesso escolar socialmente mais provável, com a realização e a conclusão do ensino superior, não foi alcançado pelos jovens mencionados da família estudada, mesmo oriundos de um meio social mais elevado alcançado por seus pais. Com efeito, é por meio da análise de situações em que os privilégios culturais baseados na origem não são efetivados que surge a oportunidade de questionarmos a dinâmica da socialização familiar em ambientes culturalmente privilegiados (Bourdieu, 1997).

Dessa forma, surge um novo objeto de pesquisa frente à necessidade de compreender o rompimento de trajetórias escolares de jovens das camadas médias que não prosseguem os estudos rumo à inserção e à conclusão da educação superior. Para investigar esse objeto, as perguntas que conduzem essa proposta de pesquisa são: Como ocorre a transmissão da herança cultural entre famílias de frações de camadas médias, nas microrrelações entre pais e filhos? Quais são os fatores intrafamiliares capazes de mobilizar estratégias que não são rentáveis e valorizadas pela escola? Como pais e filhos se posicionam frente às expectativas escolares de longo prazo frustradas?

De acordo com Almeida “o estudo dos processos de transmissão e herança cultural constitui hoje uma das áreas mais ricas da sociologia que se interessa em desvendar a contribuição da escola para a produção e reprodução das desigualdades” (2017, p.219). A ideia de herança cultural possui grande relevância no trabalho de Bourdieu, que a discute como algo bastante complexo, envolvendo diversos aspectos, inclusive de ordem psicológica, além da participação da escola. Os projetos familiares nem sempre encontram condições propícias, objetivas ou subjetivas, para serem concretizados, aprovados ou herdados pelos descendentes, podendo gerar tensões ou contradições.

Bourdieu (1997) afirma que a sucessão, ou seja, a superação ou a manutenção da posição social alcançada pela família, envolve dois aspectos. O primeiro deles diz respeito aos fatores psíquicos relacionados à ultrapassagem do pai: ao mesmo tempo em que isso é desejado, por pai e filho, fazê-lo significa “matar” o pai; ou seja, realizar o sonho familiar de ascender socialmente pode ser vivido psicologicamente como uma negação dos valores, costumes familiares, enfim, como uma ruptura com a família. Nesse sentido, a família constitui-se fonte de sofrimento social. Mas, apesar disso, Bourdieu (1997) também adverte: “... é preciso precaver-se de fazer da família a causa última dos males que ela parece determinar” (p. 591). A identificação com o projeto de ascensão familiar não é condição suficiente para garantir o sucesso da “herança”, já que tal empreendimento está subordinado, igual e crescentemente na sociedade contemporânea, aos veredictos da escola, passando, portanto, também pelo sucesso escolar. Eis

o segundo aspecto envolvido na questão da sucessão ao qual se refere Bourdieu: a transmissão da herança depende também dos veredictos das instituições de ensino, que funcionam, muitas vezes, como um “brutal princípio de realidade”.

Assim, partindo das questões postas e dessas considerações, o **objetivo** da nossa pesquisa de doutorado é analisar os percursos escolares interrompidos de jovens provenientes das camadas médias. Objetiva-se também discutir as relações entre contextos familiar e escolar bem como os sentidos que pais e filhos atribuem a essas relações.

Para alcançar os objetivos propostos, faremos entrevistas em profundidade com cinco jovens provenientes de famílias das camadas médias que interromperam a trajetória escolar e não possuem um diploma de curso superior e nem o estão realizando. A escolha dos jovens abrangerá alguns critérios para compor seus perfis, sendo eles: possuir entre 23 e 29 anos, essa faixa etária foi estabelecida por envolver jovens que poderiam já ter iniciado um curso superior e até mesmo tê-lo concluído. Outro critério é ser proveniente de famílias bem situadas econômica e culturalmente. Assim, os jovens a serem convidados a participar da pesquisa deverão ter pai e mãe com diploma de ensino superior em profissões liberais, como medicina, engenharia, direito, odontologia, dentre outros diplomas. Essas formações são mais suscetíveis aos rendimentos econômicos e culturais valorizados na hierarquia social e podem permitir uma condição sócio-econômica e cultural privilegiada. Faremos a busca dos jovens por meio da nossa rede de sociabilidade, valendo-nos da técnica da “bola de neve” (Vinuto, 2014).

Dessa forma, inicialmente, produzimos um formulário via Formulários *Google* e compartilhamos em nossas redes sociais (*WhatsApp* e e-mail). Nesta ocasião, já encontramos três jovens.

### Referências

- ALMEIDA, A. M. F. de. Herança cultural. In: CATANI, A. M., *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**. As razões do improvável. São Paulo, Ática, 1997.
- SOUZA, P. G. R. “Aquilo não era para mim”: a descontinuidade nos estudos de jovens promissores. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal São João del-Rei. São João del-Rei, p. 125. 2021.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, p. 203-220, ago/dez. 2014.

### JOVENS EGRESSOS UNIVERSITÁRIOS E SUA INSERÇÃO PROFISSIONAL.

Naiara Gracia Tibola – UNIPLAC

Tânia regina Raitz – UNIVALI

## **Introdução**

A presente pesquisa é um recorte de uma tese de doutoramento defendida no ano de 2021 no Programa de Pós-graduação em Educação da Univali. Foi realizada com jovens egressos universitários de uma instituição de nível superior situada no Estado de Santa Catarina na região do Alto Vale do Itajaí, no que se refere a suas trajetórias laborais e inserção profissional. O objetivo foi analisar a trajetória formativa e laboral de jovens egressos universitários no que diz respeito a sua inserção profissional. Como base teórica autores como Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012), Groppo (2015), Melucci (2005), entre outros deram o suporte teórico necessário para fundamentação e análise dos dados.

Os resultados obtidos propõem uma reflexão importante sobre o processo de inserção profissional dos jovens egressos e o suporte da universidade durante o período da graduação aos estudantes.

## **Metodologia**

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, neste aspecto, as relações, dimensões construtivas e estabelecidas geraram mais sentidos para o desenvolvimento da investigação, permitindo reflexões mais profundas a partir das respostas dos sujeitos (Melucci, 2005).

Os sujeitos participantes da pesquisa, todos egressos de uma Universidade situada do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brasil, de dez cursos de graduação, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Engenharia Civil, Psicologia e Sistemas de Informações, concluintes no período de 2014 a 2018. A coleta de dados aconteceu via formulário, na plataforma do Google Drive, a qual o link foi encaminhado via e-mail, em que estava disponível o questionário semiestruturado, ao todo foram encaminhados 1.300 e-mails, 633 foram entregues e 134 respondidos.

Para a análise dos dados estatísticos e as demais informações qualitativas, a técnica utilizada foi “Análise de Conteúdo”, que, após o posicionamento metodológico e epistemológico, vai ao encontro do que Franco (2018, p.12) aborda, “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada [...]”. Ao escolher a Análise de Conteúdo, foi necessário o cuidado na forma de interpretação dos dados a partir dos sentidos atribuídos pelos sujeitos pesquisados.

## **Principais Resultados**

Cada ser humano traz consigo suas características que as tornam peculiares diante de outras. Apresentar os sujeitos desta pesquisa e expressar seus atributos sem os conhecer é entrar no íntimo daqueles que, de forma voluntária, se dispuseram a participar da investigação

e expuseram suas considerações de maneira expressiva com relação à temática pesquisada. E manifestaram suas opiniões sobre educação, trabalho e aspectos de sua vida, ressaltadas por de um questionário pelo Google Formulário.

Para caracterizar o perfil dos 134 (cento e trinta e quatro) jovens egressos que concluíram a graduação, no período de 2014 a 2018, foram analisadas respostas sobre características pessoais, conceitos e opiniões relativas à sua inserção profissional, educação e trabalho e as perspectivas durante e após a formação acadêmica. Os participantes foram identificados com as iniciais de seu curso e quando necessário, foi acrescentado um número para distinguir uma narrativa da outra, sendo ambos do mesmo curso.

Os jovens egressos se encontravam no momento da pesquisa na faixa etária dos 22 aos 39 anos, com destaque para o bloco com maior representatividade de idade de 22 a 26 anos, 85 egressos. O número maior de estudantes que agora são egressos, faixa etária superior, como é definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o termo juventudes/jovens, isto ocorre em função do período de conclusão da graduação (2014 a 2018) e do envio do questionário (2019/2020).

É importantíssimo assinalar que essa explicação, no caso de definição do que seja juventude ou juventude(s), perpassa por aspectos “historicizados” com tratamento muitas vezes relacional, uma vez que, segundo Sposito (1999, p 98), “ser ou não ser considerado jovem depende de circunstâncias históricas determinadas, como é o caso, por exemplo, de algumas estatísticas de países europeus na atualidade, que consideram jovens os indivíduos que possuem até 29 anos”. E atualmente, se formos considerar a expectativa de vida, essa faixa etária segue até 34 ou 39 anos.

O período de graduação é um momento de busca e aperfeiçoamento para o ingresso ao mercado de trabalho, ante os impactos que esses jovens egressos sofreram ao longo da graduação e o sentimento frente à busca por inserção profissional, foi questionado como estavam se sentindo quanto à qualificação profissional, se estavam preparados(as) para a atuação no mercado de trabalho. Conforme a análise das respostas, 64 (sessenta e quatro) acreditavam estar aptos para atuar no mercado de trabalho, como descreve o acadêmico, que diz ocorrer isso por já exercer uma função em um local de atuação profissional. *“Sim, preparado! pois já atuava há 03 anos como estagiário em academia, caso contrário, não sei se estaria”* (EDF1).

Outros egressos mencionaram que estavam aptos por já estarem atuando direta e indiretamente no mercado de trabalho, o relato de um egresso de Engenharia Civil é expressivo: *“Como consegui uma inserção no mercado de trabalho a partir da 5ª fase do curso, me senti preparado para atuar [...]”* (EGC1). A inserção profissional durante a graduação, sem sombra de dúvidas, oportuniza experiências significativas e experiências que auxiliam no ingresso ao mundo do trabalho.

O número de respostas dos egressos que dizem não se sentirem preparados (as) para atuar no mercado de trabalho foi de 50 (cinquenta), um número bastante significativo. Os motivos relatados são: falta de disciplinas práticas que condizem com a realidade de empresas,

escritórios, consultórios, academias etc. Um dos egressos conta que foi necessária a busca de um profissional mais experiente para auxiliar em sua preparação, *“não estava preparada, precisei buscar ajuda de profissionais mais experientes quando entrei no mercado de trabalho”* (EGC2).

A continuidade nos estudos auxiliou outra egressa em seu processo de qualificação profissional: *“Não me sentia preparada e não possuía muito network. Consegui atuar no ramo desejado apenas 3 (três) anos após a conclusão do curso de graduação, já concluindo minha especialização”* (ADM3). Os que conseguiram a ajuda de outros profissionais e a continuidade dos estudos se tornaram mais qualificados e preparados. Infelizmente esta não é uma realidade geral, o que leva estudantes a abandonarem totalmente sua área de formação, *“não estava preparado, seja por isso, não segui a profissão de contador”* (CCO1).

A insegurança para atuar no mercado de trabalho aparece nas respostas de 20 (vinte) egressos, descrevendo medos, dúvidas e outros sentimentos que acabam gerando incertezas no momento da busca por emprego ou para se inserir no trabalho: *“Estava insegura, muitas incertezas sobre a vida profissional”* (EFM01); *“me formei carregada de incertezas do que o futuro reservava e a aceitação profissional”* (DIR3). As mudanças que acontecem no mundo do trabalho trazem angústias a partir do conhecimento adquirido durante o período da graduação.

A transição universidade-mercado de trabalho é um eixo central na vida do jovem na construção de sua vida adulta e de seu projeto profissional. Os sentimentos expressos pelos egressos resultam, às vezes, em perdas, o contexto complexo em ser aluno (a) e a necessidade de construir uma identidade própria ao assumir os desafios propostos após sua formação (MELO; BORGES, 2007). Enfrentar um mercado competitivo e que por vezes o curso tão sonhado pode se tornar um impeditivo de inserção profissional.

## **Considerações Finais**

A trajetória de formação e inserção profissional se constituiu na percepção dos participantes da pesquisa como um momento de insegurança, cheio de dúvidas e anseios, ao mesmo tempo, se configurou como uma forma de autonomia, tomada de decisões e o momento de demonstrar sua aptidão profissional como graduado, estando apto a inserir-se no mercado de trabalho. Para outros jovens este é um momento em que se percebe que a graduação tão almejada e sonhada, dificulta sua inserção no mercado de trabalho, por ser um campo concorrido ou até mesmo com saturação de profissionais na área, o que os faz com que permaneçam atuando em uma área diversa a de sua formação.

No que diz respeito à relação educação e trabalho, os jovens egressos ressaltaram que o curso de graduação resultou em impactos positivos e essenciais para a atuação no mercado de trabalho, como também para a sua vida pessoal, valorizando a formação que receberam, assim como evidenciaram a continuidade dos estudos como essencial para estarem ativos no mercado e abertos às novas oportunidades.

## **Referências**

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5.ed. Campinas: editora Autores Associados, 2018.

GROPPO, L. A. Teorias crítica da juventude: geração, moratória social e subcultura juvenis. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n.1, jan./jul., 2015.

MELO, S. L. de; BORGES, L. de O. A Transição da Universidade ao Mercado de Trabalho na Ótica do Jovem. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27 (3). 376 – 395, 2007.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidnei; PICCININI, Valmiria Carolina. Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no Brasil. **Rev. Ver. ADM. Mackenzi**, v.13, n.2. São Paulo, Sp, Mar/abr. p. 44-75. 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude: Crise, identidade e escola DAYRELL, Juarez (Org). **Múltiplos olhares sobre educação** e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

**JUVENTUDES: ATRAVESSAMENTOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA SÉRIE SEX EDUCATION**

André Luiz Bernardo Storino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO

A pesquisa em curso debruça-se sobre as experiências e vivências de alunas e alunos de duas escolas da rede pública estadual, localizadas na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. A partir de conversas sobre o ser jovem e os atravessamentos que as discussões de gênero e sexualidades vão aparecendo na série Sex Education, disponível na plataforma de streaming Netflix. Série que se configura como artefato cultural e que tem permitido perceber como gênero e sexualidade são percebidos e recepcionados no espaço escolar. Espaço que tem sido investigado com a cartografia como modo de se fazer pesquisa (Deleuze, 1992, 1995; Rolnik, 1989; Kastrup, 2009), e as conversas como procedimentos metodológicos. A qual se guia pelo objetivo de refletir como as representações e performatividade constitutivas da Série são discursos dissidentes sobre juventudes, gênero e sexualidades. Da mesma forma, como são percebidas e recepcionadas pelas e pelos discentes, isto é, de que maneira as representações e a performatividade compõem-se como processos de subjetividades e potentes agências, que reverberam em um espaço escolar que as/os submetem a uma constante vigilância (Foucault, 1987, 2008). O desenho da pesquisa tem sido construído, além das miradas aos bancos de teses, dos sites que indicam séries com o mesmo conteúdo à juventude, a aplicação de questionário em turma do terceiro ano do ensino médio e nos Grupos de Exibição e Conversa, em que temos assistido e conversado sobre os atravessamentos que a série Sex Education tem trazido.

**Palavras-chave:** Juventudes; Gênero; Sexualidades; Cartografia; Conversas como Metodologia; Série Sex Education.

## Referências

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS)

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Coleção TRANS)

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

## **CONSTRUÇÃO DE SI PARA JOVENS ESTUDANTES EM MOBILIDADE**

### **GEOGRÁFICA DIÁRIA: CONTRIBUIÇÕES DAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS**

Dra. Isabel Oliveira

Universidade Federal de Alagoas (GPEJUV-UFAL)

Profa. Dra. Rosemeire Reis Universidade Federal de Alagoas  
(GPEJUV-UFAL)

## **Resumo**

Este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa de doutorado em educação, realizada no Campus.A.C.Simões da UFAL, em Maceió/AL, durante os anos de 2018 a 2023, no âmbito do grupo de pesquisa Juventudes, Culturas e Formação (GPEJUVUFAL). Articula os pressupostos dos estudos da juventude, como categoria sóciohistórica e plural, como sujeitos de direitos e com os pressupostos da pesquisa narrativa em educação, que estuda o biográfico como dimensão constitutiva do processo de individuação, socialização e educação, a partir das relações do indivíduo com as instituições sociais. O estudo focalizou os processos de construção de si de três jovens/mulheres, estudantes universitárias, em mobilidade geográfica diária, por meio de entrevistas biográficas. Cada entrevista aconteceu separadamente, sendo dois

encontros com cada estudante, perfazendo um total de seis entrevistas. Nos limites deste texto são focalizadas as análises de uma participante para contextualizar os achados da pesquisa. Evidenciou-se que as condições do transporte para o deslocamento foram tomadas como desafio a ser superado, tendo em vista o investimento pessoal em permanecer estudando. Ser estudante universitária em mobilidade geográfica diária perpassa um contexto de desafios similares, quanto um movimento construtivo experiencial, marcado por aprendizados intelectuais e subjetivos que implicam no modo como cada jovem vive sua juventude.

**Palavras-chave:** Entrevistas biográficas. Estudantes universitárias. Jovens mulheres. Mobilidade geográfica diária.

### **Introdução: o caminho da pesquisa**

Este estudo, realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa Juventudes, Culturas e Formação (GPEJUV- UFAL), propõe um diálogo entre os pressupostos da Sociologia da Juventude e da pesquisa biográfica em educação, por priorizar a realização de estudos nos quais os/as jovens são coparticipantes. Concebe-se a juventude como categoria socialmente construída e a importância de realizar estudos das juventudes plurais, como sujeitos de direitos (DAYRELL e CARRANO, 2014), com seus saberes e diversidade em seus modos de ser jovens (PAIS, 2003; REGUILLO, 2003; DAYRELL, 2007). Tais pressupostos se articulam com a pesquisa biográfica em educação, que estuda o biográfico como dimensão constitutiva do processo de individuação, socialização e educação, a partir da configuração sócio-histórica das relações do indivíduo com

A sociedade. Considera-se, ainda, que no espaço universitário as juventudes vivenciam desafios específicos e nele inscrevem “expressões juvenis singulares e coletivas que podem ser analisadas e potencializadas” (REIS, 2022, p. 54).

A pesquisa teve como *escopo* as jovens estudantes de pedagogia em mobilidade geográfica diária ao Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió/AL. A problemática se apresenta na seguinte pergunta: Quais os desafios para a construção de si de jovens, estudantes da pedagogia, em mobilidade geográfica diária, a partir das narrativas biográficas? A três participantes da pesquisa, cursavam o último período. Sobre este último aspecto, parte-se do pressuposto da afiliação acadêmica de Alain Coulon (2008). Em razão dos limites desta comunicação partilhamos os resultados da entrevista biográfica de uma participante com o codinome Violeta (realizada em dois encontros, pelo *google meet* devido a pandemia).

Segundo Delory-Momberger (2012, p. 526), a finalidade da entrevista está em apreender “a configuração singular de fatos, de situações, de relacionamentos, de significações, de interpretações que cada um dá a sua própria existência e que funda o sentimento que tem de si próprio como ser singular e social”. Fritz Schütze (2010), orientando quanto ao

modo de realização da entrevista, diz que se deve iniciar com apresentação do/a narrador/a, posteriormente o desenrolar da própria narrativa de acordo com aspectos pretendidos com a entrevista. Isso deve acontecer sem a interferência do/a pesquisador/a. Por fim, são propostas questões amplas, a partir das inquietações do/a pesquisador/a, respondidas como narrativas orais.

Assim, o primeiro encontro inicia-se com a exposição dos objetivos da pesquisa, depois visualizações de fotografias do Campus A. C. Simões, da UFAL, para ativar memórias de um lugar no qual estavam reclusas há mais de um ano. Após o olhar sobre as fotografias, há a solicitação para cada uma falar sobre si e descrever suas trajetórias na universidade. Quando finalizada a entrevista, retomamos alguns trechos para que pudéssemos compreender pontos compartilhados. O segundo encontro começa com autorreflexões sobre a narrativa do primeiro encontro, encaminhada via *e-mail* e guiadas pela pergunta “como foi para você ler sua história”. Esse momento é reconhecido por Reis (2020) como de “restituição biográfica”. Em seguida, o objetivo central do encontro: a partilha de 10 fotografias de seus percursos acadêmicos.

Durante a transcrição do material, com base em Delory-Momberger (2012) são identificadas as experiências marcantes, também chamadas por Fritz Schütze (2010) de marcadores frequentes nas narrativas, que dão sentidos ao processo de ser uma jovem estudante. Nas narrativas são identificadas as formas de discurso que caracterizam a narrativa, os motivos recorrentes que tematizam e organizam o relato, agindo nele como lugar de reconhecimento e transformação de si. A seguir são apresentados três conceitos que se articulam: jovem, relação de gênero e mobilidade geográfica.

### **Jovens mulheres que se deslocam diariamente para estudar**

Os/as jovens vivenciam sua condição juvenil a partir dos espaços sociais nos quais se movem. No caso das jovens em mobilidade diária que se deslocam de cidades circunvizinhas a Maceió/AL para estudar no Campus A.C.Simões, estas lidam com: assédio, violência, maternidade, trabalho, afazeres domésticos, além do cumprimento das atividades acadêmicas. Tal contexto reverbera um empenho possível por sua própria condição juvenil, chamada pelos pesquisadores Margulis e Urresti (1996) de moratória vital.

Com base nos identificadores mencionados, a concepção de juventudes na pesquisa está diretamente associada às relações de gênero. Conforme Margulis e Urresti (1996), que as jovens, diferente dos jovens, lidam com pressões sociais que afetam sua juvenilização, além das imposições sociais que tendem a recordar a limitada juventude instalada em seu corpo, com vista à maternidade. Destarte, ser jovem, mulher e estudante se apresenta de maneira mais complexa e desafiadora.

Quanto à mobilidade diária (de um município a outro), Tuan (1983) e Lobato (2021) explicam que esta mobilidade envolve um investimento pessoal e profissional que provoca mudanças subjetivas, modificando e ressignificando sua relação com o lugar. Nas palavras de Lobato (2021, p. 80), “o movimento [...]carrega consigo os sentidos, o peso e a experiência

produzida e vivida nos espaços. A mobilidade dos estudantes não é, pois, um fluxo linear, mas, sim, uma mobilidade permeada de negociações”. Compreender a mobilidade nesta perspectiva é atentar às superações necessárias para viabilização de um projeto estudantil.

### **Violeta na construção de si como estudante: análise de uma das entrevistas narrativas**

Violeta, é uma jovem de 20 e poucos anos, residente na cidade de Cajueiro, a aproximadamente 1 hora e 30 minutos de Maceió, casada e professora das séries iniciais do Ensino Fundamental. A jovem partilha suas inquietações enquanto estudante durante a pandemia de forma mais aprofundada, ao contrário das memórias passadas. Por outro lado, quando estas emergiram, se enunciaram saudosamente.

Violeta estudava o sétimo período, quando as atividades no Campus A. C. Simões (UFAL) foram suspensas, em 2020. A Pedagogia, que não foi o seu primeiro curso de graduação, se mostrou como lugar de transformação de si: [...] hoje eu sou outra depois da Pedagogia, [...] eu tenho outra visão da educação, eu entrei em Letras, mas eu não consegui sair com o olhar que eu tenho hoje”. (VIOLETA, 2021). Neste contexto, as experiências marcantes, se destacam nas seguintes expressões: “eu sou outra depois da Pedagogia: aprendi a me expressar e me colocar, não tenho mais medo de falar em público”, “meu sonho é fazer mestrado e doutorado, mas com a pandemia eu paralisei”, “dormi em um posto policial, porque o ônibus não foi buscar os estudantes”.

Em se tratando da mobilidade diária, durante o curso de Letras o deslocamento era desafiador, uma vez que a jovem se deslocava para a capital do estado, Maceió, na companhia de seus pais. Ela precisava aprender a lidar com horários, a se localizar e sobretudo enfrentar os obstáculos dos transportes cedidos pela prefeitura de sua cidade natal, que conduziam os /as estudantes até a UFAL. Na pedagogia, o deslocamento não impactou na mesma proporção, pela experiência na primeira graduação. Porém, a jovem pontua a exaustão física e o tempo limitado em participar das ações acadêmicas, por depender do ônibus da prefeitura.

Também cita os vínculos de amizade construídos na universidade como motivadores nos estudos, sendo a universidade um lugar do encontro e de construção de identidades. No entanto, com o atravessamento da pandemia, Violeta em acordo com seu esposo, opta pela maternidade, uma identidade que passa a ser seu primeiro plano. Tal decisão afeta seus projetos acadêmicos e seu modo de viver a juventude na universidade, através da participação nos congressos e movimentos culturais. Na entrevista ela compartilha a angústia dessa mudança: “Como eu estou grávida, eu não estou tendo disposição para nada. Eu me sinto limitada. [...] é bem provável que eu fique suja para o mestrado, que eu tanto almejo. É como eu já disse antes, eu me sinto paralisada”. (VIOLETA, 2021).

O receio de Violeta, coloca em debate os obstáculos para as mulheres em relação a conciliar o projeto profissional e a maternidade, gerando a culpabilização por não conseguir dar conta das demandas acadêmicas. Louro diz que (1997, p, 23), a priori, o conceito passa a exigir

que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos.

Mesmo com os dilemas vivenciados pela maternidade, Violeta salienta a importância da universidade em sua vida, como lugar de aprimoramento intelectual e, sobretudo, de ampliação da sua capacidade de sair e desbravar um mundo para além de sua cidade natal. Dessa forma, na sua narrativa os motivos recorrentes elencados sobre ser estudante universitária são: ser uma das primeiras de sua família a ingressar na universidade federal, seus projetos de ingressar na Pós-graduação e passar em um concurso público.

### **Considerações finais**

A pesquisa identifica que a construção de si de jovens, mulheres e estudantes em mobilidade diária (de uma cidade para outra), é permeada por conflitos similares, no entanto, o engajamento com o curso e a superação da mobilidade estão atrelados, além das condições objetivas, aos desejos pessoais, crenças, bem como referências de contextos culturais e familiares.

Do mesmo modo, o rumo acadêmico pode ser impactado pelos acontecimentos que surgem no decorrer do processo. Violeta, no período da pandemia da COVID 19, deixa de enfrentar os desafios da mobilidade diária, no entanto, sua vida acadêmica é impactada pela falta da dinâmica das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como dos momentos de sociabilidade juvenil: encontros com as amigas de curso para conversar, festividades e outros. Essa mudança, desmobiliza sua rotina de estudos, e a direciona para os projetos pessoais com seu companheiro. Este, por sua vez, gera uma cupabilização em Violeta, que mais tarde, já no final do nosso segundo encontro é desconstruído, sendo Violeta atenta a sua capacidade, seu ritmo interno e que a maternidade não deve inibir seus sonhos profissionais.

Vale salientar que o enfoque biográfico ao adentrar nas interpretações dos tempos e espaços vivenciados pelas jovens estudantes, com suas experiências educativas singulares, seus desafios objetivos e subjetivos, pode contribuir para o aprimoramento das políticas de permanência dos/as jovens na universidade.

### **Referências**

DAYRELL, Juarez. A escola faz juventudes? Reflexões sobre a socialização juvenil. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007, p.1105-1111.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventudes e Ensino Médio: quem é esse aluno que chega à escola. In: Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo; Linhares, Maria Carla. **Juventudes e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LOURO, Guacira. Gênero e magistério: identidade, história e representação. In: CATTANI, Denise et al. (Org.). **Docência, memória e gênero. Estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

LOBATO, Luna. **Estudantes em mobilidade: jornadas de ingressantes no curso de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Montes Claros**,

2009-2018. 202. (Dissertação) 159f. Programa de Mestrado Associado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros. 2021

MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In:

Margulis, M. (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Biblos, 1996. PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2ª ed., 2003

REIS, Rosemeire. Juventudes, vida universitária e relação com o saber: contribuições das narrativas de si. **Revista Debates em Educação**, v. 14, n. 35, maio/ago., 2022, p. 32-57.

REIS, Rosemeire. Pesquisa Biográfica e heterobiografização: fonte de aprendizagem para o/a pesquisador/a. **Revista Portuguesa de Educação**, 33 (20), 2020, p. 295-309. REGUILLO, Rossana.

Las culturas juvenis: um campo de estudio. Breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, n. 23, maio/ago., 2003, p. 103-117.

SCHÜTZE F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: Weller V, Pfaff N.

**Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis (RJ): Vozes; 2010. p. 211-22.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

## **EXPLORANDO MASCULINIDADES JUVENIS: UMA PESQUISA COM JOVENS**

### **EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CIDADE DE SÃO**

#### **CARLOS (SP)**

João Victor Borri de Oliveira, Universidade Federal de São Carlos

#### **Resumo simples**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no ano de 2022, que visa articular três campos teóricos: as contribuições acerca das juventudes, das masculinidades e das medidas socioeducativas. Visando explorar o que intitulei de masculinidades performativas de jovens que estão cumprindo medida socioeducativa em meio aberto, problematizo dimensões específicas de cada um desses debates. O objetivo geral foi investigar em que medida a performance de masculinidades dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de São Carlos se relacionava com elementos do mundo do crime. Para isso, foi proposta uma pesquisa etnográfica que focou na observação participante das atividades rotineiras dos jovens. O resultado dessa pesquisa foi o desenvolvimento de uma tipologia de masculinidades performativas desses jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Neste paper, exploro as performances ligadas ao “sujeito-homem” e a “contagem de bravatas”. Meu argumento demonstra que ao não pluralizar a realidade desses jovens, bem como suas masculinidades, criam-se brechas para estigmatizá-los como agentes da violência.

**Palavras-chave:** Juventudes; Masculinidades; Medidas Socioeducativas.

\*\*\*

### **Resumo Expandido**

Este trabalho tomou a interação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na cidade de São Carlos como objeto empírico. Para este objeto, tomei como base pesquisas realizadas no campo da Sociologia das Juventudes, que demonstram que existem diferentes maneiras de ser jovem e que estas maneiras estão relacionadas a diferenças e desigualdades econômicas, sociais e culturais. Ou seja, a condição juvenil é atravessada por diferentes marcadores sociais da diferença e diferentes desigualdades. Sendo assim, o jovem merece ser visto como um sujeito social e como um modelo cultural (Peralva, 1997) e a expressão “juventudes” no plural, é empregada como forma de enfatizar que é preciso ter em mente que indivíduos jovens, na verdade, têm experiências, plurais, desiguais e multifacetadas (Novaes, 2006). Dentro deste panorama, o objetivo geral da pesquisa realizada foi investigar em que medida a performance de masculinidades dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de São Carlos se relacionava com elementos do mundo do crime.

Metodologicamente, me inspirei em uma perspectiva presente na Sociologia das Juventudes e na Sociologia do Crime, que compreende as experiências juvenis e o crime de forma positiva. Ou seja, no caso das juventudes, essa perspectiva se distancia das explicações pela falta, seja ela financeira, de visões de mundo, de perspectiva, de experiência. No caso do crime, essa perspectiva mostra o que o crime produz efetivamente que é provindo das práticas etnográficas (Aquino; Hirata, 2018). Assim, desenvolvi uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico que se concentrou na observação participante das atividades rotineiras dos jovens que estavam em cumprimento de medida socioeducativas, no Salesianos. O Salesianos é uma instituição católica que administra as medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de São Carlos (SP). Como missão, o Salesianos demarca educar jovens através do sistema preventivo de educação, fomentando o exercício da cidadania bem como a incorporação de valores éticos e solidários. Durante às terças-feiras e/ou quintas-feiras tive contato com doze jovens que estavam cumprindo medidas em meio aberto, nas qualidades de LA (liberdade assistida) e PSC (prestação de serviços à comunidade).

O principal resultado dessa pesquisa foi o desenvolvimento de uma tipologia das masculinidades performativas desses jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Neste trabalho objetivo apresentar uma parte desta tipologia. O pressuposto de partida para organizar a tipologia, é o de que as masculinidades se constroem no momento de “atuação”, ou seja, de forma simultânea as masculinidades se criam e recriam a partir de gestos, enunciações linguísticas e atos dos sujeitos (Botton, 2022). As masculinidades são performativas, e nesse sentido, cada masculinidade possui suas nuances e sentidos próprios. A organização

tipológica nos permite, nesse sentido, voltar os olhos para essas especificidades de cada uma dessas masculinidades. Assim sendo, as masculinidades são como várias fotos que podemos organizá-las e reorganizá-las em um álbum (Gama, 2016), de acordo com as dinâmicas sociais e culturais de determinado local e de seus indivíduos. Sempre cabe mais um tipo, sendo muito diferente ou muito igual comparada às já identificadas no álbum. Os modelos de masculinidades estão sempre se reinventando e com essas trocas que realizei com os jovens, testemunhei infinitas possibilidades de como performá-las e em que momento se valer de cada uma delas. Para este paper, no IV Simpósio de Pesquisa em Juventudes, serão exploradas duas das masculinidades performativas que foram encontradas durante o trabalho etnográfico.

Nos signos de respeito, humildade e proceder evocados pelos meus interlocutores, pude observar um complemento do que Lyra (2013) chamou de sujeito-homem, em seu trabalho com jovens traficantes da Baixada Fluminense no estado do Rio de Janeiro. Para o autor, “[...] a vida na favela concentra praticamente todas as referências individuais e coletivas do jovem sujeito-homem” (Lyra, 2013, p.99). Segundo Lyra, seria necessário que o sujeito-homem fosse “aprovado por seus colegas e patrão, seja querido, temido e respeitado, e que seja inclusive lembrado como uma peça importante da engrenagem” (Lyra, 2013, p.104). Nesse sentido, a noção de sujeito-homem para os interlocutores de Diogo Lyra está estreitamente ligada à ideia de proceder, ou seja, como um “conjunto de coisas tidas como “certas” num regime de relação” (Biondi; Marques, 2010). A noção de sujeito-homem, encontrada em minha etnografia, é complementar a de Lyra. Assumo esse sujeito-homem como um tipo de masculinidade performativa, e descubro um “plus” nesse esforço analítico: além de correr pelo certo e travar relações de respeito, lealdade e proceder, esse sujeitohomem é também uma espécie de sujeito político, que luta contra a criminalização da pobreza e produz consciência em relação a uma espécie de *caminho escuro das drogas*<sup>3</sup>. Por outro lado, esse sujeito-homem também é sonhador e reivindica seus direitos para que seus sonhos possam se concretizar e virar realidade.

De outro modo, pude compreender que havia uma relação entre namorar e transar, e essa relação foi mediada pela bravata, porque *pegar as minas e passar o réveillon namorando* era um símbolo de status entre os jovens, e quem o possuía era admirado e respeitado. Presenciei durante o trabalho de campo, bravatas evocadas pelos meus interlocutores que gostariam de passar pelo cerimonial de ser ovacionado pelos outros colegas que cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto. Todas essas situações que enquadro no termo “bravata” foram (re)contadas e (re)significadas pelos orientadores de medidas socioeducativas em conversas particulares comigo. Exemplo do caso, foi quando um de meus interlocutores disse estar namorando uma garota, e imediatamente mostrou o perfil dela em uma de suas redes sociais. Enquanto a conversa ainda acontecia, um dos orientadores de medidas socioeducativas me enviou uma mensagem dizendo que *era mentira*

---

3 As expressões destacadas com itálico no meio do texto são expressões êmicas de meus interlocutores.

*dele*. Depois, o orientador de medidas me contou que as informações que meu interlocutor nos contava eram um tanto equivocadas e se tratava, na verdade, de uma garota que era de sua família. Isso é semelhante ao Teorema de Thomas, que diz que “se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências” (Merton, 1968, p. 37), ou seja, algo que parece falso quando incita um comportamento, se torna verdadeiro em suas consequências. Logo, tipo de masculinidade performativa se usa de algo falso para contar os acontecimentos de sua vida, s sempre relacionados a feitos e conquistas, no que toca sexo e mulheres.

Assim como percebi uma pluralidade de Masculinidades Performativas, percebi também que esses jovens não são todos iguais, cada um possui uma trajetória e uma trajetória tem muitas fases e momentos. Durante minhas visitas à instituição que articula as medidas observei que nada é estanque. Aqui reside o esforço de empreender a juventude em sua chave de análise positiva. Tratei, nesse sentido, de um fenômeno constante que está sempre sendo produzido e reproduzido no cotidiano desses jovens que me deram a oportunidade de conhecê-los. Tentei, assim como outras pesquisas, evidenciar os sentidos e as particularidades dos processos dessas masculinidades performativas, já que cada um dos jovens estava em um momento específico de seu percurso. Quando esses jovens não são pluralizados em suas realidades e trajetórias como sujeitos de direitos, acaba por implodir imagens e comentários homogeneizantes e estigmatizantes sobre eles. Essa imagem se torna óbvia quando observamos as estatísticas de jovens mortos no Brasil.

AQUINO, Jania; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 84, p. 107–147, 2018.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. Memória e historicidade em dois “comandos” prisionais. **Lua Nova**, v. 1, n. 79, p. 39–70, 2010.

BOTTON, Fernando Bagiotto. Critical considerations about the theories of Raewyn Connell and Judith Butler for the study of masculinities. **Revista Crítica Histórica**, v. 11, n. 22, p. 01–27, 2022.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

MERTON, Robert. Sobre a história e a sistemática da teoria sociológica. In: **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

NOVAES, Regina. POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL: CONTINUIDADES E RUPTURAS. **Rev. Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, p. 253–281, 2006.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, p. 15–24, 1997.

**RESPEITA AS MINA! A CONSTRUÇÃO DOS REPERTÓRIOS FEMINISTAS DAS JOVENS ESTUDANTES**

## DO ENSINO MÉDIO DA PERIFERIA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO

Maria Efigenia Ribeiro Pereira – UNICAMP/SP

### RESUMO

As Jornadas de junho (2013), a Primavera Feminista (2015) e Ocupação das escolas de Ensino Médio (2015) que tomaram à cena pública brasileira foram protagonizadas por mulheres muito jovens, que, por meio dos territórios físicos e digitais articularam-se para enfrentar os autoritarismos e as injustiças sociais. Atualmente, as concepções feministas têm possibilitado novas formas de organização, visibilidade e luta para a juventude brasileira, ao questionarem os discursos da verdade produzidos sobre o corpo, gênero e sexualidade. A pesquisa se propõe compreender como os repertórios feministas contemporâneos estão sendo construídos pelas estudantes do ensino médio da periferia leste da cidade de São Paulo. Quais são estes repertórios e quais consequências este fato tem causado a vida das estudantes, especialmente, nos espaços doméstico e escolar. Foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas com estudantes do ensino médio de uma escola pública da periferia leste da cidade de São Paulo. Destacaram-se nas entrevistas as temáticas sobre o corpo, a sexualidade, as desigualdades de gênero e as estratégias de resistência e luta produzidas a partir do questionamento dos valores heteronormativos, das desigualdades de classe, raça, gênero, orientação sexual etc., impostos pela família e religião.

**Palavras-chave:** Educação; Feminismos; Gênero; Juventude; Sexualidade, Periferia.

### RESUMO EXPANDIDO

#### OBJETO DA PESQUISA:

A pesquisa tem como foco a apropriação dos repertórios feministas contemporâneos pelas jovens estudantes do ensino médio da periferia leste da cidade de São Paulo e quais os efeitos estes repertórios têm trazido para a trajetória de vida das estudantes, especialmente no âmbito família e escolar. Mediante os atravessamentos interseccionais de raça, classe, gênero, orientação sexual e território. Compreendendo que a juventude é uma construção histórico social permeada pelos valores e práticas dos grupos sociais hegemônicos, a experiência de pertencer a este grupo etário, a situação juvenil das estudantes de ensino médio, interlocutoras de pesquisa é profundamente determinada pelos marcadores sociais de diferença e desigualdade. Assim sendo, a condição juvenil marcada pela interseccionalidade de raça, classe, gênero, orientação sexual e território é fator relevante para a construção dos repertórios feministas das jovens estudantes e dos encadeamentos possíveis.

#### OBJETIVOS;

- A pesquisa se propõe compreender como os repertórios feministas contemporâneos estão sendo construídos pelas estudantes do ensino médio da periferia leste da cidade de São Paulo;
- Identificar através da interlocução com as estudantes quais são estes repertórios e as consequências na vida das estudantes, especialmente, nos espaços doméstico e escolar.

## **METODOLOGIA**

O trabalho de campo ocorreu em uma escola de ensino médio onde encontramos as condições favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa: a) concordância da equipe gestora com a realização das entrevistadas nas dependências da escola; b) contato anterior com alguns professores e professoras do corpo docente da unidade que facilitaram de alguma forma chegar até as estudantes que entrevistamos; c) a escola está localizada em uma região da periferia da Subprefeitura de São Mateus, fazendo limite geográfico com alguns bairros de ocupação muito recente, sendo durante um bom período de tempo, a única opção de Ensino Médio para a população destes bairros.

A partir da mediação de alguns professores e professoras fizemos contato com algumas estudantes que de alguma maneira, se destacavam no contexto escolar, seja por uma posição proativa, contestadora ou que se definiam publicamente no ambiente escolar, como simpatizantes das ideias feministas. Deste modo, foram entrevistas 14 estudantes distribuídas entre os 1º, 2º e 3º Anos do Ensino Médio, sendo 7 estudantes do período da manhã, 4 estudantes do período da tarde e 3 estudantes do período noturno.

As entrevistas foram realizadas presencialmente nas dependências da unidade escolar, em horário acordado entre a pesquisadora e as respectivas estudantes. Juntamente com o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi encaminhado para as estudantes um pequeno roteiro que serviu de guia para as entrevistas. As primeiras entrevistas ocorreram entre março e maio de 2023. Durando em média entre trinta e quarenta minutos, respeitado o perfil de cada estudante e a necessidade de falar mais sobre determinados assuntos em detrimento de outros.

As entrevistas ocorreram respeitando as características de cada participante e a liberdade de não responder qualquer uma das perguntas que constavam no roteiro. Depois de encerradas as transcrições e as devolutivas das entrevistadas, iniciamos novamente a leitura do conteúdo de entrevista para observação, identificação e classificação do conteúdo ali presente, no sentido de “identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão”. (DUARTE. 2002). O conteúdo das entrevistas foi classificado inicialmente nas temáticas (família, escola, religião, contato com o feminismo, o aborto etc.) seguindo, de certa maneira, as temáticas apontadas pelo roteiro da pesquisa.

Nesta primeira etapa de ordenamento e classificação do conteúdo das entrevistas, o roteiro foi um facilitador. Os assuntos com a mesma afinidade foram sendo identificados por

uma mesma cor nas respectivas entrevistas. Mesmo sabendo da existência de alguns aplicativos que ajudariam no trabalho de classificação e análise do conteúdo das entrevistas, optamos por realizar este processo “artesanalmente” com as ferramentas disponíveis no programa *Word*, por possibilitar ainda mais o contato com os relatos das estudantes. A partir desta classificação inicial, o conteúdo foi organizado sob formato de tabelas: a Tabela de Repertórios e a Tabela de Síntese dos Repertórios. Após a leitura mais sistematizada do conteúdo desta Tabela de Repertórios, percebemos a presença recorrente de algumas temáticas ao longo de todas as entrevistas, como resultado desta etapa de análise, elaboramos a Tabela de Síntese dos Repertórios. Nesta etapa de ordenamento e classificação na Tabela Síntese dos Repertórios, formaram-se três grandes grupos temáticos, que se tornaram os eixos norteadores da análise dos dados e posteriormente as temáticas chaves para o desenvolvimento dos capítulos 3, 4 e 5 da tese: Corpo e Sexualidade, Desigualdades e Direitos e Resistência e Luta.

### PRINCIPAIS RESULTADOS:

No primeiro eixo, Corpo e Sexualidade, os relatos das estudantes discorreram sobre a percepção do corpo e da sexualidade como principal alvo das violências de gênero sofridas pelas mulheres e um questionamento a todos os determinismos biológicos que constroem narrativas essencialistas às mulheres. O corpo e a sexualidade em interseccionalidade com outros marcadores sociais de diferença, apareceram como repertórios significativos para os questionamentos dos valores heteronormativos validados socialmente. Portanto há uma negação dos binários, um estranhamento dos relacionamentos abusivos, a defesa ao aborto, como um direito das mulheres à autonomia sobre seus corpos e suas vidas, enfim um tensionamento dos discursos da verdade que passam por uma corporeidade mais fluída, mais livre, anunciando outras possibilidades de experienciar o amor, o afeto, a sexualidade etc.

No Eixo Desigualdade e Direitos a percepção das estudantes das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, na educação e no espaço doméstico levam a questionar estas desigualdades nas práticas cotidianas: a divisão desigual das tarefas domésticas, a dificuldade no acesso a práticas esportivas ainda consideradas masculinas por determinados/as docentes e a profissões relacionadas as Tecnologias da Informação.

No eixo Resistência e Luta, as estudantes através das lentes dos feminismos, problematizam as experiências cotidianas marcadas pelas desigualdades de raça, classe, gênero, orientação sexual, religião, território, entre outros. Questionam padrões de beleza euro centrados e heteronormativos e projetam a partir da educação construir projetos de autonomia profissional e intervenção social.

### REFERÊNCIAS:

ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly, história de um conceito**, Sociologia & Antropologia, Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, julho/2012, pp. 21-40.

- ABRAMO, Helena Wendel. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M.: Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72.
- BOGADO, Maria. **Rua**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de: Explosão: Arte, cultura, política e universidade, 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2018, pp. 23-42.
- BUTLER, Judith. **Corpos que ainda importam** - In: Dissidências sexuais e de gênero, Leandro Colling, Organização, Salvador: EDUFBA, 2016, p. 21-42.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de Fazer**, Tradução: Ephraim Ferreira Alves, 3ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1998
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**, TradRane Souza, 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2020. C
- RENSHAW, Kimberlé Willians. “**Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**” In: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso em 08/06/2022.
- DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo**, Cadernos de Pesquisa, n.115, mar./2002. p.139-154
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**, trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da Revolução**, tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo, Elefante, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra**, Aletria: Revista De Estudos De Literatura, 9, 2002, p. 38–47. Disponível: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912> Acesso: 22/01/2022.
- GROPPO, Luís Antonio. **Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes**, Última Década n.33, CIDPA Valparaíso, Diciembre 2010, p. 11-26.
- LOURO, Guacira Lopes. (Organizadora) **O CORPO EDUCADO: Pedagogias da sexualidade**, Traduções: Tomaz Tadeu da Silva, 2ª Edição Autêntica Belo Horizonte 2000;
- PEREZ, Olívia Cristina; FILHO, Luís Araújo Silva. **Coletivos feministas: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil**, Latitude, vol.11, n. 1, 2017, p.255-294.
- SCOTT, Joan W. **A invisibilidade da experiência**, Tradução Lucia Haddad, Revisão Técnica Marina Maluf, Proj. História, São Paulo, vol.16, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez.1995, p.71-99.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**, n.24, set./out./nov./dez. 2003.

## **MATERNIDADE, IDENTIDADE E GÊNERO NA SOCIOEDUCAÇÃO: (Im)Possibilidades da Juventude periférica**

Mariana Cunico da Silva, PPGE/UNESP/Rio Claro

Débora Cristina Fonseca, PPGE/UNESP Rio Claro

**Resumo:** Este trabalho discute os resultados de um estudo que buscou investigar a relação entre Maternidade, Identidade e Gênero na Socioeducação, permeando as (im)possibilidades de adolescentes e jovens autoras/autores de atos infracionais que frequentam um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em um município do interior paulista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de pesquisa-ação, que teve como universo: setenta e cinco (75) adolescentes e jovens em “conflito com a lei”, discentes de escolas públicas e que são acompanhados pelo CREAS. Foram realizadas oficinas e reflexões, com intervalos quinzenais, com a finalidade de promover discussões sobre a vida, expectativas de futuro e o contexto real de vida de cada jovem. Ainda, para o desenvolvimento aprofundado da pesquisa, foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas, com 9 (nove) adolescentes meninos e 1 (uma) adolescente menina que frequentaram o CREAS durante o estudo. Os dados foram registrados em Diário de Campo, organizados e analisados conforme Análise de Conteúdo de Bardin. Como resultados, verificou-se que a maternidade é um imperativo presente na trajetória de vida das jovens-mães, exercendo influências na construção da Identidade, ainda que estas Identidades sejam estigmatizadas, ocasionando interferências nas (im)possibilidades de vivências desta juventude e na construção da maternidade.

**Palavras-chave:** Socioeducação, Maternidade, Gênero, Identidade.

## **INTRODUÇÃO**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) representa um avanço legal e social, na medida em que estende a proteção integral e preferencial de todas as crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e de deveres (Carvalho, 2019; Amorim, Alberto, Azevedo, 2017).

Desse modo, de acordo com Costa; Alberto; Silva (2019), a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o atendimento aos jovens a quem se atribui a prática de atos infracionais passou a ser orientado a partir da perspectiva da proteção integral

de seus direitos. Em vista disso, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012), move-se como um instrumento jurídico-político que possibilita a concretização dos direitos dos jovens e adolescentes autores de atos infracionais.

Desta maneira, as medidas socioeducativas são aplicadas aos adolescentes e jovens, entre 12 e 18 anos, a quem foi conferida a autoria de atos infracionais (Costa; Alberto; Silva, 2019), estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), sendo regularizadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase, 2012).

“As medidas socioeducativas visam a reinserção social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Francischini; Campos, 2005, p. 269), concebendo o adolescente como pessoa em uma condição peculiar de desenvolvimento (Brasil, 1990). De acordo com Souza (2019), o planejamento acerca do atendimento socioeducativo é de que o foco não corresponda à infração, mas sim, ao adolescente que infraciona, percebido como sujeito de direitos, direcionando-o à escola e possibilitando o oferecimento de atividades profissionalizantes, esportivas, de lazer e culturais.

Esta concepção é visionada no ECA (Brasil, 1990), em que os jovens em conflito com a lei são compreendidos como sujeitos de direitos (Souza, 2019). Todavia, segundo Souza (2019), a efetivação e a compreensão sobre a socioeducação está intrinsecamente vinculada às contradições, uma vez que o conceito oferece um entendimento de uma política pública voltada à efetivação e humanização do atendimento ao jovem e adolescente em conflito com a lei, no entanto, carrega marcas do sistema capitalista neoliberal que prioriza o sujeito econômico e legitima as desigualdades sociais (Cardoso, 2022).

Nesta pesquisa a medida socioeducativa (MSE) investigada foi a de Liberdade Assistida (LA) que, de acordo com Souza (2019), os jovens e adolescentes são acompanhados por uma equipe responsável pelo atendimento, sem restrição de suas liberdades.

Neste contexto, ao considerar as relações de gênero na socioeducação - como é apreendido neste estudo - é necessário analisar de maneira criteriosa e aprofundada as dinâmicas e interações que permeiam esse âmbito. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2015), denominada como “Dos espaços aos direitos: A realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões”, o sistema da socioeducação dispõe um padrão, em que adolescentes pobres, majoritariamente negros e moradores de bairros periféricos constituem e fazem parte da medida socioeducativa no Brasil.

Quando analisadas as diferenças e semelhanças quantitativas da inserção de adolescentes do gênero masculino e de adolescentes do gênero feminino na medida socioeducativa, segundo o Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social (MDS, 2018), os meninos correspondem a um total de 104.143, enquanto as meninas representam um conjunto de 13.104 indivíduos.

Contudo, urge refletir sobre esta temática. Nesse sentido, podemos problematizar a questão da inserção de adolescentes e jovens na socioeducação, uma vez que, se meninos e meninas são autores de atos infracionais, torna-se pertinente indagar as razões subjacentes ao

expressivo número de indivíduos do gênero masculino submetidos a tal medida.

Conforme Davis (2018), a punição social reservada às mulheres é no âmbito privado, denominado como “domesticidade”, uma vez que os homens são punidos nas esferas públicas e as mulheres enfrentam métodos de regulação que são aplicados principalmente dentro do ambiente privado, no suposto “santuário” do lar. Conforme a filósofa, a violência doméstica e a influência imposta pelos homens sobre as mulheres atuam como mecanismos disciplinares dentro dos limites pessoais das relações. Assim, as mulheres estão menos propensas a responder por seus atos infracionais enquanto protagonistas, pois são já tolhidas antes mesmo de chegarem ao sistema de justiça (MDS, 2018).

No entanto, é imperativo contemplar as perspectivas das adolescentes e jovens que estão vinculadas ao sistema socioeducativo, levando em consideração sua identidade e as demandas específicas que delas emanam.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, empírico e de pesquisa-ação (Thiollent, 2011), em que a coleta de dados ocorreu em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em um município do interior paulista, com aproximadamente 75 jovens e adolescentes autores de atos infracionais, discentes de escolas públicas e que foram atendidos pelo serviço de execução de medidas socioeducativas naquele momento da pesquisa (CAAE: 68264423.0.0000.5465), sendo 9 (nove) adolescentes meninas e 66 (sessenta e seis) adolescentes meninos.

As/Os jovens foram divididos em três grupos e a divisão dos participantes ocorreu sob a responsabilidade do serviço de execução da medida (CREAS). Entretanto, devido aos abandonos, regressos e a sanções sofridas pelos(as) jovens, os grupos se organizavam, compondo novas formações, o que tornava o trabalho complexo, uma vez que as oficinas tiveram que ser pensadas e repensadas, mediante a cada característica e *momento* de cada grupo. As oficinas tinham como finalidade promover discussões sobre a vida, expectativas de futuro, sonhos e o contexto real de vida de cada adolescente.

Ainda, para o desenvolvimento aprofundado da pesquisa, foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas, com 9 (nove) adolescentes meninos e 1 (uma) adolescente menina que frequentaram o CREAS durante o estudo, sendo importante ressaltar que a entrevista só ocorreu com uma participante devido a circunstância de ser a única existente na medida socioeducativa (LA) naquele momento da pesquisa. As entrevistas tinham como objetivo investigar e aprofundar as temáticas desenvolvidas nas oficinas.

Os dados coletados e as atividades desenvolvidas com as/os adolescentes foram registrados em diário de campo pelos membros integrantes da Pesquisa, posteriormente organizados e analisados conforme a Análise de Conteúdo, no sentido de que “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (Bardin, 2010, p.45).

## ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados coletados, verificou-se que 88% dos participantes da pesquisa eram do sexo masculino, em que se apresentam como Homem Cisgênero, já as participantes do sexo feminino, na qual se mostram como Mulher Cisgênero correspondem a 12% dos integrantes da pesquisa. Nesse sentido, ao analisar a idade das meninas, constatou-se que as meninas possuem a idade entre 15 e 19 anos, com uma maior concentração entre 16 e 17 anos.

Já no que tange às informações sobre o contexto familiar, verificou-se que a quantidade de participantes que possuem filhos, é de 9 adolescentes, sendo: 5 jovens meninas e 4 jovens meninos.

Ainda, observou-se que das 5 jovens que possuem filhos, 3 engravidaram ao longo do cumprimento da medida socioeducativa; 1 adolescente se tornou genitora antes do processo socioeducativo, levando seu filho, de aproximadamente 3 anos de idade, ao CREAS; e 2 engravidaram um momento antes da medida e tiveram seus filhos durante o cumprimento, sendo que 1 teve um bebê natimorto.

Constatou-se também que 4 das 5 adolescentes-mães, foram autoras de atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas e 1 relacionada ao roubo. Similarmente, todos os jovens que são genitores também estão envolvidos com o ato infracional de tráfico de entorpecentes.

No tocante à responsabilidade dos filhos, foi constatado que as mulheres possuem uma maior obrigação, uma vez que 2 dos filhos dos genitores moram com as mães, 1 com a avó paterna e 1 mora com o pai, em um ambiente familiar conflituoso, dado que o jovem apresenta comportamento violento a sua companheira. Já na realidade das adolescentes-mães, foi constatado que elas possuem a atribuição no cuidado dos filhos.

Assim sendo, é possível compreender que a maternidade é um elemento particular que configura a identidade e a trajetória de vida dessas adolescentes, exercendo influência significativa em suas decisões e aspirações. Uma vez que as projeções de futuro - sonhos, expectativas, desejos - representa um conceito fundamental na obra de Vigotski para compreender a juventude, dado que o desenvolvimento psicológico depende da atividade social, sendo cada período do processo marcado por uma atividade dominante, além de tangenciar novos interesses e motivações.

Podemos elencar a fala da adolescente Lívia, de 16 anos de idade, mãe e cuidadora de uma criança de, aproximadamente, 3 anos de idade, a qual relata um anseio de proporcionar tudo aquilo que não teve em sua infância, como sucedeu na oficina sobre Identidade, ministrada por um pesquisador francês:

A jovem Lívia pegou uma carta que continha um lobo segurando um rato, segundo a garota, representa as pessoas que ela não gosta. Ela diz que parece ela segurando o pai do filho dela, pensando “mato ou não mato”. Futuro: Dar tudo ao filho que ela não teve. De acordo com ela, ela segue vários caminhos. Se o caminho da honestidade não der certo, ela vai para o errado (Diário de Campo, 2022, p.83).

Nesse contexto, observa-se que as jovens apresentam uma condição de manifestações

públicas de comportamentos associadas à feminilidade, em que se comportam segundo o papel social que foi designado a elas ao nascer, mediante aos corpos e a de um suposto determinismo biológico - fêmea (Reis, Pinho; 2016; Butler, 2015; Segato, 1998). Assim, como o gênero, raça e classe são categorias de leitura da sociedade, é verificável que estas meninas aspiram expectativas, sonhos e desejos que a sociedade projeta desde a infância, como a maternidade e a constituição de único familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, observou-se que a maternidade emerge como um componente específico que molda a identidade e a jornada de vida dessas adolescentes, exercendo notável influência em suas escolhas e aspirações. Contudo, é perceptível que este tema não recebe a devida atenção no âmbito da socioeducação, sendo frequentemente negligenciado.

Em vista disso, restou como indicativo a necessidade de espaços dialógicos e reflexivos para que as/os adolescentes/jovens possam, de fato, durante a medida socioeducativa, (re) pensar sobre as suas projeções de futuro e questões sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; AZEVEDO, Cinthya Rebecca Santos. Adolescência e Ato Infracional: Violência Institucional e Subjetividade em Foco. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Jul/Set. 2017 v. 37 n°3, 579-594.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BRASIL. **Lei No 12.594, De 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Diário Oficial da União, Brasília.
- BRASIL, **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- CARDOSO, Priscila Carla. **A Construção de Identidade de Adolescentes Autores de Atos Infracionais Durante Suas Trajetórias Escolares**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.
- CARVALHO, Diego Sousa de. Estado, juventude e narrativas do sistema socioeducativo: direitos humanos, saúde e políticas sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2021.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dos espaços aos direitos: A realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. **Relatório. Brasília: Conselho Nacional de Justiça**, 2015. Disponível em:  
<<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/cb905d37b1c494f05afc1a14ed56d96b.pdf>> Acesso em: 22 set. 2023

COSTA, Cibele Soares da Silva; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; SILVA, Eralayne Beatriz Félix de Lima. Vivências nas Medidas Socioeducativas: Possibilidades para o Projeto de Vida dos Jovens. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2019 v. 39, e186311, 1-16.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003186311>.

DAVIS, Angela. **Estarão as Prisões Obsoletas?**. Editora Difel. Rio de Janeiro, 2018.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: Identidades, Expressões e Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016.  
Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 01 ago. 2023

**RELATÓRIO DA PESQUISA NACIONAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Relatório. Brasil, 2018. Disponível em:  
<[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/relatorios/Medidas\\_Socioeducativas\\_em\\_Meio\\_Aberto.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2023

SOUZA, Juliana Cavicchioli de. **Medidas Socioeducativas em meio aberto: a compreensão de jovens autores de ato infracional**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, 2019. Disponível em:  
<<http://hdl.handle.net/11449/190925>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

SEGATO, Rita. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18o Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

## **PRÁTICAS ESPACIAIS JUVENIS: OS JOVENS DA PERIFERIA DO NAVEGANTES NA CIDADE DO RIO GRANDE – RS**

Leonardo da Silva Greque Junior, Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Juliana Cristina Franz, Universidade Federal do Rio Grande – FURG

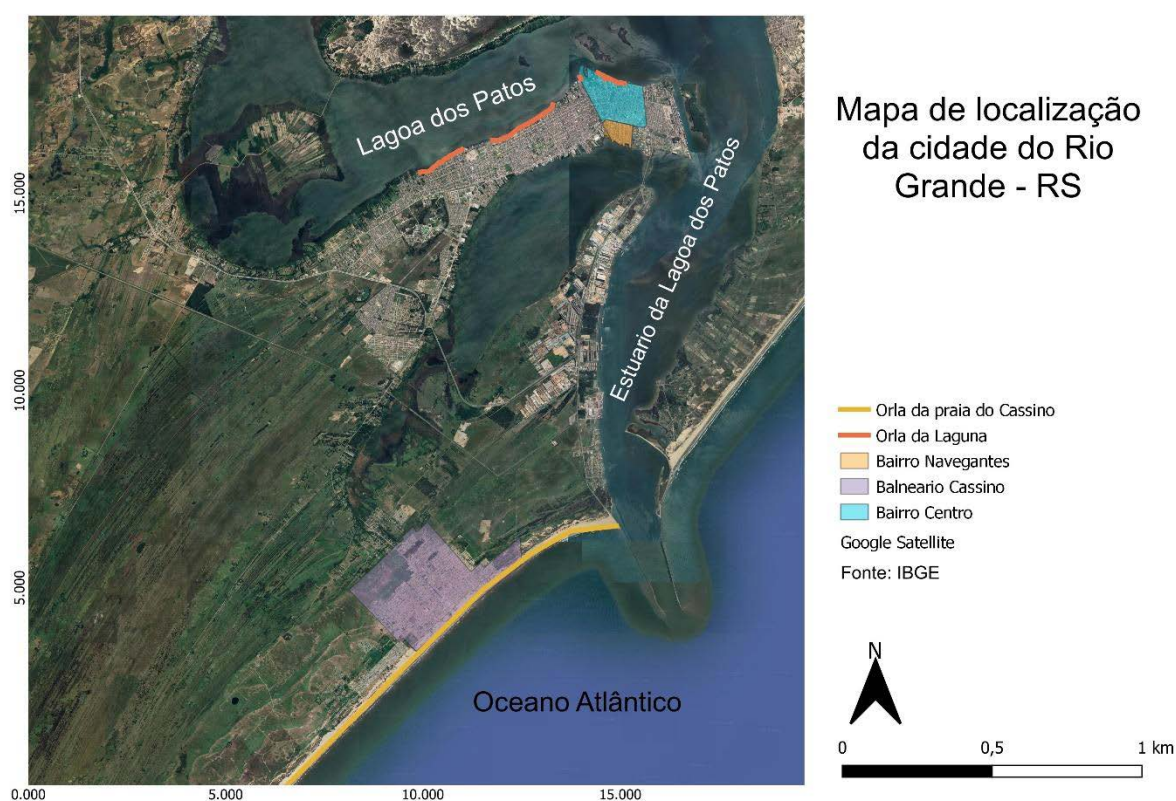
### **Introdução**

As experiências juvenis são influenciadas por diversos elementos que atravessam a vida dos sujeitos, estes elementos, por vezes, não são considerados ao pensar as juventudes, mas que, no entanto, são significativos e apresentam indícios dos meios pelos quais os jovens estão constituindo-se ao mesmo tempo que produzem os espaços que vivenciam cotidianamente. Esta pesquisa traz uma perspectiva geográfica em que objetiva identificar, por meio das práticas espaciais, a vivência e apropriação dos espaços da cidade dos jovens periféricos moradores do bairro Navegantes na cidade do Rio Grande – RS.

O bairro Navegantes apresenta características espaciais próprias, embora situado limítrofe da centralidade urbana, contém elementos que o aproxima de uma periferia social,

distinguindo-se das periferias espaciais situadas as margens de outras porções do território brasileiro. Conforme é possível observar na Figura 1, o município do Rio Grande – RS possui profunda relação com os ecossistemas aquáticos, em uma zona de confluência entre a Lagoa dos Patos e o oceano Atlântico, assim, estes espaços costeiros constituem as experiências destes jovens, destacando-se a orla da laguna e o Balneário Cassino.

Figura 1 – Mapa de localização do Rio Grande - RS



Fonte: Elaborado pelo autor

## Metodologia

Nesta seção do texto apresenta-se os caminhos metodológicos adotados para a realização deste trabalho, portanto, optou-se por fazer o emprego de uma abordagem qualitativa. Para Moreira e Lima (2015), a perspectiva qualitativa permite compreender de forma complexa e aprofundada questões subjetivas da ação humana, desvendando, a partir de procedimentos metodológicos apropriados, os significados e características dos fenômenos

investigados.

Além disso, fez-se necessário ouvir os jovens para compreender alguns elementos que constituem as suas experiências, assim buscou-se a compreensão das espacialidades juvenis, nesse sentido, a utilização da técnica de cartografia social possibilitou o entendimento dos sujeitos de grupos sociais fragilizados, permitindo entender como eles experienciam suas espacialidades (Faria, 2020). Assim, a utilização destas técnicas são importantes para compreender as espacialidades dos jovens e as suas apropriações dos espaços da cidade.

## **Resultados e Discussões**

Buscando apreender as experiências dos jovens periferizados através de suas práticas socioespaciais, entende-se por meio destas ser possível compreender as condições em que os sujeitos estão inseridos. Então, pensar o espaço é pensar os sujeitos como agentes, logo, os jovens da periferia do Navegantes são produtores dos espaços aos quais experienciam. Colocando o espaço não apenas como um passivo onde as pessoas se organizam e se reproduzem naturalmente, pois o espaço constitui e é constituído pelas relações sociais que nele se manifestam, nesta dialética indissociável, dotados de contradições e movimentos.

Nesta direção, as reflexões sobre as práticas dos agentes se cristalizam na dimensão do vivido, nas práticas cotidianas das pessoas. Assim, nas sociedades capitalistas as cidades e o urbano surgem mediados pelos meios de produção, mobilizando a pensar as formas como os sujeitos experienciam as cidades, quais suas vivências e práticas espaciais (Carlos, 2004). Desta forma, ao discutir a cidade Carlos (2004, p.7) salienta as práticas socioespaciais como o “[...] modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação”. Então, à medida que as sociedades produzem o espaço elas se apropriam dele e o dominam.

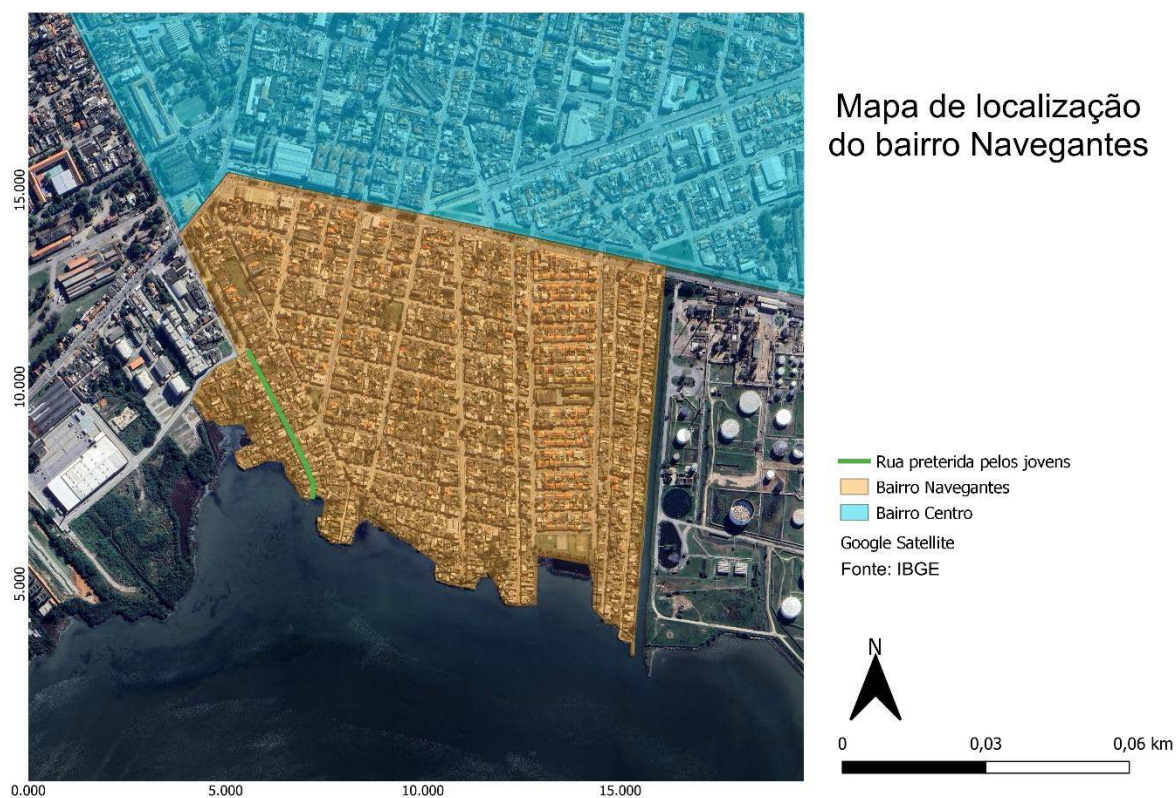
No entanto, neste processo os sujeitos não apenas se produzem em termos de suas subjetividades, mas estão produzindo os espaços onde estão inseridos, a partir de suas práticas espaciais e na forma como se apropriam dos espaços. Em tempo, pensar as juventudes é também pensar suas espacialidades e suas práticas espaciais, pois como afirma Gamalho (2015, p. 109) “Através de suas práticas, experiências e processos representacionais os sujeitos são produtores ativos do espaço”.

O exercício das investigações sobre as juventudes em primeiro momento poderia parecer uma investigação sobre sujeitos ou grupo de sujeitos, na verdade, imbrica em uma análise sobre as condições materiais, temporais, espaciais e, conseqüentemente, culturais das quais os jovens sujeitos estão inseridos. Desta forma, buscamos entender as juventudes nos afastando de uma visão e percepção adultocêntrica que invisibiliza e hierarquiza a forma como os sujeitos vivem ou não as suas juventudes. Groppo (2004, p. 43) compreende que “a juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres.

Desta forma, utilizando da técnica de cartografia social foi possível compreender as

espacialidades da cidade em que os jovens transitam e em quais momentos de suas vidas experienciam estes espaços, logo, no emprego da técnica compreendemos que para todos os participantes da pesquisa o bairro onde moram, o Navegantes, representado na Figura 2, mostrou-se como uma dimensão significativa de suas experiências juvenis. Estes jovens apontaram que as atividades de lazer são as mais realizadas dentro dos limites do bairro, mas estas não se restringem a este, pois outras espacialidades da cidade, são recorrentemente indicadas na realização das práticas de lazer. Dentre as atividades que frequentemente ocorrem nas fronteiras do bairro estão os momentos de socialização com seus amigos, eventos como batalhas de rimas e a prática religiosa – dentre os participantes da pesquisa, apenas as religiões de matriz africana foram apontadas. Além das atividades de lazer, os jovens indicam que realizaram a educação básica nas escolas do bairro, concluindo total ou parcialmente esta formação nestas instituições.

Figura 2 – Mapa de localização do Navegantes



Fonte: Elaborado pelo autor

Por outro lado, os jovens traçam no mapa que a maior parte das suas atividades cotidianas ocorrem nas espacialidades de outros bairros, as práticas de socialização com amigos, parceiros românticos e realização de esportes se realizam nas orlas da costa rio-grandina, tanto da laguna quanto do balneário conforme a Figura 1. Os eventos artísticos como as batalhas de rima também são realizados em outros bairros da cidade como no Centro e no Cassino. No que diz respeito ao trabalho dos jovens, estes localizam-se no Centro da cidade, preferindo este em detrimento de outros pela facilidade no deslocamento. Ainda foi solicitado que os jovens

apontassem os espaços que mais gostam da cidade e os que menos gostam, estes identificam que os locais favoritos são a orla da laguna e o Balneário Cassino, já o espaço preterido foi apontado, de forma unânime, como uma rua do próprio bairro Navegantes, justificando suas respostas pela alta presença de usuários de drogas e a percepção de abandono à algumas crianças que residem ali.

## Conclusões

Desta forma, na busca pela compreensão da vivência espacial dos jovens moradores da periferia do Navegantes percebemos que não existe uma homogeneidade na forma como eles realizam suas práticas e experiências espaciais, tão pouco suas vivências de juventudes serão as mesmas haja visto que existem diferenças significativas na configuração da própria periferia onde residem. Assim, por meio da cartografia social podemos compreender como parte dos jovens que vivem na periferia do Navegantes experienciam espacialmente a cidade onde moram. Os resultados indicam o bairro Navegantes como significativo na vida desses jovens, sendo o espaço onde realizam atividades de lazer, religião e educação básica. No entanto, as práticas de socialização, eventos artísticos e trabalho ocorrem em outras partes da cidade, destacando a relevância das orlas da Lagoa dos Patos e do Balneário Cassino, bem como do Centro, como espaços de interação e recreação.

## Referências

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

FARIA, A. P. **Reflexões sobre cartografia social**: comunidades tradicionais na luta por direitos e valorização. Fórum nacional nepeg, x, brasil, ed. 10, p. 261-269, 2020.

GAMALHO, N. P. **Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias**: práticas e espaços de representação de jovens do Guajuviras - Canoas/RS. Orientador: Álvaro Luiz Heidrich. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia), UFRGS, Porto Alegre - RS, 2015.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004.

LIMA, M. D. S. B.; MOREIRA, É. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015.

## AS ESPACIALIDADES DOS JOVENS NEGROS EM PORTO ALEGRE-RS

Bruno Xavier Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **Introdução**

O texto a seguir é parte de um projeto de doutorado em andamento, que investiga a vida dos jovens negros em Porto Alegre-RS e convida a ciência geográfica a pensar a espacialidade deste grupo a partir de suas trajetórias socioespaciais. Por se tratar de um debate que tem como horizonte problematizar as relações entre raça e espaço a partir das experiências de jovens negros, dialogo com autores que trazem a noção de raça como instituidora de georeferências culturais - Santos (2010, p.141) - e representações de mundo hierárquicas - Ratts (2004, p. 85) conformadoras de subjetividades moderno-coloniais eurocentradas PORTO-GONÇALVES (2009, p. 10) que alimentam o racismo, para no seu limite pensar as práticas espaciais desde as lutas contra ele.

O problema de pesquisa reside em “De que forma os jovens negros do bairro Bom Jesus produzem espacialidades em Porto Alegre/RS e como suas representações de espaço revelam relações com a educação geográfica”?, e desde aí se buscará potencializar fundamentos e práticas espaciais da juventude negra, reconhecendo e valorizando sua humanidade e protagonismo pelas suas experiências com a cidade. A essas experiências chamo de espacialidades, envolve os lugares e as trajetórias de uma pluralidade de atores, suas identidades, relações, experiências humanas.

Enquanto movimento interativo constante as trajetórias juvenis constroem sua sociabilidade e subjetividade, regidas por desigualdades relações de poder, explica Massey (2000, p. 12), as quais carregam conflitos, também produtores de subjetividades. Essa experiência com o espaço, em se tratando dos jovens negros, contingenciam as formas pelas quais são formados políticas de negociações, invenções e improvisação no vier a cidade e acessar seus espaços, isto é, novos arranjos são formados (Massey, 2000). Empiricamente, nos interessam as espacialidades dos jovens negros do bairro Bom Jesus em Porto Alegre-RS, por se tratar, de acordo com Cardoso (2021, p. 713) de um bairro constituído por sujeitos da classe trabalhadora em uma periferia urbana, territorialmente constituída a partir do desmantelamento dos territórios negros do centro da cidade, que encabeça o posto de ser a capital brasileira com desigualdade racial mais acentuada no

país. Historicamente, a formação do espaço urbano de Porto Alegre ocorre marcada por trajetórias de segregação racial e socioespacial e seus processos de luta característicos, e é desde o lugar dessas lutas que as populações negras e periféricas reinventam suas formas de viver, e a trajetória dos jovens negros do bairro Bom Jesus não ocorre ileso dessas lutas. Investigar essas espacialidades significa entender, na tessitura da rede de sociabilidades dos jovens, como coexistem com conflitos próprios e arranjos singulares, constituem suas identidades e fomentam seus processos de cidadania.

## **Objetivo Geral:**

Compreender as espacialidades dos jovens negros do bairro Bom Jesus, em Porto Alegre-RS e como suas representações de espaço produzem conhecimento à Geografia escolar.

## **Objetivos específicos:**

Investigar as trajetórias socioespaciais dos jovens negros do bairro Bom Jesus em Porto Alegre-RS;

Discutir as espacialidades e representações desses jovens na/da cidade; Analisar a trajetórias socioespaciais desses jovens como direito à cidade e do fazer político;

Apreender significados e sentidos das práticas juvenis;

Problematizar os jovens como sujeitos do conhecimento e da produção espacial;

## **Abordagem teórico-metodológica**

No presente projeto de pesquisa pretendo investigar com os jovens negros a condição geográfica de suas espacialidades na cidade de Porto Alegre, afim de incorporá-las na análise geográfica e problematizar os modos pelos quais o espaço revela e conforma as relações raciais, discutindo a noção de juventudes a partir de práticas espaciais desses jovens.

<sup>1</sup>Publicado em 10 de maio de 2017 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os dados do relatório Desenvolvimento Humano mostram que Porto Alegre (RS) é a cidade com maior desigualdade entre negros e brancos no país. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/porto-alegre-lidera-desigualdade-entre-negros-e-brancos>

no-pais.htm. Acesso em 17 de maio de 2022.

A metodologia prevê a abordagem qualitativa no formato de uma pesquisa etnogeográfica que se utiliza de procedimentos investigativos diversos para apreender, gerar contrastes e generalizações dos percursos individuais e da experiência coletiva comum entre os jovens. Enquanto a abordagem qualitativa busca apreender significados e sentidos das práticas humanas, para Ramos (2021) a pesquisa etnogeográfica solicita que o pesquisador deva se aproximar do grupo pesquisado, conhecer suas práticas, os saberes-fazer cotidianos, as relações com meio e suas representações, como por exemplo o uso dos Grupos de Discussão (GD), enquanto método de reconstrução do contexto espacial dos jovens, de acordo com Weller (2006, p. 244) a principal fonte de coleta de dados, que permite a análise do meio social juvenil, bem como de suas visões de mundo ou representações coletivas.

Pelo explicitado, destaco os seguintes procedimentos para encaminhar a investigação: estudo bibliográfico e documental e aplicação de formulário sociocultural - Weller (2006) para identificação dos jovens; pesquisa com imersão em campo com diário de campo (DC), a partir do diálogos com os jovens, imersão cotidiana pela etnogeografia, diálogo de saberes e formação do GD para posterior aplicação das entrevistas narrativas individuais. Aprofundar as narrativas para construir uma análise por contraste com o conteúdo narrado compõem a finalização da interlocução dos jovens, e desde elas se escreve o relatório final da pesquisa.

## **Considerações**

Por meio da espacialidade as análises geográficas são enriquecidas e podem desvendar as geometrias do poder envolvido na formação das cidades e na posição que indivíduos e grupos ocupam na sociedade. Já não é novo que a racialidade estrutura os processos formativos do espaço e dos indivíduos, cuja prática espacial da juventude negra busca ser entendida pelo movimento de seus corpos na cidade e as representações dele decorrentes.

A importância do espaço às práticas juvenis aparece na sua teia de relações como suporte e mediação das relações sociais que o estruturam, cabendo à Geografia analisar a dimensão espacial das juventudes nas suas formas de produzir e apropriar-se da cidade mediante a criação de territórios e lugares pelos jovens. Dessas práticas podem originar múltiplas implicações entre o espaço e a coexistência, logo a possibilidade de (re)imaginar novas espacialidades como saberes e práticas que nos permitam enxergar a cidade sob

distintos arranjos e sociabilidades, que em se tratando da corporeidade espacial do jovem negro revelam outras perspectivas ao espaço, com contornos desiguais que se combinam na multiplicidade de trajetórias que o produzem.

Logo, a espacialidade surge como estratégia da prática juvenil no enfrentamento da vida urbana em suas múltiplas determinações. Essa é a condição para o desenvolvimento de uma compreensão construtivista do conhecimento geográfico, dialogado e reelaborado pela consciência espacial dos jovens.

## **Referências:**

CARDOSO, Taissa Elisangela Gomes et alli. Territórios Negros: olhares da presença negra na periferia urbana de Porto Alegre. In: Pires, Claudia Luisa Zeferino e all. **Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Letra 1, 2021.

MASSEY, Dooren. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Pires, Cláudia Luisa Zeferino et all (org). **Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Letra 1, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia do sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2009.

RATTS, Alex. **As etnias e os outros: as especialidades dos encontros/confrontos**. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 17-18, jan./dez. de 2004. pp. 77-89.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de geografia e a Lei 10.639: algumas discussões de currículo. In: SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos (org.). **Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude Negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

TURRA-NETO, Nécio. Definir juventudes como ato político: Na confluência entre orientação de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015.

Weller, Wiivian. **Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, 2006.

#### **MINI-DOCUMENTÁRIO: PEGA A VISÃO**

Thales Rodrigo de Siqueira  
Universidade São Judas Tadeu  
Bruna Gabriela Marques  
Universidade São Judas Tadeu  
Kevin Guilherme Alves Silva  
Colaborador e consultor  
Mariana Dimes Vicente  
Universidade São Judas Tadeu

Luis Eduardo Vieira Dias  
Universidade São Judas Tadeu

## RESUMO:

Com a intenção de divulgar o conhecimento científico de forma “alternativa” produziu-se o minidocumentário “*Pega a visão*”, desdobramento da investigação de mestrado em Educação Física intitulada: “*Pega a visão: Fotografia participativa, culturas juvenis e Educação Física escolar*”. O curta-metragem revela inquietações de um professor-pesquisador frente aos desafios do cotidiano da escola pública de tempo integral, em que se argumenta sobre o trabalho com estudantes dos anos finais do ensino fundamental II, no contexto das aulas de Educação Física Escolar. No entrelaçar da pesquisa, inspirada na educação para consciência crítica de Paulo Freire, no currículo crítico de Educação Física e na abordagem da Fotografia Participativa, emergiu o tema gerador das culturas juvenis. Tais manifestações culturais fizeram ecoar as vozes juvenis território investigado, conclamando pelo direito de (re)existir no ambiente escolar, questionando a cultura do silêncio impregnada no sistema educativo e movimentando saberes expressos por meio de múltiplas linguagens traduzidas pelas culturas (*hip hop, k-pop, graú, poesia-slam, e outras*), todas possíveis de serem incorporadas ao currículo de Educação Física Escolar. Consideramos que a produção do mini-doc pode ser uma possibilidade de apresentação acerca da experiência vivida mergulhada em sensibilidades e afetos, dimensões caras à pesquisa qualitativa crítica.

## PALAVRAS-CHAVE: DOCUMENTÁRIO. CULTURAS JUVENIS. EDUCAÇÃO FÍSICA

DENZIN, Normam. Kent. *Investigação Qualitativa Crítica*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2018.

CARRANO, Paulo. Cesar. Rodrigues. *Identidades culturais juvenis na escola: arenas de conflitos e possibilidades*. In: MOREIRA, Antônio. Flavio; CANDAU, Vera. Maria. (Org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010

MARQUES, Bruna. Gabriela.; MIRANDA, Maria. Luiza. Jesus. *Fotografia Participativa: implicações do método colaborativo para as pesquisas em Educação Física e Saúde*. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 20, n. 6, 2015, p. 545-546.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**: Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2021.b

## CIBERESPAÇO E JUVENTUDES NO ESPAÇO ESCOLAR

Naomi André Cambará Barbosa  
Universidade Federal de São Carlos

## Resumo

As redes sociais virtuais na contemporaneidade possuem um papel importante nos processos de sociabilidades. É visível o espaço que as redes sociais virtuais ganharam no cotidiano e nos espaços escolares, integrando-se com as espacialidades dos sujeitos. Um dos pontos negativos dessa forma de relação social nas escolas são as diferentes formas de violência, dentre eles podemos destacar a relação entre o *ciberbullying* e os massacres que ocorrem nas escolas. Desse modo, essa pesquisa busca relacionar as interações nas redes sociais virtuais, neste caso os relatos desses sujeitos jovens que estão inseridos nos espaços escolares, o *ciberbullying* e os massacres nas escolas. A intenção é considerar as redes sociais virtuais como mecanismo de busca para os relatos desses sujeitos, caso for identificado, então criar ferramentas de interpretação e prevenção para possíveis futuros ataques ou ameaças.

**Palavras-chave: Ciberespaço, juventude, Etnografia Virtual, Netnografia.**

## Introdução

Na contemporaneidade a juventude vem sendo amplamente discutida como uma categoria social, ser jovem engloba múltiplos entendimentos, nos quais podem ser abordados através de múltiplas interpretações e fatores.

A juventude torna-se uma pauta a partir das representações que as mesmas possuem no contexto geográfico, desta forma, a juventude pode ser categorizada como um fenômeno social e geográfico. As vivências juvenis ganham novas percepções a partir da interpretação de mundo desses jovens. Turra Neto (2008), retrata acerca da multiplicidade de culturas juvenis, culturas essas que são diversificadas constituindo desta forma diversificados estilos e práticas sociais.

Uma das diversas formas de pesquisar e trabalhar com a juventude é através do comportamento dos jovens no ambiente virtual. A nova ascensão de todos os aparatos tecnológicos nos trouxeram múltiplas contribuições e novas possibilidades de se pensar em sociabilidade, como a popularização das redes sociais e a explosão de múltiplos aplicativos. É notório que as formas de experienciar o espaço foram se modificando em virtude da expansão das múltiplas tecnologias em termos de mídias sociais, o que condiciona diferentes sujeitos a produzir e viver novas espacialidades, a partir do virtual.

Nos últimos anos, observou-se que houve um aumento expressivo nos ataques escolares, onde há diversos episódios de violência escolar. Esses ataques não estão condicionados somente através do espaço físico da escola, mas estende-se para o ciberespaço.

Todos os sujeitos que estão inseridos no ambiente escolar estão sujeitos a violência. Zaroni e Brown (2016) descrevem que a violência pode estar presente nos mais variados cenários, entretanto, suas formas irão se diferenciar e se modificar ao decorrer do tempo. A violência não irá se restringir apenas a um único espaço ou uma única forma de ser executada,

segundo os autores Zanoni e Brown (2016), elas estarão presentes em múltiplos contextos, de forma que muitas vezes, sequer serão percebidas.

O cotidiano desses alunos não se restringe somente às vivências dos mesmos nos espaços escolares, mas igualmente no ciberespaço, em que a prática de exclusão igualmente torna-se frequente. Uma nova prática de exclusão vem através do *ciberbullying*, que ocorre nesses espaços de sociabilidades virtuais e possui o mesmo intuito do *bullying*, entretanto se manifestam de formas diferentes. Esse comportamento não irá se limitar somente a um determinado espaço ou forma, mas se manifestará através das novas formas de cotidiano que perpassam as vivências juvenis.

As práticas espaciais cotidianas são formadas pela diversidade da juventude (Cavalcanti, 2013), os jovens são agentes do processo de produção do próprio ciberespaço, onde constituem múltiplas formas de produzir esses lugares. Desta forma, compreende-se que a articulação e inserção dos mesmos, ocorrerá de diferentes maneiras a partir de suas particularidades. Os espaços de sociabilidades juvenis estão expressos não somente no espaço físico da escola, mas no próprio ciberespaço, como em comunidades virtuais que terão múltiplas funções.

## **Objetivo**

Tendo em vista a discussão trazida anteriormente, pretende-se analisar como os jovens experienciam o ciberespaço e o espaço escolar, trazendo assim, um entendimento das dinâmicas espaciais dos mesmos. O objetivo desta pesquisa é estudar as relações sociais virtuais juvenis a partir de suas experiências de *bullying* nos espaços escolares. Após uma discussão, foi observado que há algumas redes sociais que são mais utilizadas pelo público juvenil, sendo elas: Youtube e Twitter.

## **Metodologia**

Através da análise prévia através das Redes Sociais Virtuais, a etnografia virtual torna-se uma metodologia possível para que o pesquisador tenha uma melhor inserção no espaço em que os sujeitos estão alocados. A fim de transpor as relações das redes sociais virtuais para o ambiente escolar, busca-se então uma pesquisa que relacione os dois ambientes pesquisados. A metodologia aqui abordada, parte da hipótese de que as relações sociais virtuais influenciam o comportamento da juventude nos espaços escolares, tendo como enfoque o *bullying* relatado em postagens de redes sociais virtuais e suas reverberações nos espaços escolares.

Na Geografia, autores como Turra Neto e Cavalcanti têm se dedicado a pensar a juventude tanto enquanto categoria social quanto comunidade para a qual o Ensino de Geografia deve ser destinado. De acordo com Turra Neto (2013, p. 46) às “culturas juvenis urbanas soma-se, portanto, uma preocupação com as transformações mais amplas na sociedade local, decorrentes de processos de modernização, urbanização e integração ao mundo”. Por isso, as preocupações para com essa comunidade também são preocupações com as próximas gerações e com o futuro que a juventude atual busca construir, juventudes essas que igualmente

encontram-se nos espaços escolares.

Nesta pesquisa serão utilizadas duas metodologias com enfoque qualitativo, no qual aborda uma leitura imersiva por parte do pesquisador e igualmente a etnografia virtual. O âmbito das virtualidades se constitui como um espaço geográfico, desta forma sendo possível que as relações sociais sejam intermediadas no ciberespaço. A leitura imersiva é realizada a partir da inserção da pesquisadora nas Redes Sociais que aqui foram destacadas acima. Santaella (2004) cita que existe uma prontidão sensorial que está envolvida com o leitor imersivo, desta forma, significando que todas as partes sensoriais igualmente fazem parte do processo de consumo dessas mídias sociais.

Arelado com a leitura imersiva, surge a Etnografia Virtual que é descrita por Angrosino (2009), como uma comunicação eletrônica se baseia na palavra escrita ou imagens. A Etnografia se constitui como uma constância de uma vivência pelo pesquisador. Já com a etnografia virtual, a mediação da tecnologia estará presente durante todo o processo, tanto na participação observante, quanto na observação participante. Mercado (2012) cita que através da etnografia virtual é possível observar a grande diversidade das formas de sociabilidades.

A observação participante que Mercado (2012) descreve é como o pesquisador irá observar os desempenhos e comportamentos no ciberespaço, isso pode ser realizado através da própria inserção no espaço virtual nas comunidades virtuais.

Para a Rede Social Twitter, a metodologia implementada será a Netnografia, a partir da análise de conteúdo e da utilização de *softwares*, como o *Apify*, que se caracteriza como uma plataforma de automação e busca de termos específicos. Mercado (2012) cita que a netnografia torna-se de fundamental importância para a análise das comunidades virtuais e seus processos de sociabilidade.

## **Resultados esperados**

A partir da metodologia aplicada, busca-se entender se há uma relação direta entre os grupos sociais virtuais e os massacres escolares. A pesquisa e a etnografia virtual estão em andamento, no entanto, uma análise prévia foi realizada através das redes sociais já mencionada, assim como a coleta de relatos dos usuários acerca da questão dos massacres escolares.

Através da análise prévia, foi possível dimensionar que as redes sociais de determinada forma potencializam os casos de massacres escolares. Igualmente, almeja-se estudar se os grupos sociais virtuais além dos casos de *ciberbullying*, possuem planejamentos para massacres escolares, igualmente se de determinada forma, esses espaços são facilitadores para o aumento dos casos de violência no espaço escolar.

Caso a resposta seja positiva para as hipóteses levantadas acima, planeja-se criar estratégias que visam a prevenção de novos massacres escolares. A compreensão das condições de violência nesses espaços torna-se de extrema importância para compreender e avançar na condição juvenil.

## REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, p. 74-86, 2013.
- MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p. 15, 2012.
- SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 296-307, Ago. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000200008&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200008&lng=en&nrm=isso)
- TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 2008. 526 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.
- ZANONI, Eliane; BROWN, Nohemí. Violência: Relação entre a indústria cultural de TW Adorno y M. Horkheimer e o discurso capitalista de J. Lacan. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 6, n. 1, p. 5-28, 2016.

## **O QUE QUERO SER QUANDO EU FOR JOVEM: ensaio sobre juventudes e culturas escolares dos estudantes na educação profissional técnica de nível médio**

Vinícius Felipe Oliveira (IFTM *Campus* Patrocínio)

Thiago de Faria e Silva (IFB *Campus* Recanto das Emas)

**Resumo:** As recentes reformas políticas na área da educação, representam a desvalorização do trabalho docente e dificultam a universalização do acesso ao ensino público e gratuito e ameaçam a formação humana e integral proposta pela educação profissional e tecnológica. Nesse contexto, é fundamental que esteja clara a direção a seguir pelas instituições ofertantes e pelos múltiplos sujeitos, embasados nas concepções e princípios norteadores. Pautado em uma discussão teórica em torno da análise dos conceitos de culturas escolares, identidades e juventudes, este texto pretende estabelecer uma problematização, no campo teórico, sobre a construção das culturas escolares dos estudantes na educação profissional técnica de nível médio e as concepções da juventude acerca da escola e sua função. Propõe-se que identificar e analisar as variadas culturas escolares presentes nos espaços e tempos da escola, contribui para compreender a pluralidade de visões de mundo dos estudantes. Além disso, essa concepção

contribui para a quebra do paradigma da juventude como fase da vida de mera transitoriedade; o ser jovem deixa de ser o inacabado e inconsequente, carente de propósitos, para significar ação, controle das mudanças e do tempo.

## Introdução

As recentes reformas políticas na área da educação, como o *Novo Ensino Médio* e a *PEC do Teto de Gastos* representam a desvalorização do trabalho docente e dificultam a universalização do acesso ao ensino público e gratuito; constituem ameaça, sobretudo, à formação humana e integral proposta pela educação profissional e tecnológica (EPT). Essas políticas neoliberais e conservadoras instituem o corte drástico nos investimentos e a redução da educação pública a uma formação limitada, voltada às classes mais pobres. Essa realidade impõe barreiras à superação da dualidade estrutural da educação e à concretização dos princípios e concepções da formação humana e integral (Moura, 2007).

Nessa conjuntura é fundamental que estejam bem definidos, pelas instituições ofertantes e por seus agentes, os rumos a seguir, embasados nas concepções e princípios norteadores da EPT. Ciavatta (2005), reforça a necessidade de lutar pela manutenção da educação profissional e tecnológica, a garantia de investimentos em educação e a compreensão de que a formação integrada é um projeto social. Dentre os caminhos apontados pela autora, destacam-se dois pressupostos para a valorização da formação humana integral: a adesão de gestores e professores responsáveis pela formação geral e específica e a articulação da instituição com os estudantes e familiares, em um esforço para a (re)construção de identidades.

O processo de valorização da EPT, no geral, e da educação profissional técnica de nível médio, em específico, perpassa, então, a busca pela compreensão das identidades e das culturas escolares das instituições e dos agentes que produzem suas existências nos espaços das escolas: estudantes, servidores e comunidade. Tal tarefa se torna complexa pela diversidade de trajetórias, possibilidades, histórias e perspectivas dos sujeitos, especialmente dos jovens estudantes que ingressam nessa modalidade de ensino.

Metodologicamente, este trabalho é pautado em uma discussão teórica e apoia-se na análise conceitual de três temas principais: culturas escolares, identidades e juventudes. A partir de pesquisadores reconhecidos por sua atuação na área dos conceitos, a análise se expande por artigos de periódicos publicados nas últimas décadas que se dedicaram, de forma restrita ou mais ampla, à discussão da articulação entre os temas, alocados, principalmente, em plataformas como, DOAJ e Scielo.

Fruto de pesquisa de mestrado, este texto pretende estabelecer uma problematização, no campo teórico, sobre a construção das culturas escolares dos estudantes na educação profissional técnica de nível médio e as concepções da juventude acerca da escola e sua função, em um contexto de diversidade oriunda da democratização do acesso à escola. Parte-se do argumento de que a escola deve saber, cada vez mais e de maneira efetiva, ouvir

os jovens que ingressam, os que almejam ingressar e também aqueles que já finalizaram seus cursos.

### **Culturas escolares e construção de identidades na escola**

No ambiente escolar, a maneira como as relações se desenrolam, conforme as regras, hábitos, organização dos espaços e tempos contam muito sobre aquele lugar. Os modos de interagir dos diferentes atores da instituição podem ser chamados de cultura escolar. Esta concepção apresenta-se como abrangente no sentido de definir a capacidade de cada escola desenvolver um conjunto específico de hábitos, normas e rituais que se diferenciam de uma cultura dominante, marcado profunda e claramente pela existência dos agentes envolvidos no cotidiano escolar (Viñao Frago, 1995; Julia, 2001).

É importante destacar, portanto, que o conjunto de aspectos que possibilita a identificação de uma cultura escolar é proporcionado pela atuação dos diferentes grupos. Esta possibilidade de distinguir uma pluralidade de práticas, existentes no cotidiano das pessoas reais que se relacionam na escola, faz desta um espaço no qual os indivíduos produzem grande parte de sua existência, atribuindo-lhe significados e fortalecendo o sentimento de pertencer. Nesse terreno florescem as identidades construídas individual e coletivamente.

Stuart Hall (2000) explica que, mesmo com a efemeridade e padronização da globalização, “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 1995). Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso [...]” (Hall, 2000, p.111-112).

### **Identidades: o ser jovem e o futuro**

Este processo de busca pela valorização da memória, das identidades e das culturas escolares na educação profissional técnica de nível médio, promovida por meio da interação entre os diferentes sujeitos, esbarra justamente na intensa diversidade que compõem o cenário da escola na atualidade. Apoiado em José Libâneo, Silva (2015) explica que a democratização do ensino no Brasil resultou no amplo acesso de jovens de todas as camadas sociais, levando consigo as características culturais de seus grupos.

Mais que destacar as diferenças culturais e as conseqüentes visões de mundo das juventudes, é importante discutir a maneira como as instituições escolares lidam com esse cenário, que é descrito como o *reino de perplexidade* por Chaveiro (2011, p. 179 apud Silva, 2015, p. 54): a instituição escolar, despreparada estrutural e pedagogicamente para receber os diversos grupos de jovens, impõem rotinas ultrapassadas aos jovens estudantes. Estes, por sua vez, deparam-se com uma tentativa de homogeneização de valores, que visa amarrar em um só padrão de currículos, organização dos espaços e de práticas cotidianas culturais, grupos das mais diversas características e visões possíveis. Diversas, diferentes e plurais *juventudes* (Dayrell, 2003).

## Considerações

Para finalizar, propõe-se que a verdadeira participação do jovem estudante na construção de sua própria vida escolar e na tomada de decisões sobre sua inserção no mundo do trabalho, fundamenta-se no alcance da consciência de sua própria condição enquanto sujeito social (Dayrell, 2003), produtor de sua própria existência. Concorde-se com Leccardi (2015), quando explica que os jovens vêm aprimorando a habilidade de ver no tempo presente a chance de criar, encontrar oportunidades e desenvolver-se sem a necessidade de aguardar um tempo futuro. Neste contexto, o *adiamento de recompensas*, situação na qual as realizações sempre estão no *vir a ser*, não é totalmente aceito.

Tal entendimento possibilita à escola, notadamente a educação profissional técnica de nível médio, a proposição de práticas pedagógicas que visem à formação humana e integral do jovem estudante, na qual o debate sobre o mundo do trabalho incorpore a sua participação como condição para a compreensão de seu lugar na sociedade como indivíduo. A concretude dos objetivos e dos princípios da educação profissional, principalmente a formação humana integral perpassa fortemente pelo alcance da articulação entre as aspirações dos estudantes e a função social da escola.

## Referências

- ClAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005. p. 01-20. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 01 nov 2021.
- DAYRELL, J. T. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, set., out, nov., dez. 2003, n. 24, p. 40-52. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.
- VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995. Disponível em: [http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0\\_06\\_ANTONIO%20VINA0\\_FRAGO.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf). Acesso em: 18 set. 2021.
- HALL, Stuart.. **Quem precisa de identidade?**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/379109238/HALL-Quem-Precisa-Da-Identidade>>. Acesso em: 16/08/2022.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod\\_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.
- MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, 2(23), 4-30, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/>

[ojs/index.php/HOLOS/article/view/11](https://ojs/index.php/HOLOS/article/view/11). Acesso em: 01 nov. 2021.

SILVA, Maciel Pereira da. Juventude(s) e a escola atual: tensões e conflitos no “encontro de culturas”. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 46-59, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REP-v14n12015-art04>. Acesso em: 07 nov. 2022.

## **O ANEL DE TUCUM, JUVENTUDES E A RELIGIÃO POPULAR**

Pesquisador: Ronaldo Guimarães Santos. Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás

**Resumo:** Este estudo analisa o anel de tucum, um símbolo de mística e compromisso com as causas sociais e a religião popular, bem como as juventudes, que também fazem parte dessa análise como agentes de transformação social. É um artigo de caráter bibliográfico e virtual que permeia a misticidade que esses elementos simbolizam. O anel de tucum vem do tucumã, que é uma planta sagrada para os povos indígenas da região Amazônica, e o anel de tucum, que é visto como um símbolo de sua cultura, ancestralidade e espiritualidade. A religião popular traz consigo o anel de tucum, que é frequentemente usado como um símbolo de fé, resistência e compromisso com as causas sociais. Ele é usado por pessoas de diferentes religiões, incluindo católicos, evangélicos, espíritas e umbandistas. As juventudes leigas são segmentos importantes da população brasileira. No contexto da religião popular, a juventude leiga tem um papel fundamental, ela é responsável por manter vivas as tradições religiosas, por promover a participação dos jovens na vida das comunidades e por contribuir para a renovação da religião popular. O anel de tucum é visto como um símbolo de fé, resistência e compromisso com as causas sociais. As juventudes leigas são importantes na condução desse símbolo. No contexto da religião popular, as juventudes leigas têm um papel fundamental nas comunidades. Elas também representam a diversidade e a resistência da religião popular brasileira.

**Palavras-Chave:** Anel de Tucum; Juventudes; Religião Popular; Amazônia.

## **PRÁTICAS CULTURAIS JUVENIS NA TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE**

Wellington dos Santos França

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho pretende problematizar o debate acerca da luta pelo direito à cidade tendo como foco a juventude oriunda da periferia que se organiza, do ponto de vista

cultural e político, por meio de batalhas de rima. Com o intuito de identificar o processo de ocupação de espaços públicos na cidade de Sorocaba, o texto presente, visa compreender a atuação dos coletivos juvenis que articulam tais batalhas, por meio de investigação de inspiração exploratória, considerando o debate referente às desigualdades socioespaciais marcadamente presente na realidade da cidade, e assim suscitar novas reflexões sobre os processos de ressignificação dos espaços públicos da cidade por meio da ação cultural.

### **BATALHA DE RIMA: RESISTÊNCIA E AÇÃO POLÍTICA/CULTURAL NO CONTEXTO URBANO**

Marcada por um processo histórico que remonta o avanço da industrialização a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento urbano da cidade de Sorocaba se transforma profundamente na década de 1990 por meio de ascensão da especulação imobiliária, uma vez que as grandes construtoras e imobiliárias passam a ter ação decisiva na condução da urbanização da cidade. Desta forma, podemos afirmar que “o mercado imobiliário, conjuntamente com o Estado se concretizaram como agentes hegemônicos da produção do espaço, destinando para as periferias mais desigualdades socioeconômicas (COMITRE, 2017. p. 791), consolidando uma perspectiva de urbanização baseada na lógica do lucro a partir da compreensão da cidade como produto, afastando de forma gradual o debate acerca do direito à cidade.

Sabendo que a garantia de tal direito passa pela ação do poder público e este se faz ausente da vida da maioria dos jovens, conseqüentemente ele é negado para esta parcela da população. Sendo assim, ocupar e se apropriar dos espaços urbanos se faz necessário para que uma nova perspectiva se apresente. “O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil (DAYRELL, 2002. p. 119)”. Diante deste cenário, onde a evolução da urbanização segue a lógica do mercado, a cultura, enquanto prática, tem contribuído de forma significativa para os processos de ressignificação dos espaços públicos.

No bojo das práticas culturais, a presença juvenil aparece de forma significativa, a partir da experiência concreta da prática, pois, diversos coletivos juvenis têm se apropriado dos espaços urbanos, a fim de transformá-los, contribuindo para o estabelecimento de uma nova dinâmica, garantindo que os mesmos tenham capacidade de contribuir para o desenvolvimento das pessoas por meio de processos de sociabilidade.

O desenrolar da construção da identidade juvenil perpassa pela análise da condição social dos indivíduos, afinal, a identidade se faz por meio das relações sociais que é possível estabelecer com as pessoas que se convive, ou nos espaços que se transita. “A socialização e a formação dos sujeitos são entendidas como o processo mediante o qual os atores constroem sua experiência (DUBET, 1997, apud DAYRELL, 2002, p. 121 e 122)”.

Diante desta condição, não poderia ser diferente o fato de coletivos juvenis estarem se apropriando de espaços urbanos, descartando imagens estigmatizadas que se constroem da população juvenil. Desta forma, Abramo (1994), colabora com a reflexão ao afirmar que “é necessário compreender a dimensão social e histórica das condições e expressões juvenis, uma

vez que algumas surgem como respostas vinculadas à conjuntura do período (p. 5 e 6)”.

Com base nesta compreensão, entende-se que as várias práticas juvenis dinamizam a participação de jovens no cenário público, pois, segundo Pereira (2017), as práticas desenvolvidas pela população juvenil demonstram “como a noção de juventude é construída (p. 16)”, assim como os jovens são capazes de reinventar o urbano e a cidade com base nas “práticas que possuem um forte signo juvenil (p. 16)”. Desta forma, a cidade se apresenta como um verdadeiro palco para diversas expressões desenvolvidas pela população jovem.

Neste contexto de disputa pela cidade, as batalhas de rima se destacam no processo de ocupação dos espaços públicos, possibilitando a transformação desses espaços, dando sentidos e significados através do uso, contribuindo para desvirtuar a ordem, ou seja, romper com a lógica com que lugares e espaços urbanos foram pensados e projetados. De acordo com Melo e Leite (2013), ao ocupar os espaços os jovens proporcionam novos sentidos a estes através das experimentações. Desta forma, as batalhas de rima se apresentam como uma possibilidade real de jovens da periferia experimentarem e vivenciarem a cidade.

As possibilidades de construção de espaços de sociabilidade proporcionadas pelas batalhas de rima na cidade de Sorocaba colaboram para que os jovens e as jovens construam “redes de relacionamentos e circuitos culturais (ALMEIDA et al, 2012, p. 20)” e assim tendo a possibilidade de se constituírem como “produtores de sociabilidades e estilos juvenis que atualizam o sentido do estar junto em contextos de lazer, fruição e produção cultural mesmo diante de inúmeras precariedades econômicas e sociais (ALMEIDA et al, 2012, p. 20)”. Desta forma as batalhas de rima apresentam-se como uma possibilidade real de jovens da periferia se colocarem como agentes transformadores dos mais variados espaços urbanos da cidade.

Ao ocupar o espaço público, a batalha de rima ressignifica o espaço por meio da prática social, logo, novas formas de representação e construção do espaço público são aplicadas por meio da ação direta da articulação de jovens que organizam e participam das batalhas. Sendo assim, ao se fixar pela localidade, o espaço concebido se transforma em espaço vivido, onde os espaços se superpõem, todas as vezes que as batalhas de rima acontecem. Afinal, de acordo com Sposito et al, 2020, os grupos juvenis que se utilizam da cultura como forma de organização social, se estabelecem no tecido urbano com forma de “ação política, sobretudo de jovens do sexo masculino, moradores das periferias, que, ao se apropriarem do espaço urbano, recriam-no, dão “nova visibilidade às camadas subalternas” e reclamam a cidade como direito (p. 07)”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do contexto apresentado é possível afirmar que as ações dos jovens fazem a cidade, estabelecem novas formas de sociabilidade e acionam múltiplas resistências. “Os jovens envolvidos [...] reivindicam seu direito à cidade a partir da presença e do consumo do espaço urbano, ao contrário dos jovens que abdicam de estar na rua e nos espaços públicos [...] (MOREIRA, 2016, p. 07)”.

Desta forma fica nítido que o cenário urbano é muito mais do que edificações, pois os jovens que articulam e participam de coletivos culturais como as batalhas de rima têm a

capacidade de ressignificar os mais diversos espaços, como praças, parques e ruas sem saída, “[...] utilizando o espaço urbano como estratégia de luta e como palco do florescimento (DIAS e SILVA, 2018, p. 6)” de criatividade e resistência.

Assim, podemos perceber que os espaços urbanos passam por um movimento de construção/desconstrução, logo, tais espaços e a cidade se constituem por intermédio da ação direta dos sujeitos. “Se a cidade é uma construção social, se é primeiro o reflexo dos processos de (re)produção da sociedade, os indivíduos que nela estão são agentes fundamentais desse processo construtivo dialético e contínuo (MOREIRA, 2016, p. 05)”.

Por tanto, as batalhas de rima articulam-se como forma de alterar as mais variadas tensões estabelecidas no contexto urbano afim de se apropriarem ainda mais dos espaços e da cidade como um todo em um nítido processo de ação reivindicatória, pois, “na cidade [...] queremos o direito à cidadania, à vida na cidade (MARICATO, 1987 apud TAVOLARI, 2016, p. 99)”, assim os espaços que antes eram apenas lugares de passagem se transformam em espaços de permanência e fruição cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Scritta/ANPOCS, 1994.

ALMEIDA, Elmir de et al. *Jovens brasileiros, lazer e sociabilidades: um mosaico analítico sobre dados de pesquisa nacionais*. 2012 (MIMEO).

COMITRE, Felipe. A evolução do uso e ocupação do solo na periferia urbana de Sorocaba: do esquecimento ao despertar dos interesses públicos e privados. *Revista Geo UERJ.*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 770-799, jul/dez. 2017.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. *Revista Educação e Pesquisa.*, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002.

DIAS, Luan Guilherme; SILVA, Juvêncio Borges. O Direito à Cidade e os movimentos sociais: o movimento #OcupeEstelita e a materialização da Utopia. *Revista Pensar, Fortaleza*, vol. 23, n. 02, p. 1-13, abr./jun., 2018.

MELO, Mônica Aparecida Soares Silva de; LEITE, Marcos Esdras. Grupos culturais juvenis e participação na cidade: mobilidade, possibilidades e desafios. In.: *Anais II Congresso Internacional Interdisciplinar em Socais e Humanas*. Belo Horizonte, 2013.

MOREIRA, Jader Arierom da Silva. Os jovens, o movimento hip hop e a apropriação da cidade. In.: *II Colóquio do Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação*, 2016. Juiz de Fora, MG. *Anais do II Colóquio do Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação*, vol. 02, Juiz de Fora, 2016.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. As imaginações da cidade: práticas culturais juvenis e produção imagética. *Revista Iluminuras*. Porto Alegre, vol. 18, n. 44, p. 11-37, jan/jul, 2017.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovem em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. *Revista Educação e*

Sociedade. Campinas, vol. 41, p. 1-20, 2020.

TAVOLARI, Bianca. Direito à Cidade: uma trajetória conceitual. Revista Novos Estudos. São Paulo, vol. 35, n. 01, p. 93-109, mar, 2016.

### **“SOMOS POBRES, NÃO SOMOS BURROS”: VOZES EMBARGADAS DE JOVENS CONCLUINTES DO NEM EM UMA ESCOLA ESTADUAL PILOTO DA FRONTEIRA DO RS**

Nara Rosane Machado de Oliveira – UFSM/RS  
Nara Vieira Ramos – UFSM/RS

**Resumo:** Este trabalho apresenta parte dos dados de uma pesquisa de doutorado, tem como objetivo compreender como os jovens vivenciaram o “novo” ensino médio em uma escola-piloto da rede pública estadual, de um município de campanha e fronteira do RS. Foram sujeitos da pesquisa quatorze jovens estudantes com idades entre 17 anos e 22 anos, que vivem nas periferias do referido município e foram concluintes do ensino médio no ano de 2023, tendo em sua trajetória de formação básica uma escola pública e piloto do RS no percurso de implementação do “novo” ensino médio. Trata-se de uma pesquisa social, qualitativa, do tipo estudo de caso. Como instrumentos foram utilizadas rodas de diálogos, questionário e entrevistas. As vozes juvenis ecoaram fortes durante as discussões sobre o suposto “novo” ensino médio, verbalizando seus incômodos, percepções e prejuízos como cidadãos que se sentiram enganados sob o engodo de uma liberdade de escolha e “novas” possibilidade de educação que se dizia melhor, concluindo dentre outras coisas que como jovens pobres da escola pública foram desconsideradas as dificuldades materiais, emocionais e consequências da COVID-19; que lhes foram retiradas oportunidades importantes sobre os conhecimentos produzidos pela humanidade, bem como sentiram-se em desvantagem formativa em consideração aos estudantes das redes privadas para ingresso tanto no nível superior quanto no mundo de trabalho.

**Palavras-chave:** Juventudes. Novo Ensino Médio. Escola Piloto.

Compreendendo que a Lei 13.415/2017, que instaura o “novo” ensino médio, sendo a mais atual norma legal a fazer mudanças e prescrições na etapa de educação do Ensino Médio, onde foram abertas uma diversidade de possibilidade de vários itinerários educativos, de norte a sul do Brasil, com o objetivo, em tese, de inserir o ensino médio nas tendências mundiais de diversificação dessa etapa da educação básica, com vistas ao atendimento de diferentes perfis da juventude brasileira, neste trabalho entendida como categoria histórica e social considerando suas múltiplas dimensões, sua heterogeneidade de classe, gênero, cor, credo, (Carrano, 2000), entendemos que justamente os jovens a quem se destina não tiveram suas vozes representadas, nem seus anseios atendidos. Com as atuais alterações do ensino médio em curso desde do ano de 2018, de forma desigual de Estado para Estado da Federação, com a pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e suas consequências, sobretudo para área educacional e pública, já é possível averiguar, de acordo com o Pnad Educação, somente no ano de 2022, que cerca de 40% dos jovens com idades compreendidas entre 15 anos e 24 anos, necessitaram deixar os estudos para ingressar no mercado de trabalho sem maiores perspectivas.

Desta forma ao considerar nas trajetórias dos jovens estudantes, público-alvo do ensino médio as suas juventudes, suas identidades juvenis e o seu estar no mundo (Freire, 2014) é também compreender que esses jovens trazem consigo uma história de vida entrelaçada por diversidades constituídas desde sua origem familiar, suas vivências sociais, suas relações ou não com algumas violências e projeções desiguais de oportunidades. Uma juventude que se

constitui de jovens múltiplos em suas vivências, experiências e construções de suas identidades. Um caminho de muitas buscas, encontros, enganos, alegrias, desencantos, sonhos, objetivos e projetos.

Assim, tendo como foco as juventudes constituídas em uma escola pública piloto de um município de campanha e fronteira do RS, este trabalho tem como objetivo compreender como os jovens vivenciaram a implementação do “novo” ensino médio em uma escola-piloto da rede pública estadual, de um município de campanha e fronteira RS. Apresenta-se como uma pesquisa social (Minayo, 2016), qualitativa (Creswell, 2007), do tipo estudo de caso (Ludke; André, 2017), desenvolvida a partir de rodas de diálogos (Ribeiro; Lânes, Carrano, 2005; Afonso & Abade, 2008), momento em que os jovens organizados, ora em pequenos grupos, ora no grande grupo construíram as discussões, com a escuta sensível (Barbier, 2002) da pesquisadora e sempre subsidiados por informações relativas ao processo de implementação do novo ensino médio, com falas de outros jovens brasileiros, com dados relacionados ao número de matrículas, evasão e abandono escolar no Brasil e na sua própria escola, com documentos oficiais, bem como as notícias sobre o movimento pela revogação do novo ensino médio e movimento pela manutenção e defesa do mesmo. Foram seis rodas de diálogo, que aconteceram uma vez por semana em duas horas aula cedidas no componente curricular de “projeto de vida”. Ao final de cada uma das rodas de diálogo os trabalhos e discussões foram avaliados pelos jovens, possibilitando ajustes no percurso de construção da próxima roda que ao ser iniciada retomava as discussões anteriores. Foram participantes quatorze jovens estudantes, da escola pública e piloto, com idades entre 17 anos e 22 anos, que vivem nas periferias de um município da região da campanha e fronteira do RS; sendo concluintes do ensino médio em dezembro de 2023. Dentre os jovens participantes, dois matricularam-se na etapa do ensino médio no ano de 2020, tendo abandonado por causa da COVID-19, retomando seus estudos no ano de 2021 juntamente com os demais participantes. Como instrumentos de construção dos dados foram usados questionários (Gil, 2002) para levantamento do perfil dos participantes, e ao final foram realizadas quatro entrevistas (Gil, 2002) como forma de aprofundar alguns dos dados.

Dentre algumas constatações ficam muito marcadas nas vozes dos jovens a falta de escuta direta de suas demandas reais, pois compreendem que mesmo tendo alguns espaços de fala, situação que foi vivenciada pelos sujeitos dessa pesquisa, suas vozes não são ouvidas. Sentiram-se enganados com as falácias anunciadas pelo Ministério da Educação, em mídias coloridas e que faziam uso da imagem do jovem brasileiro diverso, quando anunciavam que suas vidas escolares iriam mudar para melhor com redução de conteúdos e inclusão de escolhas que lhes encaminharia a um crescimento cidadão, trazendo-lhes liberdade e aprofundamentos conceituais e profissionais que lhes possibilitaria ir com segurança e determinação tanto ao mundo do trabalho quanto à formação acadêmica de nível superior. Com vozes embargadas de muita angústia e ansiedade perceberam que ao final do percurso de três anos de novo ensino médio, sob impactos da COVID-19, perdas de familiares e amigos, falta adequada de acesso a conteúdos e materiais escolares, como jovens pobres da escola pública e piloto, não estavam preparados nem para o mundo do trabalho, nem para ingresso imediato na universidade, sequer para auferirem outros sonhos e objetivos como participar de concursos públicos para cargos militares e outras profissões.

Ao serem ouvidos e compreenderem as mudanças curriculares que a etapa do ensino médio havia sofrido, perceberam que sua trajetória nessa etapa já havia sido prejudicada de forma séria, que para eles estudantes dos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 momento em que se formaram as últimas turmas que vivenciaram a escola piloto, seus caminhos profissionais e acadêmicos futuros demandarão outros cursos, em sua maioria privados e aos quais muito poucos tem acesso. Houve a percepção de que muitos dos itinerários formativos oferecidos poderiam ser remanejados e até mesmo compilados em um único, possibilitando espaço na carga-horária para que os conhecimentos construídos pela humanidade nas diversas

áreas do conhecimento pudessem ser melhor desenvolvidos, uma vez que muitos desses lhes foram retirados, a exemplo de química, física, biologia e outros. Na fala dos jovens que foram participantes dessa pesquisa e sujeitos passivos da reforma do ensino médio (2018) ficam os alertas aos malefícios formativos causados aos jovens estudantes da escola pública e uma espécie de motivação a cada um de nós educadores, para que lutemos pela revogação do novo ensino médio.

## Referências

- AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.
- BARBIER, R. Escuta sensível na formação de profissionais de saúde. **Anais da Conferência na Escola Superior de Ciências da Saúde - FEPECS, SES-GDF, Brasília, DF, Brasil, 2002**. Disponível em: <https://doceru.com/doc/1s5e8sn>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- CARRANO, P. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Revista Movimento**, Rio de Janeiro, nº 1, 2000. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32415>. Acesso: 17 ago. 2019.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana Oliveira da Rocha, 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 24, dez. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>  
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2017.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXV (105-106), 1990 (1. °, 2. °), 139-165. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- RIBEIRO, E.; LÂNES, P.; CARRANO, P. **Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas - relatório final – novembro de 2005**. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/juventude-brasileira-e-democracia-participacao-esferas-e-politicas-publicas-relatorio-final/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

## **A COLETIVA JOVEM E O PROCESSO DE PESQUISA FEITO PELA JUVENTUDE**

### **E PARA A JUVENTUDE**

Agnes Jose Maria Salas Roldan

Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba

### **Resumo**

O projeto de pesquisa-ação Coletiva Jovem teve seu desenvolvimento entre 2019-2022, financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e com apoio do IDRC (Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional), tendo como universidade responsável pela coordenação a UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e contando com o amparo de outras universidades como Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) - Campus Zona Leste, FGV (Fundação Getúlio Vargas) - Administração Pública e USP (Universidade de São Paulo). Também tendo o apoio da FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) e Hogar de Cristo na Argentina. Focada em pensar políticas públicas para geração de trabalho e renda, a Coletiva pensou um modelo diferente para conversar com as juventudes, tendo como diferencial um grupo de pesquisadores jovens e em sua maioria, jovens mulheres.

**Palavras-chave:** trabalho, renda, juventudes, políticas públicas, periferia e pesquisa.

### **Objetivos da pesquisa:**

O objetivo principal da construção da pesquisa foi firmado em pensar políticas públicas de geração de trabalho e renda para a juventude periférica, repensando a inserção no mercado de trabalho bem como as demais intersecções e recortes sociais.

### **A Coletiva**

Em 2019 a equipe de pesquisadores definiu os caminhos e firmou as parcerias com as organizações que acompanharam o projeto até sua finalização.

Em 2020 foi iniciado o processo de pesquisa focado na formação em metodologia de pesquisa para 17 jovens que formariam o grupo que chamamos de “*jovens pesquisadores*”, durante o segundo semestre esses mesmos jovens já iniciaram o processo de mobilização com foco em encontrar outros jovens que participariam da pesquisa, é importante salientar que na formulação do projeto não se imaginou o possível cenário pandêmico que se estenderia durante os próximos anos, assim a equipe precisou se adaptar a uma nova forma de desenvolver a pesquisa sem perder a qualidade das trocas esperadas, foram utilizados diferentes métodos dentro das redes sociais para alcançar o grupo a ser pesquisado.

Durante o processo de mobilização já era possível contar com alguns apontamentos, a

dificuldade do acesso digital e a um equipamento de qualidade, bem como as diversas jornadas que tocavam em todos os jovens envolvidos (pesquisadores e pesquisados), a possibilidade de identificação ampliou o olhar de pesquisa, ao mesmo tempo que sabíamos que tínhamos nossas subjetividades, contudo o olhar de jovens pesquisando jovens era uma experiência transformadora para todos que participavam dela.

Após todo o processo de mobilização e das entrevistas, se iniciaria o processo das oficinas com os jovens baseadas nos resultados iniciais das entrevistas, contudo ainda vivíamos um cenário preocupante com a COVID-19, decidimos então iniciar as oficinas no modelo online em horários adaptados aos jovens, através de um grupo criado no Whatsapp trocamos e conectamos as ideias, este era um momento em que o virtual já assustava por fazer tanto parte do dia a dia, então nossa equipe sempre debatia novas formas de dialogar e acolher.

Em 2022, desenvolvemos as oficinas presenciais que ocorreram nas Zonas Sul e Leste de São Paulo com o apoio da Ação Educativa e tendo como instituição parceira na Zona Sul, a Associação Bloco do Beco e na Zona Leste, a Associação São Mateus em Movimento. Junto as oficinas já estava se formando a Rede Coletiva Jovem, neste momento enquanto bolsista estive mais presente na Zona Sul, e a partir desse olhar de recorte ressalto que ganha destaque a maneira como os jovens começaram a planejar eventos juntos e se apoiarem de diferentes maneiras. É de suma importância destacar que as mulheres negras são a maioria engajadas nos coletivos que irão dar movimento A Coletiva, por isso este nome não poderia ser diferente.

Durante todos os processos, buscamos compreender as trajetórias dos jovens, não somente confirmar o cenário que nos cercava, era necessário um olhar amplo e ao tempo encaramos a nossa própria realidade a nos atravessar. Como pesquisadora e jovem sempre reflito sobre o confronto de afeto, a ideia de que quem pesquisa precisa ter distância do que é pesquisado, contudo a oportunidade de compreender para além das barreiras que construímos nas pesquisas em ciências humanas ao longo dos anos nos faz encarar uma nova maneira de entender o que seria uma pesquisa com foco em juventude.

O processo de jovens pesquisando jovens nos levou a novas ideias, firmando o processo de pesquisa-ação e de pensar políticas públicas tendo como pesquisadores jovens que também vivenciavam diferentes realidades nas periferias, eram engajados e naquele momento trocavam com outros jovens de outras periferias que também estavam em movimento pela cidade, assim diversos questionamentos surgiam, novas ideias e novos rumos para pensar a geração de trabalho e renda.

## **Metodologia**

O projeto utilizou o método de pesquisa qualitativo, utilizando a pesquisa entre pares, um modelo que foi pensado para ser presencial e precisou ser adaptado durante a pandemia com o uso da plataforma Zoom para realização das entrevistas e o Google Forms para as respostas de formulários, as entrevistadas foram inteiramente realizadas pelos jovens pesquisadores, seguíamos o questionário de pesquisa, mas com um olhar amplo observávamos para quais

caminhos as trocas nos levavam.

Durante o processo de mobilização e diálogo utilizamos diferentes linguagens virtuais para que fosse possível manter a conversa com os jovens sem estafas, sendo eles memes, figurinhas, GIF's e até vídeos. Ao todo, formamos uma equipe de 19 jovens pesquisadores de 17 a 29 anos.

## Resultados

A Coletiva Jovem entrevistou 206 jovens, de 16 a 31 anos, das Zonas Sul e Leste de São Paulo, realizando ao todo 203 videochamadas e aplicando 206 formulários. Nos recortes etários, a faixa-etária dos 18 aos 24 anos representa a maior parte dos entrevistados 45,4%, seguida por 25 aos 29 anos 34,7%, 30 ou mais 18,4% e 16 a 17 anos 1,1%.

Já nos recortes de gênero, as mulheres cisgênero representaram a maioria 53,4%, seguida por homens cisgênero 40,4%, não-binária 3,6%, outros 1,6% e prefiro não responder 1%. Nos recortes raciais dos entrevistados, as pessoas negras representam a maioria, sendo 45,6% pretos, 24,9% pardos, 26,4% brancos, 1% indígenas, 1% amarelos e 1% prefiro não responder.

Quando aprofundamos os dados da pesquisa é necessário encarar que os jovens vivenciam uma situação de acúmulo de trabalhos para que seja possível compor uma renda, das pessoas entrevistadas 76,3% dos que estão em coletivo realizavam outra atividade de trabalho, já nos negócios este número representa 48,6%. Quando perguntados acerca da busca por trabalho, 29,9% dos jovens de coletivos estão à procura de trabalho, 32,8% dos empreendimentos e 42,1% dos participantes mistos (participam de ambos).

Os resultados apontam para a sobrecarga dos jovens e a ausência de perspectiva de um mercado de trabalho decente, além do difícil acesso a políticas públicas já existentes e o questionamento se realmente seria possível construir um novo caminho.

Para finalizar esta breve apresentação do que foi a Coletiva Jovem, trago para reflexão nosso maior e mais forte questionamento, o quê podemos fazer coletivamente?

## Referências Bibliográficas

CORROCHANO, M. C. et al. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, 2016. disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MILLS, Charles Wright. **A Imaginação Sociológica**. ZAHAR EDITORES, Rua México, 31 - Rio de Janeiro, 1969.

TOMMASI, Livia; CORROCHANO, Maria Carla. **Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil**. 10 Jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>. Acesso em 03 fev. 2024.

**Trabalho e juventude: entrevista com Maria Carla Corrochano**. Juliana Breschigliari, Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v.8 São Paulo dez. 2005. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172005000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172005000100008). Acesso em 04 fev. 2024.

## **OS ENLACES DE JOVENS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO COM O TRABALHO ACADÊMICO-UNIVERSITÁRIO E SUAS NEFASTAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS E À SAÚDE**

Ana Carolina Reis, Eduardo Pinto e Silva, UFSCar

O trabalho investiga a interseção entre a atividade acadêmica de pós-graduação e as dimensões subjetivas e objetivas do mundo do trabalho, analisando as implicações psicossociais dos estudantes. A pesquisa ocorreu no Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) e examina a influência das práticas globais do trabalho na instituição, destacando a simbiose entre suas atividades e interesses heterônomos. Utilizou-se questionários e entrevistas, tendo como pressupostos de análise o Materialismo Histórico-dialético e a Psicodinâmica do Trabalho. No contexto de cortes na ciência, a pesquisa revela a instrumentalização dos pós-graduandos para cobrir déficits de recursos existentes, resultando em condições socialmente instáveis. Os resultados indicam que os pós-graduandos compartilham características do trabalho precário, enfrentando excesso de demandas e falta de reconhecimento. A condição ambígua de estudante e trabalhador é evidente nas jornadas extensas e participação limitada nas decisões institucionais. A pesquisa destaca a “proatividade” como uma carga adicional, gerando ônus emocional e psicológico sem contrapartidas materiais. A conexão entre a precarização e o déficit de pessoal nas instituições de pesquisa é evidente, com estudantes assumindo funções técnicas e administrativas. Em suma, destaca-se o esgotamento físico e mental dos pós-graduandos, cuja precarização compromete a formação crítica e reflexiva, apresentando índices significativos de sofrimento e adoecimento.

### **Introdução:**

O escopo do presente trabalho é o de analisar as formas pelas quais a atividade acadêmica estudantil da pós-graduação se mescla às dimensões subjetivas e objetivas do mundo do trabalho e suas implicações psicossociais e para saúde. Ele tem como base pesquisa

de mestrado com mestrandos recém graduados e jovens doutorandos do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais - INPE (Reis, 2022). A amostra do estudo incluiu estudantes de pós-graduação de quatro programas de pós-graduação considerados de excelência.

Considera-se que tal instituição de pesquisa tende a catalisar um conjunto de características de origem global e multifacetada do trabalho e subjetividade nas universidades (Silva, 2020), configurando uma simbiose entre suas práticas e os interesses do setor privado empresarial.

A pesquisa desenvolveu-se no bojo de cortes, desmantelamento e negação da ciência (Reis, Blundi & Silva, 2020). As formas gerencialistas e mercantis (Gaulejac, 2007) que já assumiam primazia no mundo do trabalho e nas instituições públicas foram agudizadas e reconfiguradas. A figura do pós-graduando vem sendo progressivamente instrumentalizada para tamponar *déficits* decorrentes do esvaziamento de recursos à pesquisa. O trabalho intensificado da pós-graduação se reflete nas formas de objetivação da atividade acadêmica dos pós-graduandos, caracterizada por condições e processos instáveis e precarizados.

Os dados do estudo foram coletados por meio de questionário sobre o perfil estudantil e entrevistas semiestruturadas. A análise do contexto institucional e das políticas educacionais foi realizada com base na perspectiva do materialismo histórico-dialético. E as implicações psicossociais e de saúde da atividade acadêmica, configurada aos moldes do trabalho universitário mercantilizado, intensificado e precarizado, sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2004) e da Psicossociologia (Gaulejac, 2007).

#### **Trabalho e atividade acadêmica dos pós-graduandos:**

Destaca-se que, embora o trabalho seja uma fonte de realização e contribuição social, também pode ter um impacto negativo na saúde e bem-estar dos trabalhadores (Dejours, 2004). A pesquisa e atividade acadêmica dos estudantes de pós-graduação compartilha características do trabalho precário, como falta de proteção, excesso de trabalho, grande exigência cognitiva e emocional, falta de reconhecimento e autonomia.

Os resultados do estudo apontaram para uma forte confluência entre o regime econômico-político flexível-heterônimo, vulnerabilidade da inserção socioprofissional e psicossocial juvenil e processos de saúde-doença geradores de conflitos geracionais e intersubjetivos entre orientadores e orientandos. Destacamos a determinação histórico-social do sofrimento, desgaste biopsíquico e adoecimento deste segmento de estudantes. Ainda, a sua submissão forjada e/ou consentida-naturalizada às atividades acadêmicas nas quais o aspecto formativo via de regra é subsumido à lógica da sociabilidade produtiva de cariz exploratório, expressa em frases emblemáticas (Reis, 2020):

- *“Nós que fazemos toda produção. Os alunos estão fazendo quase toda a produção dos professores e orientadores” (Samara).*

- *“A quantidade de coisas que a gente tem que fazer é altíssima, a quantidade de produção de artigos, e não só quantidade, eles cobram muito em cima da qualidade” (Samara).*

- *“Porque é muito serviço que tem no INPE, é muito mesmo. A parte de monitoramento*

*ambiental é bem complicada... É muita tarefa. E, realmente, sozinhos eles não dão conta. Eles precisam dos bolsistas” (Pantera).*

A condição do estudante de pós-graduação é caracterizada pela linha tênue que ele ocupa entre ser um estudante e um trabalhador. Embora formalmente seja considerado um estudante, a atividade de pesquisa implica em envolvimento que vai além das atividades acadêmicas convencionais, demandando dedicação intensa e prolongada na produção de conhecimento e cumprimento de outras tarefas cotidianas designadas (Reis, 2022):

*“Essa questão de poder é uma coisa muito complexa (...) muito nítida (...) essa relação de poder abusivo hoje. O poder de que é minha a palavra final e você não tem muita voz, vocês são alunos (...) eles entendem que a alta produção de artigos é nossa (...) é como se nós fossemos simples trabalhadores que têm que obedecer ao chefe (...) como se fosse uma companhia de mineração e nós fossemos os mineiros.” (Samara).*

*“Os alunos que faziam a manutenção, limpeza, a gestão da utilização (...) isso sobrecarregou os alunos (...) tem equipamento que funciona final de semana (...) então sobrecarrega, né? Eu acho que a bolsa não é pra isso... mas enfim..” (Beatriz)*

Observamos com base no questionário que os pós-graduandos trabalham em jornadas semelhantes às de um trabalhador convencional, ultrapassando as horas médias diárias. Além disso, é comum trabalharem durante os fins de semana, feriados e férias. E os depoimentos dos indicam que não possuem participação significativa nas decisões institucionais e são tratados como meros executores de tarefas. Como explicitado, uma participante utilizou a representação dos estudantes como *“mineiros”* que se submetem a uma figura de poder superior, reproduzindo dinâmicas vivenciadas no mundo do trabalho.

A dita *“proatividade”* dos estudantes de pós-graduação, forjada pela estrutura organizacional, apresenta nefastas implicações psicossociais, assim como à saúde e bem-estar. Constatou-se ônus emocional e psicológico. Os estudantes absorvem o ônus de estudante e de trabalhador, sem terem os direitos e benefícios que os trabalhadores convencionais possuem. Frequentemente enfrentam carga horária maior do que a de um trabalhador comum, sem que isso seja acompanhado de garantias de direitos e benefícios que minimizem seus impactos. Ademais, embora se reconheça que a pesquisa realizada pelos pós-graduandos seja uma forma de trabalho, não há contrapartidas materiais que melhorem suas condições de vida. Destaca-se a defasagem significativa nos valores das bolsas de pós-graduação que não haviam sido reajustadas desde 2013. Isso resulta em baixo poder aquisitivo, perda de qualidade de vida e instabilidade psicossocial.

As conexões entre a precarização dos pós-graduandos e o trabalho acadêmico vão além de uma abordagem meramente monetária e suscitam reflexões estruturais acerca da forma como as universidades e institutos de pesquisa têm lidado com o *déficit* de pessoal resultante

da expansão sem reposição de cargos. Os estudantes têm assumido um papel estratégico para suprir deficiências referentes às atividades técnico-administrativas e ao trabalho docente (Reis, 2022):

*“O meu chefe [professor-pesquisador] está pra aposentar, eles me chamaram aqui justamente pra isso (...) ia ser aberto um concurso 3 anos atrás, só que o concurso foi cancelado (...) ele vai aposentar e não vai ter ninguém para ficar no lugar dele. Vai ser o bolsista” (John).*

*“Então, hoje eu trabalho como um secretário para ele (...) resolvendo os problemas que ele não conseguia resolver” (Tony).*

*“Ao invés de pesquisadores, o Inpe estava formando secretários. E assim, em regime abusivo” (Percival).*

### **Conclusão:**

A busca por produtividade e solução de problemas fora de suas competências tem levado ao esgotamento físico e mental de pós-graduandos. Muitos precisam equilibrar atividades acadêmicas e conflitos nela vivenciados com tentativas de obtenção de recursos por outras fontes de renda. A precarização do trabalho acadêmico é evidenciada na utilização crescente deles como mão de obra qualificada, em detrimento da formação crítica e reflexiva. O sofrimento, o desgaste biopsíquico e o adoecimento são consequências destes perversos enlaces dos jovens estudantes com o trabalho acadêmico-universitário.

### **Referências**

- Dejours, C. (2004). Sofrimento e prazer no trabalho: a abordagem pela psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, S., SZNELWAR, L. (orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. RJ: Editora Fiocruz, parte I, cap.4, p.141-156.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Reis, A. C. *Trabalho acadêmico e saúde de estudantes de pós-graduação diante dos cortes de financiamento à pesquisa*. São Carlos: UFSCar, Dissertação de Mestrado, 2022.
- Reis, A. C.; Blundi, B.; Silva, E. P. e. (2020). O desmantelamento da ciência brasileira no deliberado corte de bolsas: aspectos políticos e consequências psicossociais para estudantes de pós-graduação. *Muiraquitã*, v.8, n.1, p.371-393, 2020.
- Silva, E. P e. (2020). Trabalho e subjetividade na universidade: por uma visão global e multifacetada dos processos de sofrimento e adoecimento. *EPAA*, Arizona State University, v.28, n.14, p.1-30.

**Experiências de trabalho de jovens ciclo-entregadores de aplicativos na cidade de São Paulo: contribuições de uma abordagem interseccional**

Caíque Diogo de Oliveira  
Maria Carla Corrochano

## Resumo

As transformações recentes nas formas de interpretar o capitalismo no século XXI têm propiciado a possibilidade de refletir sobre como as experiências laborais são vividas por diferentes indivíduos. O presente estudo está situado na temática juventude e trabalho e reflete como experiências de trabalho de jovens ciclo-entregadores na cidade de São Paulo possui clivagens entre os marcadores sociais de idade, gênero, raça e classe. Sabe-se que estes trabalhadores são majoritariamente jovens, homens, negros e moradores das periferias da cidade. A análise explora como essas experiências de trabalho respondem a dinâmicas interseccionais (HILL COLLINS; BILGE 2021; HILL COLLINS, 2022) em geometrias variáveis (HIRATA, 2018). A pesquisa, de caráter qualitativo, recorreu fundamentalmente a entrevistas realizadas remotamente com 12 jovens entregadores ciclistas. Os resultados apontam que as plataformas aparecem como uma possibilidade de inserção precária para a juventude negra, sobretudo para os rapazes. Ao longo da jornada laboral, rapazes e moças enfrentam, a partir de diferenciais de gênero e raça, exploração física, riscos e conflitos no espaço urbano.

## Introdução

Atualmente, o trabalho em plataformas digitais tem despontado como expressão das transformações recentes do capitalismo contemporâneo. A literatura nacional e internacional tem demonstrado que este setor é marcado pela precariedade, ausência de direitos, superexploração e uso de tecnologias algorítmicas para gerir a força de trabalho. (GROHMAN, 2021). Mais especificamente entre os aplicativos de entregas, esses marcadores sociais assumem especificidades. Segundo Van Doorn (2021, p. 57) as plataformas digitais de *delivery* são fortemente impulsionadas pela força de trabalho de segmentos precarizados, dado que no Norte Global, a migração seria um “componente-chave para compreender o trabalho em plataformas”. No caso brasileiro, por sua vez, as desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira são importantes para compreender a uberização.

No Brasil, estudos quantitativos identificaram que os ciclistas entregadores em plataformas digitais de *delivery* têm um perfil específico: jovens, homens, negros (autodeclarados pardos e pretos) (ALIANÇA BIKE, 2019; FILGUEIRAS, LIMA, 2020). Considerando as especificidades do perfil dos ciclistas entregadores brasileiros, o presente estudo está situado na temática juventude e trabalho e pretende explorar as experiências de trabalho desse segmento das plataformas digitais. Dessa forma, esse breve texto busca refletir sobre como experiências de trabalho de jovens ciclo-entregadores na cidade de São Paulo possui clivagens entre os marcadores sociais de idade, gênero, raça e classe.

No campo de estudos de juventude, as pesquisas tem enfatizado a imprescindibilidade de se pensar em “juventudes”, no plural, como modo de conceber a pluralidade que envolve a experiência juvenil. Contudo, no presente estudo, os atravessamentos de outros marcadores

sociais, para além da dimensão etária, serão efetivados a partir de interpretações baseadas na interseccionalidade (HILL COLLINS, 2022; HILL COLLINS; BILGE 2021) e suas geometrias variáveis (HIRATA, 2018).

As abordagens interseccionais dos marcadores sociais contribuem para complexificar ainda mais a reflexão sobre as desigualdades e os mecanismos de distribuição do poder na sociedade (HIRATA, 2020; HILL COLLINS; BILGE, 2020). Dessa forma, o marcador de classe deixa de ser o único meio explicativo da exploração sobre os trabalhadores, evidenciando — ou abrindo a possibilidade de conceber — idade, gênero e/ou raça no processo de exploração.

A pesquisa que dá origem ao presente resumo foi conduzida entre os ciclistas entregadores que atuam na cidade de São Paulo. A produção dos dados contou com o empenho de várias ferramentas. Foram conduzidas observações de campo *in loco* no espaço onde entregadores esperam por pedidos e, também, em páginas e grupos abertos nas redes sociais. Contudo, o principal procedimento utilizado no estudo foram as entrevistas.

No total, foram realizadas entrevistas de caráter semi-estruturado com 12 pessoas, 3 mulheres e 9 homens, todos/as trabalham ou trabalharam com entregas durante o período do estudo. O projeto foi aprovado com as orientações do comitê de ética em pesquisa (CEP) e foram atendidas sugestões baseadas nas preocupações exigidas pelo cenário pandêmico da covid-19. Devido a isso, todas as entrevistas, realizadas entre 2020 e 2023, foram realizadas com o apoio da ferramenta computacional *Google Meet*.

### **Experiências de trabalho**

No que tange a inserção nas plataformas digitais, destacamos que o processo de inserção em plataformas torna-se mais propício aos rapazes negros em relação aos processos de recrutamento e seleção no mercado de trabalho formal. Ao contrário do que ocorre no setor formal, as plataformas digitais não exigem diplomas nem experiências prévias específicas para a inserção, o que torna a inserção de jovens negros com baixa escolaridade. Entre alguns entrevistados que são rapazes não-brancos, verificou-se um movimento de sair de ocupações formais para ingressar nas plataformas digitais, sob a justificativa de encontrar uma remuneração semelhante àquela que conseguem auferir em empregos formais.

Ao longo da experiência cotidiana de trabalho os diferentes pertencimentos de idade, gênero e raça demonstram diferenciais. Sair da periferia e passar o dia pedalando em torno de 50km por dia nas ruas do centro da cidade traz consigo a continuidade de históricos padrões de exploração física e constrangimentos sociais para os rapazes negros. Ao longo das entrevistas e observações de campo, os rapazes negros indicaram: situações de discriminação racial e de classe na circulação em alguns espaços, conflitos com a segurança pública e a violência urbana. Para as moças, esses conflitos são acrescidos os desafios da circulação das mulheres pelo espaço público.

A articulação entre diferentes marcadores sociais também aparece nos momentos de espera por pedidos. No tempo à disposição das plataformas, os interlocutores, sobretudo os rapazes, indicaram que esse era um tempo para a “resenha”, no qual se cultivavam relações

de sociabilidade e entretenimento. Por outro lado, as entregadoras deram menor destaque e relataram maior dificuldade para estabelecer esses vínculos de sociabilidade com os rapazes. As entregadoras destacaram ainda uma tentativa de ocultação de aspectos associados a feminilidade no sentido de evitar assédios e outras violências no cotidiano.

Ademais, constatamos trajetórias diferenciadas a partir de gênero e raça dos jovens trabalhadores e trabalhadoras. Identificou-se maior permanência entre os rapazes negros, que, por vezes, até recorriam a aquisição de veículos como motocicletas e automóveis para ingressar em modalidades com maior rendimento. Já as moças e os rapazes brancos, interlocutores e interlocutoras com maior escolaridade, tendiam a uma lógica de provisoriedade na as plataformas aparecem como um “trampolim” para outras atividades.

### Considerações finais

Portanto, o estudo suscita as possibilidades analíticas do uso da metodologia interseccional nos estudos de juventude. A investigação dos entregadores, a partir das geometrias variáveis da interseccionalidade, apontou que as plataformas aparecem como uma possibilidade de inserção precária para a juventude negra, sobretudo para os rapazes. Ao mesmo tempo, verificou-se que a experiência das trabalhadoras nas entregas em plataformas de *delivery* possui dificuldades associadas ao direito das mulheres de transitar pelo espaço público.

### Referências

- ALIANÇA BIKE. **Pesquisa do Perfil dos Entregadores Ciclistas de Aplicativo**. São Paulo. Associação Brasileira do Setor de Bicicletas. 2019. Disponível em: [http://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio\\_s2.pdf](http://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf) > Acesso em mai de 2020.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo; LIMA, Uallace Moreira. **Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil**. Relatório de pesquisa. Projeto: Caminhos do trabalho: tendências, dinâmicas e interfaces, do local ao global. Universidade Federal da Bahia. 2020.
- GROHMANN, Rafael. (org.) **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- HILL COLLINS, Patrícia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- HILL COLLINS, Patrícia. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social critica**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- HIRATA, Helena Sumiko. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho necessário**, v. 16, p. 14-27, 2018.
- IBGE. **Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022**. PNAD. Rio de Janeiro: IBGE. 2023.
- VAN DOORN, Niels. Trabalho em plataformas é trabalho de minorias. In: GROHMANN, Rafael. (org.) **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. São Paulo: Boitempo, 2021.

## **APRENDIZES NA LIMPEZA: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS MULHERES**

Flávia Sabina Libâneo  
UFSCar - Sorocaba

### **RESUMO**

Baseado na pesquisa de mestrado intitulada “Foi o Trabalho que apareceu: Experiências de Jovens Mulheres na Limpeza Escolar”, este resumo busca apresentar as experiências vividas por 06 jovens mulheres entre 18 e 22 anos no trabalho como Jovem Aprendiz – Auxiliar de Limpeza nas escolas municipais de Sorocaba/SP. Considerando o caráter educativo e de trabalho presentes neste programa de inserção laboral, são consideradas as dificuldades e facilidades encontradas nesta experiência de primeiro emprego, as relações deste trabalho com os planos e projetos das jovens em relação à profissionalização, além dos significados atribuídos ao ser mulher e jovem no trabalho na limpeza escolar. O trabalho de limpeza fora da esfera doméstica, e especificamente em ambiente escolar é escasso nas produções acadêmicas, tornando o tema relevante. De caráter qualitativo, foi realizado levantamento bibliográfico, questionário e entrevista. Dentre os principais resultados obtidos até o momento, se destacam a proximidade das jovens com o trabalho na limpeza por serem filhas de empregadas domésticas, a utilização desta experiência como forma de alcançar melhores posições no mercado de trabalho e os marcadores de gênero, idade, raça e classe social, corroborando com as pesquisas que apontam que as mulheres pobres e racializadas são maioria no trabalho doméstico.

Palavras-chave: Juventude, Jovem Aprendiz, Auxiliar de Limpeza, Trabalho Doméstico

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Objetivos da pesquisa**

Nas pesquisas a respeito dos trabalhadores envolvidos nos processos educacionais, pouco se fala sobre as trabalhadoras da limpeza, merendeiras e demais serviços comumente terceirizados tanto nas redes públicas quanto privadas do Brasil. Esta pesquisa busca olhar para as jovens inseridas no Programa Jovem Aprendiz por meio do curso “Auxiliar de Limpeza”, atuando nas escolas municipais de Sorocaba/SP.

Com objetivo de descrever e analisar as experiências dessas jovens mulheres,

consideramos o caráter educativo e de trabalho presentes neste programa de inserção laboral, as dificuldades e facilidades percebidas nesta via de ingresso no primeiro emprego, as relações entre as jovens e os demais atores presentes na escola e as relações deste trabalho com os planos e projetos das jovens em relação a profissionalização e seus futuros.

## **Metodologia**

Para a compreensão de quem são essas jovens mulheres, como percebem seu trabalho e como chegaram até ele, foram aplicados 21 questionários sociodemográficos para levantamento de perfil, e realizadas 06 entrevistas em profundidade para melhor compreensão de suas experiências e trajetórias. As entrevistas foram realizadas durante o primeiro semestre de 2023, presencial ou remotamente, de acordo com a disponibilidade das jovens.

A pesquisa bibliográfica foi realizada considerando: 1. A literatura que aponta que as mulheres pobres e racializadas são maioria em trabalhos de limpeza em todo o mundo (Vergès 2020), sendo no Brasil as mulheres negras (Chaves, 2014; Bernardino-Costa, 2015); 2. Estudos sobre a juventude, buscando compreender o que é ser jovem no Brasil e como são pensadas as políticas públicas para jovens, especialmente as políticas de Aprendizagem e Trabalho; 3. A literatura produzida a respeito do trabalho doméstico e o trabalho de limpeza profissional.

Foram priorizadas as experiências de cada uma das jovens mulheres em relação ao programa Jovem Aprendiz. Para Dubet (1994), a noção de experiência designa condutas individuais e coletivas heterogêneas em seus princípios constitutivos, e as ações dos indivíduos que devem dar sentido às suas práticas no bojo dessa heterogeneidade. Para este autor, as ações são orientadas por princípios culturais, construídos pelas dinâmicas das relações sociais e elaboradas sob certas circunstâncias históricas. Assim, a compreensão da sociedade se dá na construção das experiências sociais dos atores.

## **Principais resultados**

Durante as entrevistas com as jovens mulheres que compõem e tornaram possível este trabalho, foi possível observar semelhanças e diferenças entre as experiências vivenciadas no trabalho em limpeza profissional no ambiente escolar. Dentre as principais semelhanças, destacam-se a ideia de “foi o trabalho que apareceu”, título dado a este relatório, num sentido de legitimar o trabalho na limpeza como trabalho válido, porém não escolhido, além da importância dada à experiência do primeiro emprego, a recorrência de relatos nos quais suas mães, que são ou foram trabalhadoras nos diferentes setores de limpeza, têm papel importante na aceitação do trabalho. Entre as principais diferenças, expectativas para o futuro profissional e relações diversas - boas ou ruins - com os demais profissionais da escola.

É possível perceber a partir das entrevistas, que apesar de o trabalho de limpeza ser considerado sujo, perigoso e degradante (Bernardino-Costa, 2015 p.153) em razão das relações de poder historicamente permeadas no trabalho doméstico, o trabalho de limpeza nas escolas não foi percebido pela maioria das jovens como necessariamente uma vivência de inferiorização, menosprezo, preconceito ou discriminação. Experiências boas e ruins, a depender da gestão, da

liberdade que tinham ao interagir com os alunos das escolas (em geral, crianças de 0 a 11 anos), e das relações construídas com as trabalhadoras regulares do setor de limpeza foram relatadas, evidenciando que, na maior parte das vezes, não é o trabalho executado em si que produz a inferiorização, mas o modo como isso é executado, levando em consideração as relações que são construídas em torno das atividades laborais.

Para as jovens entrevistadas, o ingresso no Programa Jovem Aprendiz significou uma entrada no mundo do trabalho, uma primeira experiência de emprego capaz de abrir portas futuras. Nenhuma delas relatou expectativa em permanecer nesta função a longo prazo. Os desejos para o futuro foram diversos: veterinária, curso para segurança, intercâmbio, pedagogia, administração. Para todas, no entanto, a experiência significou o próprio sustento ou a colaboração com o sustento da família durante um período, além da possibilidade concreta de viver a juventude:

o trabalho é uma parte importante da experiência juvenil. O trabalho não é apenas o ponto de chegada da transição, e/ou consequência do percurso educacional, mas experiência constituinte do processo transição para a vida adulta, e portanto, da vida juvenil e que tanto influencia quanto é influenciado pela trajetória educacional (Corrochano, 2017 p.148)

Assim, ainda que os marcadores entre ser mulher, jovem, negra e das classes populares se interseccionam no momento da chegada ao trabalho de Auxiliar de Limpeza, mantendo o sistema de dominação que posiciona essas mulheres em ocupações de menor remuneração e com menos direitos trabalhistas, é possível perceber nessas jovens um percurso ascendente, utilizando o primeiro emprego como forma de alçar melhores posições no mundo do trabalho.

## Referências

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. Revista Sociedade e Estado – Volume 30, Número 01, Janeiro 2015, pp. 147-163.

CHAVES, M. N. Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho. Anais do II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Brasília: UnB, 2014.

CORROCHANO, Maria Carla. O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. (Trabalho e Contemporaneidade)

DUBET, François. Sociologia da Experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

VERGÈS, F. Um feminismo decolonial. Ubu Editora, 2020.

## ESTUDO, TRABALHO E FAMÍLIA

Iracema Souza Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

### Resumo

A conciliação é o elemento central das trajetórias dos jovens brasileiros, seja entre os estudos e o trabalho, a vida familiar – levando em consideração, o cuidado de pessoas e o tempo dedicado aos afazeres domésticos. Neste sentido, as desigualdades entre mulheres negras e brancas e os homens negros e brancos parecem tanto por conta dos condicionantes estruturais que diferenciam as oportunidades por gênero e raça, quando dificuldade da conciliação destes papéis que impõem sobre as mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico. Tanto no âmbito do mercado de trabalho quanto nos estudos das trajetórias femininas já foi observado que um dos fatores centrais que pode explicar a desigualdade na inserção dos homens e das mulheres no mercado de trabalho se refere às dificuldades de conciliação entre o trabalho e a vida familiar, sendo portanto um requisito básico para entender as desigualdades de gênero (Silva, Macêdo e

Figueiredo, 2015; Cyrino, 2009) e também as oportunidades e as condições socioeconômicas que os indivíduos terão na idade adulta. Diante disso, faz-se necessário investigar esses processos para aprofundar os conhecimentos sobre os mecanismos de desigualdades que impactam sobre as trajetórias juvenis, e, conseqüentemente, a vida adulta, e contribuir subsidiar políticas públicas para os jovens que auxiliem nessas articulações.

### Resumo expandido

A articulação entre trabalho, estudo e vida familiar tornou-se um importante indicador das diferenças e desigualdades de gênero e raça nas trajetórias que os jovens constituem ao longo do processo de transição para a vida adulta no Brasil. Sabe-se que após o período considerado para conclusão da educação básica, os jovens passam a diversificar seus trajetos a partir do maior ingresso no mercado de trabalho e da formação de novos núcleos familiares, incorporando novas demandas oriundas dos papéis que passam a desempenhar. Se por lado, do ponto de vista do gênero e raça, as mulheres brancas possuem majoritariamente trajetórias de dedicação somente aos estudos e de conciliação entre estudo e o trabalho; as mulheres negras estão em maioria na condição de não estudar e nem trabalhar, e maior formação familiar; enquanto os homens negros e brancos são majoritários na condição de só trabalhar, estes últimos possuem a conciliação entre

trabalho e estudo como a segunda maior condição, em detrimento, entre os homens negros a segunda maior condição são os que nem estudam e nem trabalham. (AFROCEBRAP, 2022)

No âmbito da formação familiar, sabe-se que impacta diretamente sobre as trajetórias de escolarização e trabalho das mulheres, em virtude das desigualdades no âmbito das responsabilidades com o cuidado familiar e afazeres domésticos. (CORROCHANO; ARANCIBIA; MIRANDA, 2022) E que esta diferença ganha novos contornos quando considerado o componente racial, no qual mulheres negras vivenciam sob o imaginário da responsabilidade com o cuidado, estando sobre representadas nas funções que o têm como exercício. Nesse sentido, a possibilidade de articulação entre trabalho, estudo e vida familiar possui forte determinação de gênero e raça e, por sua vez, implica em trajetórias de maior ou menor formação educacional - e inserção qualificada no mercado de trabalho.

Em termos de escolarização, a expansão educacional a partir da década de 90 impactou diretamente os trajetos juvenis, sobretudo com a ampliação do tempo de permanência na escola (HASENBALG, 2003; RIBEIRO, 2014). A análise das desigualdades de cor/raça evidenciou após a conclusão do ensino médio houve aumento da presença dos brancos no ensino superior e estabilidade entre aqueles que declararam não estar estudando, em 1993, 53,7% dos brancos não estudavam, enquanto em 2008, o percentual era de 53,8%; já a presença no ensino superior sofreu variação de 42% para 49,9%, no mesmo período. Os negros, por sua vez, possuíam elevadas taxas de ausência na condição de estudante em ambos os anos e os percentuais mantiveram-se estáveis, com 74,5% (1993) e 74,6% (2008), quanto a presença no ensino superior experimentou um pequeno aumento no período, cuja variação foi de 21,3% para 24,3%. No que tange às desigualdades de gênero houve predominância feminina entre os estudantes do ensino superior e o crescimento da proporção do grupo feminino entre os anos analisados, cuja variação foi de 55,5% (1993) para 57% (2008). (PICANÇO, 2012)

No que se refere a relação dos jovens com o trabalho, estes possuem características muito específicas diante dos demais trabalhadores, quase sempre são transições mais frequentes, com elevada passagem entre os momentos de atividade e inatividade, e convivem com outros eventos importantes para a entrada na vida adulta, de ordem educacional e familiar. A inclusão juvenil no mercado de trabalho ocorre mediada por processos de alteração da dinâmica econômica e políticas públicas que dispõem sobre a oferta, restrição e qualidade das oportunidades ocupacionais (CORSEUIL, FRANCA & POLOPONSKY, 2020; GUIMARÃES, 2020). Tal conjuntura produz efeitos tanto nas dinâmicas familiares e domiciliares, sobretudo quanto às transições demográficas e educacionais desse período do ciclo de vida (CAMARANO et al., 2006) quanto nas expectativas, representações e modos de vida dos sujeitos jovens (PIMENTA, 2017; GUIMARÃES, 2020) e quanto aos marcadores sociais de gênero e raça (GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020).

A partir de 2015, o Brasil entrou numa profunda crise e recessão econômica, onde foram observadas acirramento contínuo das taxas de desemprego e diminuição da inserção de postos de qualidade, tais como postos formais, melhores rendimentos e vínculos em empresas de maior porte, dos trabalhadores em geral. Deu-se uma verdadeira profunda deterioração

das relações de trabalho, com deslocamento de postos formais para ocupações informais e por conta própria, encolhimento das remunerações e perdas de direitos trabalhistas. No entanto, estas condições são ainda mais penosas quando analisada a situação das juventudes, mulheres e negros, pois a participação destes grupos no mercado de trabalho é muito sensível aos diferentes momentos do ciclo econômico, com taxas de desemprego em crescimento ainda maiores e em um menor espaço de tempo. (CORSEUIL, FRANCA & POLOPONSKY, 2020; GUIMARÃES, BRITO & COMIN, 2020)

O aumento do período de escolarização incide sobre o adiamento das transições da esfera familiar das jovens, bem como as dificuldades de inserção no trabalho ou da ocupação de vínculos mais estáveis, são fenômenos que têm repercutido sobre a autonomia dos jovens em relação ao domicílio de origem, seja pelo adiamento para prolongamento dos estudos ou por dificuldades de obtenção da autonomia econômica, ou em função da saída para morar com outros colegas, pela parentalidade precoce e ausência do suporte familiar, incidindo de forma mais acentuada nas trajetórias das jovens mulheres. (BRANNEN & NILSEN, 2003)

No âmbito da vida familiar e do investimento semanal em afazeres domésticos é observado que há um aumento significativo entre os grupos etários mais avançados, impactando sobremaneira os percursos femininos. As jovens mulheres investem consideravelmente mais tempo nessas tarefas do que os jovens homens, destacando a persistência de uma imposição cultural sobre as mulheres no que diz respeito aos cuidados domésticos e à conciliação com o trabalho e estudo fora do lar. (Silva, Macêdo e Figueiredo, 2015)

Se para os jovens homens a formação familiar não implica sobre a continuidade da formação e trabalho, para as mulheres o engajamento com os afazeres domésticos e as demandas de cuidado impactam sobre a conciliação com as demandas de educação e trabalho. No país, a multiplicidade de trajetórias de transição possui profundo condicionamento das desigualdades de gênero, raça e situação familiar, que consiste em um campo ainda pouco desvendado e objeto de análise desta pesquisa. (ABRAMO, VENTURI & CORROCHANO, 2020) Este estudo incorpora a perspectiva das recentes pesquisas no campo das desigualdades, que têm questionado o uso dos marcadores sociais de modo fragmentado e hierarquizado, com a sobreposição de um em detrimento de outro, seja raça ou gênero, críticas decorrentes das produções do feminismo negro e dos estudos de gênero. (HIRATA, 2014; COLLINS, 2015; BIROLI & MIGUEL, 2015; AKOTIRENE, 2020) A proposta de utilização de gênero/sexo e raça de modo interseccional será utilizada tendo em conta que ademais os contextos de escolarização e do mercado de trabalho os marcadores sociais de gênero e raça interseccionados atuam de modo a produzir posições sociais distintas que desigualam as trajetórias dos jovens após a conclusão da escolarização básica.

Neste sentido, questiona-se: Como se diferenciam as articulações entre família, trabalho e estudo nas trajetórias das jovens negras e brancas e dos jovens negros e brancos? E quais os impactos da família e do trabalho reprodutivo nessas diferenciações? Os objetivos são analisar como se desenham as articulações entre família, trabalho e estudo as trajetórias dos jovens negros e brancos e das jovens negras e brancas; e quais os impactos da família e do trabalho

reprodutivo na diferenciação nas trajetórias de educação e trabalho. Para alcançar os objetivos de pesquisa, propõe-se a análise quantitativa dos dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE) para o ano de 2022. Foram selecionados todos os indivíduos jovens, com idade entre 18 e 29 anos de idade. Optou-se por esta faixa etária, considerando o limite etário instituído pelo Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), com foco a partir dos 18 anos tendo em vista que consiste em um período de maior diversificação das trajetórias juvenis em função da esperada conclusão da educação básica e entrada ou não no ensino superior, maior número de jovens inseridos no mercado de trabalho e fora do ambiente familiar de origem. Observa-se que as jovens negras são o único grupo que possuem maior probabilidade predita de estarem na trajetória nem-nem quando elas são pessoa de referência na família, enquanto os demais são maioria na trajetória somente trabalha. Elas também possuem os maiores percentuais de envolvimento com os afazeres domésticos e cuidado de pessoas, além de maior carga horária dispendida no trabalho doméstico.

## Referências

- ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. ESTUDAR E TRABALHAR. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 523-542, 2020.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.
- CAMARANO, Ana Amélia Organizadora. Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?. 2006.
- COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual review of sociology**, v. 41, p. 1-20, 2015.
- CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; FRANCA, Maíra Penna; POLOPONSKY, Katcha. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 501-520, 2021.
- CORROCHANO, Maria Carla; ARANCIBIA, Milena Maia; MIRANDA, Ana. Transições juvenis na Argentina e no Brasil: trabalho, educação e família. 2022.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, MURILLO; COMIN, Alvaro Augusto. Youth in Brazil: Transitions and Trajectories. Can Economic Growth Mitigate Inequalities?. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 475-498, 2021.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.
- PICANÇO, Felícia. Quem vai e quem fica: apostas no ensino superior. **Trabalho apresentado**, n. 36º, 2012.

## **CORRER PELAS BORDAS? JOVENS MULHERES NO AUDIOVISUAL**

Jeniffer Cristina Ferreira Justino

UFSCar

**Resumo:** Esta investigação busca compreender as relações de jovens mulheres que atuam na área do Audiovisual – considerando aqui cinema, rádio, tv, fotografia e as diversas formas de se trabalhar com som e imagem - com o trabalho nessa área, identificando as possíveis estratégias de inserção-permanência, sejam elas individuais e/ou coletivas, bem como seus desafios, desejos e relações. Para isso, 5 jovens mulheres foram entrevistadas, na faixa etária de 20 a 30 anos, na cidade de São Paulo, para compartilhar suas narrativas dentro do Audiovisual com a finalidade de compreender as relações que elas estabelecem/estabeleceram com o mundo laboral do Audiovisual, seus desafios, os desejos que elas possuem e as possíveis formas de organização para se inserirem/permanecerem na área diante das precariedades e transformações oriundas de um capitalismo que sempre se reinventa e contribui para as assimetrias sociais. De modo geral, a investigação buscou aportes, reflexões e olhares em torno da Juventude/Trabalho, Gênero/Trabalho e do Audiovisual para compreender as narrativas dessas jovens mulheres no Audiovisual. Assim, considerando as especificidades e singularidades em torno de ser uma jovem trabalhadora do Audiovisual, levantamos alguns questionamentos: Como elas se inserem/permanecem na área? Elas se organizam ou não coletivamente? Elas atuam pelas “bordas” do Audiovisual? Quais são as narrativas dessas jovens em São Paulo?

**Palavras-chave:** Jovens Mulheres; Juventude; Trabalho; Gênero; Audiovisual;

### **Introdução**

Este resumo deriva de uma investigação de doutorado que se concentra nas narrativas de 5 jovens mulheres, oriundas de São Paulo, e suas experiências de trabalho no campo do Audiovisual, abrangendo diversas formas de expressão visual e sonora, como cinema, rádio, televisão e fotografia. Utilizando aportes teóricos relacionados à juventude e trabalho, bem como do gênero e trabalho no contexto laboral da área do audiovisual, busca-se compreender as trajetórias dessas jovens, bem como as estratégias individuais e coletivas que empregam para ingressar e se manter nesse setor.

Essa pesquisa se baseia em teorias sobre Juventude e Trabalho, Gênero/Trabalho utilizando contribuições de Helena Hirata, Nadya Guimarães, Márcia Leite, entre outras, que

abordam a feminização do trabalho e a entrada das mulheres no mercado laboral. Também se recorre a Françoise Vergès para discutir um feminismo decolonial e a Nancy Fraser para entender as dinâmicas do capitalismo e da captura neoliberal no mundo do trabalho. Além disso, são consideradas as contribuições sobre Juventude e Trabalho como centrais, com autores como Nadya Guimarães, Machado Pais, Vítor Ferreira Gisela Tartuce, entre outros/as para compreender o movimento de busca por emprego e autonomia entre os/as jovens no contexto cultural, assim como as precariedades que podem ser mascaradas pelo discurso empreendedor. bell hooks também é referenciada para refletir sobre a representatividade de corpos e rostos no Audiovisual, juntamente com Ann Kaplan, Laura Mulvey e demais autoras como Karla Holanda sobre a presença de mulheres no Audiovisual. Essas abordagens teóricas permitem refletir sobre as complexidades do contexto contemporâneo, incluindo os impactos da pandemia e as estratégias de sobrevivência adotadas por determinados grupos dentro desse cenário.

É importante destacar que o campo do Audiovisual é predominantemente ocupado por homens cis brancos de classe média, o que resulta em uma presença mínima de mulheres em posições decisórias e/ou de destaque, e quando consideramos outras variáveis como raça, classe social, sexualidade, idade e localização geográfica, essa ausência se torna ainda mais evidente. Ao considerar as disparidades sociais e adotar uma mirada interseccional, torna-se evidente que a inserção e permanência dessas jovens mulheres enfrentam diversos desafios, suas narrativas emergem das margens, das bordas marcadas por uma *presença-ausência*. Portanto, também surge a indagação: qual é o corpo/rosto do Audiovisual? Tanto na tela quanto nos bastidores, vemos faces e corpos considerados hegemônicos, mas nas margens existem outros corpos e rostos não-hegemônicos buscando seu espaço. Considerando o contexto da pandemia, essas questões se tornaram ainda mais complexas, acentuando-se tanto no ambiente de trabalho quanto na vida cotidiana e a vida dessas jovens trabalhadoras do audiovisual nas bordas, entre precariedades e formas de resistência.

### **Objetivos**

O objetivo geral dessa investigação é compreender as relações de jovens mulheres que atuam na área Audiovisual com o mundo laboral, isto é, os movimentos em torno da inserção-permanência laboral na área. Para isso, frisamos a importância de considerar as formas de organização dessas jovens mulheres, sejam elas individuais e/ou coletivas, para lidar com os possíveis desafios laborais e não-laborais em suas trajetórias. Assim, o intuito também é de escuta-registro-reflexão das narrativas compartilhadas por essas jovens, evidenciando o lugar de sujeito e não de objeto no decorrer da investigação, buscando compreender as relações que estabelecem/estabeleceram com o mundo do trabalho, com as outras jovens trabalhadoras, com os possíveis desejos que possuem e os possíveis enfrentamentos coletivos/individuais diante das transformações, precariedades, desigualdades do cenário neoliberal e a acentuação das assimetrias sociais.

### **Justificativa**

Esta pesquisa visa entender como jovens mulheres que residem e trabalham em São Paulo, centro do Audiovisual no Brasil, enfrentam os desafios e se inserem nesse campo. Busca-se contribuir para a visibilidade de suas experiências e narrativas, explorando seus desejos, desafios e conexões com o coletivo e o território. Embora existam algumas obras que abordem a relação entre Gênero e Audiovisual, a maioria delas concentra-se mais na representatividade e estética cinematográfica, deixando lacunas quanto ao trabalho das mulheres, especialmente das jovens, nesse setor.

A relevância desse estudo reside em olhar pela interseção entre Juventude/Trabalho e Gênero/Trabalho, em um contexto onde dados sistematizados sobre jovens e Audiovisual ainda são escassos. Em um mundo laboral cada vez mais complexo, onde os direitos não são garantidos de forma permanente, compreender as trajetórias dessas jovens mulheres é essencial para gerar reflexões e questionamentos que possam subsidiar novas abordagens e políticas. É importante visibilizar suas narrativas, aprender com elas e contribuir para um entendimento mais profundo das dinâmicas do trabalho contemporâneo.

Portanto, essa pesquisa permanece aberta a contribuições futuras, reconhecendo que o processo de investigação é caracterizado pela constante busca por conhecimento, sem respostas definitivas, mas com o compromisso de explorar e trilhar caminhos que ampliem nossa compreensão sobre essas questões.

### **Metodologia**

Neste estudo, a metodologia empregada visa compreender as experiências de jovens mulheres no campo do Audiovisual, especialmente em São Paulo, epicentro dessa indústria no Brasil. A pesquisa se inicia com a localização e mapeamento inicial dessas jovens, seguido por um levantamento de seus perfis através de questionários online com cerca de 16 respondentes. A análise desses perfis culmina na seleção de pelo menos cinco jovens para entrevistas semiestruturadas, onde são exploradas suas narrativas laborais, suas trajetórias e suas relações com o trabalho, família e formação.

As etapas metodológicas foram adaptadas em resposta aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, resultando na realização de todas as atividades de forma remota, incluindo as entrevistas e o levantamento inicial de perfis. A pandemia causou interrupções e dificuldades adicionais, como a falta de resposta de algumas participantes e a necessidade de buscar constantemente novos contatos e indicações. Apesar das adversidades, a pesquisa seguiu focada em compreender as estratégias de inserção e permanência das jovens mulheres no campo do Audiovisual, ouvindo suas vozes através de suas narrativas biográficas-laborais

### **Resultados Parciais**

Essas jovens mulheres diante de processos de invisibilidades dentro-fora do Audiovisual compartilham trajetórias e estratégias de inserção-permanência laboral. Elas apresentam o

Audiovisual como trabalho, um trabalho que têm condições precárias, mas também apresentam o Audiovisual como ferramenta política, como forma de transformação social, como uma forma de construir outros imaginários, sejam eles estéticos e/ou políticos. Então, ao mesmo tempo que encontramos na literatura sobre o trabalho a relação com a crise da sociedade salarial, impactos nas garantias sociais, enfraquecimento de sindicatos, desilusões com organizações, condições laborais precárias, também encontramos outros repertórios sobre as formas de ganhar a vida e sobre as formas de agir coletivamente para enfrentamento das precariedades. E aqui, essas jovens mulheres fazem com que o olhar seja trabalho, um trabalho que é precário ao pensarmos nas suas condições (jornada, estabilidade, renda, etc), mas que também é um trabalho “de vida”, um trabalho que permanecem fazendo por utopia, por significado, por engajamento. Além de condições de trabalho mais justas no Audiovisual, essas jovens esperam/vivem e lutam por uma forma de estar no mundo, uma forma que reconheça seus olhares.

### **Referências bibliográficas**

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (org.). Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Editora Senac, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

LEITE, Márcia de Paula; SALAS, Carlos. Trabalho e desigualdades no Brasil: desafios e contradições do atual modelo de desenvolvimento. Ideas, 5, 29 de maio, de 2015.

PEREGRINO, Monica. Os estudos sobre jovens na intersecção da escola com o mundo do trabalho. In: Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 2 / Marília Pontes Sposito, coordenação. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

## **VALORES E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA ÉTICOS DE JOVENS**

Karin Schwarz – PUC-SP, [schwarzka@yahoo.com.br](mailto:schwarzka@yahoo.com.br)

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é investigar contribuições que a reflexão sobre valores e trabalho

traz para a construção de projetos de vida éticos dirigidos aos jovens. O foco ocorre dimensão do trabalho, posto que é considerada, na abordagem que orienta o estudo, a Psicologia sócio-histórica, categoria central na vida do homem e pressuposto de sua humanização. O projeto de vida ético é aquele voltado ao coletivo, guiado pela busca do bem comum e crítico com relação à realidade social. Portanto, as transformações necessárias à realidade serão possíveis por meio do trabalho e do questionamento dos valores nos quais estão fundamentadas as suas relações. Para realizar a pesquisa, foram entrevistados dois sujeitos do sexo feminino, um de 15 e outro de 17 anos, estudantes do ensino médio na cidade de São Paulo, um oriundo de escola pública e outro de escola particular. Foi proposta uma atividade para que refletissem sobre o que entendem por trabalho, quais são seus valores pessoais e se (e como) estes se relacionam. A conclusão permite entender que tais reflexões são importantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação ao desenho do futuro, em especial no que se refere ao trabalho e à profissão, que deve superar visões alienadas. Além disso, nota-se que a realidade social e seus marcadores impactam subjetiva e objetivamente a construção de projetos de vida.

**Palavras-chave:** Projeto de vida ético; Projeto de vida; Realidade social; Juventude; Trabalho

## Resumo Expandido

### Introdução

Projeto de vida é a articulação entre passado, presente e futuro, de forma que o passado (biográfico e coletivo/histórico) permite que o sujeito se localize e se entenda no presente, podendo assim vislumbrar um futuro a ser construído. O projeto é parte constituinte da identidade e vai além dos desejos e metas imediatas, pois tem compromisso com a ação. Orienta o cotidiano, atribuindo significado à vida e às ações do indivíduo. É resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias do espaço e tempo histórico e do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito. Conforme Velho (2013, p. 27), o “campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura”.

O projeto de vida sempre se relaciona com outros projetos individuais, coletivos e societários, em um movimento contínuo de impacto mútuo que partilha de premissas e paradigmas sociais e culturais. Por isso pressupõe a existência do outro fazendo com que a noção de valor e ética seja essencial ao orientar jovens a elaborar projetos de vida. O que seria então um projeto de vida ético? O conceito de ética adotado para responder essa pergunta é o proposto por Rios (2011), no qual a ação ética implica, necessariamente, levar em consideração o outro e a sociedade, a orientação a um projeto coletivo voltado à liberdade e à universalização dos valores éticos. A ética tem compromisso com os valores e, por essa razão, cabe a ela a reflexão crítica e sistemática sobre os valores na ação humana, problematizando-os e apurando sua consistência.

Dessa forma, um projeto de vida ético seria aquele que leva em consideração o

coletivo, que problematiza o que está posto socialmente e a historicidade dos valores nos quais se fundamenta através da reflexão ética crítica. Atribui uma significação mais profunda para a vida e o trabalho, buscando transformar o processo social. Com ele, o indivíduo reconhece que pertence a uma comunidade e que isso também o responsabiliza por tal.

Este estudo tem como objetivo investigar contribuições que a reflexão sobre valores e trabalho traz para a construção de projetos de vida éticos dirigidos aos jovens a partir da abordagem da Psicologia Sócio-Histórica.

### **Metodologia**

Foi aplicada uma atividade que propôs aos sujeitos refletirem sobre o que entendem por trabalho, quais são seus valores pessoais e se (e como) estes se relacionam (trabalho e valores). Em determinada etapa foi adicionado dois grupos de valores definidos previamente que se contrapõem e estão presentes nas contradições do mundo do trabalho, para que possa ser feita a análise de como estes contribuem em suas concepções sobre trabalho e futuro. São eles; valores liberais, predominantes na sociedade atual e que valorizam o individualismo e a meritocracia, e, tencionando-os, valores éticos, em que predominam a coletividade e o outro.

Escolheu-se focar na dimensão do trabalho pois é a partir dele que o homem transforma deliberadamente a realidade e produz o mundo para si. Portanto, será através do trabalho e do questionamento dos valores nos quais estão fundamentadas suas relações que as transformações necessárias serão possíveis.

Participaram da pesquisa duas estudantes de ensino médio: Amanda (nome fictício), uma jovem de 15 anos que estuda em escola pública da cidade de São Paulo, se autodeclara negra, trabalha, mora em bairro periférico da cidade, possui mãe desempregada e pai autônomo, ambos sem concluir o ensino fundamental; e Luana (nome fictício), uma jovem de 17 anos que estuda em escola particular de São Paulo, se autodeclara branca, de classe média, não trabalha, mora em bairro de zona nobre da cidade, possui pai e mãe com nível universitário e emprego estável.

### **Principais Resultados**

Três principais aspectos foram discutidos a partir dos resultados: primeiro notou-se que a atividade contribuiu para o processo de reflexão acerca de um projeto mais ético. Ambas fizeram ponderações novas e saíram com algumas perspectivas diferentes após a atividade. Essas reflexões despertadas apontaram para o início de uma conscientização crítica. Como o projeto de vida ético envolve necessariamente o objetivo de transformar a sociedade, a conscientização crítica e o desvelar da realidade social é essencial para esse processo. O termo *conscientização* aqui utilizado é fundamentado em Freire (1979, s.p.): “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”. Como já era de se

esperar, constatou-se que a atividade sozinha, apartada de um conjunto de atividades e vivências socioeducativas, não se faz suficiente para proporcionar o estabelecimento de um projeto de vida, mas foi constatado a importância de propostas pedagógicas de responsabilidade social crítica.

O segundo aspecto apontado pelos resultados é que a partir de um único recorte, “um sujeito de escola pública e um sujeito de escola particular”, foi possível encontrar o retrato da realidade social e educacional do país e o quanto ela impacta na subjetividade dos sujeitos. Os dados de identificação, assim como as respostas de ambas, evidenciam uma diferença de classes entre os sujeitos, e constituído nela, a questão racial. Vivemos numa sociedade em que o racismo é estrutural e está institucionalizado na cultura, permeando todas as áreas da vida humana. Isso configura uma série de privilégios que o sujeito branco terá (inclusive) no trabalho, e a partir disso as subjetivações e a forma como cada uma experienciam a vida e os sentidos do trabalho é distinta. Na objetividade, isso também se configurará em oportunidades e possibilidades diferentes para ambas, aspecto de extrema importância para a temática do projeto de vida. Durante a atividade Amanda faz uma associação entre responsabilidade, dinheiro e esforço pessoal. Entende-se que, segundo sua percepção, o sujeito que se esforça e tem responsabilidade, o dinheiro virá como recompensa. Porém, “e quando as estatísticas mostram que, independentemente da produtividade, pessoas de um determinado grupo social como negros e mulheres, ganham salários menores?” (ALMEIDA, 2019, p. 155-156). Na estrutura capitalista, o discurso do mérito é disseminado e vendido como princípio para justificar as diferenças, naturalizando-as e responsabilizando mais uma vez os sujeitos pelo desemprego ou pela baixa remuneração. Luana não faz essa associação em nenhum momento da atividade, dinheiro, conforto, *status* e poder aparecem na fala dela como se viessem de forma natural. A realidade é constituída de múltiplas determinações, e o racismo é uma delas. Além desta, nos situamos numa sociedade capitalista, machista, lgbtqiap+fóbica e marcada pela desigualdade social, assim, não é possível pensar o projeto de vida sem considerar a realidade social. Ignorá-la reforçará essa estrutura opressiva.

O terceiro aspecto observado foi a distância entre a concepção de trabalho das jovens e seus valores pessoais. As definições de trabalho de ambas estão no campo da prestação de serviços e da geração de renda e seus valores prioritários são, em sua maioria, éticos. Apresenta-se nos diálogos um panorama em que o trabalho é algo necessário a se fazer exclusivamente como forma de obter renda, e os valores acontecem na vida além do trabalho. Podemos explicar esse fenômeno através do conceito de alienação do trabalho proposto por Marx (*apud* FURTADO; SVARTMAN, 2009), em que o sujeito não se vê representado naquilo que produz, já que o modo de produção capitalista reduz o homem à condição de instrumento, além de ser uma ferramenta de dominação de uma classe sobre outra.

O trabalho perde seu caráter concreto, ele se torna meio de sobrevivência, de aquisição de dinheiro, para que então necessidades humanas possam ser

desenvolvidas e satisfeitas. Todas as potencialidades humanas são derivadas e dependentes de um poder de acumulação. Essa inversão é apontada nos manuscritos como um dos principais fatores da alienação no capitalismo. [...] O homem está alienado de sua capacidade de agir livre e conscientemente, de apropriar-se de sua história, podendo coletivamente construir e reconhecer-se no mundo construído. (FURTADO, 2009, p. 20).

Considera-se, por fim, que nenhuma das duas estudantes havia pensado anteriormente sobre o significado do trabalho e nem sobre seus valores pessoais. Isso pode indicar que os jovens estão sendo formados sem entrar em contato com temas como trabalho, sociedade e coletividade. Sem discutir trabalho, veta-se qualquer possibilidade de transformação social, de liberdade do homem e sua emancipação. A atividade proporcionou identificar a importância de dialogar sobre esse tema, principalmente na escola.

### Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** 2. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FURTADO, Odair. **Trabalho e solidariedade.** São Paulo: Cortez, 2011.
- FURTADO, Odair; SVARTMAN, Bernardo P. Trabalho e alienação. *In*: BOCK; GONÇALVES (org.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-115.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 7.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

## JOVENS PERIFÉRICAS DO COLETIVO DA RAIZ AO FRUTO E SUAS VIVÊNCIAS DE TEMPO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

MARRIETE DE SOUSA CANTALEJO- UFSCAR/ SOROCABA

### Resumo

A presente pesquisa busca debater temáticas como: tempo, juventude, educação e trabalho, tendo como campo de pesquisa o coletivo Da Raiz ao Fruto, situado no município de São Paulo. O objetivo geral do estudo consiste em analisar os usos do tempo das jovens mulheres do Coletivo Da Raiz ao Fruto na compatibilização entre trabalho, estudo e afazeres domésticos/ atividades de cuidado na periferia de São Paulo. Enquanto metodologia de pesquisa a abordagem é a qualitativa fazendo uso de uma metodologia investigativa do uso do tempo,

utilizando instrumentos como: observações, questionários, diários do uso do tempo e entrevistas semiestruturadas, baseados em Aguiar (2010). A pesquisa ainda está em andamento e possui resultados parciais, como: as jovens demonstram uma relação de pertencimento e valorização do território que habitam e conseguem estabelecer relações de tempo diversas ao conciliarem os empreendimentos, o cuidado de crianças e o lazer em eventos como o *Panelafro*.

## Introdução

A condição da juventude é vivenciada de maneiras distintas pelos jovens e pelas jovens, alguns fatores que influenciam essa vivência são: a classe social, o gênero e a cor (Dayrell, 2007). A priori na juventude se detém um “capital temporal”, ou seja, um crédito de tempo a mais tendo como referência as pessoas não jovens, que legitima essa vivência juvenil durante um período etário determinado a todos os jovens (Margulis e Urresti, 1996). Entretanto, mesmo o capital temporal sendo algo inerente a juventude, os modos de ser jovem são diversos e se ressignificam principalmente por conta do acesso desigual a moratória juvenil, tal disparidade se dá sobretudo nas relações entre a juventude e a educação (Madeira, 2006).

No Brasil, a condição juvenil é abundante em incertezas, principalmente para os jovens populares (Dayrell, 2007) e mesmo neste cenário, se caracteriza pelo esforço contínuo desses jovens em conciliar trabalho e estudo. Estudar e trabalhar nas trajetórias juvenis são situações que ocorrem de maneira não-linear e em momentos, por vezes, não simultâneos. Além do estudo e trabalho, grande parte dos jovens subdividem seu tempo com atividades relacionadas à vida familiar, principalmente as jovens mulheres.

O *capital temporal* é vivenciado de forma distinta por jovens homens e jovens mulheres, estas últimas desde muito cedo experimentam a divisão de seu *tempo* entre *tempo de estudo*, *trabalho remunerado e cuidado* (Corrochano e Abramo, 2016). Essa multiplicidade de vivências temporais das jovens mulheres foi acentuada no contexto atual, após a pandemia do covid-19. A partir de março de 2020, com as medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, os *tempos cotidianos* foram afetados.

Mediante este contexto, algumas jovens mulheres dos distritos do Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, que exercem atividades de cuidado, estudam, trabalham na formalidade e empreendem decidiram durante a pandemia formar o coletivo Da Raiz ao Fruto, na expectativa inclusive de terem uma rede de apoio confiável, uma vivência juvenil e temporal diferenciada da mantida até o momento. Mas o que afinal seria um coletivo? Segundo Junior e Silva, 2021, um coletivo é uma rede de organização idealizada através de um movimento juvenil que tem uma problemática em comum entre os seus membros. E se materializa por meio de ações baseadas na crítica a realidade, buscando saídas para este problema, rompendo com a naturalização que, por vezes é imposta socialmente a uma condição pré-determinada. Logo, essas jovens buscam vivenciar diferentes modos de vida.

Ao refletir acerca dos variados tempos vivenciados pelas jovens mulheres, percebendo a juventude enquanto um objeto de análise e retrato social e as interferências profundas que a pandemia do covid-19 trouxe a realidade, principalmente aos sujeitos pertencentes às classes populares, que se constitui o tema desta pesquisa. Deste modo, a temática central busca relacionar o tempo, trabalho, juventude e gênero, visando assim: analisar os usos do tempo das jovens mulheres do Coletivo Da Raiz ao Fruto na compatibilização entre trabalho, estudo e afazeres domésticos/ atividades de cuidado na periferia de São Paulo. Tendo como objetivos específicos: a) construir o perfil das jovens pertencentes ao coletivo Da Raiz ao Fruto, b) entender como se constituiu o coletivo e suas reestruturações ao longo dos anos; c) perceber como as jovens mulheres conseguiram vivenciar o coletivo, as relações de trabalho e estudo no período pandêmico e pós-pandêmico.

### **Metodologia**

A concepção metodológica abordada nesta pesquisa é a qualitativa, por possuir sua base de estudo em micro processos, através de ações individuais ou em grupo que refletem as dinâmicas sociais. Tal metodologia tem como requisito central a proximidade entre o pesquisador e o pesquisado, a parcialidade nos resultados, a aceitação dos limites técnicos e a distância entre o julgamento da produção de conhecimentos verdadeiros ou falsos (Minayo, 2012). Combinada a concepção qualitativa, é utilizada a metodologia de investigação com base no uso de técnicas que explorem a abordagem do uso do tempo (Aguiar, 2010). Dessa forma, os discursos e as práticas dos sujeitos são elementos centrais e concretizados através das seguintes técnicas: observações, questionários, diários de uso do tempo e entrevistas semiestruturadas.

É interessante ressaltar que no ano de 2021, através da professora Maria Carla Corrochano tive o primeiro contato com o Projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP “Coletiva Jovem: um projeto de pesquisa e ação para suporte aos coletivos juvenis de produção nas periferias de São Paulo e Buenos Aires”. Este projeto é coordenado pela professora e integrado por outros pesquisadores e através do mesmo cheguei ao coletivo *Da Raiz ao Fruto*.

A pesquisa está em processo, as observações vêm sendo realizadas desde o início do ano de 2022 até a presente data, inicialmente as atividades do coletivo estavam remotas devido a pandemia, em agosto deste mesmo ano houve a retomada presencial migrando também as observações para este formato. A aplicação dos questionários, entrevistas e diários do uso do tempo foram iniciadas no mês de outubro de 2023, são agendadas previamente com as jovens e a pesquisadora em local de comum acordo, em dois encontros, o primeiro no qual as jovens preenchem com o auxílio da pesquisadora o questionário e são orientadas acerca do diário do uso tempo, este último é preenchido em casa pelas jovens que retornam na semana seguinte para a entrevista semiestruturada. A entrevista aborda questões relacionadas ao diário do uso do tempo, juventude, trabalho, educação e pandemia.

### **Principais resultados**

Os resultados parciais demonstram que as jovens possuem uma relação de pertencimento e valorização do território ao qual habitam, que elas buscam estabelecer novas relações com o tempo participando de eventos como o *Panelafro* e lá conseguem empreender, vivenciar momentos de lazer e estabelecer relações de cuidado e confiança com as crianças sob sua responsabilidade. Além disso, as jovens buscam constantemente estabelecer vínculos educacionais que melhorem suas vidas particulares e do coletivo, como por exemplo, uma das jovens cursa a faculdade de Direito e auxilia as questões jurídicas do coletivo, prestando inclusive orientações a jovens mulheres ou mulheres do coletivo ou não que são vítimas de violência doméstica.

### Referências bibliográficas

AGUIAR, Neuma. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil- **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v 12, n 1, junho 2010. Disponível em: <[Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil | Revista Econômica \(uff.br\)](#)>. Acessado em 14 de fevereiro de 2023.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Laís Wendel. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.22, n.47, p. 110-129, jan./abr. 2016. Disponível em: [Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda | Linhas Críticas \(unb.br\)](#). Acessado em: 15 de junho de 2021.

DAYRELL, Juarez . A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: [Rev100\\_05ARTIGOS.pmd \(scielo.br\)](#) . Acessado em 20 de julho de 2020.

JUNIOR, Paulo Roberto da Silva e SILVA, Peter Augusto. A luta política dos coletivos juvenis na periferia e a ressignificação do território. **Revista: Inter Faces Científicas- Humanas e Sociais**. Volume: 9, n. 02- 2021- Número Temático. Disponível em: [A LUTA POLÍTICA DOS COLETIVOS JUVENIS NA PERIFERIA E A RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO | Interfaces Científicas - Humanas e Sociais \(set.edu.br\)](#). Acessado em 09 de dezembro de 2022.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade no tempo de juventude. *In*: CAMARANO, Ana Amélia, Organizadora (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1ª edição, Rio de Janeiro, Ipea, 2006. cap. 5, p. 139 – 170.

MARGULIS, Mario ; URRESTI, Marcelo **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Biblos,1996. Disponível em: [La juventud es más que una palabra \(uba.ar\)](#). Acessado em: 20 de junho de 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista: Ciênc. saúde coletiva** 17 (3) • Mar 2012 • Disponível em: <[SciELO - Brasil - Análise qualitativa:](#)

[teoria, passos e fidedignidade Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade](#)>. Acessado em 20 de janeiro de 2023.

#### **IV Simpósio de Pesquisa em Juventude no Brasil: novos desafios investigativos**

##### **Resumo**

##### **Empreendedorismo Periférico: gerações em busca de uma oportunidade de vida**

Paula Cristina Bernardo - Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED)-  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)- Campus SOROCABA- Orientação:  
professora Dra. Maria Carla Corrochano

O presente trabalho é resultado de leituras, reflexões e observações da primeira fase da pesquisa que visa estudar as trajetórias de vida de gerações de jovens empreendedores e empreendedoras periféricas que passaram por ações socioeducativas do Serviço Social do Comércio (Sesc) São Paulo. Busca sistematizar a contribuição de algumas referências conceituais e empíricas para o entendimento e contextualização dos tipos possíveis de empreendedorismo periférico e orientar a definição das próximas etapas da pesquisa. Nessa etapa da pesquisa a metodologia baseou-se na leitura e sistematização bibliográfica e na observação participativa em reuniões de grupos, feiras, encontros de empreendedores e empreendedoras juvenis em cidades do campo de atuação do Sesc São Paulo. Com esse exercício, os resultados obtidos foram a compreensão das dimensões histórico-culturais do conceito de empreendedorismo periférico e a identificação de algumas matrizes discursivas que fundamentaram as motivações das gerações de jovens residentes na periferia para empreender.

##### **Resumo Expandido:**

##### **Empreendedorismo Periférico: gerações em busca de uma oportunidade de vida**

Paula Cristina Bernardo - Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED)-  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)- Campus SOROCABA- **Orientação:**  
professora Dra. Maria Carla Corrochano

**Objeto de Pesquisa:** O presente trabalho torna públicas as primeiras reflexões e observações da pesquisa que tem como objeto de estudo as trajetórias de vida de gerações de jovens empreendedores e empreendedoras periféricas que passaram por ações socioeducativas do Sesc São Paulo. O trabalho foi motivado pela experiência individual como ex-empresadora e o interesse em entender a relação do empreendedorismo periférico com as transformações no mundo do trabalho, em particular com o aumento do desemprego, principalmente após 2016, que marca uma mudança de rumos na economia brasileira, com um significativo prejuízo para os investimentos em políticas públicas de trabalho juvenil. No entanto, a proposta do estudo não se assenta sobre as políticas governamentais, mas, sobre as trajetórias de vida de gerações de jovens moradores da periferia que passaram a empreender como fonte de trabalho e renda. Nessa fase inicial da pesquisa surgiram reflexões importantes que demonstram a necessidade de compreender as subjetividades constituídas pelos sujeitos periféricos, quem são essas pessoas (D'Andréa, 2013) que percorrem caminhos distintos daqueles empreendedores/

empresários de classe média. Nesse sentido, estudar as trajetórias de vida implica não apenas abordar as suas subjetividades, como os contextos históricos e sociológicos de suas existências, as opressões sofridas e as possibilidades de resistência dentro do território das periferias, que geram renda e que promovam a dignidade humana. **Objetivo:** Nessa fase inicial, o objetivo foi sistematizar a contribuição de algumas referências conceituais e empíricas para o entendimento e contextualização do conceito e diferenciação dos tipos possíveis de empreendedorismo periférico para orientar a definição das estratégias das próximas etapas. **Metodologia:** A metodologia utilizada compreendeu a leitura e sistematização bibliográfica, principalmente de textos que resultaram da análise de diferentes projetos de empreendedorismo periférico, sobre os sentidos históricos e sociológicos do trabalho, a centralidade do trabalho para diferentes gerações de jovens. Além disso, a metodologia proposta implica confrontar essas leituras com o exercício de observação participativa em reuniões de grupos, feiras, encontros de empreendedores e empreendedoras periféricas em cidades do campo de atuação do Sesc São Paulo. **Principais Resultados:** O primeiro resultado foi compreender as dimensões do conceito de empreendedorismo periférico, no contexto do empreendedorismo popular, as matrizes discursivas que as explicam e fundamentam as motivações que levaram gerações de jovens residentes na periferia a empreender. A partir daí foi possível perceber que a hipótese inicialmente levantada, tem fundamento, porém será preciso verificá-la na análise das trajetórias de vida do grupo escolhido para estudo antes da conclusão. Ou seja, o fato de que o desemprego, no chamado mercado formal, não foi a única motivação para empreender. Existe um conjunto de motivos e caminhos distintos, principalmente no que tange, por exemplo, às jovens negras, moradoras de periferia. Mesmo antes da crise do chamado emprego formal, elas já não tinham acesso aos melhores postos de trabalho e carreiras profissionais, por conta do racismo estrutural, um problema anterior, que restringe as melhores oportunidades de vida à população branca, não periférica. O segundo resultado consiste na compreensão de que há um conjunto de matrizes discursivas, segundo Fontes (2014) que precisam ser analisadas para compreender os diferentes tipos de empreendedorismo, como demonstram as falas de suas entrevistadas e suas próprias trajetórias de vida. Seus discursos desvelam diferentes motivos para buscar o empreendedorismo e entre os principais, se destacam a urgência de encontrar trabalhos que sejam distintos de suas experiências anteriores como empregadas, ou seja, que não impliquem em opressões, tais como racismo, assédio moral, sexual, entre outros, como aponta o estudo de Fontes (2014), cujo objetivo é desafiar a conexão direta entre o desejo de ser empreendedor e a adesão à “razão neoliberal”. Assim, o autor sugere compreender o empreendedorismo periférico a partir da relação entre a ação do mercado, do Estado e da sociedade, analisando aspectos subjetivos, políticos e materiais. Ele destaca pelo menos três as matrizes discursivas relevantes: aquelas oriundas dos projetos sociais e de ONGs dos anos de 1990, com foco em políticas públicas e participação popular; aquelas que advêm dos coletivos e movimentos culturais, voltados para o fortalecimento das relações de sociabilidade e valorização da cultura periférica, “mundo da cultura” e por último, o empreendedorismo pautado na ideia de negócios de impacto social, que sugere que “entre ganhar dinheiro e mudar o mundo, faça os dois”, que

pressupõe que o trabalho pode (e deve) ter um sentido social e, portanto, coletivo, mas a orientação são as diretrizes do mercado. Essas matrizes podem aparecer integradas ou não. É a pesquisa de campo que deverá apontar se existe ou não essa integração, que deverá ser analisada com cuidado especial na interpretação de discursos e práticas. Outra contribuição importante foi entender a ideia de carreiras “correrias” segundo Tomasi, et al (2020) quando se refere aos jovens empreendedores periféricos da área da cultura, que encontram na carreira instável de produtores culturais, de artistas periféricos o trabalho que almejam, sem patrão, sem jornadas de trabalho previamente definidas, mesmo que ainda marcado pela precariedade, e muitas vezes sem acesso a seguridade social. Na outra ponta, fica ainda em aberto a investigação sobre os motivos que levaram o Sesc São Paulo a trazer o empreendedorismo para a pauta de seus projetos socioeducativos e suas possíveis contribuições a uma outra forma de inserção no mundo do trabalho.

### **Referências Bibliográficas**

- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304. Acesso em: 2023-12-11.
- FONTES, Leonardo. A Emergência do Empreendedorismo Periférico: A formação de novas subjetividades em meio ao mercado, ao estado e a sociedade nas margens urbanas. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6817Submetido> em: 2023-09-12. Postado em: 2023-09-14 Powered by TCPDF ([www.tcpdf.org](http://www.tcpdf.org))
- TOMASI, Livia de; MORENO DA SILVA, Gabriel. Empreendedor e precário: a carreira “correria” dos trabalhadores da Cultura, entre sonhos, precariedades e resistências. *Política & Trabalho* (S. I. J v 1, n 52, pp 196-211, 2020 DOI: 22478/ufpb.1517-51018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51018>

## **AS VIVÊNCIAS COTIDIANAS DAS JOVENS ESTUDANTES DURANTE A PANDEMIA.**

### **Jéssica Ferreira Rodrigues**

O trabalho tem como objetivo apresentar o resultado de um conjunto de entrevistas realizadas pelos estudantes de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp e pela professora doutora Dirce Zan no ano de 2021. A finalidade é dialogar com jovens que vivenciaram processos de transição de etapa de ensino no contexto de distanciamento social. O material utilizado foi obtido através de questionários semiestruturados aplicados pelo google meet respeitando as condições sanitárias do momento. Como estratégia metodológica dentro da totalidade de

interlocutores, selecionamos as falas das jovens mulheres estudantes para serem apresentadas no evento. O critério escolhido foi motivado pelas especificidades existentes nas vivências deste grupo social durante o isolamento. No período, as mulheres passaram por processos sociais específicos frutos de uma sociedade que estabelece historicamente divisões de gênero que impactam na realização das atividades cotidianas, sobretudo aquelas envolvendo o âmbito privado da vida. O cuidado com filhos e demais familiares, a organização do lar simultânea ao desenvolvimento de atividades profissionais e aos estudos são exemplos de problemas agravados diante da permanência das famílias nos lares. A partir de tal premissa, pretendemos observar como essas questões apareceram nas entrevistas e como nossas interlocutoras reagiram diante dos desafios vivenciados.

## **TEATRO, AFETO E ADOLESCÊNCIAS PERIFÉRICAS**

Lígia Helena de Almeida

Pesquisa de mestrado em desenvolvimento pelo Programa de Mudança Social e

Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de

São Paulo (PROMUSPP/EACH/USP) sob orientação da Profa. Dra. Marília Velardi na

linha Arte e Sociedade. Auxílio CAPES. **Resumo**

### **ou Essência**

Esta pesquisa nasce de uma experiência artístico pedagógica vivida entre os anos de 2017 e 2019 por mim, como arte-educadora de teatro, e por adolescentes moradores da região do Jardim Marek (bairros Centreville, Jardim Marek, Homero Thom e Cidade São Jorge), na cidade de Santo André, por meio do programa Territórios de Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura da cidade. Nasce de uma prática que se deu entre a execução de uma política pública, o aprendizado da linguagem teatral, a criação de vínculos entre educadora e educandos e o transbordamento da própria política pública nesta relação.

Esta pesquisa nasce da intuição de que essa experiência possa ter sido um processo artístico pedagógico que promoveu, em educadora, educandos e educandas uma transformação nos modos de ser e ver o mundo. Esta escrita é um processo, abre pistas para a construção de uma Investigação Baseada nas Artes (DENZIN, Norman; LINCONL, Yvona, 2006; VELARDI, Marília, 2018), considerando as trajetórias dos adolescentes que participaram deste processo, da própria educadora nos fluxos entre educanda e educadora e desse encontro por meio de uma política pública. A escrita poética como suporte para acessar a subjetividade das experiências em uma pesquisa sobre afeto como método e sobre a formação do humano na adolescência em contextos periféricos.

## Resumo Expandido ou Adolescência: Um mar grande demais pra navegar com

### pressa

Na apresentação deste projeto para o Programa de Mudança Social e Participação Política da EACH-USP, o título dado foi “Trajetórias adolescentes e o teatro na percepção das identidades de gênero, classe e raça”. Um título cheio de conceitos que carregavam, cada um, um pouco do meu desejo de, na verdade, contar uma coisa que vivi como educadora e que reconheço como uma história bonita que talvez apenas eu, acompanhada das memórias deles e delas e de suas mães como interlocutoras da relação entre o nosso encontro e as outras instâncias - escola, religião, território, estrutura financeira - possa contar.

Retorno aqui ao título que deu nome ao projeto e me proponho a olhar cada um destes conceitos como forma de compreender o caminho que fiz até aqui.

### Trajetórias

A leitura de “A Emancipação”<sup>4</sup>, do discípulo de Bordieu, Abdelmalek Sayad, me apresentou, por meio da entrevista com a nigeriana Farida e de sua análise sobre o processo de emancipação como imigrante na França, a possibilidade de falar sobre as adolescências considerando algo além do que se apresentava em sala de aula: o contexto social em que esses e essas adolescentes estavam inseridos e que reverberava nas rodas e nas criações artísticas.

Os três anos que convivemos semanalmente criou uma confiança de compartilhamento que me dava acesso a depoimentos sobre o dia-a-dia das relações familiares: os conflitos geracionais, as proibições, os vetos quanto ao corpo, à sexualidade e ao gênero, as imposições relativas à geração de renda e às expectativas de futuro; das relações escolares: professores que os viam no filtro de estereótipos, privilegiando uns em detrimento de outros, na maioria das vezes brancos em detrimentos de negros, subestimando a inteligência destes, a quantidade excessiva de aulas vagas, o militarismo enrustido de autoridade por parte das coordenações, mas também as professoras engajadas que, inclusive, apoiavam a participação deles e delas no teatro; das relações entre eles e elas: amizades, rompimentos, namoros, traições, outros rompimentos, gostar de meninas, gostar de meninos, gostar de meninas e de meninos, descobrir es menines, gostar de menines; das religiões: se sentir acolhida por ela, desejar nunca mais voltar, ter de ir por costume, se sentir dividido entre estar no culto, na igreja, ou estar na apresentação que faremos sábado à noite.

Todas essas informações que me chegavam e que me colocavam numa espécie de condição de *testemunha* destas trajetórias, porque se alteravam com o passar do tempo poderiam ser, para além do teatro - o motivo do nosso encontro - o material desta pesquisa. Desejei falar deles e delas considerando suas individualidades, que a aula de teatro da qual eles e elas participavam não era a única coisa que se passava com eles durante aqueles três anos, mas

---

4 SAYAD, Abdelmalek. *A emancipação*. In *A miséria do mundo*. BORDIEU, Pierre. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

que havia uma teia de pequenas e grandes linhas que ia se tecendo e os formando como sujeitas, sujeitos de si.

## Adolescentes

O antropólogo Jesús Martín-Barbero fala do senso comum que tende a ver a juventude como uma “etapa/ponte, sem espessura nem identidade”:

A sociologia neste país [...] tem manifestado uma tendência a olhar o fenômeno dos jovens somente do ponto de vista dos violentos, dos delinquentes, dos rebeldes, ou melhor, dos desviados sociais, isto é, a criminalizar a figura social da juventude. A antropologia, por sua vez, continua tendo uma visão da adolescência como espaço dos ritos de passagem entre a infância e a idade adulta. (BARBERO, 30)

É comum escutarmos sobre a adolescência falas como: “isso é uma doença que passa” ou “ai, a aborrecência!”. Se na infância a criança tem a função da própria infância, porque não dotada de livre arbítrio, e, ao alcançar a maioridade, o jovem deve buscar trabalho e, portanto, adquire função social, a adolescência se torna este momento sem definição. Resolve-se este processo de acordo com a realidade social de cada adolescente: infantilização, ausência de escuta, trabalho precoce, etc.

A antropóloga Regina Novaes<sup>5</sup> nos aponta a problemática deste contexto no que tange à ausência das políticas públicas específicas para esta faixa etária que sejam construídas a partir da ideia de que é um momento em que *se está* e não *que se passa*.

Ao definir a adolescência como passagem, entende-se que devemos “formar este jovem” para que, em breve, ele possa ocupar uma vaga de emprego. Na maioria das vezes esta formação está associada a uma lógica tecnicista, administrativa, em que o acesso à subjetividade não é elaborado.

Esta lógica reverbera no dia a dia dos adolescentes, na relação com a família, naquilo que é considerado legítimo de suas manifestações, sejam elas verbais ou não, e, por consequência, molda o entendimento de si na sociedade, de quem se é e de quem se espera que seja. Grifar, nesta pesquisa, este recorte etário para que se fortaleçam e se construam novas políticas públicas que considerem que na adolescência há “novos modos de perceber, de sentir e de se relacionar com o tempo espaço, novas maneiras de se re-conhecer e de se reunir...” (BARBERO, 26).

Em 2022, como orientadora do Núcleo de Iniciação Teatral Exclusivo para estudantes de Ensino Médio da Escola Livre de Teatro<sup>6</sup>, montamos o espetáculo “Um mar grande demais pra navegar com pressa”, o título se referia à adolescência e este título, sugerido por uma aluna

5 Regina Novaes é professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação e Juventude da UNIRIO.

6 Escola Municipal de Formação de Atores e Atrizes da cidade de Santo André.

trans de 16 anos, estudante do segundo ano do ensino médio, me tocou por conversar tão abertamente com as leituras que eu venho tendo sobre as adolescências a partir deste ponto de vista da pedagogia teatral.

A adolescência é um mar, às vezes revolto, outras fluido, outras à deriva, raramente calma. É preciso ajuda para navegá-lo, mas é importante que se aprenda a navegar por si, sem pressa, sem forçar a travessia urgente. É bom quando se encontra pares que naveguem ao lado, a imensidão diminui e é possível enxergar o horizonte.

### **Identidades de gênero, classe e raça**

Estes não são conceitos trazidos a partir de uma teoria primeira que coube nesta pesquisa, são as pautas, as palavras, as urgências que habitavam nossas conversas, as rodas, os desabafos, as denúncias, as dramaturgias, as cenas, as canções:

#### [Canção para Eloah<sup>7</sup>](#)

*De Niel Pimenta*

*Não é homem nem mulher, não tem  
religião,  
sua pátria onde ela quer,  
não tem explicação e os corpos estão se  
rasgando  
Ela não tem padrão  
Eloah, Alaha, Ilá e Eloá  
Em qual esquina vão nos matar?  
Em prol de nada  
Nosso pecado é existir  
Nosso pecado é expressar  
E o corpo é um abismo no  
espelho  
Estado, Família  
Polícia, Servidão*

A letra da canção que integrava a dramaturgia do espetáculo “Ouroboros - cidade dos

<sup>7</sup> Registro da apresentação na Universidade de Artes da Argentina: <https://www.youtube.com/watch?v=rJIRdYVx9BE>

homens, cidade dos ratos”, criação coletiva que fez parte importante do processo pedagógico no CEU das Artes Jardim Marek, traz palavras que falam por si dos temas que faziam parte do cotidiano da turma.

Gênero, raça e classe eram categorias disputadas pelos discursos hegemônicos que os cercavam e que afetavam diretamente suas possibilidades de expressão, suas *identidades*<sup>8</sup>.

Entretanto, ao adentrar no PROMUSPP, encontrei a obra do Prof. Dr. Tiaraju Pablo D’Andrea: “A Formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia da São Paulo”<sup>9</sup>.

D’Andrea aponta premissas para a condição de sujeitas e sujeitos: *assujeitamento*: “são frutos de uma condição histórica e de relações sociais que os precedem”<sup>10</sup>; *subjetividade*: “A *subjetividade periférica* é portadora de elementos cognoscentes constituídos por sua posição periférica”<sup>11</sup>; *códigos culturais compartilhados*: “expressões de formas e modos de vida particulares em determinados espaços”<sup>12</sup>; *consciência de pertencimento*: “Esse processo de consciência, que também é um processo de sensibilização, propicia a iniciativa política no espaço a partir de uma análise do funcionamento das estruturas sociais [...]”<sup>13</sup> e por fim o *agir político*: “ato de apoderar-se de sua própria história”<sup>14</sup>.

Considerando alguns dos pontos de ação política que o conceito de *sujeito periférico* abarca, me parece que falar do processo do teatro como um processo de formação das sujeitas e sujeitos periféricos seria mais coerente com esta história, ou histórias.

Contá-las não para provar a tese de que o teatro foi elemento desta formação, ou até mesmo para enquadrá-los ou não como sujeitas e sujeitos periféricos, mas saber que quando conto essas histórias converso com esse conceito, converso também com o ponto de vista de D’Andrea de que “a periferia é bem mais ampla e complexa do que os setores das periferias que circulam mais pela sociedade. E todes são periferia.” Portanto, não posso trabalhar com generalizações, saber chegar lento, pedir licença porque aqui/ali *ninguém está de passagem*.

## Bibliografia

D’ANDREA, Tiaraju Pablo. **A Formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos:**

---

8 Considerar *identidades* a partir do conceito de Hall: “Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13)

9 D’ANDREA, Tiaraju Pablo. **A Formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: Cultura e Política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2022

10 Idem 6, pag. 225

11 Ibidem 6, pág. 226

12 Ibidem 8

13 Ibidem 8, pág. 227

14 Ibidem 10

**Cultura e Política na periferia de São Paulo.** São Paulo: Editora Dandara, 2022.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Jovens entre o palimpsesto e o hipertexto.** São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2022.

SAYAD, Abdelmalek. **A emancipação.** In **A miséria do mundo.** BORDIEU, Pierre. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VELARDI, Marília. **Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: Reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa.** Revista Moringa – Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v.9, n.1, jan/jun 2018, p. 43 a 54. Disponível em < <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/moringa/article/view/40646> >. Acessado em 20/10/2020.

## **JUVENTUDES E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA (2013-2022)**

Lucas Andrade Ananias, Universidade Federal de Santa Maria (autor)

Nara Vieira Ramos, Universidade Federal de Santa Maria (orientadora)

**Resumo:** Este trabalho investigou dissertações e teses que abordaram as juventudes e a educação não formal. Seu problema de pesquisa foi: “Como dissertações e teses publicadas entre 2013 e 2022 relacionam a temática das juventudes e da educação não formal?”. Trata-se de uma revisão de literatura realizada no repositório do Catálogo de Teses da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram identificadas 504 pesquisas, das quais 206 foram selecionadas considerando a palavra-chave “juventude” ou “juventudes”. Posteriormente, foram consideradas relevantes 8 pesquisas com base em critérios de elegibilidade. Foram mapeados os locais de pesquisa, as tendências metodológicas e os contextos de educação não formal, destacando a escuta ativa dos jovens como sujeitos de pesquisa. Observou-se que as pesquisas exploraram contextos como comunidades quilombolas, projetos socioeducativos, espaços urbanos e coletivos atuantes em áreas como educação, cultura, meio ambiente e mídia alternativa. Estes estudos abordaram a aquisição de conhecimento considerando a modalidade de educação não formal e possibilidades para o exercício participativo de jovens. Por fim, ressalta-se a necessidade de mais estudos que ampliem e consolidem a articulação entre as juventudes e a educação não formal em Programas de Pós-Graduação em Educação.

**Palavras-chave:** Juventudes, Educação não formal, Revisão de literatura

### **Resumo expandido**

A elaboração deste trabalho parte do problema de pesquisa: “Como dissertações e

teses publicadas entre 2013 e 2022 relacionam a temática das juventudes e da educação não formal?”. Os objetivos específicos foram: a) mapear o local de publicação de estudos que articulam juventudes e educação não formal; b) verificar as tendências metodológicas utilizadas nas pesquisas selecionadas; c) identificar os contextos de educação não formal onde foram desenvolvidas as pesquisas selecionadas. Trata-se de uma revisão de literatura realizada na Grande Área da Educação a partir de dissertações e teses indexadas no repositório do Catálogo de Teses da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realizada no dia 13 de março de 2023.

Os critérios para seleção das pesquisas foram: Tipo: Dissertação e tese; Ano: 2013-2022; Grande área do conhecimento: Ciências Humanas; Área do conhecimento: Educação; Avaliação: Educação; Concentração: Educação; Nome do programa: Educação. A partir das palavras-chave “juventude” ou “juventudes”, foram identificadas 622 pesquisas. Destas, 471 permitiram a divulgação de seus resultados a partir dos *links* do repositório. Em seguida, foi realizada uma nova busca, desta vez nas bibliotecas virtuais das universidades onde foram defendidas as pesquisas que não estavam acessíveis inicialmente, resultando em mais 33 trabalhos. Deste modo, foram encontradas 504 pesquisas.

Dado o elevado número de produções, foram adotados critérios de elegibilidade a partir de Page *et al.* (2021). Como critério de inclusão, definiu-se que as pesquisas deveriam apresentar a palavra-chave “juventude” ou “juventudes”, o que levou a 206 pesquisas. Realizado o *download* destas pesquisas, foram incluídas apenas aquelas cujo resumo apresentasse: a) aproximações com a temática da educação não formal; b) referência ao conceito de juventude em sua pluralidade; c) utilização de entrevista individual e/ou em grupo como instrumento de coleta de dados, de modo que o jovem fosse ouvido como sujeito da pesquisa. Foram excluídos os trabalhos desenvolvidos em contextos de educação formal, cursinhos preparatórios, práticas esportivas, formação religiosa, educação profissional, de execução de medida socioeducativa ou realizados em contexto de Unidade de Internação e Semiliberdade. Após a nova leitura dos resumos de 57 pesquisas que respeitaram a estes critérios de inclusão e de exclusão, foram considerados relevantes 8 trabalhos para esta revisão de literatura (7 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado). Foram então lidos os capítulos referentes à introdução, à metodologia e às considerações finais.

Dentre os resultados, apresenta-se o mapeamento dos locais onde se desenvolveram os estudos que articulam juventudes e educação não formal, a verificação de tendências metodológicas utilizadas nas pesquisas e dos contextos em que foram desenvolvidas. A condição de escutar o jovem como sujeito de pesquisa permitiu a identificação de alguns dos caminhos já percorridos considerando as referidas temáticas e de lacunas para novos estudos.

Em relação ao mapeamento dos estudos, não foram encontradas mais de uma pesquisa defendida em uma mesma universidade. Das oito pesquisas selecionadas, são sete dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, sendo esta defendida na USP. Estas pesquisas provêm de quatro regiões do país: Centro-Oeste (UCDB e UnB), Norte (UFPA), Sudeste (UFF, UFSCar e USP) e Sul (FURG e UFRGS). Embora haja um elevado número de pesquisas encontradas a partir

do descritor “juventude” ou “juventudes” no repositório da CAPES, é reduzido o número de pesquisas que realizaram articulações com a educação não formal.

No exercício de verificar as tendências metodológicas utilizadas nas pesquisas selecionadas, foram utilizados grupo focal e entrevistas (Sousa, 2015), observação participante e entrevistas (Monsalve, 2017; Santos, 2022), rodas de imagens e conversas (Güntensperger, 2020) e apenas entrevistas com jovens (Silva, 2018; Costa, 2020; Silveira, 2021; Bezerra, 2022). Também foi observado um diálogo com autores como Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, José Machado Pais, Marília Pontes Sposito, Paulo Cesar Rodrigues Carrano e Maria da Glória Marcondes Gohn.

Os contextos de educação não formal foram comunidades quilombolas (Sousa, 2015; Silveira, 2021), projetos socioeducativos (Monsalve, 2017; Costa, 2020), espaços urbanos (Güntensperger, 2020) e coletivos atuantes em diversas áreas de mobilização, como educação e cultura (Silva, 2018), meio ambiente (Bezerra, 2022) e mídia alternativa (Santos, 2022). Direcionada às juventudes, esta modalidade propõe que sejam consideradas as características individuais e grupais na elaboração de suas propostas, contribuindo para o processo participativo dos jovens, com destaque ao pertencimento a um determinado ambiente, espaço ou local, às manifestações culturais, à constituição de identidades e aos processos de socialização.

As pesquisas também abordaram as interações e o compartilhamentos das experiências e as relações entre os indivíduos com a aquisição do conhecimento pelo viés da educação não formal. Nesta perspectiva, a participação das juventudes nestes espaços pode carregar consigo um sentido de vivências capazes de possibilitar o que Dayrell e Carrano (2014) referem como processo de construção de pautas, projetos e ações coletivas. Ou seja, além de um caráter pedagógico da educação não formal, a presença das juventudes nesta modalidade de educação pode contribuir para compreender suas possibilidades no exercício participativo.

Considerando que esta revisão de literatura se preocupou com a necessidade de selecionar apenas as pesquisas que ouviram o jovem, fica a inquietação de que foram poucas aquelas que propuseram articulações com a educação não formal e que efetivamente dialogaram com esta faixa etária na etapa de coleta de dados. Reconhece-se a importância dos caminhos já percorridos, embora se verifique a necessidade de investigações que ampliem e consolidem a articulação entre as juventudes e a educação não formal como campo de pesquisa em Programas de Pós-Graduação em Educação em todas as regiões do país.

## Referências

- BEZERRA, Rodrigo da Silva. **Educação ambiental e justiça climática no município de Terrenos - Mato Grosso do Sul**. 2022. 125f. Dissertação (mestrado). Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, 2022.
- COSTA, Tatiane Goudinho da. **Juventudes, periferias e projetos sociais: efeitos e significados**. 2020. 84f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-

Graduação em Educação, Rio Grande, 2020.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez Tarcísio; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Seção 2, p. 102-133.

GÜNTENSPERGER, Ravelly Machado Soares. **Meio e meu ambiente**: sobre juventudes e o habitar a periferia de Duque de Caxias. 2020. 109f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, 2020.

MONSALVE, Martha Liliana Mantilla. **Proyectos socioeducativos en la configuración de subjetividades juveniles**. 2017. 74f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2017.

PAGE, Matthew *et al.* Prima 2020 explanation and elaboration: updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 160, p. 1-36, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/372/bmj.n160.full.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SANTOS, Ingrid Silva dos. **Educação popular na periferia de Belém**: a experiência do Coletivo Tela Firme com as juventudes. 2022. 110f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2022.

SILVA, Fernanda Arantes e. **Coletivos juvenis e transição para a vida adulta**: desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo. 2018. 236f. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2018.

SILVEIRA, Lueci da Silva. **Modos de viver e de se educar dos jovens estudantes quilombolas da comunidade urbana Areal da Baronesa – Porto Alegre/RS**. 2021. 147f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2021.

SOUSA, Wanessa Ferreira de. **Manifestações culturais**: a congada como espaço educativo dos jovens de Pinhões - MG. 2015. 107f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília, 2015.

## **LETRAS E LADEIRAS E O CUIDAR DE SI: UMA**

### **AUTOETNOGRAFIA DE UM ARTISTA PERIFÉRICO.**

Michel Yakini-Iman (Michel da Silva Ceriaco)

Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba

**Resumo:**

Esta pesquisa foi desenvolvida durante o curso mestrado realizado entre 2021-2023, no PPGED da UFSCar-So, e apresenta a biografia de um escritor negro e produtor cultural da periferia de São Paulo, a partir da década de 1990, por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter autoetnográfico. O trabalho parte do encontro do autor com o Hip Hop e o Rap, em diálogo com outros trabalhos de artistas e coletividades, para descrever e analisar, no contexto recente, a ampliação do enfoque e das ações dos movimentos culturais das periferias em torno de temas como saúde, cuidado de si e bem viver. Toma como ponto de partida os estudos de Daniela Versiani e Fabiene Gama sobre autoetnografia; as análises sobre movimentos culturais nas periferias, de Érica Peçanha e Renato Almeida; Rap e Hip Hop, de Ricardo Plácido, Marília Sposito e Guilherme Botelho; as teorias de Grada Kilomba e de Sueli Carneiro sobre o silenciamento, desqualificação e anulação do discurso das pessoas negras em espaços hegemônicos, bem como reflexões sobre os espaços potenciais de vida e do bem viver, segundo Kota Mulangi e Alberto Acosta.

**Palavras-chave:** autoetnografia; periferias; arte; produção cultural; violência; relações étnico-raciais; saúde; cuidado de si.

#### **Objetivos da pesquisa:**

Considerando a importância dos processos educativos que ocorrem para além dos muros escolares, este trabalho tem como objetivo principal evidenciar como as coletividades artísticas promovem novas perspectivas teóricas e práticas para reinventar o protagonismo e a forma de ser e estar nas periferias, bem como a reelaboração do pensamento e da prática dos sujeitos/as e coletivos desses territórios sobre temas como saúde e cuidado de si.

#### **Objetivos:**

Utilizar o recurso autonarrativo (autoetnografia) como método científico;

Considerar a análise de processos educativos que ocorrem fora do espaço escolar;

Reconhecer as práticas da juventude negra, por meio do rap e do hip hop, como uma expressão educadora, a partir do conceito Movimento Negro Educador;

Descrever e analisar como, nos anos recentes, a cena periférica vem incorporando narrativas sobre saúde, autocuidado e o cuidar de si, em diálogo com as trajetórias e obras de Cia Capulanas, União Akasha e do escritor Sacolinha.

## Metodologia:

Apresento uma pesquisa baseada em minha autobiografia, como pessoa negra, escritor, pesquisador e produtor cultural, relacionando esse histórico com a atuação de alguns grupos/coletividades do movimento cultural das periferias de São Paulo para descrever e analisar, no contexto recente, a ampliação do enfoque e das ações dos movimentos culturais das periferias em torno de temas como saúde, cuidado de si e bem viver..

Este trabalho dialoga diretamente com o campo da educação, pois parte do princípio de que a educação é um fenômeno sócio-histórico que acontece em diferentes contextos, valorizando e reconhecendo os estudos e o protagonismo do saber comunitário, ativista, e os processos de subjetivação (SCHÖRNADIE, 2014).

Por isso, utilizei a autoetnografia como método principal, focalizando minha autobiografia a partir da década de 1990, que corresponde à minha adolescência, quando me aproximei do movimento Hip Hop e, principalmente, da música Rap, o que contribuiu para o meu desenvolvimento como artista e produtor cultural no decorrer dos anos 2000.

O conceito que guia as discussões deste trabalho em relação ao tema saúde, tem como referência os estudos do professor Naomar de Almeida Filho (2011), que contesta a definição lógica de saúde “como mera ausência de doença” ou como sinônimo de um “estado de capacidade ótima para desempenho efetivo das tarefas socialmente valorizadas”, mas propõe o conceito de “saúde coletiva” (ALMEIDA-FILHO, 2011).

Em relação ao autocuidado as referências principais são as propostas de Audre Lorde (1988) e Angela Davis (2017), que definem o autocuidado da mulher negra como um ato político e coletivo, de autopreservação e resistência ao sistema capitalista e ao patriarcado como práticas pertinentes, já que “homens negros podem se engajar e aprender com estratégias de autorrecuperação de mulheres negras saudáveis que amam a si mesmas” (hooks, 2022, p.236).

No Brasil, Sueli Carneiro (2016) se aproxima do conceito de autocuidado, proposto por Lorde (1988) e Davis (1987), ao reelaborar o conceito “cuidado de si”, da teoria foucaultiana atrelada à ideia de cuidar da própria vida. Para a autora brasileira o cuidado de si no contexto da população negra se realiza no cuidado do outro.

O trabalho de campo se deu a partir da leitura das obras de referência das ações coletivas de: Capulanas Cia de Arte Negra; União Akasha — Centro de Desenvolvimento Humano; e do escritor Sacolinha. Vale ressaltar que este trabalho teve boa parte de aprendizagem e escrita feita ao longo da pandemia de covid-19.

Contudo, essa pesquisa se refere, especialmente, a experiências que, muitas vezes, são desqualificadas nas pesquisas convencionais, buscando tensionar hegemonias conceituais, em uma perspectiva tem relação direta com a autoetnografia, já que apresento minha autobiografia estabelecendo relações com outras narrativas, em um processo de engajamento coletivo (GAMA, 2020).

## Principais resultados:

A contribuição central deste trabalho é descrever e analisar como, nos anos recentes, a cena periférica vem incorporando, inclusive em minha obra autoral, narrativas sobre saúde, autocuidado e o cuidado de si. Este processo que aconteceu em uma dinâmica diferente das gerações anteriores, que iniciaram movimentos imprescindíveis de luta pela saúde, dentre outros, nas décadas de 1970/80 (SADER, 1988), ou da geração que cresceu entre os anos de 1990 e 2000 sob forte influência do Rap e do movimento Hip Hop, que teve a denúncia das mazelas sociais e do racismo antinegro como foco, além do anúncio de seu caráter artístico, ativista e educador (SPOSITO, 1993; PLÁCIDO, 2019; BOTELHO, 2022).

Neste sentido, é importante considerar o histórico do Rap no Brasil como uma expressão educadora, sendo então, conforme a perspectiva de Nilma Lino Gomes (2017), parte do Movimento Negro Educador na constituição de uma pedagogia da diversidade em contraponto à pedagogia tradicional.

Por outro lado, este trabalho, analisa como as narrativas sobre saúde, autocuidado e o cuidado de si surgem com maior força a partir da primeira década dos anos 2000. Para isso, investiga quais fatores sociais e culturais impulsionaram essa mudança, mantendo a crítica ao conservadorismo político e às contradições cotidianas, mas incorporando discussões sobre pontos que, até então, ocupavam pouco destaque.

## Referências bibliográficas:

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ALMEIDA-FILHO, Naomar de. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011

ALMEIDA, Renato Souza de. **Juventude e participação: novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. PUC. São Paulo, 2009.

BOTELHO, Guilherme Machado. **Quanto vale o show?: O fino Rap de Athalyba-Man**. São Paulo: Ed. do Autor, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CORSO, Raíssa Padiál. **Do Tamanho do Coração da Formiga**. Sarau da Minas: São Paulo, 2017.

DAVIS, Angela. **O feminismo negro e as lutas por igualdade global**. In: Griôs da Diáspora Negra. Brasília. Griô Produções, 2017

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese de Doutorado em Sociologia. USP. São Paulo, 2013.

FAUSTINO, Carmen. **Mulheres líquido: os encontros fluentes do sagrado com as memórias do**

**corpo terra.** São Paulo: Capulanas Cia de Arte Negra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade.** In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GAMA, Fabiane. **A autoetnografia como método criativo - experimentações com a esclerose múltipla.** Anuário Antropológico. v. 45. n. 2. UNB, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

hooks, bell. **A gente é da hora - Homens negros e masculinidade.** Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **A Burst of Light.** Ithaca, Nova York: Firebrand Books, 1988.

MULANGI, Kota. **Espaço Potencial de Vida** In: FAUSTINO, Carmen. Mulheres Líquido: os encontros fluentes do sagrado com as memórias do corpo terra. São Paulo: Capulanas Cia de Arte Negra, 2014.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **“Literatura Marginal”: Os escritores da periferia entram em cena.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. FFLCH/USP. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Literatura e periferia: considerações a partir do contexto paulistano.** In: Dalcastagnè, R. e Tennina, L. Literatura e periferias. Porto Alegre: Zouk, 2019.

PLÁCIDO, Ricardo do Ó. **Territórios Negros: Cartografias e Etnicidades na Experiência do Rap Paulistano (1970-1990).** Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades), Universidade de São Paulo, 2019.

SACOLINHA. **Dente de Leão- a insustentável leveza do ser.** Suzano: Vasto Mundo, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHÖRNADIE, Paulo Alfredo. **O Processo Educativo na Perspectiva Histórico-Cultural.** Revista Contexto e Educação, ano 29, num. 93, p.4-21, 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade.** Tempo Social; Rev. Sociologia USP, São Paulo, 161-178, 1993.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografias: conceitos alternativos em construção.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

## **COLONIALIDADE: VIOLÊNCIA E A MORTE SISTÊMICA DA JUVENTUDE NEGRA**

Karine Barros De Melo

ORIENTADORA: Prof. Dra. Andréa Pires Rocha

Universidade Estadual de Londrina - UEL

### **RESUMO**

O racismo conferiu as bases de sustentação da colonização e posteriormente deu-se como mecanismo estruturador do Estado Burguês por via da colonialidade, que forja um imaginário de harmonia racial, sustentando sua face de extermínio no que se refere a juventude negra e de dominação no que concerne a branquitude burguesa. Após esmiuçar os referenciais teóricos sobre colonialidade, racismo e Estado Burguês, nos debruçamos para elucidar o elo estruturando da Lei nº 13.964 de 24/12/2019 (Pacote Anticrime), como dispositivo da colonialidade que tem servido como aparato na concretização e fortalecimento de políticas que já exerciam o genocídio da população negra, ancorando-se em grande medida nas intervenções policiais.

### **OBJETIVO**

Levantar os componentes colonialistas e racistas presentes na defesa do ‘Pacote Anticrime’ (Lei nº 13.964) aprovado no contexto do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1) Identificar como o racismo está intrínseco na estrutura do Estado burguês, que atua no genocídio e violência da juventude negra;
- 2) Apontar os elementos da colonialidade que estão presentes na atualidade e como eles atingem diretamente a juventude negra;
- 3) Elucidar como as políticas de segurança pública estão alinhadas com os componentes da colonialidade.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa têm o Estado burguês e a colonialidade, como componente central para a compreensão de como a juventude negra está subjugada as expressões da colonialidade, ou seja, está à mercê da política de morte exercida pelo Estado.

Posto isto, a exposta pesquisa tem caráter qualitativa com objetivo explicativo e utilizando-se de levantamento bibliográfico e análise documental. Dispondo como enfoque a produção teórica sobre colonialismo, política de segurança pública, racismo, “pacote anticrime”, mito da democracia racial, juventude negra, necropolítica, entre outros temas.

Delimitou-se um tempo bastante abrangente para a referida pesquisa, visando abarcar as especificidades dos mecanismos de genocídio maquiados de dispositivos de segurança pública de cada período histórico. A extensão desse período vai desde o fim do período colonial até a 2022, no último ano de mandato do governo de Jair Bolsonaro, com o intuito de expor o elo estruturante do período colonial com a sociedade contemporânea e a sua atuação no fazer morrer da juventude negra.

Desta maneira, a presente pesquisa utiliza predominantemente de teóricos negros e negras como referencial teórico e metodológico, com intuito de racializar o processo de pesquisa.

## **PRINCIPAIS RESULTADOS**

A Política de Segurança Pública brasileira era, supostamente, o elemento central da atuação do governo de Jair Bolsonaro. Nesse contexto, a Lei nº 13.964/2019 “reflete os preceitos do populismo penal e a defesa da intensificação da violência no combate ao crime como meio mais eficaz de produzir segurança pública, defendendo o extermínio de pessoas consideradas suspeitas de terem cometido crimes.” (BUOZI, 2020, p.86).

Portanto com base em Dezem (2020), concluímos que a Lei nº 13.964/2019 é a modificação mais expressiva do jurídico-penal nos últimos 30 anos. São diversas as mudanças que podem ser vistas na constituição da Lei, porém algumas alterações são compostas de inconstitucionalidade, relativizando os princípios constitucionais.

Em suma, o “Pacote Anticrime” potencializa o modelo punitivo neoliberal que sempre esteve em constante funcionamento, servindo aos interesses da classe dominante e operando o recrudescimento do sistema penal. Possibilitando meios para um crescimento desenfreado do encarceramento em massa e justificativas para o aumento da letalidade policial.

Ao longo da Lei nº 13.964/2019, é possível analisar a face de um neoliberalismo que construiu socialmente uma “ânsia punitivista” (CAVALCANTI, 2019, p. 145), eclodindo o discurso de que o maior problema social é a falta de segurança pública e a “brandura” do sistema prisional. Esses aspectos fortalecem socialmente o ideal de segurança pública é: prender aos montes, de maneira rápida e severa, reafirmando sua falência ao nunca apresentar verdadeira efetividade na ressocialização no Brasil, mas sempre empregando com magnificência a sua face genocida. Todavia, é importante reiterarmos que socialmente esse

modelo de punição serve apenas para pessoas pretas e/ou pobres.

Tais medidas presentes no “Pacote Anticrime” estão falidas. O Brasil apresenta uma das maiores populações carcerárias do mundo, e índices altíssimos de superlotação, escancara seus dispositivos da colonialidade com o emprego da Lei nº 13.964/2019. Desta forma, findamos que o “Pacote Anticrime” tem como um dos seus objetivos basilares o aumento das penas em regime fechado, ocasionando automaticamente o crescimento dos números de pessoas encarceradas.

Isto nos conduz aos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, que indicam que em 2021, o Estado custodiava 820.689 pessoas, das quais 67,5% eram negras. O capitalismo vale-se da exploração e disciplinarização de corpos negros, o encarceramento e o genocídio são algumas das “novas” formas utilizadas pela colonialidade de dominação, exploração, aniquilação e branqueamento manuseadas pelo Estado burguês.

Com intuito de substanciar o que foi pontuado, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, em 2021, a letalidade policial entre vítimas brancas caiu 30,9%, já no que se refere a população negra vemos um aumento de 5,8%. Analisando os dados de assassinatos da população negra durante intervenções policiais, ainda em 2021, 84,1% de todas as vítimas eram negras, fica explícito a intencionalidade de inviabilizar a existência do contingente negro, os números de mortes da população negra continuam crescendo descomunalmente. Com base nisso afirmamos que o projeto colonial e eugenista de extermínio da negritude nunca cessou.

Por fim, ao longo de nossa pesquisa concluímos que a Lei nº 13.964/2019 atenta contra a dignidade humana, a lei que já se mostrava perversa e levantava questionamentos sobre sua constitucionalidade, reafirma sua seletividade e punitivismo. Ressaltamos que Estado burguês assentado no Estado neoliberal de cunho penal, a partir do “Pacote Anticrime” empreende o fazer viver e deixar morrer aos cidadãos, incorporando nas leis.

Portanto, os resultados da referida pesquisa nos mostram como a população negra está à mercê das violências do Estado amparado nos dispositivos da colonialidade. Sendo seletivo desde o encarceramento a letalidade, visto que, o encarceramento e o assassinato da população branca por agentes da lei estão em constante diminuição. Aspectos que desvelam o quão perverso é o exercício da Lei nº 13.964/2019, uma vez que o encarceramento e as operações policiais ainda assassinam aos montes a população negra.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Necropolítica e Neoliberalismo**. 2021. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3prpY8vSHNZccvB67Gt7m6N/> >.

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Pacote Anticrime. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm). Acesso em: 31 jan. 2024.

BUOZI, Jaqueline Garcez. **Estado penal no Brasil: reflexões sobre a criminalização da juventude negra e a política criminal no governo Bolsonaro**. Santos, 2018.

CAVALCANTI, Gênesis Jácome Vieira. **A Crise Estrutural do Capital e o Encarceramento em Massa: O Caso Brasileiro**. Paraíba, 2019.

COALIZAÇÃO NEGRA POR DIREITOS. **Nota Técnica sobre o chamado Pacote Anticrime**. [S.l.], 2020. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://coalizaonegra.files.wordpress.com/2020/03/nota-tecnica.-pacote-moro.-coalizc3a3o-negra-por-direitos.-atualizada-marc3a7o-de2020.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

DEZEM, Guilherme Madeira. **Comentários ao pacote anticrime: Lei 13.964/2019**. São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2020.

FLAUZINA, Ana. **Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Disponível em: <

[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006\\_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf) >

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: atlas, 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da ecolonialidade:**

**algumas dimensões básicas. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. organizadores

Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. — 2. Ed. — Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança**

**Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>.

## **TRAJETÓRIAS UNIVERSITÁRIAS EM PERSPECTIVA: NARRATIVAS DE SI E**

### **MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE JOVENS NEGRAS/OS**

Taís Lima Gonçalves Amorim da Silva

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

#### **Resumo**

Esta pesquisa explora os modos de subjetivação e representação presentes nas autonarrativas de jovens negras/os universitárias/os. O objetivo é compreender como esses jovens se tornam sujeitos e como se posicionam dentro das representações, identificando suas especificidades e implicações no ambiente universitário. A pesquisa utiliza teorias da comunicação, estudos da representação e constituição do sujeito, na perspectiva de uma análise cultural. Esta pesquisa

destaca a importância de situar a conjuntura do acesso e permanência de juventudes negras na universidade, identificando interlocuções entre narrativas de si, memória e identidade, examinando também as marcas da Universidade nos discursos como espaço de poder e potenciais transformações, bem como as relações entre prática narrativa e trajetórias de vida na construção de subjetividades. Os resultados preliminares apontam uma articulação entre narrativas de si e memória que situam os jovens negros e negras na condição de invenção de si mesmo, potencializando a vida e estabelecendo outras existências para sua posição das margens.

## Resumo expandido

“Eu não me via naquele lugar!”. O ponto de partida para esta pesquisa de mestrado situa-se a partir da observação de um fenômeno empírico: a transição, transformações e deslocamentos sucedidos mediante o acesso e a permanência no Ensino Superior por sujeitos das camadas populares. Para mim, enquanto mulher preta e periférica, habitar a Universidade pública estava longe dos meus horizontes. O discurso de que a Universidade não era o meu lugar, não foi feito de maneira direta e transparente, mas por dispositivos de racialidade (Carneiro, 2023) que, ao funcionarem como bloqueio das potencialidades dos sujeitos minoritários, me impedia de enxergar o ambiente universitário como um espaço que eu pudesse ingressar e disputar, criando até mesmo dúvidas enquanto pessoa com capacidade de produzir ou deter o conhecimento. Quando abordo o dispositivo de racialidade, é importante considerar como este configura a dimensão raça nos espaços acadêmicos e nos modos de fazer científico. Para a filósofa Sueli Carneiro (2023), o dispositivo de racialidade opera em diálogo com o biopoder a partir da manutenção e reprodução de “poderes, saberes e subjetividades” (p. 12). Concordo com a autora acrescentando a argumentação de que o dispositivo de racialidade também opera em conjunto com a necropolítica (Mbembe, 2016), reproduzindo controles e assujeitamentos nas estruturas acadêmicas ao promover exclusões, interdições e mortes de grupos sociais não hegemônicos, especialmente em suas dimensões étnico-raciais, culturais e simbólicas. Em vista disso, retomo o meu relato inicial “Eu não me via naquele lugar!” para exemplificar como o racismo, ao operar numa ordem colonial, impossibilita que a pessoa preta pense o seu corpo na Universidade, sendo atribuída apenas como um espaço para o sujeito branco. Essa relação é formada por dinâmicas de poder estabelecidas por meio de disputas que despreza o sujeito negro da condição de produção de saber, reforçada pelo racismo epistêmico ao me colocar como a “Outra, como diferente, como incompatível” (Kilomba, 2019, p. 40), promovendo a inferioridade intelectual e sentimentos de incapacidade que desqualifica e invalida os sujeitos não brancos do conhecimento.

Disputar os espaços da Universidade é o movimento que nos possibilita construir outros comuns, reconhecendo que o acesso à educação de qualidade é um bem comum e coletivo o qual nos permite o acesso à vida e ao bem-viver. Para Iriart e Matos (2023), o acesso e a permanência dos *novos universitários*, ainda representam um desafio no rol das políticas

afirmativas, todavia, suas presenças apontam para novos caminhos e “mundos possíveis” de uma *pluriversidade* (Santos Souza, 2015). Embora aconteça precariamente, este caracteriza-se enquanto movimento de alargamento das possibilidades educacionais, pessoais, sociais, culturais e políticas. O ingresso destes novos estudantes, segundo as autoras Iriart e Matos (2023), diversificou as Universidades públicas na perspectiva étnico-racial e socio-econômica, promovendo novos modos de pensar e produzir conhecimento.

Considero que a pluriversidade enquanto uma nova política do conhecimento onde as epistemologias do Sul se desenvolvem, desenhando as ecologias dos saberes, a pluralidade e as narrativas contra-hegemônicas, pode ser instituída tendo em vista o reconhecimento e o entendimento pelo sujeito de sua posição historicamente marginalizada e subjugada para então começar a questionar e desafiar as estruturas de poder, como pontua Kilomba (2010). Para a autora, os deslocamentos de um “devir como um novo sujeito” (p. 69), passa pela compreensão crítica da sua condição de indivíduo das margens.

Isto posto, esta pesquisa investiga como as autonarrativas, também denominadas de narrativas de si, de jovens negras/os em cursos de graduação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), se articulam com a vivência estudantil e o ambiente universitário, influenciando seus processos de subjetivação e representação de si. O objetivo da pesquisa é caracterizar os processos e percursos na direção do tornar-se sujeito e reconhecer seus posicionamentos no interior das representações, de modo a identificar suas especificidades e implicações na relação com o ambiente universitário. A pesquisa visa compreender a relação entre comunicação, educação e raça, ao explorar as interações entre autonarrativa de jovens negras/os, memória, identidade, a Universidade como espaço de poder e transformação, bem como as relações entre prática narrativa e trajetórias de vida na construção de subjetividades. A metodologia adotada envolve duas estratégias principais. A primeira consiste na realização de entrevistas presenciais, registradas em áudio, e na elaboração de cartas escritas pelos sujeitos participantes da pesquisa, visando captar as experiências e percepções delas/es em relação à vivência estudantil na Universidade. Os pesquisandos são entrevistados utilizando a técnica de entrevista semi-estruturada, e a partir da construção de um ambiente seguro e em proximidade, são encorajados a compartilhar suas trajetórias universitárias (traumas, medos, sentimentos, sonhos, desafios e sucessos que atravessam sua experiência na Academia). Além disso, as/os pesquisandas/os são convidadas/os a elaborar um texto à mão ou digitado, ampliando as possibilidades de expressão e reflexão sobre suas trajetórias, identidades e representações. A segunda estratégia, cuja natureza é analítica, utiliza-se do método da análise cultural. Essa abordagem visa compreender como os participantes articulam suas vivências, experiências e os modos de tornar-se sujeito no contexto cultural da Universidade. Essa estratégia metodológica é adotada por permitir uma abordagem mais holística das narrativas de si dos jovens negros e negras na Universidade, apontando padrões, relações de poder e produção de significados presentes em suas narrativas. A análise cultural ao proporcionar uma compreensão mais ampla das práticas culturais e sociais envolvidas nas autonarrativas, contribui para uma reflexão sobre os processos de subjetivação e representações desses jovens no ambiente acadêmico.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os resultados apresentados são baseados em uma amostra parcial dos dados coletados e estão sujeitos as modificações à medida que a pesquisa avança. Até o momento foram entrevistados 10 jovens universitários de diferentes cursos da UFRB, sendo priorizados os campus de Cachoeira/São Félix e o de Cruz das Almas. Cabe destacar que a abordagem comunicacional a partir da questão étnico-racial, não era o posicionamento inicial desta pesquisa, mas no desenvolver da investigação, o objeto de pesquisa converteu-se de modo a abrir para as múltiplas perspectivas de caminhos e possibilidades dos jovens negros frente aos processos de poder e saber. Essa foi uma demanda emergida durante as entrevistas, convidando-me a contribuir com o debate sobre os processos de subjetivação de jovens negros e negras a partir do ingresso e da permanência dos novos universitários.

A análise preliminar das narrativas de si concentra-se na dimensão das interlocuções entre autonarrativa, memória e identidade, sugerindo uma conexão entre lembranças individuais e processos coletivos, na medida em que torna indispensável a afiliação a uma comunidade afetiva. Esta enfatiza a necessidade de criação de um ecossistema afetivo entre discentes, docentes e ambiente universitário de modo a dirimir os sentimentos de ambivalência reiterados nas narrativas de si dos jovens negros.

São relatos que traduzem, por meio de uma construção narrativa, as contradições e ambiguidades que ecoam no ambiente universitário, enfatizadas pelas experiências e vivências nos espaços da Universidade, como, por exemplo, o relato de Júlio César: “[...] a Universidade para mim é uma mesa cheia de alimentos que obviamente seria o conhecimento [...], mas claro que a Universidade não é um mar de flores, né [...] ainda que eu tenha um desejo muito grande de aprender, estar na Universidade e lidar com questões mentais, é muito difícil você lidar com a ansiedade”.

Assim, as narrativas de si das jovens negras/os, conformam em seu interior, as vivências, conflitos, tensões e desafios, mas também engajamentos imaginativos nos espaços da memória na relação com as lutas políticas, o território, prospecções de futuro e o conhecimento. São pulsações de memória que situam o sujeito na condição de invenção de si mesmo, o qual potencializa a vida e estabelece outras existências para sua posição das margens, produzindo outros agenciamentos e lugares de disputas nos espaços de poder/saber. Baseado na análise preliminar, observa-se que a constituição da memória na Universidade relaciona-se a uma coletividade, evidenciada por uma miríade de experiências entrelaçadas e implicadas pela alteridade. A partir das narrativas de si dos pesquisandos, emerge não apenas uma memória individual, mas lembranças que integram a memória coletiva ao atravessar dinâmicas entre a instituição, as políticas afirmativas e os aspectos socioeconômicos na conformação das experiências estudantis, produzindo subjetividades orientadas por processos identitários e por seu contexto situacional e político.

## **JUVENTUDES E CIDADANIA TERRITORIAL NO CONTEXTO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE DO PARANÁ**

Marcos Antonio Folador, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Mafalda Nesi Francischett, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

## **Resumo**

Viver a juventude, no Brasil, é um desafio para inúmeros jovens, principalmente para aqueles que se encontram nas classes populares, posto que as desigualdades se expressam latentes por falta de oportunidades, de recursos e de estrutura que possibilitem oportunidades a esses sujeitos, principalmente aqueles que poderiam ter suas vidas modificadas, a partir da produção de políticas públicas voltadas, especificamente, para tal faixa etária. Os conselhos de juventude, são organizados para dar possibilidade de inserção da sociedade civil, na proposição de políticas públicas para o espaço de vivência, com o papel de produzir ações ao poder público e a participação social do jovem para pensar o território ocupado, como forma de exercer a Cidadania Territorial. A presente pesquisa busca, através de revisão bibliográfica, dar visibilidade ao Conselho Estadual da Juventude do Paraná – CEJUV-PR, que foi reativado a partir de 2017, sendo composto por 25 membros, 12 da sociedade civil, e 13 governamentais (sendo um o secretário executivo). As eleições ocorrem de forma remota, sendo eleitas entidades que atuam na área das juventudes e que posteriormente indicam os representantes titulares e suplentes, constando a preferência para indicação de jovens na composição do conselho.

## **Objeto e objetivos da pesquisa**

Delineamos esta investigação devido a evidências da falta de reconhecimento da comunidade acadêmica aos Conselhos de Juventude Nacional, Estaduais e Municipais. Também para evidenciarmos as funções de cada um destes órgãos e o modo como articulam estes espaços formais, para o levantamento de pautas voltadas para jovens, como se dá a busca e construção de políticas públicas, que possibilitem melhores condições de vida, de trabalho, de cultura e de educação.

O objetivo nesse artigo é trazer visibilidade para algumas discussões no âmbito de pensar as juventudes e instigar para as políticas públicas, tendo como horizonte os conselhos de juventude, mais especificamente o Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV-PR e, assim, desvelar a organização, a estrutura e o funcionamento, de tal prática representativa ao articular a cidadania territorial.

## **Metodologia**

A pesquisa tem caráter qualitativo, faremos revisão de literatura na busca da contextualização do modo como as juventudes estão inseridas nas políticas públicas voltadas à essa parcela da população. Sobretudo, a partir da lógica dos conselhos de juventude, em especial ao Conselho Estadual de Juventude do Paraná. Buscamos contemplar as diversidades apresentadas e que auxiliem na compreensão da atuação das juventudes em seu território.

## Resultados e discussão

A partir da década de 1990 as “[...] iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as várias instâncias do Poder Executivo – federal, estadual e municipal – são mobilizadas”. (SPÓSITO e CARRANO, 2007, p. 181).

No Brasil, a Lei 11.129 de 30 de junho de 2005 instituiu o Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, para garantir aos sujeitos os seus direitos, possibilitando-os a transformação de realidades e de oportunidades, que simbolizam o avanço das políticas públicas voltadas a esse grupo etário. A formalização do Conjuve se articula com a criação de outros conselhos no Brasil, que a partir da Constituição Federal de 1988, impulsionou a democracia participativa e a colaboração da sociedade civil em estratégias, frente ao poder executivo, sendo os conselhos, [...] instâncias de participação e interlocução da sociedade com o Estado no planejamento e acompanhamento da execução das políticas públicas. (CONJUVE, 2010, p.12).

Alguns conselhos de juventude datam a criação anterior ao próprio CONJUVE, como no estado do Paraná, que por meio do Decreto nº 2897 de 19 de maio de 1988, ficando por anos desativado e somente reestruturado pelo Decreto nº 6755, de 25 de Abril de 2017. O período de vigência de mandato de um conselheiro é de dois anos, para a sociedade civil a eleição é realizada de forma virtual, seguindo regimento interno, se elege entidades representativas, que após eleitas, indicam representantes titular e suplente. Por parte dos membros do poder público, são realizadas indicações para composição do conselho.

O regimento interno do CEJUV - PR, sugere que preferencialmente sejam indicados sujeitos jovens para representar as entidades, sendo composto por 25 membros titulares, sendo 12 representantes da sociedade civil e 13 do Poder Público Estadual. Da sociedade civil, são doze cadeiras assim representadas: 1 Cadeira de cada para: a) movimentos estudantis; b) juventudes de partidos políticos; c) movimentos de empreendedorismo, geração de trabalho e renda; d) movimento étnico racial e promoção à igualdade racial; e) movimento de gênero e diversidade sexual, e) juventude do meio rural, f) movimentos comunitários, g) regional de Curitiba, região metropolitana e litoral, h) regional de Maringá, i) regional de Londrina, j) regional Sul, Sudeste e Centro Oriental, l) regional Oeste, Sudoeste e Laranjeiras.

Sendo do poder público, 13 representantes: 1 Coordenação de Políticas Públicas de Juventude, 1 da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte- SEED, 1 da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia E Ensino Superior- SETI, 1 da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, 1 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, 2 da Secretaria da Justiça, Família E Trabalho – SEJUF, 1 da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, 1 da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, 1 da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura – SECC, 1 da Superintendência de Esporte, 1 da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP. Dentre as articulações e pautas deste conselho é a

organização em Comissões temáticas, composta pelos conselheiros, sendo três permanentes: Comunicação de Comunicação, Articulação e Mobilização; Comunicação de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Juventude e Comunicação de Acompanhamento e Fiscalização.

Os conselheiros de juventude do estado do Paraná, fazem reuniões mensais, pautas sobre a juventude para debates e sugestões para composição de políticas públicas, que possam chegar a realidade dos jovens. Deste modo há tentativas de articular a participação representativa com a cidadania territorial, que está “[...] relacionada com a apropriação, transformação e identificação das comunidades com o território em que habitam”. (CLAUDINO, 2014. p.5).

Para tanto, a participação social dos jovens nos conselhos, a partir da representatividade destes, possibilita articular num espaço de educação formativa informal perspectivas da cidadania territorial. Pensar o território em que vive, ocupa e atua, possibilita refletir sobre as contradições destes, em uma lógica cidadã, a partir de prerrogativas que devem passar a ser coletivas, pelo papel de representação que tal conselheiro exerce.

Ainda temos muito a avançar na municipalização dos conselhos de juventude no estado do Paraná, buscando fortalecer nos municípios a ampliação das políticas públicas para juventude, a fim de garantir nas diferentes escalas, municipal, estadual e federal, a discussão sobre a importância, realidade, dificuldades, potencialidades e falta de oportunidades que os diferentes jovens enfrentam em seus município.

## Referências

BRASIL. (2005). **Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005**. Presidência da República. Secretaria - Geral. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm). Acesso em: 18 de out de 2022.

CLAUDINO, Sérgio. **Escola, Educação geográfica e cidadania territorial**. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** n° 494 (09), 2014. p.1-10. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14971>. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

CONJUVE. **Guia dos Conselhos de Juventude: fortalecendo diálogos, promovendo direitos**. SIG. Brasília, 2010. Disponível em [https://www.prattein.com.br/home/images/stories/Juventude/GuiadeConselhos\\_site.pdf](https://www.prattein.com.br/home/images/stories/Juventude/GuiadeConselhos_site.pdf).

Acesso em: 15 de out. de 2022.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. NOVAES, Regina; FÁVERO, Osmar; SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo (Org.). Juventude e contemporaneidade. 1. Ed. Brasília: Unesco, 2007. V.1. p.179 – 216. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/157>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

## AVANÇOS E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE NO TERRITÓRIO

Mariana Bezerra Lyra, Universidade de Pernambuco.

### Resumo

O trabalho resulta da dissertação de Mestrado intitulada “Políticas Públicas de Juventude: avanços, desafios e limites de seu desenvolvimento no território”, aprovada em 2019, com base na experiência da gestão pública de Jaboatão dos Guararapes — Pernambuco, a qual tomou como referência os anos de 2009 a 2019. Sabe-se que a política pública de juventude (PPJ) no Brasil é recente na sua institucionalização e sofreu com o desmonte, após o governo de Dilma Rousseff . Por isso, tem-se como objetivo geral descrever, a partir de um município, como esta política vem sendo desenvolvida localmente. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa básica, de natureza aplicada e finalidade exploratória. Utiliza-se o estudo de caso e a análise de conteúdo enquanto estratégias de investigação. Alguns resultados podem ser destacados: a PPJ de Jaboatão dos Guararapes esteve em estágio embrionário em seu processo de implementação, não sendo uma prioridade na agenda política local; a baixa qualificação dos gestores públicos de juventude; a necessidade de uma abordagem intersetorial e transversal; o cargo de gestor municipal de juventude exige a habilidade de articulador e fomentador desta política; a compreensão da participação juvenil pelo poder público destoa com o querer dos jovens; o investimento em PPJ foi insuficiente; e a juventude percebe ser considerada pela gestão pública como “problema”.

**Palavras-chave:** Política pública de juventude. Desenvolvimento. Gestão pública.

### Resumo Expandido 1 Objeto da pesquisa

O presente trabalho resulta da dissertação de Mestrado intitulada “Políticas Públicas de Juventude: avanços, desafios e limites de seu desenvolvimento no território”, aprovada em 2019, com base na experiência da gestão pública do município de Jaboatão dos Guararapes — Pernambuco, a qual tomou como referência os anos de 2009 a 2019. Na busca por compreender como se pode estruturar um processo de institucionalização e efetivação das Políticas Públicas de Juventude (PPJs) localmente.

É importante destacar que a PPJ é uma política muito recente e frágil na sua institucionalização no âmbito dos três poderes brasileiros. Na América Latina, as PPJs surgem em meio ao processo

crítico da reforma do Estado, empreendidas na sequência da crise da década de 1980 (Abad, 2002). No final dos anos 90 começam a ser desenhadas nos municípios brasileiros conforme as demandas e especificidades da juventude local e em seguida passam para a escala estadual e federal. Por isso, reforça a importância da gestão municipal oferecer um cenário relevante para análises, devido à proximidade com o cotidiano das populações e à democratização da sociedade brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, que traçou a descentralização da execução das políticas públicas por meio dos municípios (Sposito e Carrano, 2003; Pereira, 2010).

Consequentemente, a gestão pública precisa perceber a importância da dimensão do estímulo às Políticas Públicas de Juventude (PPJs) territoriais, considerando a história, a cultura local, a diversidade dos habitantes e as suas relações com o poder público, para contribuir com o desenvolvimento local e a criação de novos territórios de sociabilidade, nos quais os jovens possam assegurar seus direitos (Secretaria Nacional de Juventude, 2013).

A despeito de governos afirmar que a juventude é uma pauta importante e agenda prioritária, no entanto, observa-se uma improvisação e um desconhecimento de problemáticas juvenis, refletindo-se em ações irregulares e sem continuidade (Ribeiro; Macêdo, 2018). Esse cenário clama por avanços concretos na PPJ, primordialmente, na realização de um diálogo entre as três esferas públicas, bem como a ampliação da sua transversalidade e estratégias articuladas no desenvolvimento de políticas intersetoriais, a serem fortalecidas na construção do Sistema Nacional de Juventude, criado através do decreto n.º 9.306/ 2018 (Castro 2009; Secretaria Nacional de Juventude, 2013).

A escolha de estudar um município específico permitiu debruçar no como localmente esta política vem sendo construída e quais são os processos gerados para estabelecer a sua implementação, se dedicando aos desafios, aos avanços, às intenções da gestão pública e a sua relação com a sociedade civil organizada. A escolha do Município de Jaboatão dos Guararapes ocorreu pela pesquisadora ter trabalhado na estrutura de gestão e por ser o segundo município do Estado de Pernambuco com o maior PIB (IBGE, 2016). Como, também, por possuir um órgão de juventude desde 2009, que se mantém até dias atuais.

Observou-se, também, que no campo da pesquisa acadêmica, a produção na área de Política Pública e Juventude está centralizada no Sudeste, Centro-Oeste e Sul e evidência o destaque nas áreas de educação, saúde e psicologia, que discutem PPJs. Além da região Sudeste abarcar uma parcela considerável destas produções acadêmicas em seus periódicos e o desafio da produção acadêmica fomentar revistas que discutam as PPJs (Oliveira et. al., 2018). As produções existentes trazem, na sua maioria, reflexões sobre a política pública e juventude, focalizando na concepção da política, ações e programas, sem se debruçar em como localmente as políticas públicas são geridas numa dimensão estratégica e qual é o modelo de execução adotado.

## **Objetivos**

Determinou como objetivo geral: analisar o processo de desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude no território, a partir da experiência da cidade de Jaboatão dos

Guararapes de Pernambuco. Dentre os objetivos específicos determinados na dissertação, neste trabalho focam os seguintes: pesquisar sobre as peculiaridades da gestão das PPJs na administração pública; analisar os determinantes que cercam as decisões dos governos no desenho do desenvolvimento da Política Pública de Juventude, em especial no âmbito municipal; pesquisar a compreensão da gestão e a dimensão de participação social nas PPJs com os jovens; elaborar uma proposta de diretrizes para a gestão das PPJs no território.

### **Metodologia**

A definição da metodologia partiu da escolha pelo método, o qualitativo, com a intenção de compreender o processo do desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude (PPJs) no território e as relações estabelecidas, para sistematizar uma imagem da dinâmica do campo social (Gerhardt, de et al., 2009). Definiu-se como natureza da pesquisa, a aplicada, com o objetivo de gerar “conhecimento para aplicação prática” (Gerhardt, de et al., 2009, p.35). Por ser uma política nova, escolheu-se uma pesquisa exploratória, que buscou “proporcionar maior familiaridade com o problema” (Gerhardt; Gerhardt, de et al., 2009, p.35). Sobre a estratégia de investigação, adotou-se o estudo de caso, para colaborar na compreensão e aprofundamento do fenômeno estudado (Creswell, 2010). Com isso, a proposta do estudo de caso foi focar na experiência do município de Jaboatão dos Guararapes, uma técnica que possibilita aprofundar como esta política vem sendo estruturada no território, em que condições e quais estratégias estão sendo adotadas para buscar a garantia dos direitos das juventudes. E escolheu como os atores a serem estudados, gestores públicos da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes (2009-2019); e jovens residentes no município, que atuaram como delegados da III Conferência Municipal de Juventude.

Os procedimentos utilizados foram o bibliográfico, documental e de campo. A pesquisa de campo foi realizada a partir de observação fenomenológica e entrevista semi-estruturada. Além de utilizar como análise dos dados a análise de conteúdo. A dissertação trabalhou com a seguinte questão de fundo para realizar a pesquisa: Como melhorar a qualidade do desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude de um município de grande porte no nordeste brasileiro?

### **Principais resultados**

Algumas evidências do estudo podem ser destacadas: a PPJ de Jaboatão dos Guararapes está em estágio embrionário em seu processo de implementação e na agenda política não é uma prioridade; baixa qualificação dos gestores públicos de juventude; a PPJ necessita de uma abordagem intersetorial e transversal, para superar a cultura organizacional setorializada das políticas públicas; o cargo de gestor de juventude exige a habilidade de articulador e fomentador desta política; a forma de compreensão da participação juvenil pelo poder público destoa com o querer dos jovens; o investimento em PPJ é insuficiente; tendência da política municipal se orientar pelas políticas de juventude estadual e federal, mesmo sem a estruturação de um sistema nacional de juventude; compreensão do jovem como um risco social e a juventude

percebe ser considerada pela gestão pública como problema, por esta não compreenderem as peculiaridades da juventude. Por fim, desenvolveu-se um plano de ação para elaborar uma cartilha de sugestões para as gestões municipais de PPJs, visando disseminar conteúdos e reflexões abordadas na dissertação e a mesma foi apresentada ao Secretário Executivo da Criança e da Juventude do Estado de Pernambuco.

**Palavras-chave:** Política pública de juventude. Desenvolvimento. Gestão pública.

### **Referências**

ABAD, Miguel. Las politicas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadania y nueva condicion juvenil. Última Década, Viña del Mar, CIDPA, n.º16, mar. 2002, pp. 119-155.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CASTRO, Jorge de et al. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009. GERHARDT, de et al. (organizadoras). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, F.R. et. al. Democracia Participativa e Juventude Politizada: estudo bibliométrico sobre os periódicos brasileiros de políticas públicas de juventude. Ciência da Informação em Revista, v. 5, 2018, pp. 13-24.

PEREIRA, M. Rede Cidades. Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, São Paulo: São Paulo, 2010.

RIBEIRO, E.; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, UdelaR, México (2017). Revista de Ciencias Sociales, vol. 31, núm. 42, 2018, pp. 107-126.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros. Brasília-DF, 2013.

SPOSITO, M.; CARRANO P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação. N.º 24, 2003, pp.24-39.

### **DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA: O QUE MUDOU NA UFRJ COM A LEI DE COTAS?**

Marianna Silva Assis

(UFRJ)

O acesso ao ensino superior tem por característica histórica ser excludente. Nas últimas décadas ocorreu um conjunto de políticas públicas voltadas para a expansão e democratização do acesso a essa modalidade. Para o setor público destaca-se a criação pelo Governo Federal da

Lei n.º 12.711/12, conhecida por Lei de Cotas. A referida lei tem por objetivo reservar vagas no ensino superior a estudantes de escolas públicas, baixa renda, pretos, pardos e indígenas (PPI) e pessoas com deficiência (PcD), grupos que estavam fora do sistema. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é primeira instituição universitária do Brasil, possui grande prestígio social, apresenta alta seletividade e adere as cotas somente a partir da implementação da lei. Nesse sentido, surge a indagação sobre as mudanças no acesso a instituição em termos de gênero, raça e origem social em termos socioeconômicos e culturais. O estudo de caso foi realizado com os cursos de: Engenharia de Produção, Ciências Matemáticas e da Terra, Medicina, Química, Odontologia, Farmácia, Direito, Comunicação Social, História e Letras. A partir do questionário socioeconômico respondido pelos alunos no ato da pré-matrícula, no período de 2012 a 2017. Chega-se à conclusão de que apesar de haver persistentes desigualdades no acesso as áreas e cursos na instituição, a lei de cotas é uma importante medida para a redução das desigualdades no acesso ao ensino superior.

### **Apresentando o objeto da pesquisa**

A educação é um dos mais importantes pilares na estruturação e reestruturação das desigualdades sociais ao longo das gerações. Ela é o principal meio pelo qual o acesso a posições ocupacionais e de renda hierarquicamente superiores e inferiores é justificado, em função dos desiguais índices educacionais da população. Neste sentido, políticas de ampliação do acesso aos sistemas de ensino são, portanto, fundamentais para a redução das desigualdades do país. Destaque-se o diploma de ensino superior como um dos recursos mais importantes para a análise da desigual distribuição das oportunidades ocupacionais e dos retornos econômicos no mercado de trabalho brasileiro, tendo em vista seu caráter excludente nas diferentes modalidades de ensino, refletindo as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. No entanto, nas últimas décadas, o sistema vem sofrendo mudanças significativas, impulsionadas pela expansão do ensino médio, pelas políticas públicas que proporcionaram a criação de novas vagas e novas Instituições de Ensino Superior (IES), a expansão do setor privado e pelos benefícios sociais e econômicos devido a estabilização econômica após a implementação do Plano Real.

A década de 1990 é caracterizada pelo início do terceiro ciclo de expansão dessa modalidade. Nesse contexto, um conjunto de políticas de ações afirmativas foram implementadas pelas diversas instituições de ensino superior, como mecanismo de redução das desigualdades históricas no acesso ao ensino superior e maior democratização no ingresso das populações excluídas com base no princípio da igualdade perante a lei instituído na Constituição Federal de 1988. Estas transformações ocorreram em consonância com tendências internacionais de flexibilização do ensino superior, abertura de novas instituições e cursos variados dos modelos mais tradicionais, internacionalização do setor, dentre outras. De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP, 2019), em 1991, 1.565.056 pessoas estavam matriculadas no ensino superior já em 2018, o número de matrículas subiu para 8.450.755.

As principais políticas criadas voltadas para ampliação e democratização do ensino superior são: Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); Programa Universidade para Todos (PROUNI); a modalidade de Educação a Distância (EAD); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Houve reformulação na seleção das universidades públicas, com a adoção do ENEM/SISU, que gradativamente teve adesão da grande maioria das instituições federais e algumas estaduais. Ao lado desse processo de ampliação de vagas, o governo federal, em 2012, sancionou lei de Ação Afirmativa, que consiste na reserva de 50 % das vagas por curso e turno, nas instituições federais.

A adoção de políticas e programas afetaram a composição econômica e racial do sistema federal, estimularam diversos estudos para mapear a composição dos ingressantes do ensino superior. Em geral, os estudos concluem que a expansão do ensino superior, junto com a política de Ação Afirmativa, possibilitou a ampliação do acesso de estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas nesta modalidade (SENKEVICS e MELLO,2019).

Acompanhado a essa expansão, há o questionamento pela literatura se, de fato, o aumento de vagas no ensino superior proporcionou maior democratização do acesso a esse nível, considerando que a expansão ocorreu majoritariamente na rede privada, identifica-se o crescimento das matrículas nas áreas de ciências sociais, humanidades, profissões sociais e educação, com negros presentes sobretudo nessas áreas de menor prestígio e retorno financeiro. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com o campo da estratificação educacional, mais especificamente com a estratificação horizontal.

### **Objetivos**

Os processos e tendências apontados acima, sinalizam que nos últimos anos o sistema de ensino superior tem experimentado mudanças significativas, contudo, é possível observar desigualdades duradouras. Como as instituições de ensino superior estão experimentando esses processos e tendências?

Tendo em vista que a instituição foi afetada pelas políticas de expansão, com a adoção do REUNI, mudanças no processo seletivo com a adoção do ENEM/SISU e a implementação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), a pesquisa irá analisar as mudanças e permanências do perfil dos ingressantes nas áreas e cursos segundo gênero e raça, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diante disso, a proposta visa discutir o impacto dessas mudanças na redução, manutenção ou ampliação das desigualdades de gênero e raça no acesso ao ensino superior.

A pesquisa visa responder:

- Quais as principais mudanças ocorridas no perfil dos ingressantes por gênero e raça da UFRJ após a implementação da Lei de Cotas em relação à composição total do alunado por ano de ingresso segundo gênero e raça e as modificações nas características socioeconômicas e de capital cultural nas áreas e cursos?

O Objetivo geral é, portanto, caracterizar as mudanças no perfil dos estudantes através da análise descritiva, observando a estratificação horizontal na UFRJ, antes e após a Lei de Cotas e observar se houve diferença, levando em consideração as coortes de 2012 a 2017.

De modo mais específico

- Mapear as mudanças no acesso aos cursos ocorridas antes e após a adoção da Lei de Cotas para verificar em quais cursos homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras se dirigiram na UFRJ, nos anos de 2012 a 2017.

## Metodologia

Para responder os objetivos da pesquisa, será utilizado o banco de dados institucionais da UFRJ, oriundo do questionário socioeconômico aplicado aos alunos no ato da pré-matrícula online e que possui um alto índice de respostas. Os dados foram fornecidos pela instituição no ano de 2019 após a ida das integrantes do Laboratório de Estudos sobre Diferença, Desigualdade e Estratificação (LEDDE), do qual faço parte, à Divisão de Registro de Estudante (DRE/ Pr1) da UFRJ, localizada no Fundão. O referido questionário é composto por perguntas que abordam, entre outras informações, aspectos socioeconômicos, culturais, escolares, de composição familiar e de escolha e expectativas sobre o curso e a instituição.

A análise se debruçou nas quatro dimensões que permitem conhecer o perfil dos estudantes definidas por Costa e Picanço (2020) sendo essas: *situação econômica e social da família* com informações de renda familiar, ter computador e acesso à internet em casa; *características dos pais*: escolaridade do pai e da mãe e suas respectivas ocupações; *características dos ingressantes* (divididas em três itens): a) indicadores escolares: tipo de ensino (Ensino Médio ou Técnico) e tipo de escola em que cursou o Ensino Médio (escola pública ou privada), ter feito cursinho pré-vestibular e ter feito outro concurso para ingresso no Ensino Superior; b) indicadores da situação na família: estado civil, ter filho, participação na renda, ter um trabalho; e c) indicadores de capital cultural: hábito de leitura, domínio de língua estrangeira, cursos extracurriculares; *variáveis relacionadas à escolha da instituição, curso e área*: polo, curso, turno do curso, razão de escolha da universidade, razão de escolha do curso, necessidade de mudança de cidade.

Foi feita a escolha por trabalhar gênero e raça de forma interseccional. O estudo interseccional se faz fundamental para compreender os fatores de diferenciação, uma vez que a estrutura coloca os indivíduos em posições diferenciadas no qual o fato de ser homem branco, homem negro, mulher branca, mulher negra, dentre outras características, como fatores de classe, capital cultural, escolaridade dos pais influenciam significativamente o ponto direcional que este sujeito tem na estrutura.

## Principais resultados

As mudanças observadas nos cursos indicam o aumento de homens e mulheres negras em todos os cursos, acréscimo de estudantes com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo e entre 1,5 e 3 salário-mínimo e diminuição daqueles na faixa de mais de 10 salário-mínimo, em menores condições socioeconômicas e com menor capital cultural. As transformações ocorreram principalmente nos cursos de maior prestígio e mais seletivos. Contudo, identifica-se

ainda uma persistente desigualdade no acesso aos cursos segundo o gênero e a raça.

Referência bibliográfica

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas?. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 184-208, 2019.

## **VESTÍGIOS DE EXPERIÊNCIAS JUVENIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: RECONSTRUINDO TRAJETÓRIAS DE JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO**

**Bruna Rossi Koerich**

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Alex da Silva Vidal**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Defesa em 2022)

**Renata Maieron Turcato**

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Defesa em 2022)

### **RESUMO:**

A pesquisa em tela teve como objetivo identificar a relação entre a mortalidade juvenil e o acesso e permanência de jovens nas políticas públicas. Partindo de uma abordagem qualitativa, utilizou-se de técnicas de análise documental como forma de identificar registros que permitem reconstituir parcialmente os percursos por entre as políticas públicas de uma amostra de 18 jovens que foram vítimas de homicídio em Porto Alegre em 2018, residentes dos três territórios com maiores índices de mortalidade juvenil no município, de acordo com dados do SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade). Foi realizada a busca de registros desses jovens junto às políticas de educação, assistência social, atendimento socioeducativo e conselho tutelar. Apesar da análise apontar para a existência da singularidade dessas vidas, foi possível identificar marcadores que se mostraram regulares nas trajetórias por entre as políticas públicas: 1) A presença de trajetórias escolares não lineares (com episódios de infrequência escolar, abandono, distorção idade-série) na maioria dos percursos juvenis; 2) A passagem pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). 3) Indícios de necessidade de atendimento especializado no contexto educativo; 4) Passagem pelo sistema socioeducativo; 5) Ausência de registros de trabalho formal; e, por fim, 6) Proximidade entre a residência e o local do homicídio.

### **Resumo Expandido**

## 1. Introdução

Essa pesquisa está inserida em contexto investigativo mais amplo, vinculada ao Projeto “A Mortalidade Juvenil no Rio Grande do Sul: Uma Análise dos Índices de Violência Letal Juvenil e suas Possibilidades de Enfrentamento”, que contou com financiamento da FAPERGS e se dedicou a estudar diferentes dimensões da mortalidade juvenil no estado.

Esse artigo em específico tem como objetivo reconstruir o percurso de jovens que foram vítimas de homicídio pelas políticas públicas, visando discutir a imbricação entre trajetórias juvenis e acesso à direitos.

A partir da construção de uma amostra de 18 jovens, buscamos reconstituir aspectos de seus percursos de vida, por meio do que ficou registrado sobre eles nas políticas públicas de educação, assistência social, socioeducação, Conselho Tutelar e do Sistema de Informações sobre Mortalidade.

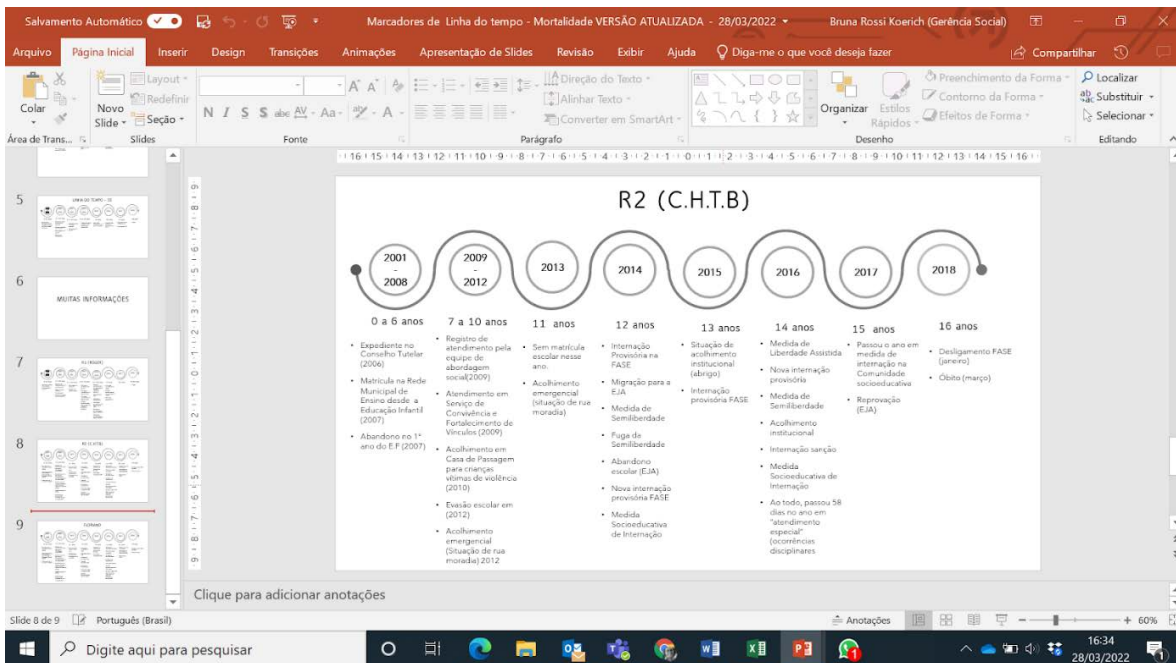
## 0. Escolhas metodológicas

Para a realização da pesquisa, foi construída uma amostra de seis jovens de cada um dos três territórios com maiores índices de mortalidade juvenil em Porto Alegre no período entre 2015 a 2020 a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SCHERER, 2022). A amostra total foi composta, então, por 18 jovens que possuíam entre 15 e 29 anos e haviam sido vítimas de homicídio por arma de fogo em 2018.

Foram obtidos registros sobre esses jovens junto à Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul, Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre e Conselho Tutelar de Porto Alegre.

A partir das informações coletadas, passamos à fase de reconstituição das trajetórias, que envolveu a construção de uma linha do tempo para cada jovem, permitindo a visualização dos principais marcadores de suas trajetórias junto às políticas públicas. Os jovens receberam nomes fictícios. A figura abaixo demonstra um modelo de linha do tempo elaborada com esse propósito de reconstituição:

**Figura 1** – Linha do Tempo (Floriano)



Fonte: Elaboração própria

Depois disso, realizou-se uma fase descritiva das trajetórias, onde buscamos construir textualmente a narrativa possível de cada uma dessas 18 vidas. Prontas, essas trajetórias foram relidas com o intuito de identificarmos similaridades e diferenças em seus percursos pelas políticas públicas

## 0. Considerações acerca dos percursos juvenis nas políticas públicas

Ao analisarmos as trajetórias reconstruídas desses jovens por entre as políticas públicas conseguimos identificar, antes de tudo, a existência da singularidade dessas vidas, com espaço para as particularidades e sutilezas dos inúmeros caminhos possíveis. Por mais que os trajetos sejam parecidos, é possível identificar as individualidades em cada passo dado por esses jovens, tornando suas trajetórias únicas.

Essa constatação é particularmente importante no sentido de contrapor discursos homogeneizantes que frequentemente são lançados sobre os jovens, como se todos os jovens vítimas de homicídio tivessem uma trajetória similar, marcadas pelo mesmo contexto, pelas mesmas violações de direitos e por escolhas semelhantes.

Contudo, é importante pontuar que alguns marcadores se mostraram regulares nas trajetórias da maioria dos jovens que compuseram a amostra da pesquisa. Foram seis os principais marcadores identificados nas trajetórias juvenis ao longo desta pesquisa.

A primeira das regularidades observadas diz respeito à presença recorrente de episódios de reprovação, infrequência e abandono escolar em grande parte dos percursos escolares dos jovens analisados, apontando para a presença de trajetórias escolares não-lineares (ZAGO, 2000).

Dos dezoito jovens que compuseram a amostra desta pesquisa, dezesseis deles tiveram ao menos um episódio de abandono escolar. Um deles chegou a um total de cinco episódios. Além disso, quatorze dos dezoito jovens apresentaram indícios de evasão escolar, ao terem momentos em que não estavam matriculados nem na rede estadual, nem na rede municipal de ensino. Outro ponto que vale destaque nesse sentido é de que os episódios de abandono escolar não se restringiam ao período da adolescência. Seis jovens tiveram episódios de abandono escolar antes de completarem 10 anos de idade, sugerindo que sua relação com a escola encontra dificuldades desde a infância.

Além dos episódios de infrequência, a repetência é outro ponto recorrente nas trajetórias escolares analisadas. Quinze dos dezoito jovens tiveram episódios de reprovação. Doze dos jovens tiveram episódios de reprovação antes da finalização do terceiro ano do ensino fundamental, sugerindo uma trajetória escolar marcada por tensões desde o início.

O segundo marcador encontrado foi a inserção dos jovens na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quatorze dos dezoito jovens migraram para a EJA em algum momento de suas vidas. Os indícios que encontramos sugerem que esse processo de “empurrar” os jovens para a EJA pode ter ocorrido em algumas das trajetórias analisadas. Um dos jovens, por exemplo, migrou para a EJA quando tinha 12 anos e apenas um ano de distorção idade-série. Ao todo, quatro jovens fizeram a migração para a EJA antes dos 15 anos, algo diferente da previsão legal atual. É preciso, contudo, salientar que essa migração para a EJA precisa ser analisada com cautela já que, mesmo que ocorra de forma precoce em vários dos casos, pode se tratar de um dos últimos recursos para tentar garantir a conclusão da escolarização para os jovens que tiveram, desde o início, uma relação conturbada com a escola.

O terceiro aspecto foi a recorrência de ações relacionadas à necessidade de atendimentos educacionais especializados nas trajetórias desses jovens. Oito dos dezoito jovens possuíam registro de atendimento especializado, como Laboratório de Aprendizagem (LA), Sala de Inclusão e Recursos (SIR), Classe Especial (CE) e Planejamento de Atendimento Especial (PSAE). Esses indícios apontam para alguma barreira à aprendizagem, como sucessivas reprovações (que podem ser devido a múltiplos fatores) ou alguma dificuldade no aprendizado.

O quarto marcador aqui destacado corrobora estudos que apontam uma associação entre a mortalidade juvenil e episódios de atendimento do sistema socioeducativo. Dez jovens possuíam registros de atendimento socioeducativo. Todos eles haviam ingressado, ao menos uma vez, no Centro de Internação Provisória. Desses, apenas três chegaram a cumprir medida socioeducativa de internação em regime de privação de liberdade, sendo transferidos para outras unidades da FASE-RS. Além disso, seis dos dez jovens com histórico de atendimento socioeducativo também possuíam registro de medidas socioeducativas de meio aberto, sendo que apenas um deles cumpriu na integralidade as medidas de PSC e LA que havia recebido.

A quinta similaridade foi a ausência de registros acerca de vínculos de trabalho encontradas na documentação que compôs o campo empírico desta pesquisa. Nos registros do SIM, no campo destinado ao registro de “ocupação habitual”, apenas dois jovens possuíam como registro alguma CBO que indicasse um histórico de vínculo de trabalho formal (um deles como operador de caixa e outro como vendedor ambulante). Seis jovens possuíam como registro o código que identifica a categoria “estudante” e sete o código que significa “ocupação não identificada” e um deles possuía como registro o código identificado como “desempregado crônico”.

O último aspecto relacionado às similaridades de registro diz respeito ao local de ocorrência do óbito. Nove dos dezoito jovens tiveram como registro do local de ocorrência a via pública; quatro deles tiveram o óbito registrado em hospital ou equipamento de saúde, indicando que depois de baleado o jovem teve atendimento médico; um deles tinha como local registrado o próprio domicílio, sugerindo a existência de uma emboscada; e quatro deles tinham como local de registro “outros”, o que dificulta a compreensão da circunstância da ocorrência. No caso dos jovens que foram mortos em via pública, chama a atenção também a proximidade entre o local de ocorrência e seus domicílios, sugerindo uma complexa relação entre território e segurança.

Concluindo, é importante destacar que a análise dos registros das políticas públicas nos permitiu compreender de uma forma um pouco mais qualitativa quais os equipamentos os jovens que foram vítimas de homicídio em Porto Alegre acessaram, permaneceram (ou não) e, mais do que isso, como essa vinculação com as diferentes políticas de atendimento se apresentou ao longo de sua trajetória.

## REFERÊNCIAS

SCHERER, Giovane Antonio (Org.) **Juvenicídio, Território e Políticas Públicas**: Rastros de Sangue na Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Cirkula, 2022.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da

obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Família & Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. 19-43. Petrópolis: Vozes, 2000

## **Juventudes periféricas e paisagens educativas**

Patrícia Siqueira Melo

Graduada em Pedagogia

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - 2010

Mestre em Ciências

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (FAU-USP) – 2024

Euler Sandeville Junior

Professor Doutor em Arquitetura

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (FAU-USP)

Este trabalho busca entender a relação das juventudes periféricas paulistanas com a cidade de São Paulo, a partir da compreensão da paisagem em que vivem. São jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos e residentes na periferia da região noroeste da cidade. Entende-se a paisagem como experiência partilhada e construção social, com suas dinâmicas socioambientais na transformação dos territórios e constituição dos lugares. Por experiência partilhada não se compreende que sejam harmônicas as relações, ao contrário, são contraditórias e opõem projetos e valores. Daí o grande desafio de repensar a paisagem, mais do que visibilidade, mas como uma construção social que é educativa, cumpre-nos então contribuir para qualificar esses processos e sua potência educativa a partir de valores éticos, colaborativos e públicos. Assim, pretende-se abordar os conhecimentos referentes às vivências das juventudes periféricas na paisagem e suas expectativas na cidade a partir de seus percursos, de suas experiências, além de entender como se apropriam, criam e recriam o espaço, saber sobre seus destinos, ausências, desejos e questões que os mobilizam. Ao pensar nas juventudes periféricas e o direito à cidade, é preciso reafirmar o direito de suas existências e ter suas representações culturais expressadas, tornando-se assim, um mecanismo de fortalecimento de identidade social.

### **PROJETAR A VIDA SENDO MENINA:**

### **CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL**

Maribia Taliane de Oliveira (SENAC SP)

Lívia Celegati Pan (UFSCar)

## **RESUMO:**

A condição da mulher em nossa sociedade contém importantes implicações em termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdade, conformando possibilidades concretas de elaboração e vivência de seus projetos de vida. Sendo uma jovem menina, tais implicações também se materializam na vivência da juventude e nos projetos que podem se construir nessa fase. A pesquisa buscou compreender como ser menina/mulher influencia no projetar a vida de jovens meninas estudantes do Ensino Médio e analisar quais são as dimensões presentes nesse processo. Pesquisa-intervenção, realizada a partir da construção de um Clube Juvenil, onde, partindo-se da terapia ocupacional social, foram realizadas Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos. Os resultados apontam as convenções sociais de gênero que permeiam a relação estabelecida entre as meninas/mulheres, os seus corpos e seus cotidianos, a exposição a situações de violência, as fragilidades e rupturas de vínculo familiares e de amizade, a ausência de redes sociais de suporte consistentes e protetivas, em especial, o não reconhecimento da escola como componente dessa rede e os atravessamentos de todos esses elementos na construção de seus projetos de vida. Concluiu-se pela necessidade de ações que visem o enfrentamento das problemáticas cotidianas resultantes da construção social de gênero e das contradições e desigualdades da sociedade capitalista, na ampliação de vivências de jovens meninas/mulheres com vistas à autonomia e emancipação, assim como no fortalecimento das redes sociais de suporte e na prevenção de situações de violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** projeto de vida. escola pública. gênero. juventudes.

## **Escola Sem Partido em Campinas-SP: pânico moral aos currículos de gênero**

Alan Isaac Mendes Caballero – Faculdade de Educação, UNICAMP

Antonio Carlos Dias Junior – Faculdade de Educação, UNICAMP

**RESUMO:** O movimento Escola Sem Partido (MESP) foi um dos movimentos conservadores em educação mais populares da década de 2010. Sua abrangência nacional foi sentida em escolas municipais de Campinas-SP, nas quais realizamos oito entrevistas com gestores escolares em quatro unidades para, a partir dos depoimentos aí obtidos, conhecer os agentes e estratégias mobilizadas na regulação dos currículos de gênero, bem como das escolas para reagir contraproduzivamente à agenda antigênero.

## **RESUMO EXPANDIDO:**

**Introdução** - Durante e após as eleições de 2018 para a presidência do Brasil, o bolsonarismo fazia da “ideologia de gênero” o carro-chefe de seu governo em educação, cuja popularidade midiática pressupunha falsamente a doutrinação ideológica de professores comunistas e homossexuais em salas de aula (Schibelinski, 2020). O pânico moral destilado nessa experiência

foi amplamente reconhecido em projetos de lei favoráveis a uma “escola sem partido” ou “escola livre”, com incentivos à perseguição, denúncia e punição aos supostos corruptores de infâncias e juventudes (Frigotto, 2019). Ainda que a decisão do Supremo Tribunal Federal julgasse inconstitucional tais projetos de lei, haveria ainda um contingente da comunidade escolar disposto a seguir as instruções dos ideólogos do movimento Escola Sem Partido (MESP) para livrar as escolas públicas do contágio do gênero, cujos perigos dizia-se estar nas conversões sexuais massivas de menores de idade e pela pedofilia cometida contra as indefesas crianças e jovens (Caballero, 2020). **Problema e Métodos** – Partindo da abordagem do ciclo de políticas (Bowe *et al.*, 1992; Ball, 1994), produzimos oito entrevistas com gestores escolares – direção (3), vice-direção (1), orientação pedagógica (2) e professoras na função de apoio à gestão (2) - em quatro escolas municipais, sobre a produção de currículos de gênero nessas unidades escolares. Nossa estrutura de resultados consistiu em elencar todas as relações pronunciadas pelas/os entrevistadas/os ao Escola Sem Partido, já previsto no roteiro de perguntas na sessão *Conflitos entre gestão escolar e governantes*, e que se configurou também em outras duas sessões do roteiro (*Conflito entre gestão escolar e comunidade* e *Conflitos entre gestão escolar e professoras*). A análise se faz principalmente com a identificação de agentes e estratégias mobilizadas no contexto da prática em comparação com literatura científica sobre a atuação do MESP e o avanço neorreacionário da “ideologia de gênero” (César; Duarte, 2017; Miskolci; Campana, 2017; Frigotto, 2018; Junqueira, 2018; Krawczyk; Lombardi, 2018; Moreira; César, 2019; Shchibelinski, 2020; Caballero, 2020). **Resultados** – Todas/os as/os entrevistadas/os afirmam que o Escola Sem Partido não teve expressão significativa em suas respectivas escolas e valorizam as atividades e projetos daquelas/es professoras/es engajadas com os temas transversais, mesmo assim, encontra-se nos depoimentos ocorrências que representam a atuação do movimento. Na Escola 1, a Entrevistada 1 (diretora e atea) e o Entrevistado 2 (orientador pedagógico e espírita) percebem os efeitos do MESP após o apagamento do termo *gênero* nos Planos Nacional e Municipal de Educação, após esses eventos ambos relatam a aparição de “bolsominions” na escola: **a)** para a diretora, os alunos passam a imitar os comportamentos debochados da figura política de Jair Bolsonaro, o que provoca, por exemplo, polarizações políticas com a professora feminista de português, embora o mesmo não aconteça com as meninas, as quais veriam nas professoras sinais de inteligência e engajamento a serem imitados, **b)** enquanto o orientador pedagógico conta sobre o caso de um pai que, em grupo de *facebook* da escola, expressa sua insatisfação e desacordo com o tamanho das saias das meninas, e após visitas a sua página pessoal na rede social, é identificado como propagador de pautas conservadoras caras a Jair Bolsonaro; outro comportamento relatado consiste em atuações contra a “ideologia de gênero”: **c)** contam a Entrevistada 1 e o Entrevistado 2 que uma mãe (membro da Comissão Própria de Avaliação) traz, respectivamente nos relatos, um “papel convite” ou “cartazinho” a ser pendurado no quadro de avisos da escola para discutir a ideologia de gênero, conforme o programdo MESP, em sua igreja; **d)** por fim, são mencionados professores que poderiam ser “bolsominions” ou contra a “ideologia de gênero”, mas o Entrevistado 2 afirma que “a enormidade do discurso dos professores colocou o contrário, né, em defesa da

liberdade de cátedra, em defesa da diversidade, em defesa de um modelo de educação que possa ser libertador, que faça, né, uma criança, um jovem, refletir, pensar, optar, né, a gente vê com grande risco esse programa Escola Sem Partido”. Na Escola 2, **e**) o Entrevistado 3 (diretor e ateu) menciona a presença de uma mãe com camiseta do Movimento Brasil Livre interessada em discussões sobre a merenda escolar, mas sem incitar situações de pânico moral. Na Escola 3, **f**) as Entrevistadas 4 (apoio à gestão e sem religião) e Entrevistada 5 (diretora e sem religião) relatam preocupações de mães evangélicas com a doutrinação dos filhos, o que resultou, por exemplo, em reunião com uma mãe que, segundo a Entrevistada 4, “chegou muito armada [muito resistente], colocou o celular [na mesa] e disse que a reunião ia ser gravada porque o tema é polêmico [a homossexualização das crianças] e a gente falou que não [...], mas sempre são feitas atas de reuniões com as famílias [...] [dissemos que] gravar não era um procedimento em uma instituição pública”, e, em decorrência desse tipo de desconfiança de membros da família para com a equipe escolar, **g**) a professora em apoio à gestão comenta “a gente se sente tão desrespeitado por nosso conhecimento pedagógico, no que a gente se constrói como professor ou mesmo como gestão [...]eu me sinto meio estagnada [...]”, **h**) além de encontrar difamações à ex-presidente da esquerda na fala de funcionário terceirizado da escola: “ele começou a falar da Dilma porque foi a Dilma que inventou essa coisa de mulher com mulher, homem com homem [...] que antes não tinha isso não, essa pouca vergonha”. A seu tempo, na Escola 4, **i**) a Entrevistada 7 (diretora e evangélica) relata visitas de vereadores adeptos aos valores do MESP: “tem até um vereador que uma vez veio numa formatura, falou com os pais, [...] que tava fazendo um projeto de lei, [...] foi um pouco meio partidário, [...] uma coisa que não pegou muito”, enquanto a Entrevistada 6 (vice-diretora e evangélica) e a Entrevistada 8 (apoio à gestão) não percebem a atuação do MESP em sua unidade. **Análise:** As Escolas 1 e 3, juntas, somam 7 ocorrências de atuação do MESP de um total de 9. Nessas unidades escolares seus gestores são chamados a intervir em confrontos caracterizados pelo pânico moral, cujas particularidades se percebem na desmoralização da figura do educador, no conservadorismo das famílias e de forças evangélicas em torno de temas transversais, na polarização política durante as resoluções de conflitos, na propagação de desinformação de conteúdo antipetista, todas elas estratégias já conhecidas do MESP. Mesmo que sejam raros, as/os entrevistadas/os dizem ser bem sucedidas/os na mediação dos conflitos com pais e, com menos ocorrências, com alunos devido a um conjunto de agentes e estratégias contrarregulatórias: **1** – a frequente participação de membros da família, mesmo que de religiões conservadoras, em órgãos colegiados faz emergir o debate democrático e o confronto de ideias sem a impessoalidade de comentários em redes sociais, o que aumenta a confiança nos processos de mediação com outros pais e mães e nas autoridades escolares, embora, algumas vezes, a ocupação da presidência desses órgãos colegiados por pais e mães favoráveis ao clima democrático contribua, segundo a Entrevistada 5, para que a gestão encontre aliados na determinação da agenda política contrária àquelas antigênero; **2** - A espiritualidade de membros gestores, como o kardecismo do Entrevistado 2 ou as gestoras evangélicas da Escola 4, escolas de periferia, também contribui para mediar situações de conflito baseadas em divergências políticas e religiosas; **3** - enquanto isso, as

entrevistas sugerem que as relações professor/a-aluno/a indicam agência, criatividade e diversidade de ideias e valores por parte de estudantes que seriam mediados nas salas de aula, mais do que o exercício de proselitismos a suas consciências cativas, como afirma o MESP, já que ao abordar temáticas polêmicas em sala de aula, há um engajamento coletivo para a diminuição do clima de polarização política, aprofundamento de opiniões morais, incentivo a reflexões éticas e problematizações de imitações; 4 – Já as Escolas 2 e 4 representam um cotidiano escolar alijado das famílias ou dos quais elas não são convidadas a participar, sobretudo em órgãos de decisão colegiados, razão pela qual as ideias e valores do MESP possuem praticamente nenhum impacto nessas unidades escolares, já que essas famílias teriam sua atuação política escolar limitada.

### Referências

- BALL, Stephen. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham; Philadelphia: Open University Press, 1994.
- BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- CABALLERO, Alan Isaac Mendes. A atuação de gestoras/es escolares da Rede Municipal de Ensino de Campinas na produção de currículos de gênero. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2020. 265 f.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. *Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios*. **Educar em Revista**, Curitiba, n.66, p.141-155, out.-dez. 2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2019
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da “ideologia de gênero”: A emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero*. **Psicologia Política**, São Paulo, v.18, n.43, São Paulo, p.449-502, set.-dez. 2018.
- KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O Golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.32, n.3, set.-dez. 2017.
- SCHIBELINSKI, Diego (Org.). A batalha em torno do gênero: a Educação Básica contra ataca. **Retratos da Escola**, v.14, n.28, dossiê, 2020.

## **NOTAS INICIAIS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INSURGÊNCIAS JUVENIS**

Alisson Souza Corrêa; Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Alguns dos maiores desafios a serem enfrentados na atualidade dizem respeito à crise ambiental. Entretanto, é necessário salientar a disparidade existente entre a produção e a distribuição dos impactos ambientais, uma vez que, não tratando-se de desastres apenas naturais, a injustiça e o racismo ambiental afetam principalmente as comunidades tradicionais e de baixa renda nos centros urbanos. Diante disso, o Estatuto da Juventude (EJ) assegura o direito à sustentabilidade, à Educação Ambiental (EA) e o incentivo à participação juvenil na elaboração das políticas públicas. Contudo, observa-se nas últimas décadas o avanço da crise ambiental atingindo de maneiras desiguais as juventudes brasileiras, o que gera um paradoxo entre a garantia de um ambiente sustentável ecologicamente - para essa e futuras gerações - nesse cenário e somado ainda a redução da EA. Com base nisso, questiona-se: o protagonismo juvenil e a EA podem contribuir na resolução desse paradoxo? No presente trabalho, é proposto uma discussão teórica onde, inicialmente reflete-se sobre a insurgência de movimentos juvenis ambientalistas no país diante a crise ambiental; para posteriormente analisar o EJ em diálogo com a EA. Conclui-se que tais movimentos apresentam-se como formas renovadas de EA popular, que por sua vez, fortalecida nos diferentes espaços educativos, pode contribuir para o desvelamento e enfrentamento das injustiças socioambientais.

RESUMO EXPANDIDO

## **NOTAS INICIAIS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INSURGÊNCIAS JUVENIS**

Alisson Souza Corrêa; Universidade Federal do Rio Grande/FURG

### **Insurgência juvenis ambientalistas no Brasil recente**

Não é novidade que alguns dos maiores desafios a serem enfrentados na atualidade dizem respeito à crise ambiental. Entretanto, é necessário salientar a disparidade existente entre a produção e distribuição dos impactos ambientais, uma vez que, não se tratando de desastres apenas naturais, a injustiça e o racismo ambiental tem cor e CEP, afetando principalmente as comunidades tradicionais no campo e na floresta e de baixa renda nos centros urbanos, dentre

as quais estão inseridas parcelas das juventudes (Acserald; *et al*, 2009).

Nesse sentido, é crescente a sensibilização de grupos juvenis com as questões ambientais nas últimas décadas no país, ganhando novos contornos a partir da aproximação com os movimentos sociais. Para Loureiro (2008), esse fato decorre de dois motivos centrais: a) o modo como o debate ambientalista se consolidou durante as décadas de 1970 e 1980, vinculado a uma racionalidade idealista do mito da natureza intocada, responsável por tecer críticas individualistas ao consumo e não coletivas nas formas da (re)produção social capitalista; b) a ênfase dos movimentos sociais nesse período para o combate à ditadura militar e, posteriormente, ao processo de redemocratização do país.

Fato é, que há uma diversidade de grupos juvenis que se articulam e se organizam de diferentes maneiras e territórios em torno da questão ambiental na atualidade, como: Perifa Sustentável; Eco pelo Clima; Jovens pelo Clima; Jovens Pelo Futuro Xingu; Engajamundo; Juventude Indígena de Roraima, etc. Esses são apenas alguns exemplos dentre tantos outros que poderiam ser citados. É importante destacar a diversidade de estratégias e de organização nas mobilizações desses grupos. Enquanto alguns possuem atuações territoriais, outros possuem ações mais direcionadas às mudanças climáticas, ou ainda mobilizações que visam pressionar o poder público. Além disso, também ganham destaques a utilização das redes sociais como estratégia para a difusão de conteúdos, divulgação de atividades e realização de denúncias.

A insurgência de grupos de jovens ambientalistas no enfrentamento aos desafios da crise ambiental está em eferescência no país. Isso decorre de diversos fatores, dentre os quais está a inviabilidade atual de assegurar para essa e futuras gerações a garantia de um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável. Apesar disso, segundo Silva (2016), a atenção dada às questões socioambientais ainda são incipientes e de modo geral aparecem enquanto um subproduto nos estudos que buscam traçar perfis para as juventudes brasileiras, ainda que as políticas públicas tenham avançado nos últimos anos. Diante disso, veremos a seguir o que o Estatuto da Juventude/EJ (Brasil, 2013) diz a respeito dessa pauta, bem como a articulação necessária da Educação Ambiental/EA no entendimento desses fenômenos.

### **O Estatuto da Juventude e a Educação Ambiental:**

Vimos, de maneira breve, o primeiro aspecto do que viemos chamando de Paradoxo ambiental das juventudes. Nesse segundo momento, também de maneira breve, é dado destaque para outro aspecto: ainda que o Estatuto da Juventude garanta a Educação Ambiental enquanto direito, observa-se uma redução da mesma, especialmente no âmbito da educação formal, no país. Nesse sentido, a constituição federal de 1988 (art. 225) estabelece que todos os cidadãos brasileiros possuem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. É com base nela que a seção X do EJ, reforça a necessária garantia desse direito aos jovens, acrescentando duas questões fundamentais: a participação dos sujeitos na construção de políticas, e a importância da EA nesse processo.

Na referida seção, a EA aparece duas vezes, primeiro no artigo 35, onde “O Estado

promoverá, em todos os níveis de ensino, a educação ambiental voltada para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente”; e posteriormente no inciso III do artigo 36, “III - a criação de programas de educação ambiental destinados aos jovens”. Há ainda o artigo 34, que não fala diretamente sobre EA, mas que elenca conceitos-chaves para pensá-la, “O jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações” (Brasil, 2013).

Destaca-se que a EA aparece no documento como um direito, mas também como estratégia para a elaboração, avaliação e execução de políticas públicas que incorporem a questão ambiental junto com as juventudes (art.35). Em vista disso, é válido salientar que algumas categorias elencadas no documento não são homogêneas dentro da EA, na verdade, o campo é marcado por diferentes correntes teóricas que disputam conceitos como sustentabilidade e meio ambiente. De acordo com Layrargues e Lima (2011), é possível observar três principais tendências político-pedagógicas da EA, que de maneira sucinta podem ser representadas como: a) conservadora: valoriza a dimensão afetiva com a natureza e a mudança de comportamento individual, relativizando o antropocentrismo; b) pragmática: é a expressão da ecologia de “mercado verde” decorrente do neoliberalismo mundial; valoriza o consumo e cria estratégias para manutenção do lucro e da sociabilidade capitalista; c) crítica: contextualiza o debate ambiental problematizando os modos de produção e reprodução capitalista, buscando o enfrentamento das desigualdades e injustiças ambientais.

A EA está inserida nos diferentes ambientes educativos, sendo um componente fundamental e permanente na educação brasileira. Além disso, as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (BRASIL, 2012) constituem um documento amplamente debatido na área e que atende às exigências constitucionais. Contudo, apesar desses importantes avanços, observa-se uma tentativa de substituir a EA ao trato do desenvolvimento sustentável. Tal redução é destacada por Oliveira *et al.* (2021) ao analisarem a EA dentro da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

A EA, que visa a real superação da crise ambiental, não pode se furtar de uma análise profunda sobre as relações impostas no meio. Do mesmo modo, há o compromisso em fornecer e fomentar elementos para o pensamento crítico no desvelamento e enfrentamento dessas mazelas socioambientais. Alguns desses elementos podem ser encontrados nos movimentos ambientalistas juvenis, à medida que, ao denunciarem as injustiças sofridas e anunciarem alternativas ao seu enfrentamento, constroem formas renovadas de EA Popular.

### **Considerações finais**

Em suma, a última década deixou um legado de disputas - algumas novas e outras históricas - em aberto na sociedade brasileira. Uma dessas, a qual o trabalho se debruça, diz respeito à questão ambiental e o protagonismo das juventudes brasileiras frente ao paradoxo entre a garantia de um ambiente sustentável e ecologicamente equilibrado em uma conjuntura de agravamento da crise ambiental e redução da EA no país. É nesse contexto que observa-se

o crescimento de incidências coletivas juvenis pautando por justiça ambiental, social e racial, seja nas cidades, no campo e/ou nas florestas. A resolução - tanto da crise quanto do paradoxo apresentado - não é algo simples e tampouco se resume a uma tarefa das juventudes ou da EA. Trata-se de um problema estrutural que possui as mesmas raízes das desigualdades econômicas, o modo de produção e reprodução capitalista. Contudo, a compreensão dos jovens enquanto sujeitos sociais e dos movimentos juvenis ambientalistas como maneiras renovadas de EA Popular, podem auxiliar no reconhecimento desses grupos e sujeitos, analisar suas matrizes pedagógicas, mapear ações socioambientais, ampliar redes, e construir junto com essas juventudes projetos e políticas públicas para a área.

## Referências

- ACSELRAD, Henri; *et al.* O que é justiça ambiental?. Rio de Janeiro, **Garamond**, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 17/02/2024.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm) Acesso em:17/02/2024.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf). Acesso em: 17/02/2024.
- LAYRARGUES, Philippe; LIMA, Gustavo. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental. **Ambiente & Sociedade** n São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 23-40 n jan.-mar. 2014. Disponível em: [scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 17/02/2024.
- LOUREIRO, C. F. **Movimento Ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. 2 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.
- OLIVEIRA, Adelson Dias de; *et al.*. A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional. **Revbea**, São Paulo, V.16, No 5: 328-341, 2021. Disponível em: [A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional | Revista /Brasileira de Educação Ambiental \(RevBEA\) \(unifesp.br\)](https://www.unifesp.br/revista-brasileira-de-educacao-ambiental/revbea). Acesso em: 17/02/2024.
- SILVA; Tarcísio A. A. Políticas públicas de juventude e meio ambiente: o que a percepção socioambiental dos jovens pode dizer? **Ciências Sociais Unisinos**, maio/agosto 2016. Disponível em: [Políticas públicas de juventude e meio ambiente: o que a percepção socioambiental dos jovens pode dizer? | Ciências Sociais Unisinos](https://www.unisinos.br/revista-cs-unisinos/politicas-publicas-de-juventude-e-meio-ambiente-o-que-a-percepcao-socioambiental-dos-jovens-pode-dizer/). Acesso em: 17/02/2024.

## **OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E ENGAJAMENTO: OS CAMINHOS DA ATUAÇÃO POLÍTICA JUVENIL.**

Andre Luiz Ferreira Farias

Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo (EACH – USP) Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais

### **Resumo 01**

Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão das formas de participação da juventude nas ocupações secundaristas, iniciadas em 2015 no Estado de São Paulo - no movimento que ficou conhecido como “Não Fechem as Escolas” - e que se estenderam por diversos Estados no ano seguinte. Para isso, tem como objetivo principal entender indicadores que possam explicar o tipo de engajamento desses jovens; observa o engajamento político como processo, buscando compreender como estes estudantes estão hoje. Busca verificar a hipótese de que haveria um desengajamento político dos estudantes secundaristas após o término daquele movimento de ocupação das escolas. Em relação à metodologia, foram utilizadas, como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas que tiveram como foco a captura dos processos que levaram às ocupações, em detrimento do fato em si. Esta pesquisa coloca o fenômeno das ocupações secundaristas em uma perspectiva processual e, neste sentido, faz uso de uma concepção teórica do engajamento como processo em constante transformação. Com a finalidade de sistematizar os dados coletados para a análise, foi realizado um esforço de construção de quadros das propriedades pertinentes dos estudantes, objetivando a elucidação da posição destes no espaço social, no sentido empregado por Pierre Bourdieu, o que poderá auxiliar em uma melhor compreensão das disposições dos atores sociais envolvidos no fenômeno das ocupações, numa perspectiva relacional.

### **Resumo 02**

Esse trabalho buscou compreender como se davam os processos de engajamento ou de desengajamento após as ocupações secundaristas de 2015 nas escolas da Rede Pública Estadual de São Paulo. Teve como escopo a verificação dos tipos de engajamento, que pudessem ser tomados como ponto de partida para essas manifestações secundaristas. A partir daí, buscou-se empreender uma investigação a respeito da socialização política vivenciada por esses jovens, sobretudo de uma socialização transmitida no interior de suas famílias. A pesquisa problematizou, assim, as formas de engajamento desses jovens nos períodos anterior e posterior às ocupações das escolas da rede pública e, conseqüentemente, buscou compreender como esses estudantes estão hoje.

Na tentativa de acessar as experiências políticas dos estudantes, partindo também de

seus relatos sobre as trajetórias políticas das gerações anteriores - gerações estas compostas por indivíduos interessados ou não nos fenômenos políticos -, e da influência exercida por essas trajetórias, sobretudo para aqueles que participaram direta ou indiretamente das ocupações, esse trabalho tem como objeto de pesquisa as disposições dos estudantes, determinadas pelo *habitus*, que fundamenta os distintos estilos de vida (Bourdieu, 2011), mas também as escolhas políticas. Nesse sentido, a ênfase incide sobre os processos de socialização política no interior das famílias, como uma parte específica desse *habitus* e dessa herança cultural.

Assim, o objetivo geral foi a investigação dos possíveis processos de engajamento dos estudantes secundaristas e suas implicações para o atual engajamento político por parte dos estudantes, bem como para outros processos de longo prazo, como a escolha da carreira; o que, muitas vezes, também constitui uma escolha política. Seu escopo são as possibilidades de socialização política e engajamento de jovens de origens bastante diversificadas que frequentam o espaço escolar.

Os objetivos específicos foram as análises de outros fatores, determinantes ou não, desta socialização política, a saber: i) a influência das redes sociais, sobretudo no que diz respeito ao engajamento político por parte de alguns estudantes, que se tornou notória no período das ocupações das escolas; ii) o desenvolvimento de uma atitude crítica por parte dos próprios estudantes, que incide sobre o ambiente opressor da escola, vista por muitos deles como espaço de confinamento, de excessiva vigilância, e que não oferece alternativas para práticas mais fluidas no processo ensino-aprendizagem; iii) a verificação e compreensão de uma possível mudança de atitude em relação à escola, ao menos de uma geração para outra.

Em relação à metodologia, fez-se a opção pelo uso de entrevistas semidirigidas devido a possibilidade de ampliar o acesso às experiências dos estudantes, supondo-se que, ao narrarem de uma forma mais livre aquilo que foi solicitado, acabariam por contribuir com outros dados, que, embora inicialmente não tivessem sido buscados - tomando como base um roteiro prévio de entrevista - poderiam surgir e enriquecer o material produzido. Essa estratégia possibilitou um aprofundamento maior, relativo às particularidades de cada tipo de participação ou ação política dos estudantes ao longo de suas trajetórias.

Com base no material obtido nas entrevistas semidirigidas, e com a finalidade de produzir uma análise relacional das diversas formas de participação política dos estudantes, buscou-se desenvolver, como pano de fundo, a análise de um quadro de caracteres pertinentes que cobrisse as características socioeconômicas e outros dados relativos à família, à trajetória escolar e às formas de participação política dos estudantes. Assim, ao longo do trabalho, foram construídas tabelas nas quais, na primeira coluna de cada uma, consta o nome dos entrevistados e nas colunas seguintes, todas as características consideradas pertinentes sobre eles, seguindo o modelo proposto por Pierre Bourdieu (1998). Em seu conjunto, essas tabelas formam o quadro geral dos caracteres pertinentes da amostra.

Quanto aos resultados, as entrevistas semidirigidas permitiram classificar os estudantes em dois grupos que se distinguem pelas disposições para ocupar ou não ocupar as escolas. Esta opção pode ser encarada, por um lado, como oportunidade que se apresenta a depender do

contexto, ou como uma escolha pessoal, mas que tem como base a socialização política pela qual cada um passa. Assim, muitos dos estudantes que não participaram diretamente, atuaram às margens das ocupações, colaborando ou dando sustentação ao movimento, em certa medida.

A partir das entrevistas foi possível apreender também a percepção que os estudantes tinham a respeito da romantização externa pela qual passava o movimento secundarista. Para além desta, havia um objetivo prático: os estudantes não queriam que o governo fechasse as escolas. Essa romantização ocorreu por conta da idealização que as pessoas faziam do movimento de ocupação. Esperava-se que os estudantes elaborassem, de uma forma heroica, um projeto nacional que pudesse dar conta de resolver todas as mazelas que atingem a educação. Esquecia-se, no entanto, que eram adolescentes. Interessados por política, é claro, mas também por outras coisas relativas ao universo dos jovens.

Quanto aos processos de socialização, os estudantes dos dois grupos construíram suas identidades, tanto sociais quanto políticas, a partir de suas famílias, independentemente se estas discutiam mais ou menos o fenômeno político. Essa transmissão é um dos elementos determinantes do grau de participação e envolvimento com os movimentos secundaristas em geral, e com as ocupações, em particular.

Considerando a amostra de entrevistados, constatou-se que, dentre as possibilidades de socialização política, a família não deixou de ser a principal transmissora dessas identidades, embora concorra com outras instâncias de socialização, como a escola e as redes sociais na internet. Já em relação aos objetivos específicos, verificou-se que todos esses processos ocorrem de forma parcial, variando em intensidade, de caso para caso. O engajamento se dá pelas redes sociais, mas de uma forma restrita. Esses jovens também não deixam de pertencer a um grupo igualmente restrito. As redes, naquele momento, funcionaram mais efetivamente como veículo para articulação dos estudantes que já estavam politicamente engajados. O contato com as pessoas, ao contrário, foi mencionado como fundamental na articulação do movimento e contribuiu de maneira considerável para fomentar o engajamento.

Em relação a percepção que alguns estudantes tinham do ambiente escolar como um espaço de opressão, é importante salientar que as ocupações não começaram como consequência dessa percepção. Foi só durante as ocupações que os estudantes passaram a problematizar com maior frequência o cotidiano escolar, embora essa pauta tenha permanecido como uma questão secundária.

Sobre uma eventual mudança de atitude em relação à escola que pudesse justificar as ocupações, expressa em uma maior consciência crítica em relação às gerações anteriores, não se pode afirmar, com base no material coletado, que tenha havido uma mudança significativa entre esses estudantes e seus pais e avós. Desse modo, quando a reorganização foi proposta, os estudantes e seus pais tinham, na maioria dos casos, a mesma consciência de que algo deveria ser feito.

Em geral, a origem social dos estudantes das ocupações de 2015 não era diversificada. Os estudantes pertenciam a um grupo socialmente bastante homogêneo. Eram oriundos das classes mais baixas. Seus avós, na maioria das vezes, possuíam trajetórias escolares pouco

extensas, não ultrapassando o ensino fundamental, enquanto seus pais, passaram no máximo pelo ensino médio, e, quando chegavam ao ensino superior, isto se dava de maneira tardia.

Foi possível constatar ainda que, para além do movimento estudantil já consolidado, dos partidos políticos, e até mesmo do grêmio estudantil, o movimento secundarista, ou “os movimentos secundaristas”, possuem um caráter orgânico, autônomo e horizontal, o que os torna independentes de qualquer organização política mais tradicional. Essas características, naquele momento, culminaram nas ocupações secundaristas, permitindo que suas disposições políticas se transformassem em prática. É possível supor que o movimento secundarista esteja sempre ativo no interior das escolas, senão a partir da ação política, direcionada a um determinado fim, ao menos como potência, pronta a emergir a qualquer momento.

### Referências

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. 2ª edição.rev. Porto Alegre, RS. Zouk, 2011.

\_\_\_\_\_. Cap. II: Introdução a uma Sociologia Reflexiva, p. 17-58. In O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

### **A (PSEUDO) PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES ACERCA DOS DESDOBRAMENTOS DA LEI 13.415/2017**

Caroline Simon Bellenzier

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Altair Alberto Fávero

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Carina Tonieto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

**Resumo:** A presente pesquisa é um estudo de natureza básica e exploratória quanto aos objetivos, qualitativa quanto à abordagem do problema, e um estudo bibliográfico e documental quanto aos procedimentos. O objetivo geral é analisar a forma de participação dos jovens na elaboração do novo Ensino Médio. Para tanto, busca-se responder a seguinte pergunta: Qual a forma (ou nível) de participação dos estudantes gaúchos na elaboração do referencial curricular do novo Ensino Médio? Nesse sentido, o estudo adota a hipótese de que foram possibilitados aos estudantes espaços participativos durante a elaboração do referencial curricular, mas que, todavia, o exercício participativo ocorreu de forma manipulada e decorativa e não proporcionou aos jovens o desenvolvimento do protagonismo juvenil. A razão para tal é que não foram desenvolvidas atividades em que os jovens se perceberem como autores autônomos, responsáveis e autênticos no processo educacional.

## **Introdução**

A participação das juventudes na construção de políticas é fundamental à formação e fortalecimento de uma educação humana, cidadã e democrática. Ao possibilitar a experiência participativa, as juventudes têm a possibilidade de vivenciar “[...] processos de construção de pautas, projetos e ações coletivas” (Dayrell, Carrano, 2014, p. 121). Assim, entende-se, a participação dos sujeitos como uma prática extremamente relevante e significativa por propiciar aos jovens a vivência com “[...] valores como os da solidariedade e da democracia e por permitir o aprendizado da alteridade. Isso significa, em última instância, aprender a respeitar, perceber e reconhecer o outro e suas diferenças” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 121).

O discurso do protagonismo e participação dos estudantes recebeu grande atenção no contexto da reforma do ensino médio brasileiro, exaltando a liberdade de escolha e autonomia, como bandeiras marcantes na condução da reforma. Alguns jovens puderam participar de atividades vinculadas aos desdobramentos da reforma curricular, no entanto, percebe-se a fragmentação e o engessamento da prática participativa, uma vez que ocorreu de forma administrada. Por isso, talvez ser mais honesto dizer que a participação dos sujeitos envolvidos nos processos educacionais constituiu-se numa retórica persuasiva de marketing, do que propriamente um processo democrático de envolvimento dos jovens.

Nesse sentido, a presente investigação se detém ao contexto da reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17) e pretende analisar a forma (ou nível) de participação dos jovens na elaboração do novo do ensino médio. Realiza-se por meio de um estudo de natureza básica e exploratória quanto aos objetivos, qualitativa quanto à abordagem do problema e um estudo bibliográfico quanto aos procedimentos. Destaca-se, ainda, que o presente resumo se articula com uma pesquisa mais ampla que está em curso.

## **Desenvolvimento**

Um processo é democrático, quando os movimentos políticos que compõe uma determinada sociedade estão envolvidos de forma significativa. Essa dimensão participativa no contexto das políticas educacionais ocorre quando os sujeitos, refletem e participam ativamente das escolhas. Os jovens fazem parte de um dos grupos mais afetados pelas reformas curriculares do ensino médio, e é de suma importância que possam ser ouvidos e acolhidos ao que tange suas necessidades, anseios e diversidades.

Porém, questiona-se: qual foi o envolvimento efetivo dos jovens na reforma do Ensino Médio em Curso desde 2017? A elaboração e aprovação imperativa, considerando apenas o contexto macro, da reforma do ensino médio reforça a hipótese de que os estudantes foram contemplados, apenas, no contexto da prática da política, ou seja, na operacionalização da reforma. Desconsidera-se outros aspectos importantes tais como permanência, continuidade e qualidade dos estudos dessas juventudes, bem como de qualidade e oportunidades para a vida.

Assim, as juventudes brasileiras foram colocadas em um lugar que sucumbiu à ação-reflexiva, pois não puderam contribuir, uma vez que os textos legais passaram de medida

provisória (MP 746/16) à lei (Lei 13.415/2017), em um curto período, sem espaços de discussão nos contextos escolares. Sendo assim, a política se consolidou por meio de um discurso político que circulou em diversas esferas sociais – meios de comunicação como: televisão, jornais, redes sociais, etc. – e que se legitimou em um exercício de ludibriar os sujeitos em geral e, especialmente os jovens, os quais, muitos deles, acreditaram em um discurso de autonomia de escolha e protagonismo nas ações estudantis. Esse discurso retórico ancorado em uma ideia de participação e protagonismo juvenil já apresentava indícios de sua insipiência em relação ao objetivo principal da reforma.

Nota-se, a ausência da escuta das vozes das juventudes, mesmo daquelas que buscaram e lutaram por um espaço de escuta. Salienta-se que, no ano de 2016, ocorreram diversas manifestações, contestações e movimentos realizados pelos estudantes. No entanto, foram negligenciadas e desconsideradas diante de um discurso participativo. Interessa-nos ressaltar que, embora alguns atores envolvidos nos processos educacionais tenham participado – como os representantes de movimentos sociais –, fica evidente que alguns discursos políticos tiveram espaços privilegiados em relação aos seus interesses e visões, em contrapartida, outros sujeitos vinculados a esses contextos foram silenciados.

Leão (2018) ressalta a importância da participação das juventudes nos processos de elaboração de políticas públicas educacionais, devido à disparidade situacional presente nos cotidianos desses jovens e, em especial, por eles estarem vivenciando as reformas e restaurações das políticas. As juventudes, os estudantes do Ensino Médio, são os sujeitos mais afetados na reforma, porém, eles não tiveram a possibilidade de participação efetiva como prometido, mas sim uma pseudoparticipação evidenciada por (Tonieto; Bellenzier; Bukowski, 2023, p. 20).

Se, de fato, havia um grande interesse de “agradar” aos jovens, por que esses não foram ouvidos? Por que houve uma (pseudo) participação? Na análise de Leão (2018), essa falta de espaço participativo no contexto da reforma do Ensino Médio evidencia-se, pois, há uma dificuldade estrutural em considerar os jovens como atores de fato desses processos, seja no da elaboração, seja no da implementação. Os jovens são vistos como geradores de problemas, porém a falta de diálogo e de escuta contribui de forma negativa, ocasionando um relacionamento problemático entre os jovens e a própria escola.

Conforme Leão e Santos (2018), as juventudes se transformam e transitam em meio a mudanças que ocorrem mediante experiências e desafios, e, justamente, no decorrer dessa trajetória, formam sua concretude e sua forma própria de ser jovem. Nesse sentido, destacamos que os jovens não são parte de um movimento homogêneo e linear, pois se modificam e se transformam e, por isso, reforçamos a necessidade de escuta, de um espaço dialógico para compreender as demandas, carências, anseios e de que maneira a reforma do Ensino Médio poderia mobilizar esses jovens ao envolvimento efetivo com as atividades escolares.

### **Algumas considerações**

Portanto, defende-se a participação, o diálogo, os espaços de discussão em relação

à produção de políticas voltadas às juventudes, considerando que sejam instituídos espaços de reflexão, desenvolvimento das compreensões, para que, com isso, a participação dos estudantes seja efetiva. Esses espaços possibilitam a participação cidadã como um processo de aprendizagem, não apenas abordando a cidadania como uma temática, mas “[...] como o exercício de atores concretos face às suas demandas no espaço público” (Leão; Santos, 2018, p.793). As juventudes não são apenas destinatárias das políticas, mas, sim, os atores principais, com direito a participar desde sua formulação (Leão, 2018).

No que diz respeito a reforma do ensino médio, é possível inferir que houve uma (pseudo) participação das juventudes, pois não houve um processo democrático de discussão com os destinatários principais da reforma. Os interesses empresariais e os princípios neoliberais destinados a formatar as políticas educacionais se sobrepuseram ao cenário educacional da grande maioria das escolas públicas do país.

### Referências

- BRASIL. Lei nº 13.415/2017. Altera as Leis 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. (2017). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)>. Acesso em 09 dez. 2021.
- DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e Ensino Médio: Quem é esse aluno que chega à escola? In: DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, C. L. (ORGs.). Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 101-134.
- LEÃO, G. O que os jovens podem esperar da reforma do Ensino Médio brasileiro?. Educação em Revista, v. 34, 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/edur/a/5ZBJkFDW3d6pL9KVFcFCQHx/?lang=pt> >. Acesso em: 03 jan. 2022.
- LEÃO, G. M. P.; SANTOS, T. N. De A. A participação juvenil no Ensino Médio brasileiro: um campo de estudos em construção. Práxis Educativa, v. 13, n. 3, p. 787-804, 2018. Disponível em:< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6844915> >. Acesso em: 03 jan. 2022.
- TONIETO, C.; BELLENZIER, C. S.; BUKOWSKI, C. As concepções dos estudantes em relação ao protagonismo juvenil no Novo Ensino Médio. Revista Espaço Pedagógico, v. 30, e. 14398, p. 1-23, 2023. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14398/114117105>. Acesso em 16 jun. 2023.

### **TRABALHO DOCENTE E LETRAMENTO POLÍTICO DA JUVENTUDE: UM ESTUDO DE CASO DAS DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DO SUL DE MINAS GERAIS.**

Fernanda Milan de Carvalho

Luis Antonio Groppo

Universidade Federal de Alfenas/UNIFAL-MG

O projeto de pesquisa de mestrado acadêmico, aqui apresentado em formato de resumo expandido, tem como objetivo central analisar a atuação de professores de ciências humanas, em relação às dificuldades encontradas e às estratégias adotadas durante o processo de letramento político de seus jovens alunos de Ensino Médio, no âmbito da educação básica pública. A fundamentação teórica que embasa a pesquisa afirma que a política, vista como ciência e também um assunto cotidiano, deve ser um conteúdo essencial na educação de nível médio e é direito dos alunos ter acesso a ele de forma efetiva. O referencial conta com três principais teóricos, que abordam o significado (GRAMSCI, 1932) e o sentido (ARENDR, 2007) da política para a sociedade como um todo e a necessidade de realizar este letramento na educação básica formal (COSSON, 2011). A proposta da pesquisa busca evidenciar as estratégias que os mesmos professores tentam adotar para garantir o acesso dos jovens estudantes ao letramento político. A metodologia que será utilizada trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e com estudo de caso de duas escolas de duas cidades do sul de Minas Gerais. A hipótese é de que estas características distintas de gestão e porte do município destas escolas influenciarão nos resultados esperados, por exemplo, quanto às dificuldades: as condições de trabalho e materiais dos professores, como trabalhadores da educação, assim como suas possíveis dificuldades pedagógicas.

**Palavras-chave:** letramento político; ensino básico; dificuldades pedagógicas; condições trabalhistas; docência.

### **Introdução**

O tema proposto neste projeto de pesquisa de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas tem como **pergunta central desta pesquisa**: “Qual a atuação de professores de ciências humanas, em relação às dificuldades encontradas e às estratégias adotadas durante o processo de letramento político de seus alunos de Ensino Médio, no âmbito da educação básica pública?”.

Este questionamento se **justifica** principalmente pelo conceito de *letramento político*, teorizado por Rildo Cosson (2011). Este conceito pode ser entendido aqui nesta pesquisa como “educação política”, mas conceituada de maneira ampla. Além disso, dentro da questão da educação formal, Dantas (2010) considera esta prática absolutamente indispensável e se faz necessária no contexto da educação básica pública. Nesse sentido, o *letramento* tem como principal ação possibilitar a aprendizagem sobre a política através do ensino de assuntos básicos e relacionados.

Além do fato de que o letramento é algo considerado essencial à aprendizagem na sua

forma mais básica, de acordo com a filosofia aristotélica, “[...] o homem, por natureza, é um animal político [isto é, destinado a viver em sociedade] [...]” (ARISTÓTELES, 2006, p. 56). Sendo assim, além do que é considerado como aprendizado essencial para a base curricular escolar, a política se faz presente na própria natureza humana e na organização da sociedade.

Ainda, no Brasil, de acordo com o art. 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo dever do Estado garantir o acesso à escola pública até o ensino médio, é notório que a maior presença da juventude estudantil se encontra, então, nesse espaço. Paralelo a isso, os dados estatísticos do último Inse (Indicador de Nível Socioeconômico) do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) de 2021 revelam que o perfil socioeconômico da maioria destes alunos é pertencente às classes mais baixas e vulneráveis da sociedade, sendo assim, faz-se ainda mais urgente o diagnóstico da atuação docente no letramento político dentro desse contexto.

Embora a escola seja o ambiente de maior acesso ao ensino a esses jovens, na conjuntura brasileira se constatou fortemente a ascensão do discurso da ideologia do “Escola sem partido” desde 2014. Nesse sentido, há um grande entrave ideológico que, de certo modo, censura professores, principalmente nos temas da política, no geral. Portanto, é notório que essa perseguição ideológica aos professores intensifica-se com aqueles da área das ciências humanas, já que são as disciplinas de base curricular que, pelo menos, deveriam oferecer o letramento político.

Nesse contexto, a pergunta de pesquisa, com sua relevância científica, possibilitou chegar ao **objetivo geral** desta pesquisa: analisar a atuação de professores de ciências humanas, em relação às dificuldades encontradas e às estratégias adotadas durante o processo de educação política de seus alunos de Ensino Médio, no âmbito da educação básica pública. Como **objetivos específicos**, se pretende, primeiramente, compreender as dificuldades encontradas por professores de ciências humanas, que proporcionam educação política e estão atuantes em duas escolas públicas que oferecem ensino médio (uma municipal e uma estadual) localizadas no sul de Minas Gerais, bem como entender as estratégias utilizadas por estes professores na educação política a fim de suprir estas dificuldades encontradas. A partir disso, o objetivo final será relacionar a atuação destes professores dentro do contexto escolar que se inserem, no que diz respeito à esfera da gestão pública de cada escola.

### **Metodologia**

Com o intuito de atingir estes objetivos, optou-se pela metodologia que se enquadra como uma abordagem qualitativa, de natureza básica e o procedimento diz respeito ao estudo de caso, com a amostra definida para a coleta de dados é um grupo específico de professores e que estão atuando apenas em duas escolas da rede pública do Sul de Minas Gerais.

Nessa lógica, os sujeitos que participarão da pesquisa serão professores(as) que atuam no ensino médio dessas duas escolas supracitadas. O passo previsto após contatar e agendar com os professores indicados pelas direções será realizar as entrevistas, que é a técnica principal desta pesquisa, como já citado anteriormente, e trata-se de uma entrevista semiestruturada.

Para a análise posterior, pretende-se comparar os conceitos e categorias centrais da pesquisa, levantados pela pesquisa bibliográfica, com os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os professores participantes.

### Referencial teórico

Antonio Gramsci (1891-1937) é um dentre os principais autores que embasam a discussão sobre o campo teórico da política nesta pesquisa, justamente porque sua postura é de um crítico político (COUTINHO, 2011, p. 112) ao que é considerada a “ciência política” burguesa, conceituada por Thomas Hobbes e Max Weber (COUTINHO, 2011, p. 115).

De acordo com a corrente marxista-leninista seguida por Gramsci, a política está adequada à filosofia da práxis e aos conceitos de: hegemonia, vontade coletiva, Estado, sociedade civil, partidos, entre outros. Para Gramsci, “[...] ‘tudo é política’, seja a filosofia, a história, a cultura ou mesmo a práxis [...]” (COUTINHO, 2011, p. 108) e isto, de certa forma, é uma evidência do fato de que sempre existiram “governantes e governados” (GRAMSCI, 1930, Cad. 3). Nesse mesmo aspecto, o Estado de forma ampla e total, tal qual Marx teorizou, compõe-se de sociedade política, civil, coerção, consenso, hegemonia, etc., e, nessa totalidade, determina “como se governa, por que se obedece.” (COUTINHO, 2011, p. 109).

Nesse sentido, de acordo com Coutinho (2011), se a política atravessa todas as esferas do ser social como um elemento real ou potencial, ela se torna imprescindível para o ser humano inserido no meio social, devendo ser compreendida para além do pragmatismo, como algo inerente à humanidade. Além disso, essa compreensão vai além do que se considera útil, mas sim, essencial.

Vale ressaltar que para Gramsci, em *Cadernos do Cárcere, vol. 1*, as relações políticas não só se desvinculam das relações econômicas, como são também dependentes. Entretanto, o campo da política, nem mesmo em crises econômicas, tem repercussões imediatas. (COUTINHO, 2011, p. 119). Portanto, para Coutinho (2011, p. 120), uma formação social das sociedades modernas constitui-se, em grande instância, pelo grau de socialização política, além da autonomia e complexidade que ela reflete.

Assim, dentro dessa conceituação sobre os aspectos políticos na concepção de Gramsci, o que chamou-se aqui de letramento político certamente aborda (ou deve abordar) temáticas inseridas nesse contexto. Entende-se, inclusive, por letramento, aquilo que também está relacionado à linguagem e que deve ser adotada para esse ensino de forma coerente com a intenção e a didática possível. A linguagem ideal, definida por Hermann (2002, apud TREVISAN, 2020), é vista como o “poder da linguagem em interação comunicativa, que provoca a fusão do questionamento com a compreensão, abrindo assim novas possibilidades de sentido.”

Em consonância com esta ideia, Arendt (2007) apresenta em sua obra, *O que é Política?*, uma problematização se a política ainda tem algum sentido e faz um paralelo às argumentações gramscianas da importância de se compreender a política, e ainda complementa essa necessidade na contemporaneidade.

Arendt (2007) também se preocupa com a questão do preconceito contra a Política. O

ínterim entre o que de fato ela é e como ela é vista hoje representa inclusive um dos motivos da imobilidade política do corpo social. Se esses juízos (errôneos) são, para Arendt (2007), provisórios, é porque é através da educação (ou letramento) que pode-se superar esses preconceitos de que a Política é, “em seu âmago interior, uma teia feita de velhacaria de interesses mesquinhos e de ideologia mais mesquinha ainda [...]” (ARENDR, 2007, p. 27).

Portanto, há uma contradição imanente nessa concepção escolar: a realidade do que se é possível realizar no contexto de crise escolar e a necessidade de compreender as estruturas como as responsáveis pela realidade escolar em crise. Esta contradição, não necessariamente negativa, traduz a situação dialética na qual a política se encontra presente e atualmente. Como **resultados esperados**, pretende-se atingir a compreensão sobre o trabalho docente no letramento político após análise dos relatos obtidos nas entrevistas a se realizar com os professores e o que isto significa quanto às dificuldades encontradas e as estratégias adotadas na superação desta contradição presente na educação básica pública brasileira.

### Referências Bibliográficas

- ARENDR, Hannah. “O preconceito contra a Política e o que é de fato Política hoje.” In: \_\_\_\_\_. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 7. ed. pp. 21-28.
- \_\_\_\_\_, Hannah. “O sentido da política”. In: \_\_\_\_\_. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 7. ed. pp. 38-134.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Pedro Constantin Tolens (Trad.) 2006. São Paulo: Martin Claret, p. 53-77.
- COSSON, Rildo. **Letramento Político: trilhas abertas em um campo minado**. In: *E-legis*, Brasília, 2011, n.7, p. 59-72.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “O conceito de política nos Cadernos de Cárcere” In: \_\_\_\_\_. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011. 1 ed. pp. 107-120.
- GRAMSCI, A. “Caderno 10 (1932): A filosofia de Benedetto Croce.” In: \_\_\_\_\_. **Cadernos de Cárcere. vol 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. 15. ed. pp. 315-324.
- \_\_\_\_\_. “Caderno 12 (1932): Os intelectuais. O princípio educativo.” In: \_\_\_\_\_. **Cadernos de Cárcere. vol 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 4. ed. pp. 15-64.
- \_\_\_\_\_. “Cadernos 6, 7 e 8 (1930-1932)” In: \_\_\_\_\_. **Cadernos de Cárcere. vol 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 8. ed. pp. 238-311.
- NAGIB, Miguel. **Escola sem partido**, 2019. *Quem somos*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 23 de jun. de 2023.
- TOZONI-REIS, TREVISAN, Amarildo. **Educação e Violência: a Educação contra o Fascismo**. Porto Alegre: Educação (PUC-RS), 2020, v. 43, n. 2, pp. 1-14.

**DIMENSÕES EDUCACIONAIS DAS JORNADAS DE 2013: PAUTAS EDUCACIONAIS, EXPERIÊNCIAS ESCOLARES E FORMAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS EM PROTESTO**

Luís Antonio Groppo - Universidade Federal de Alfenas

Gislene da Silva - Universidade Federal de Alfenas

Guilherme Abraão Silva - Universidade Federal de Alfenas

José Daniel Coutinho Silva - Universidade Federal de Alfenas

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar as atividades realizadas pela equipe da pesquisa *“Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto”*, além dos seus resultados parciais. Inicialmente foi realizado pela equipe de pesquisa um levantamento bibliográfico nas plataformas Scielo, CAPES e Google Acadêmico. Foram levantados 142 produtos referentes ao objetivo da pesquisa, que é o de compreender a formação social e política de jovens suscitada pela participação nas Jornadas de 2013. Estes produtos foram divididos em cinco blocos temáticos: educação, juventude e estudantes, identidade e subjetivação; coletivos e experiências ativistas/ militantes; redes sociais e mídias; análises gerais relevantes e outros. Com estes achados, foram produzidos e publicados artigos, além da participações em eventos acadêmicos. No ano de 2023, construímos um roteiro de entrevista semiestruturada aplicado com 18 pesquisadoras e pesquisadores que em algum momento trataram das Jornadas de 2013. Também foi elaborado um roteiro de entrevistas que está sendo aplicado a militantes e ativistas das Jornadas de 2013; até o momento foram realizadas 21 dessas entrevistas. Neste mesmo ano, tivemos um trabalho apresentado da 41ª Reunião Nacional da ANPEd em Manaus/AM, além da participação do coordenador do grupo de pesquisa em duas palestras para falar das produções da equipe; houve também a participação do mesmo em uma mesa redonda no IX JUBRA-Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira na Universidade Federal do Piauí, em Teresina. Com base nas realizações, a pesquisa tem feito divulgação científica em jornais e portais. A pesquisa tem contribuído para a formação de novas pesquisadoras e pesquisadores. Toda a documentação produzida e levantada pela pesquisa formará um rico acervo a ser divulgado em um site que será construído, além disso teremos a redação de um livro ou coletânea dos resultados da pesquisa. Por fim, frente às futuras produções da equipe, constata-se que essa pesquisa traz publicidade ao maior levante popular da história, ao compreender, repensar e refletir seus eventos que seguem reverberando na sociedade e na política nacional.

Chamava muita atenção do Grupo de Estudos Sobre Juventude da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) as dinâmicas dos eventos que aconteceram nas ruas em diversas partes do Brasil em 2013. Com predomínio de jovens, numa onda de manifestações que tomaram as ruas e inauguram novas formas de ação coletiva, marcadas por autonomia frente aos partidos políticos e sindicatos e rejeição de lideranças verticalizadas e centralizadoras, constituindo organizações mais abertas e horizontais (GROPPO; SILVA, 2023). O grupo já havia pesquisado as “ocupações secundaristas” de 2015 e 2016, produzindo uma série de trabalhos

A pesquisa ganhou forma ao ser aprovada por órgãos de fomento à pesquisa. Nascia a pesquisa *“Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto.”* Coordenada por Luís Antonio Groppo, de forma exitosa, reuniu uma grande equipe com mais de 20 pesquisadoras e pesquisadores, composta por docentes e discentes da própria UNIFAL-MG, além de pesquisadores de outras instituições de ensino superior do Brasil, como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Universidade de São Paulo (USP) vieram fazer parte da pesquisa sobre as jornadas de 2013.

Segundo Groppo e Silva:

[...] o objetivo da pesquisa é compreender a relação das Jornadas com as demandas educacionais, com as experiências escolares de jovens ativistas e militantes, bem como as dimensões formativas dos protestos – ou seja, a formação social e política de jovens suscitada pela participação nas Jornadas de 2013. Para construir tais conhecimentos, a pesquisa pretende dialogar com militantes e ativistas de organizações políticas e movimentos sociais engajados nos protestos de 2013, que eram estudantes do ensino médio, cursinhos pré-universitários ou da educação superior.” (GROPPO; SILVA, 2023)

Utilizando os sites de busca acadêmica Scielo, Portal de Teses e Dissertações da CAPES e Google Acadêmico ainda em 2022, realizamos a primeira etapa da pesquisa, que constituiu na divisão e realização do levantamento bibliográfico. Os participantes da pesquisa fizeram as buscas utilizando palavras-chave como Jornadas de 2013 e Junho de 2013. Ao todo foram encontrados 142 produtos que tematizam as Jornadas de 2013. Estes produtos foram divididos em 5 blocos temáticos, sendo eles: educação, juventude e estudantes, identidade e subjetivação; coletivos e experiências ativistas/militantes; redes sociais e mídias; análises gerais relevantes e outros.

Com esses achados, todos documentados através de fichas criadas pela equipe de pesquisa, foi produzido o capítulo *“Jornadas de Junho de 2013 e repertórios de contestação: do autonomismo à ambiguidade”* publicado no livro *Movimentos Sociais e Autonomias: Imaginação, experiências e teorias na América Latina*, organizado por Gustavo Oliveira e Monika Dowbor. Ainda foi realizada uma comunicação na 15ª. Reunião da ANPed Sudeste, Belo Horizonte/MG, em 2022.

Ainda em 2022, o professor Vinicius Seabra em conjunto com Luís Antonio Groppo publicaram dois trabalhos. O primeiro intitulado *“Representações político-sociais do ativismo estudantil: uma análise da mediatização das Jornadas de 2013 no Brasil”*, trabalho que foi apresentado em simpósio. O outro foi *“Mediatização e processo formativo no Brasil: sobre a televisão, internet e as Jornadas de 2013”*, texto publicado pela editora Pedro & João Editores.

Apresentamos de forma remota nas Sessões de Comunicação Oral do Grupo de Trabalho 03: Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos da ANPed, o trabalho *“Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pesquisa Bibliográfica”*. Nos dividimos para apresentar alguns dos resultados da pesquisa. Os pesquisadores Guilherme Abraão Silva (Mestrando em Educação pela UNIFAL-MG), Vinicius Oliveira Seabra Guimarães (na época na PUC-Goiás), a professora Dra. Josefa Alexandrina da Silva e o colega Douglas Franco Bortone (então discente do Mestrado da UNIFAL-MG), mostraram os resultados do levantamento bibliográfico sobre as Jornadas de 2013. Importante ressaltar que foram realizadas buscas e levantamentos até 2022. No ano seguinte, muitos outros trabalhos foram concluídos e publicados, justamente pelas comemorações dos 10 anos das jornadas de 2013.

Em 2023, após diversas reuniões da equipe da pesquisa, foi definido um roteiro contendo 17 questões, a serem aplicadas a pesquisadoras e pesquisadores das Jornadas. As entrevistas deram início à segunda etapa da pesquisa. A primeira pergunta era uma *“questão disparadora”* que servia para introduzir o tema a partir de algum elemento presente em determinada obra da pesquisadora ou pesquisador que concedia a entrevista; ao final era perguntado sobre outros possíveis entrevistados, causando um efeito *“bola de neve”*. O questionário com as questões foi previamente aprovado pelo comitê de ética.

Foi adotada a modalidade de entrevista semiestruturada, justamente por ser mais apta ao perfil de quem entrevistamos e por permitir uma maior troca de informações entre as partes. Compreende-se esta modalidade de entrevista como uma *“série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”* (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 188). O contato, a abordagem da pessoa entrevistada, a condução da entrevista e as preocupações com a intersubjetividade se baseiam na proposta da entrevista reflexiva segundo Szymanski (2004):

Foi na consideração da entrevista como um encontro interpessoal no qual é incluída a subjetividade dos protagonistas, podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder, que se delineou essa proposta de entrevista, a qual chamamos de reflexiva, tanto porque leva em conta a recorrência de significados durante qualquer ato comunicativo quanto a busca de horizontalidade. (SZYMANSKI, 2004, p. 14- 15)

E mais, o grupo que faz parte da pesquisa se reuniu várias vezes, lendo textos e pensando nas questões, se preparando para realizar a aplicação do roteiro de questões. A primeira entrevista foi realizada com a professora Marília Pontes Sposito (em fevereiro de 2023). Spósito é professora de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da USP desde 1981 e com vasta pesquisa em temas ligados às juventudes. Atualmente é professora Sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Ela gentilmente aceitou ser a primeira, servindo como uma entrevista teste para as demais.

Ao todo foram 18 entrevistas feitas ao longo de 2023: Sérgio Haddad, Roberta Rosa, Paulo Arantes, Olívia Perez, Nildo Viana, Monika Dowbor, Marilia Sposito, Maria Carla Corrochano, Marcos Nobre, Marcelo Kurath Silva, Leila Saraiva, Kimi Tomizaki, Igor Oliveira, Giuseppe Cocco, Francisco Tavares, Francisco Foureaux, Bárbara Lou Dias e Ana Karina Brenner. A pesquisa nacional conseguiu ouvir um importante time de pesquisadoras e pesquisadores. Um material riquíssimo foi extraído e transcrito, que certamente subsidiará novos trabalhos.

**Quadro 1:** Pesquisadoras e pesquisadores que concederam entrevistas

**Fonte:** Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil”.

Nome	Área	Instituição	Estado	Gênero	Raça/cor	Ativista/ militante/ apoiador	Data da entrevista
Marília Pontes Spósito	Educação	Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo	Feminino	Branca	Não	10/02/2023
Sérgio Haddad (com Gabriel Di Pierro e Renato Almeida)	Educação	Ação Educativa	São Paulo	Masculino	Branca	Não	24/03/2023
Kimi Tomizaki	Educação	USP	São Paulo	Feminino	Amarela	Não	30/03/2023
Paulo Arantes	Filosofia	USP	São Paulo	Masculino	Branca	Não	04/04/2023
Giuseppe Cocco	Ciência Política	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Masculino	Branca	Ativista Rede universitária	12/04/2023
Ana Karina Brenner	Educação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Feminino	Branca	Não	13/04/2023
Marcos Nobre	Ciência Política	Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	Masculino	Branca	Não	14/04/2023
Maria Carla Corrochano	Educação	Universidade Federal de São Carlos	São Paulo	Feminino	Branca	Não	26/04/2023

Igor Oliveira	Educação	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Minas Gerais	Masculino	Branca	Sim Ativista do Tarifa Zero	29/04/2023
Francisco Foreaux	História	UFMG	Minas Gerais	Masculino	Branca	Sim Ativista do Tarifa Zero	29/04/2023
Francisco Tavares	Ciência Política	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Goiás	Masculino	Branca	Sim Advogado apoiador	15/05/2023
Nildo Viana	Sociologia	UFG	Goiás	Masculino	Branca	Não	15/05/2023
Leila Saraiva	Antropologia	Universidade Nacional de Brasília	Distrito Federal	Feminino	Branca	Sim Ativista Movimento Passe-Livre	16/05/2023
Monika Dowbor	Ciência Política	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Rio Grande do Sul	Feminino	Branca	Não	23/05/2023
Roberta Rosa	Educação	UNISINOS	Rio Grande do Sul	Feminino	Negra	Não	24/05/2023
Marcelo Kunrath da Silva	Ciência Política	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Masculino	Branca	Não	25/05/2023
Olívia Perez	Ciência Política	Universidade Federal do Piauí	Piauí	Feminino	Branca	Não	13/07/2023
Bárbara Lou Dias	Ciência Política	Universidade Federal do Pará	Pará	Feminino	Parda	Sim Advogada apoiadora	14/07/2023

Todas as pessoas entrevistadas produziram em algum momento trabalhos sobre as Jornadas de 2013 e nestas entrevistas puderam revisitar seus escritos e repensar muitas questões. A pesquisa nacional de forma inédita e pioneira adentrou através das entrevistas em novas conexões e sentidos sobre as Jornadas. Várias das pessoas entrevistadas observam as Jornadas passados 10 anos de um novo ângulo, e analisam os impactos delas para o tempo atual. Todas as 18 entrevistas foram realizadas de forma presencial, quase sempre com ao menos duas pessoas conduzindo as entrevistas. As entrevistas foram transcritas e revisadas, tornando-se um riquíssimo acervo que a pesquisa pretende disponibilizar para mais pesquisadoras e pesquisadores.

Ainda em 2023 foram realizadas 21 entrevistas com ativistas e militantes que estavam nas ruas em 2013 participando ativamente das Jornadas. Nesta terceira fase, estamos ouvindo os protagonistas deste movimento histórico vivido em centenas de cidades brasileiras. Ao todo foram entrevistadas 7 pessoas no Rio de Janeiro, 6 em São Paulo, 4 no Ceará, 3 no Pará, 1 em Minas Gerais. Ainda faltam entrevistas com mais pessoas de Minas Gerais, de Goiás e do Rio Grande do Sul; elas serão feitas em 2024.

Da fase do levantamento da revisão bibliográfica das Jornadas de 2013, feita na primeira etapa da pesquisa, foram produzidos alguns produtos, sendo eles um capítulo de livro já público. Sendo ele *“Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013”*, de autoria de Luís Antonio Groppo, Gislene Silva, Josefa Alexandrina da Silva, Luiz Carlos Felizardo Júnior, Marcelo Rodrigues Conceição e Vitória Neres Soares. Publicado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na revista Educação e Pesquisa. Além deste capítulo, ainda foram publicados um artigo e dois artigos foram aceitos para publicação.

Da entrevista com pesquisadores e pesquisadoras das jornadas, dentro da segunda etapa da pesquisa dois artigos estão sendo escritos. Dentro da terceira etapa, utilizando as entrevistas com ativistas e militantes um artigo está sendo escrito, dentro de um recorte racial sobre as negras e negros que participaram dos atos das jornadas em 2013.

Até o momento, a pesquisa *“Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto”* já resultou em bons frutos em eventos acadêmicos. Ao todo foram apresentados quatro trabalhos, sendo eles: um trabalho no 21º Congresso Brasileiro de Sociologia em Belém/PA, dois trabalhos no Simpósio Integrado da UNIFAL-MG em Alfenas/MG, resultando inclusive um prêmio de menção honrosa pelo trabalho apresentado.

Também foi apresentado um trabalho na 41ª Reunião Nacional da ANPEd em Manaus/AM, todos em 2023. O trabalho apresentado em Manaus/AM foi um resumo expandido na modalidade trabalho em andamento, que foi escrito por Guilherme Abraão e pelo professor Luís Antonio Groppo, com o seguinte título: *“Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013: repertórios de contestação e subjetivação política”*.

O Professor Groppo, como coordenador da pesquisa, ainda participou de duas palestras para falar sobre os trabalhos que vêm sendo realizados. O primeiro foi em 21 de setembro de 2023, de forma remota, para comemorar e celebrar os 15 anos do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Culturas Juvenis da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, no Ceará. O título foi *“Jornadas de julho de 2013 e Participação Política dos Jovens”* na mesa Debates contemporâneos sobre Juventude, com mediação da Professora Doutora Isaurora Martins (GEPECJU/UVA) acompanhada do professor Doutor Rodrigo Mello, também da Universidade Estadual do Vale do Acaraú.

Ainda no Nordeste, na Universidade Federal do Piauí, em Teresina, foi realizado o IX JUBRA-Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira com o tema *“Juventudes e outros modos de viver: rebeldias, resistências e autonomias”*. O professor Groppo participou no dia 01 de dezembro de 2023 da mesa redonda V Juventudes e Participação Política.

A pesquisa também tem feito divulgação científica, através de publicações em jornais e portais. A primeira foi a publicação da matéria *“As jornadas de junho de 2013 – repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois”* de autoria da professora doutora Josefa Alexandrina da Silva e do professor doutor Luís Antonio Groppo, no jornal online da Universidade Federal de Alfenas. A segunda publicação foi 06 de julho de 2023, no portal da UNIFAL-MG, desta vez foi um artigo assinado novamente por Josefa Silva e Groppo, com o título *“As jornadas de junho de 2013 – repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois”*. Nele eles fazem uma apresentação da pesquisa e falam das etapas realizadas e as que ainda seriam percorridas.

A pesquisa ainda contribui para a formação de novos pesquisadores e pesquisadoras do campo da educação. Andréa Benetti foi aprovada no Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com início para 2024. Ela foi membro do Grupo de Estudos sobre Juventudes da UNIFAL-MG, fez seu mestrado no Programa de Mestrado em Educação da UNIFAL-MG (PPEG). Guilherme Abraão, membro atuante na equipe de pesquisa, também se qualificou em novembro de 2023 com um trabalho que é fruto desta pesquisa. Ainda, Gislene da Silva, integrante do grupo foi aprovada no Mestrado em Educação da UNIFAL-MG com uma pesquisa que também é consequência e parte das investigações da equipe *“Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013: repertórios de contestação e subjetivação política”*.

Temos ainda discentes que fazem iniciação científica na pesquisa, inclusive com bolsas pelo trabalho que vem desenvolvendo. Uma delas, a aluna Lívia Penha, é do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais, campus Campanha/MG. As outras quatro bolsas, duas pelo CNPq e duas pela FAPEMIG, estão com alunos e alunas da Universidade Federal de Alfenas/MG. O trabalho dos bolsistas é fundamental para pesquisa, ademais, é uma forma de formar novos pesquisadores e pesquisadoras para o campo da educação.

Por fim, dentro dos resultados, a pesquisa teve uma proposta aprovada pelo Edital do Programa de Apoio a Eventos no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para realizar em 2024 um Seminário Nacional de Memória das Jornadas de 2013, com previsão para ocorrer de forma presencial em março na Universidade Federal de Alfenas/MG. Para além da importância do evento que está sendo construído, será a oportunidade de reunir presencialmente dezenas de pesquisadores e pesquisadoras que fazem parte da pesquisa mas que até o momento não se conhecem pessoalmente, afinal, as dezenas de reuniões e encontros da pesquisa são feitas de forma remota.

Com esse breve resumo sobre a pesquisa, temos a dimensão do tamanho dos trabalhos realizados e dos que darão frutos em breve. Da riqueza de materiais levantados, seja na fase bibliográfica, agora com as entrevistas com pesquisadores e pesquisadoras e nas francas entrevistas com ativistas e militantes que estiveram nas ruas em 2013, certamente teremos uma massa documental que irá auxiliar dezenas de outros pesquisadores/as contribuindo imensamente para analisar e refletir sobre o maior evento de ruas desde a redemocratização do Brasil e que ainda segue mal compreendido e em disputa dos seus sentidos e resultados.

Diante destes resultados e dos que virão, a pesquisa *“Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”* certamente irá atingir todos os resultados esperados apresentados para o CNPq quando da sua aprovação e demais instituições apoiadoras. Dos fecundos levantamentos, seja os biográficos e agora com as entrevistas, certamente haverá subsídios para atingir com louvor os resultados esperados presentes no projeto da pesquisa.

Para encerrar o ano de 2023, foi publicado um artigo científico na Revista Cocar, periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), com o seguinte título do artigo: Jovens, manifestação de rua e protestos em redes: juventudes e educação nas jornadas de 2013; escrito de forma conjunta entre os professores: Dr. Vinicius Oliveira Seabra Guimarães (FAP); Dr. Luís Antonio Groppo (UNIFAL-MG); Dra. Rosane Maria de Castilho (UEG).

Por fim, essa pesquisa vem para trazer mais luz ao maior levante popular que tomou as ruas em centenas de cidades brasileiras ao longo do ano de 2013. Ouvir pesquisadores e pesquisadoras e os ativistas e militantes que foram às ruas é fundamental para compreender, repensar e refletir sobre as jornadas de 2013. Passados uma década dos eventos que ainda seguem reverberando na sociedade e na política nacional é fundamental para construir novas reflexões que ajudem a olhar as jornadas com novos olhares.

#### Referência:

GROPPO, L. A.; SILVA, Gislene da; SOUZA, Emerson Costa Carvalho; OLIVEIRA, Vitória Neres Soares. Jornadas de Junho de 2013 e repertórios de contestação: do autonomismo à ambiguidade. *In: OLIVEIRA, Gustavo; DOWBOR, Monika (org.) Movimentos Sociais e Autonomias: Imaginação, experiências e teorias na América Latina*. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital. p. 203 – 244.

GROPPO, L. A.; SILVA, Gislene; SILVA, Josefa; FELIZARDO JÚNIOR, Luiz Carlos; CONCEIÇÃO, Marcelo Rodrigues; SOARES, Vitória Neres. Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013. *Educação e Pesquisa*, v. 49, p. 1-20, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/F3T5RGp4hKpXsnvCxmX55RC/>> Acesso em 12 jan 2024.

GROPPO, L.A. (2023, Setembro). Jornadas de junho de 2013 e Participação Política dos Jovens. Mesa redonda. *In: Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Culturas Juvenis – Universidade Estadual do Vale do Acaraú*. 2023, Acaraú.

GROPPO, L.A. Juventudes e Participação Política. Mesa Redonda. *In: JUBRA - Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira*, 9, 2023, Teresinha.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SEABRA, Vinicius ; GROPPO, L. A.. Mídiação e processo formativo no Brasil: sobre a televisão,

internet e as Jornadas de 2013. In: CAVALCANTE, Cláudia Valente;

SEABRA, Vinicius.; GROPPPO, L. A.. **Representações político-sociais do ativismo estudantil: uma análise da midiaticização das Jornadas de 2013 no Brasil.** In: Simpósio Internacional da Faculdade de Ciências Sociais, 6., 2022, Goiânia. Universidade Federal de Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/simposiofcs2022/>> Acesso em: 13 jan. 2024.

SEABRA, Vinicius; SILVA, Josefa ; SILVA, Guilherme Abraão; BORTONE, Douglas Franco. Dimensões educacionais das jornadas de 2013: pesquisa bibliográfica. In: Reunião Regional ANPEd Sudente, 15, 2022, Belo Horizonte. **Anais da ANPEd.** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2022, Trabalho 11550. Disponível em: <[http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/54/11550-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/54/11550-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf)> Acesso em: 13 jan. 2024.

SEABRA, Vinicius; GROPPPO, L. A. ; CASTILHO, Roseane Maria de . Jovens, manifestação de rua e protestos em redes: juventudes e educação nas jornadas de 2013. **Revista Cocar**, v. 22, p. 1-18, 2023. Disponível em < <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6549/3235>> Acesso em 13 jan 2024.

SOUZA, Helayny Silva Godoy; RIBEIRO, Iúri; SILVA, Dayane Camelo (org.). **Pierre Bourdieu e os estudos do campo educacional.** 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, v. 1, p. 11-28.

SILVA, Guilherme Abraão; GROPPPO, L.A. Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013: repertórios de contestação e subjetivação política. In: Reunião Nacional ANPEd, 41, 2023, Manaus. **Anais da ANPEd.** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2023, Trabalho 12757. Disponível em: < [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_6\\_31](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_6_31)> Acesso em: 13 jan. 2024.

SILVA, Josefa ; GROPPPO, L. A. As jornadas de junho de 2013 - repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois. **UNIFAL-MG Artigos**, Alfenas, p. 1, 06 jul. 2023. Disponível em: <<https://jornal.unifal-mg.edu.br/?p=85580>> Acesso 12 jan. 2024.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva.** Brasília: Liber Livro, 2004.

### **Diferenças na cultura política dos jovens: raça, classe, gênero e conservadorismo.**

Rogério de Oliveira Araújo

Olivia Cristina Perez

**Resumo:** A presente pesquisa analisa como o conservadorismo e as dinâmicas da interseccionalidade incidem sobre a cultura política dos jovens. Para isso utilizamos de metodologia quantitativa a partir de estatística descritiva considerando o banco de dados do ESEB do ano de 2022. Utilizamos as variáveis raça, sexo, renda familiar, religião, ideologia e opinião sobre legalização do aborto para estabelecer as diferentes categorias de análise segundo os pressupostos da interseccionalidade e do conservadorismo. A partir disso relacionamos as categorias com as variáveis de apoio a golpe de Estado, interesse por política e voto para presidente no segundo turno de 2022. Os resultados evidenciaram que as dinâmicas da interseccionalidade são importantes para demarcar diferenças de comportamento político entre os jovens, no entanto o conservadorismo se apresentou como elemento ainda mais significativo para avaliar a cultura política dos jovens, em especial as suas preferências eleitorais.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Raça/Sexo; Classe; Juventudes; Cultura Política

## Introdução

Dentro da última década as juventudes têm assumido, ou reassumido, o protagonismo no debate político. Cabe lembrar nesse sentido, as ocupações de escolas pelos secundaristas em 2012, bem como o destaque dos movimentos estudantis e coletivos juvenis nas Jornadas de Junho (Grosso *et al.*, 2023; Perez, 2021). Com essa ênfase sobre o potencial político dos jovens emerge a questão essencial de definir essa juventude em vista de compreender seus repertórios de atuação política, suas demandas e suas possibilidades. É nesse aspecto que este trabalho se propõe a refletir sobre os fatores que incidem sobre a cultura política das juventudes, em especial o sexo, raça, classe social e o conservadorismo.

As pesquisas recentes sobre juventudes no campo da ciência política tem focado nos processos de socialização política, em especial os efeitos das novas tecnologias sobre o comportamento político dos jovens (Baquero; Moraes, 2018; Moraes; Milanezi; Lima, 2021; Vasconcelos; González; Marques, 2020). Outro eixo que tem levantado debates são os repertórios de ação coletiva, protestos, movimentos sociais e novos movimentos sociais encabeçados pelas juventudes, nos quais se observam novas formas pelas quais a juventude tem se colocado na arena política, para além das estruturas institucionais (Grosso *et al.*, 2023; Perez, 2021; Perez; Vommaro, 2023). Quando consideramos a perspectiva do conservadorismo entre os jovens, nota-se como essa temática é encarada com ar de novidade, uma vez que é esperado uma juventude mais progressista que conservadora (Severo; Gonçalves, 2020; Severo *et al.*, 2021; Weller; Bassalo, 2020).

Diante dos estudos sobre cultura política da juventude fica patente a necessidade de aprofundar as dinâmicas do conservadorismo entre esses atores, salientando a relação com outros fatores sociais que são igualmente importantes para avaliar suas percepções políticas, a exemplo do gênero, classe e raça. Assim, a presente pesquisa se debruça sobre a seguinte questão: Em que medida as dinâmicas de gênero, classe, raça e conservadorismo demarcam diferenças no comportamento político dos jovens? Adotamos como hipótese que o conservadorismo, enquanto estilo de pensamento que mobiliza movimento de reação a mudanças (Mannheim, 1986), incide mais fortemente na cultura política dos jovens que as dinâmicas da interseccionalidade.

Para os fins deste estudo utilizamos metodologia quantitativa a partir de estatística descritiva. Tomamos como base o banco de dados do Estudo eleitoral Brasileiro (ESEB) em sua onda de 2022. Este banco de dados foi escolhido devido sua regular aplicação no Brasil, e pela composição do seu banco de dados que permite uma melhor categorização dos indivíduos conservadores. A amostra que utilizamos neste estudo compreende 535 jovens de 16 a 29 anos.

A partir desse banco de dados utilizamos as variáveis sexo, renda, autodenominação racial, ideologia, opinião sobre o aborto e religião para delimitar as diversas juventudes segundo os demarcadores da interseccionalidade e do conservadorismo. Dessa forma estabelecemos as categorias de análise sexo e raça conjuntamente, obtendo “homem negro, mulher negra, homem branco e mulher branca”, não utilizamos outras categorias raciais devido ao N muito pequeno na amostra. A classe social foi categorizada segundo os critérios da Abep (Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa). Assim estabelecemos apenas três categorias de classe social segundo a renda familiar: classe alta, indivíduos com renda maior que R\$ 17.434; classe média, renda entre R\$ 2.674 até R\$17.434 e; classe baixa, renda familiar menor que R\$.2.674 (Gasparin, 2013).

Em relação ao conservadorismo, assumindo os princípios da teoria de Mannheim (1986), decidimos estabelecer a distinção entre conservadores, tradicionalistas e progressistas. Para tanto, delimitamos como conservador o indivíduo que é cristão ativo (frequenta constantemente eventos religiosos), está no campo da direita ou centro e se posiciona contrário a legalização do aborto. O Progressista foi estabelecido como o indivíduo que se encontra no campo da esquerda ou centro e se posiciona a favorável a legalização do aborto. O Tradicionalista se constitui enquanto aquele que não se enquadra nesses extremos. Assumimos essas variáveis para delimitar o conservadorismo na medida em que o conservadorismo no contexto brasileiro não pode ser desvinculado do cristianismo, como bem destaca Mercadante (1980).

A partir dessa categorização passamos a trabalhar as variáveis de “Interesse por política”; “Apoio a golpe de estado”; e “Voto para presidente no segundo turno”. O interesse por política nos permite analisar como as categorias influenciam na inserção política dos atores. A variável de apoio a golpe de Estado visa medir o quanto as categorias incidem sobre a valorização da democracia por parte dos jovens. Por fim a análise do voto em segundo turno visa ilustrar na prática como as categorias se relacionam com a cultura política dos jovens e moldam as suas preferências eleitorais.

Os resultados evidenciaram que as dinâmicas da interseccionalidade são relevantes para compreensão do voto dos eleitores, em especial a diferença de orientação política entre homens e mulheres. A classe também se mostrou significativa para avaliar a qualidade da democracia e o nível de interesse por política. Entretanto os dados reforçam que as dinâmicas do conservadorismo se constituem como o fator mais expressivo para assinalar diferenças de comportamento político entre os jovens.

A polarização entre conservadores e progressistas incidiu em diferenças no interesse por política, com destaque para os progressistas que foram a categoria com o maior nível entre todas as comparações. Quanto ao apoio a golpe de estado os conservadores foram a única categoria que apresentou maioria de apoio a possibilidade de um golpe militar ante a expressiva rejeição dessa ideia por parte dos progressistas.

Por fim vale destacar ainda a concentração massiva de apoio dos jovens conservadores ao candidato Bolsonaro em contraste com o amplo apoio dos progressistas ao candidato Lula. Esses dados reforçam nossa hipótese do conservadorismo como elemento demarcador de diferenças no comportamento político e na cultura política dos jovens. Importa ressaltar que a demarcação do conservadorismo não se confunde necessariamente com as definições de direita, esquerda e centro, mas com um movimento que aglutina na esfera política uma reação a aceleração dos processos de mudança social propostos pela tendência progressista.

## Referências

BAQUERO, Marcelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Revista Cadernos de Campo**, n. 25, p. 33–62, 2018.

GASPARIN, Gabriela. **Veja diferenças entre definições de classes sociais no Brasil**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

GROPPO, Luis Antonio. “Um ato de liberdade”: movimento de estudantes secundaristas em São Paulo, 2015. **Pro-Posições**, v. 34, p. 1–28, 2023.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 77–131.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência conservadora no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; MILANEZI, Felipe Silva; LIMA, Caroline Oliveira Neves de. Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo. **Juventude.br**, v. 19, n. 1, p. 16–24, 30 dez. 2021.

PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, p. 577–596, 17 jan. 2020.

PEREZ, Olívia Cristina; VOMMARO, Pablo. Pautas da juventude estudantil no Brasil e na Argentina durante a pandemia. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, p. 01–12, 2023.

SEVERO, Ricardo Gonçalves et al. Jovens de direita no ensino médio: marcadores de um estilo de pensamento. **Linhas Críticas**, v. 27, 2021. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1981-04312021000100614&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-04312021000100614&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Leonardo Dorneles. Ofensiva conservadora: a busca da anulação da participação de jovens na vida pública pelo escola sem partido. **Revista Educare Et Educare**, v. 15, n. 36, p. 01–18, 2020.

VASCONCELOS, Camila de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; MARQUES, Rodolfo Silva. Cultura política e socialização política virtual: influência das redes sociais nas opiniões políticas de jovens estudantes da região do Distrito Federal e de seu entorno. **Brazilian Journal Development**, v. 6, n. 4, p. 20282–20297, 2020.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucélia De Moraes Braga. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 391–408, 10 jul. 2020.

## **AÇÃO COLETIVA E PARTICIPAÇÃO DE JOVENS DA SÃO REMO**

Sara Martin Xavier e Felipe de Souza Tarábola

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)

### **Resumo**

Esta pesquisa circunscreve como problema de investigação as configurações, motivações e significações da participação de jovens periféricos da comunidade São Remo - contígua à Cidade Universitária da USP, no município de São Paulo - em grupos, movimentos, projetos e coletivos diversos (artísticos, políticos, culturais, ambientais, religiosos, esportivos, filantrópicos, etc). Os objetivos são identificar o que os motiva a participar, quais são os seus objetivos, como se organizam e quais são os significados políticos produzidos por eles. Para isso, foram investigadas, em 2023, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, de pesquisa etnográfica e da aplicação de questionários socioeconômicos, as práticas participativas de 26 moradores da São Remo que se envolvem com ações coletivas diversas no território. Neste trabalho, serão expostos alguns dos resultados da análise - ainda em andamento - das

experiências participativas de oito jovens entrevistados. Dentre os resultados encontrados, destacam-se a mistura de participação política, geração de renda, lazer, afetividade, sociabilidade e trabalho nas práticas participativas dos investigados; a afetividade como motivação para a participação; e a relevância das relações intergeracionais nas trajetórias participativas, formativas e socializadoras dos jovens entrevistados.

### **Resumo expandido**

Em um contexto de mudanças sociais, desmantelamento das proteções sociais, precarização do trabalho e crise dos mecanismos tradicionais de participação da democracia representativa, os jovens estão produzindo novas formas de ação coletiva e de intervenção na esfera público-política (CORROCHANO; TARÁBOLA, 2023). Diante disso, esta pesquisa circunscreveu como problema de investigação as configurações, motivações e significações da participação de jovens periféricos da comunidade São Remo - contígua à Cidade Universitária da USP, no município de São Paulo - em grupos, movimentos, projetos e coletivos diversos (artísticos, políticos, culturais, ambientais, religiosos, esportivos, filantrópicos, etc). Os objetivos são identificar o que os motiva a participar, quais são os seus objetivos, como se organizam e quais são os significados políticos produzidos por eles.

Para isso, foram investigadas, em 2023, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, de pesquisa etnográfica e da aplicação de questionários socioeconômicos, as práticas participativas de 26 moradores da São Remo que se envolvem com ações coletivas diversas no território. Neste trabalho, serão expostos alguns dos resultados da análise - ainda em andamento - das experiências participativas de oito jovens entrevistados. Trata-se de jovens periféricos de 17 a 25 anos, dos quais sete se identificam como pretos ou pardos, seis são mulheres cisgênero e dois são homens cisgênero. Em relação à orientação sexual, quatro são heterossexuais, dois são homossexuais e dois preferiram não responder à pergunta. Todos os oito jovens são solteiros, apenas uma jovem tem filhos e sete deles moram com as respectivas famílias. A maior parte desses jovens têm rendas individuais de até 1 salário mínimo e rendas familiares de até 3 salários mínimos. Metade deles têm ensino superior completo ou está cursando o ensino superior. Em relação ao emprego, três estão desempregados e em busca de emprego.

As práticas de participação desses jovens são diversas: uma produtora musical comunitária, que começou como coletivo cultural de produção audiovisual e se transformou em um negócio de impacto social; um coletivo político ligado às Brigadas Populares e à militância do PSOL, que busca conciliar geração de renda e formação política; um projeto social de futebol que une lazer, educação, esporte e integração comunitária; um projeto social de capoeira, que mistura elementos culturais, esportivos, artísticos, lúdicos e políticos; um projeto de extensão da Universidade de São Paulo que busca fomentar o protagonismo juvenil como agentes de transformação comunitária por meio da busca de soluções para problemas relacionados à saúde, ao meio ambiente, ao lixo, aos animais sinantrópicos e ao convívio comunitário; e um grupo de jovens de uma igreja evangélica pentecostal.

Nas práticas participativas desses jovens, participação política, geração de renda, lazer, afetividade, sociabilidade e trabalho se misturam, em consonância com as análises feitas por Livia Tommasi (2018). O envolvimento nos respectivos coletivos e projetos gera renda para seis dos oito jovens, sendo que para três deles trata-se da sua única fonte de renda. No caso dos dois jovens que trabalham na produtora comunitária - um como produtor musical e o outro como videomaker -, destaca-se uma valorização por trabalhar com o que gostam.

As relações afetivas são um dos principais motivos de entrada nos coletivos e projetos e de permanência neles, o que indica que a afetividade é essencial na significação das práticas juvenis (RUIZ, 2017). Os entrevistados relatam que se identificam ideologicamente, politicamente ou culturalmente com os pares, socializam e se divertem nas práticas, fazem novas amizades e veem os grupos e coletivos como uma rede de mútua proteção na qual se sentem acolhidos. Eles associam a participação com as sensações de protagonismo, de pertencimento, de ter voz, de reconhecimento e de ser importante para alguém.

Além disso, muitos jovens relatam que participam dos seus coletivos e projetos porque foram chamados por amigos, por familiares ou por pessoas mais velhas que são referências para esses jovens em suas trajetórias de formação política e de ação coletiva. Em dois casos, chama atenção que as jovens relataram que todas as suas atividades de participação giram em torno dessa figura referencial mais velha - o pai em um caso e o mestre de capoeira em outro: elas os ajudam e os acompanham em todas as ações participativas deles. Nesses casos, a ação coletiva é norteadas por um mentor em relações intergeracionais atravessadas por elementos como a educação, a afetividade e a formação política.

A relação intergeracional de formação e de socialização é muito relevante na trajetória participativa da maioria dos jovens entrevistados. Eles destacam a importância nas suas experiências coletivas de uma pessoa mais velha com a qual constroem uma relação de mestre e aprendiz, professor e aluno. São, em geral, lideranças comunitárias, mestres de capoeira e arte-educadores que ensinam e transmitem saberes práticos, valores, visões de mundo, perspectivas e ideologias políticas. Mannheim (1993) explica que o mais importante para o fenômeno geracional não são os conteúdos e valores transmitidos por meio da instrução formal e do ensino escolar, que tem um poder de alcance mais limitado, mas aqueles transmitidos de forma inconsciente e involuntária, como é o caso da maior parte das experiências relatadas nas entrevistas.

Os relatos dos jovens coincidem com os relatos dos entrevistados da faixa dos 40 anos, que hoje são lideranças comunitárias e articuladores de ações coletivas. Eles dizem que as suas trajetórias participativas se devem à formação nos projetos sociais e nos grupos culturais e artísticos dos quais participaram enquanto crianças e adolescentes, o que evidencia que o processo social educativo não se dá apenas dentro do ambiente escolar, estando presente também nas trocas informais, na esfera pública e nas ações coletivas (ALMEIDA et al, 2021). Além disso, eles afirmam que, quando eram jovens, só participavam como beneficiários de projetos sociais, como público alvo, o que eles explicam pelo fato de que, à época, ainda estavam em uma fase de formação, aprendizagem e amadurecimento e não tinham experiências

e saberes suficientes para participar como articuladores das ações.

Muitos desses entrevistados mais velhos se veem como responsáveis por cumprir um papel de formar, incentivar e orientar os jovens e transmitir determinados valores, como a consciência de classe e a ação social. Eles expressam o desejo de transmitir para as novas gerações os saberes acumulados sobre o fazer coletivo e participativo e de fornecer oportunidades e vivências para os jovens da comunidade “encontrarem o seu lugar” e se formarem enquanto cidadãos. Para muitos deles, uma das maiores motivações para a participação é o desejo de reproduzir com as novas gerações a formação que eles tiveram, no passado, com os projetos sociais e com os seus mestres e educadores. Esses relatos evidenciam que um dos processos que permeiam mais fortemente as relações entre as diferentes gerações é a socialização, processo de mão dupla baseado na transmissão e na herança, em que as gerações se influenciam mutuamente (TOMIZAKI, 2010)

As ideias de retribuir, de devolver, de herdar e de transmitir perpassam muitas entrevistas. A sucessão geracional implica no surgimento de novos agentes culturais e no desaparecimento de agentes culturais anteriores, o que torna indispensável a transmissão permanente de bens culturais acumulados (MANNHEIM, 2010). Muitos dos entrevistados mais velhos passaram da posição de alunos e beneficiários de projetos sociais quando crianças e adolescentes à posição de professores, educadores e articuladores de ações coletivas atualmente. Essas mudanças geracionais de posição dentro da dinâmica participativa são atravessadas por afetividades e por práticas educativas socializadoras.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, E. de *et al.* (Orgs.). **Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos**: uma antologia do GT03 da ANPEd. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 33-64, 2021.
- CORROCHANO, M. C.; TARÁBOLA, F. de S. Neoliberalismo, trabalho e pandemia: experiências e enfrentamentos de jovens das periferias. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 44, 2023.
- MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. **Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 62, p. 193-242, 1993.
- RUIZ, Ó. A. El movimiento estudiantil en Chile, 2006-2014: una aproximación desde la cultura y las identidades. **Nueva antropología**, México, v. 30, n. 87, p. 131-152, 2017.
- TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: os estudos dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 111, p. 327-346, 2010.
- TOMMASI, L. de. Empreendedorismo e ativismo cultural nas periferias brasileiras. **Hermes Journal of Communication**, v. 1, n. 13, p. 167-196, 2018.

### JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE E O DIREITO À PARTICIPAÇÃO : UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Wilka Francinara Alcantara França - Universidade de Brasília

Judith Zuquim - Universidade de Brasília

## Resumo

O presente trabalho propõe investigar o direito à participação de jovens privados de liberdade e tem como objetivo principal compreender como os jovens atendidos em uma unidade de internação masculina no Distrito Federal (DF) têm exercido o seu direito à participação na elaboração e no acompanhamento do PIA. A pesquisa é do tipo qualitativa e de natureza exploratória; a metodologia é composta por entrevistas individuais com jovens privados de liberdade entre 18 e 20 anos do DF e será complementada por uma análise documental do projeto político pedagógico da medida de internação e do manual de atendimento socioeducativo do Distrito Federal. Os resultados aqui apresentados são da análise documental uma vez que a pesquisa ainda está em andamento e os dados das entrevistas ainda estão em fase de categorização e análise. Os resultados parciais apresentam que as discussões e propostas contidas no projeto político pedagógico da medida de internação e do manual de atendimento socioeducativo não apontam caminhos para promover a participação dos jovens nos espaços de discussão e tomada de decisão relacionadas ao seu plano individual de atendimento, assim como a ausência de estratégias para a promoção do protagonismo juvenil durante o cumprimento da medida em atividades que discutem assuntos que são do seu interesse.

**Palavras-chave:** Direito à participação. Jovens privados de liberdade. Plano individual de atendimento

## Introdução

As medidas socioeducativas (MSE's) são a resposta do Estado à sociedade para a responsabilização de jovens a quem se atribui a autoria de ato infracional, a execução das MSE's foi regulamentada por meio da Lei 12.594/2012 que também instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Dentre as MSE's, a medida de internação é considerada a mais gravosa devido ao seu aspecto sancionatório, caracterizado pela privação de liberdade. Entretanto, a internação em "estabelecimento educacional" também carrega aspectos pedagógicos materializados na oferta de ações socioeducativas que visam a garantia dos direitos dos jovens que deverão ser planejadas e implementadas de acordo com o Plano Individual de Atendimento (PIA), conforme aponta o Sinase (CONANDA, 2006). Desta forma, a presente pesquisa se propõe a problematizar o direito à participação dos jovens privados de liberdade na elaboração e acompanhamento do PIA.

O PIA é um importante instrumento para o jovem que encontra-se privado de liberdade, pois será por meio dele que serão construídos, registrados e pactuados os objetivos e as metas

que orientarão o cumprimento da medida, a partir dos seus interesses e necessidades, além de possibilitar um atendimento técnico individualizado.

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta como objetivo principal compreender como os jovens atendidos em uma unidade de internação masculina no Distrito Federal (DF) têm exercido o seu direito à participação na elaboração e no acompanhamento do Plano Individual de Atendimento. Especificamente a pesquisa objetiva: a) Identificar como o Projeto Político Pedagógico da Medida de Internação e o Manual de Atendimento Socioeducativo do DF discutem e orientam o processo de elaboração do PIA visando a participação dos jovens atendidos; b) Conhecer a experiência de participação dos jovens na elaboração dos objetivos e das metas do seu PIA.

### **Metodologia e campo**

Esta pesquisa, ainda em andamento, é do tipo qualitativa e de natureza exploratória. Os instrumentos utilizados para a construção dos dados foram: entrevistas individuais e análise documental.

A pesquisa de campo ocorreu em uma unidade de internação masculina no Distrito Federal; os colaboradores são jovens do sexo masculino entre 18 e 20 anos em cumprimento de medida de internação há no mínimo seis meses. Inicialmente foi realizada uma roda de conversa com cinco jovens que teve como objetivo apresentar a proposta da pesquisa e aproximar a pesquisadora dos jovens; após o encontro todos concordaram em participar da pesquisa. Contudo, com o início das entrevistas dois deles desistiram, então foram realizadas entrevistas individuais com os três jovens que permaneceram; finalizadas as entrevistas ocorreria uma segunda roda de conversa, porém, devido a desistência de dois jovens de participar da atividade em grupo esse encontro não aconteceu. Decidiu-se, assim, realizar uma entrevista complementar com o único jovem que participou de todos os encontros.

Por questões de segurança não foi permitido que a pesquisadora realizasse as entrevistas sem a presença dos agentes socioeducativos. Por fim, chegou-se a um acordo de que os agentes ficariam do lado de fora da sala onde ocorreria as entrevistas, mas posicionados de frente à porta e que esta ficaria aberta. Mesmo com esse ajuste, os três jovens optaram por continuar nas entrevistas e contribuírem com os seus relatos, pois segundo eles já estavam acostumados com esse tipo de procedimento.

Isto posto, para a primeira roda de conversa, ficou combinado com a gerência sociopsicopedagógica que dois ou três agentes seriam o suficiente para o grupo de cinco jovens, porém no dia do encontro foram deslocados cinco agentes socioeducativos para acompanhar a atividade, sendo que um deles ficou dentro da sala durante toda a atividade e os demais ficaram na porta da sala, mas do lado de fora. Já nas entrevistas individuais, cada jovem foi acompanhado por um ou dois agentes, sempre do lado de fora da sala.

Quanto à análise documental, os documentos selecionados foram o Projeto Político Pedagógico da Medida de Internação (PPPMI) e o Manual de atendimento socioeducativo, por

serem os textos que orientam o atendimento socioeducativo da medida de internação no DF. A análise teve como objetivo identificar como esses documentos discutem e orientam o processo de elaboração do PIA visando a participação dos jovens atendidos.

## Resultados parciais

Os resultados ora apresentados são parciais por se tratarem apenas da análise documental, pois os dados das entrevistas ainda estão em processo de categorização e análise.

De uma forma geral as discussões apresentadas no PPPMI sobre a operacionalização do PIA versam sobre a importância do instrumento para o atendimento socioeducativo, mas também aponta as dificuldades encontradas para a sua utilização, especialmente, quando se refere à participação dos jovens e seus responsáveis. O fato do PPPMI ter sido elaborado em um momento em que a Política Socioeducativa do Distrito Federal passava por um momento de reestruturação pode ser um motivo para a falta de profundidade de discussão sobre o instrumento e a ausência de diretrizes e/ou orientações mais específicas para a operacionalização do PIA na medida de internação, assim como sobre as formas de participação do jovem na elaboração e acompanhamento do instrumento.

Quanto ao manual de atendimento socioeducativo, o documento passou por uma atualização em 2023 e sugere cinco etapas para a elaboração do PIA: atendimento individual com o jovem; atendimento individual com os responsáveis e com o jovem; visita domiciliar e atendimento individual com o jovem; estudo de caso (apenas com a equipe multidisciplinar); atendimento em grupo com o jovem e seus responsáveis.

A descrição das etapas sugeridas pelo manual apresenta uma grande intervenção da equipe técnica nas decisões que deveriam contar também com a participação dos jovens na elaboração das metas e das ações no PIA.

Segundo Bordenave (1995), a habilidade para exercer participação “pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão” (p. 72), mas para tal, é preciso que se tenha oportunidades para praticá-la, pois só é possível aprender a participar, participando (Bordenave, 1995). Nessa direção, torna-se fundamental que a metodologia de atendimento possa criar oportunidades e ferramentas que garantam que as vozes dos jovens ecoem durante todo o processo de elaboração do PIA em um pleno exercício de construção de sua autonomia, senso de responsabilidade e respeito pelas suas escolhas.

O PPPMI defende a promoção do protagonismo juvenil como uma forma dos jovens ampliar e qualificar a sua participação ativa na elaboração, monitoramento e avaliação das práticas sociais promovendo o exercício da responsabilidade, da liderança e da autoconfiança (Distrito Federal, 2013). Entretanto, não é possível identificar no documento e nem no manual de atendimento socioeducativo as estratégias que serão utilizadas para promover o protagonismo desses jovens durante o cumprimento da medida, seja na elaboração e acompanhamento do PIA, seja em outras atividades.

Foi possível identificar na análise documental e no campo da pesquisa que esses jovens

estão em alguma medida tutelados pela equipe técnica e sempre sob as condições impostas pelos procedimentos de segurança em todas as atividades realizadas. Observou-se no campo, por exemplo, que a presença dos agentes socioeducativos no espaço onde ocorreu as entrevistas e a roda de conversa se mostrou um obstáculo para garantir um ambiente em que os jovens se sentissem confortáveis para fazer os seus relatos. Durante as entrevistas, foram recorrentes expressões como olhares constantes para a porta onde os agentes estavam posicionados ou mãos na boca numa tentativa de abafar o que estava sendo relatado, e dois jovens relataram que a nossa conversa seria melhor sem a presença daqueles profissionais.

Essas questões trazem reflexões para se pensar até que ponto os aspectos sancionatórios da medida de internação se sobrepõem aos aspectos pedagógicos desconsiderando a condição de sujeitos de direitos desses jovens e reforçando uma cultura institucional que inviabiliza o seu direito à participação seja em uma pesquisa acadêmica, seja nos espaços de planejamento ou avaliação da sua medida que tratam de assuntos que são do seu interesse.

### Referências bibliográficas

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é Participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos, 95.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resolução nº 119/2006, de 11 de dezembro de 2006**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Brasília. 2006. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/https-wwwgovbr-participamaisbrasil-blob-baixar-7359>> Acesso em 15 de fev. de 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Criança. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. **Projeto Político Pedagógico da Medida de Internação**. Brasília - DF, 2013.

### EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS PÓS-OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS

Flávia Ginzel – Universidade de São Paulo

#### Resumo

Esta pesquisa investiga os reflexos da participação de jovens nas ocupações de escolas públicas ocorridas em 2015 e 2016 na Região Metropolitana de Sorocaba, interior de São Paulo. Para isso, foram conduzidas entrevistas compreensivas com um total de 19 jovens, sendo que oito deles foram entrevistados em duas etapas, com aproximadamente dois anos de diferença entre cada uma. Situada na interface dos estudos de juventude e engajamentos políticos, foi possível apreender uma diversidade de trajetórias, tanto no que se refere aos engajamentos quanto em relação a outros domínios, como educação, trabalho, vida afetiva e familiar. Esses, por sua vez, configuraram-se em desafios comuns enfrentados pelos jovens em seus processos de conquista de autonomia e independência, em um contexto marcado por uma conjunção de crises - econômica, política, ambiental, sanitária e geopolítica.

**Palavras-chave:** Juventude. Engajamento político. Ocupações secundaristas. Desafios.

A pesquisa, realizada em nível de doutorado, investigou como a experiência de participação nas ocupações secundaristas refletiu nas trajetórias de moças e rapazes que integraram o movimento em 2015 e/ou 2016, na Região Metropolitana de Sorocaba.

O estopim para insurreição estudantil foi o anúncio por parte do então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, a respeito do projeto que ficou conhecido como “reorganização escolar”. Sem qualquer consulta prévia e debate a respeito, o projeto previa o fechamento de quase uma centena de escolas estaduais e a mudança de ciclo de mais de 700 delas. De forma resumida, caso consumada a proposta, as escolas funcionariam em ciclo único: haveria uma para estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental; outra do 6º ao 9º ano; e uma terceira, para o ensino médio.

Indignados com a arbitrariedade da Secretaria de Educação, estudantes de mais de 200 escolas ao redor do estado de São Paulo ocuparam escolas em protesto contra o projeto, somando às suas reivindicações melhorias nas condições físicas e simbólicas das escolas. Conforme observam Corti, Corrochano e Silva (2016), os(as) secundaristas apresentavam críticas à forma pela qual as atividades eram conduzidas, aos temas abordados em sala de aula, bem como às relações hierárquicas entre estudantes, docentes e a gestão escolar. Propositivos em suas críticas, conduziram aulas públicas, debates, oficinas, teatros e saraus no interior das ocupações, tendo como temas centrais as relações étnico-raciais e de gênero, diversidade sexual, críticas à política institucional, à alienação pelos meios de comunicação, à criminalização das lutas, à atuação violenta da polícia etc., o que deu não somente materialidade às suas críticas, mas apontou para a possibilidade de uma outra escola mais democrática, plural e criativa.

Inspirados(as) por insurgências estudantis anteriores, como a Revolta dos Pinguins no Chile e pelas *Tomas de Escuelas* argentinas, bem como pelo ciclo de lutas da década de 2010, conhecido como Ciclo da Indignação Global (Bringel, 2015), as ocupações secundaristas ganharam destaque na mídia e na Academia, em especial após o recuo do governo estadual, que suspendeu a proposta no final do ano de 2015. Vitoriosos, os (as) estudantes inspiraram, no ano seguinte, uma segunda onda de ocupações (Sallas e Groppo, 2023), dessa vez de caráter nacional e contra as medidas do governo federal, como a PEC 241 e a proposta de reforma do ensino médio. Essa segunda onda teve grande dimensão e contou não somente com a ocupação de escolas, mas também de universidades de todo o país.

Contudo, a partir daquele ano de 2016, os(as) jovens secundaristas assistiram a uma sucessão de crises e derrotas. A alegria pelo anúncio de suspensão do projeto de reorganização, em dezembro de 2015, deu lugar à melancolia, menos de seis meses depois, devido ao impeachment de Dilma Rousseff. Sob o governo interino de Michel Temer, uma série de desmontes de políticas sociais foram perpetrados. A aprovação da PEC 241, responsável por congelar por 20 anos os investimentos em saúde, educação e infraestrutura e a reforma

trabalhista, seriam a antessala de um dos momentos mais obscuros da história nacional recente. Em 2018, foi eleito o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro. Já no seu primeiro ano de governo, Bolsonaro congelou o orçamento destinado à educação, à pesquisa científica, ao meio ambiente e às relações internacionais. Pautado em uma ideologia ultraliberal, as incipientes políticas sociais tornaram-se ainda mais escassas, ampliando as persistentes desigualdades sociais do país.

Diante desse cenário, que se agravou nos anos seguintes com a pandemia de Covid-19, a pesquisa teve como objetivo compreender os efeitos da participação política, experimentada ainda na adolescência, nas trajetórias dos(as) jovens nos diferentes domínios, em especial na educação, no trabalho, na vida familiar e afetiva, bem como na continuidade ou não do engajamento político.

Para isso, foi aplicado um questionário virtual no primeiro semestre de 2020 a fim de localizar os(as) jovens. Como já havia passado mais de quatro anos das primeiras ocupações, foi necessário o uso de algumas estratégias para encontrá-los, dentre as quais o uso de memes em redes sociais, os quais possibilitaram que um número expressivo de jovens compartilhassem o questionário com colegas que participaram do movimento. Em pouco tempo, as 10 respostas que havia obtido por meio do contato prévio com secundaristas se expandiram para 90 e foi possível apresentar um panorama sobre os(as) jovens da região, além de selecionar um grupo para as entrevistas.

A partir de meados de 2020 foram conduzidas 19 entrevistas compreensivas (Kauffman, 1996) com 19 jovens – 11 mulheres e 8 homens – egressos (as) de escolas públicas da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) e que participaram das ocupações secundaristas. A escolha pela região se deu não somente pelo fato de que mais de 10% das escolas ocupadas em todo o estado tenham sido na RMS, mas também pela necessidade de se produzir conhecimento sobre jovens residentes de cidades distintas das grandes capitais.

Optou-se por realizar um segundo ciclo de entrevistas cerca de dois anos após as primeiras, a fim de apreender as transformações que se deram no período, contudo, só foi possível realiza-lo com oito jovens. Buscou-se uma diversidade de jovens não somente em relação aos marcadores sociais da diferença, mas também no que se refere à participação política prévia, durante e após as ocupações.

Dentre os resultados, destacam-se, no que se refere aos percursos de escolarização e trabalho, a instabilidade e provisoriedade das escolhas, diante de um contexto de incerteza e risco (Beck, 1997; La Mendola, 2005) e de fraco suporte institucional (Araujo e Martuccelli, 2020), o qual impele os indivíduos a mobilizarem recursos pessoais no enfrentamento de seus desafios que lhes são interpostos. Ademais, a escolha pela docência, compreendida como uma forma de engajamento político, foi frequente nos relatos e relacionou-se à participação nas ocupações.

Sobre os engajamentos políticos, observou-se que a experiência de ocupação refletiu na formação de um senso crítico o qual ainda que tenha afastado uma parte dos jovens previamente engajados da política partidária, não levou a um desinteresse em relação à política.

A crítica às hierarquias e a à falta de espaço no interior dos grupos levou a maior parte jovens a optar por engajamentos individuais a fim de não abdicarem de suas convicções. Houve a defesa contundente da autonomia de pensamento, o desejo de que os grupos fornecessem formação política e, também, acolhimento.

### Referências

- ARAUJO, Katya; MARTUCCELLI, Danilo. Leer los movimientos sociales desde el individualismo: reflexiones a partir de Latinoamérica. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. 1-15, 2020.
- BECK, Ulrich. *Risk Society — Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992.
- BRINGEL, Breno. *Le Brésil et la géopolitique de l'indignation*. In. BRINGEL, Breno. DOMINGUES, José Mauricio. *Global Modernity and Social Contestation*. London; New Delhi: Sage, 2015.
- CORTI, Ana Paula; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José da. "Ocupar e Resistir": A insurreição dos estudantes paulistas. *Educ. Soc.*, [online], vol. 37, n. 137, pp. 1159-1176, 2016.
- GROPPO, Luís Antônio; OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Ocupações secundaristas em Minas Gerais: subjetivação política e trajetórias. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. 1-18, 2021. DOI: 10.1590/es.240770.
- KAUFMANN, Jean-Claude. *L'entretien compréhensif*. Paris: Nathan, 1996
- LA MENDOLA Salvatore (2005). O sentido do risco. *Tempo Social*, 17(2), 59-91.
- SALLAS, Ana Luísa e GROppo, Luís Antonio. Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: sujeitos e trajetórias. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2022, vol.27, e270124. Epub 20-Dez-2022. ISSN 1809-449X.

## EXPERIÊNCIAS DE JOVENS ARTISTAS EM UM EVENTO CULTURAL

Vânia Gutierrez Siems  
UFSCar - Sorocaba

### RESUMO

Este resumo pretende apresentar algumas experiências de jovens artistas que participaram ou ainda participam do evento cultural "A Feira do Beco do Inferno", realizado na cidade de Sorocaba desde 2016. Com base na pesquisa de mestrado que analisa as articulações de jovens artistas com relação à geração de trabalho e renda e à construção de visibilidade para suas pautas através de modos de organização individual ou coletivo, busco expor as experiências vivenciadas por quatro jovens que trabalham com diferentes linguagens artísticas no evento. Considerando as dificuldades cotidianas de enfrentamento da organização social e de sua própria condição juvenil, destaco a importância do acolhimento que o espaço do evento proporciona aos jovens o como eles utilizam o trabalho artístico para dar voz as suas

manifestações culturais, sociais e políticas. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza as entrevistas semiestruturadas como principal ferramenta. Os resultados preliminares evidenciam o esforço coletivo dos participantes em lidar com a crise econômica, política e social atual, revelando que o evento se configura como um amplo movimento social contra hegemônico. Palavras-chave: Jovens, Artistas, Movimentos sociais

## **RESUMO EXPANDIDO**

### **Objetivos da pesquisa**

Através das reflexões desse estudo, se propõe analisar as trajetórias de jovens artistas em Sorocaba que participam da “Feira do Beco do Inferno”, um evento que proporciona um espaço alternativo para a geração de renda por meio do trabalho artístico desde 2016 e busca dar visibilidade a questões sociais e políticas, com o intuito de transformar os valores sociais predominantes.

O objetivo principal das análises é compreender as estratégias de mobilização desses jovens artistas e identificar como suas vivências podem influenciar propostas de políticas públicas, melhorar as condições de trabalho para os jovens e em especial promover a participação juvenil na sociedade.

### **Metodologia**

O mapeamento e a análise da participação dos jovens agentes em uma feira artística e cultural possibilitam investigar a trajetória do grupo, tanto individual quanto coletivamente, utilizando sua capacidade de criação e expressão como principal ferramenta, em conformidade com as ideias de Tommasi.

Entre os jovens, as práticas artísticas e culturais se apresentam como um importante meio de expressão, formação e socialização. Em formas diferenciadas, possibilitam-lhes travar relações e negociar valores por meio dos quais criam seus próprios territórios, com uma autonomia relativa do mundo adulto. As atividades artísticas e culturais oferecem, de maneira peculiar, a possibilidade de experimentar de forma autônoma, formas de vida, de organização e convivência. Através dessas práticas, constroem sentidos e forjam identidades, individuais e, com frequência, coletivas. (TOMMASI, 2017, P. 12).

Para escolher os jovens participantes dessa pesquisa, foram necessárias várias participações presenciais no evento que acontece de forma bimestral na praça Frei Baraúna, região central da cidade. Os jovens foram selecionados considerando diversidades de trabalho artístico, raça e gênero. Foram aplicados questionários sociodemográficos e posteriormente realizadas entrevistas semiestruturadas no segundo semestre do ano de 2023 de forma remota, atendendo a disponibilidade dos envolvidos no processo.

Pesquisas bibliográficas foram essenciais para compreensão da condição juvenil e

entraves vivenciados pelos jovens, além de mostrarem a arte como produção de necessidade coletiva, sendo utilizada como forma de diálogo com o meio em que se vive, fazendo sentido apenas quando sua representação é social (Fischer, 1987), modificando-se a cada período histórico, e moldando as formas de compreensão do homem sobre o mundo. Outras pesquisas realizadas apontam as dificuldades de inserção e permanência no mundo do trabalho para os jovens (Corrochano, 2012) e a importância dos movimentos sociais como movimentos educadores (Gomes, 2018).

A pesquisa em bancos de teses e dissertações contribuiu para a análise das entrevistas, focando em compreender a importância do trabalho artístico para os entrevistados, até que ponto ele se traduz em ganhos financeiros e em que medida a participação desses artistas nos eventos está relacionada a questões políticas e sociais.

### **Principais resultados**

Os jovens entrevistados compartilham o desejo de que seus trabalhos artísticos gerem renda suficiente para se manterem apenas com eles, porém enfrentam dificuldades nesse aspecto, havendo a necessidade de intercalar trabalhos tradicionais em suas jornadas.

Sposito & Souza (2014, pg.47) afirmam que “Não há dúvidas que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora”, e isso fica evidente ao analisar as experiências compartilhadas pelos jovens entrevistados, que equilibram suas atividades de trabalho formal, empregos informais, exploração de oportunidades empreendedoras e dedicação aos estudos.

Com relação a educação para a arte, a maioria afirma que adquiriu suas técnicas e desenvolveu suas habilidades principalmente através da prática diária e da interação com outros artistas e obras de arte, é importante retomar as contribuições de Martins (2016) sobre a “pluralidade das iniciativas de educação não escolar” (p.53) a fim de compreender e ampliar as possibilidades, pensando no destaque que os entrevistados deram para o papel fundamental da internet como uma ferramenta aliada no processo de criação. Martins (2016) também destaca a importância dos coletivos e grupos sociais como iniciativas de educação não escolar. Muito embora os entrevistados não façam efetivamente parte de nenhum coletivo ou grupo oficial, eles se mostram engajados e apoiam os movimentos sociais, coletivos culturais e grupos colaborativos, porém se afastam desses grupos devido à demanda de tempo e envolvimento, bem como ao receio da falta de remuneração.

Retomamos aqui os estudos feitos por (Sposito, Tarábola e Ginzler, 2021) que abordam essa questão e identificam que “Os indivíduos estão mais afeitos à horizontalidade das relações, transformações que implicam também nas articulações com o próximo, o outro, o interesse geral e o comum” (p.4), exibindo uma maior confiança em suas próprias habilidades de ação do que naquelas decorrentes da possível colaboração com outros.

Porém uma questão que nos pareceu ser evidenciada é que o próprio evento se comporta como um grande coletivo cultural, os artistas reconhecem que é um espaço acolhedor onde eles se sentem muito bem em estar, e em muitos relatos dizem que “podem ser eles

mesmos”.

A Feira do Beco do Inferno é um ambiente transgressor, que acolhe e dá visibilidade às minorias sociais e as pautas urgentes para uma sociedade mais aberta, inclusa e diversa, o que faz com que ela represente um espaço de confronto, especialmente considerando as características da cidade de Sorocaba, que é predominantemente conservadora com políticas que seguem os princípios religiosos tradicionais.

Nesse sentido, dois entrevistados: um homem trans, e uma mulher preta, demonstram grande envolvimento político e conscientização. Suas experiências pessoais parecem capacitá-los a compreender mais profundamente a importância de um evento como este para as minorias que representam.

Assim o evento deixa evidente sua grande importância no cenário cultural, artístico e social na cidade de Sorocaba em especial para os jovens que encontram ali um espaço para manifestarem e viverem suas juventudes partilhando processos de aprendizagem e de vida em sociedade.

## Referências

CORROCHANO, Maria. Carla. **O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole**. São Paulo: Annablume; Fapesp. 2012.

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987. 254 p.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação não escolar: discussão terminológica e mapeamento dos fundamentos das tendências. *Contrapontos* [online]. 2016, vol.16, n.1, pp.40-61. ISSN 1984-7114.

Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v16n1.p40-61>. Acesso em 06.08.2023

PONTES SPOSITO, Marília; DE SOUZA TARÁBOLA, Felipe; GINZEL, Flávia. Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 27, p. e36719, 2021. DOI: 10.26512/lc27202136719. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36719>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SPOSITO, Marília Pontes. & SOUZA, Raquel. Desafios da Reflexão Sociológica para a Análise do Ensino Médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). **Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 33-62.

TOMMASI, de Livia. **Juventude e Cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2017.

## AS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS MULHERES BOA-VISTENSES NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Angélica Paula Ferreira Gomes (Universidade de São Paulo)

**Resumo:** A comunicação se refere a um estudo realizado com jovens mulheres egressas do Ensino Médio do município de São Sebastião da Boa Vista, no estado do Pará, sobre as experiências vividas na última etapa da Educação Básica. Tem como objetivo apresentar as interpretações sobre as narrativas das jovens, considerando as inúmeras vivências durante esse período e buscando identificar os elementos associados à trajetória estudantil no Ensino Médio. Com caráter qualitativo, adotou o Enfoque Fenomenológico, a Entrevista Narrativa e o Método Documentário como percurso metodológico. Ao final, revelou que as jovens boa-vistenses carregam marcas referentes às amizades, cumplicidade e companheirismo, assim como às aprendizagens e inspiração profissional.

**Palavras-chave:** Ensino Médio; Experiência; Jovens mulheres.

## Introdução

A experiência escolar é caracterizada a partir de aspectos relacionados às vivências na instituição de ensino, mas esses podem estar associados, ainda, a fatores externos ao ambiente de aprendizagem. Amizades, brincadeiras, desafios, conflitos, entre outros elementos, constituem a vida de inúmeros jovens. Alguns marcam mais, outros menos, porém, é quase impossível conviver com diferentes pessoas, estudar diversos conteúdos científicos, conhecer professores e não carregar lembranças de uma trajetória vivenciada por, no mínimo, 14 anos.

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa maior intitulada “Os sentidos da experiência escolar de jovens mulheres boa-vistenses” desenvolvida no ano de 2022, realizada em São Sebastião da Boa Vista, área constituída por 25.643 habitantes, conhecidos como boa-vistenses (IBGE, 2022). Nesse município, há apenas uma instituição de Ensino Médio regular, desde 1964, onde os estudantes vivenciam inúmeras experiências das quais carregam lembranças, marcas e aprendizagens.

Considerando essas memórias, este trabalho apresenta as interpretações sobre as narrativas de jovens boa-vistenses, considerando as vivências durante o Ensino Médio e buscando identificar os elementos que se destacam na experiência durante esse período.

## Procedimentos Metodológicos

Este estudo é caracterizado pela abordagem qualitativa reconstrutiva, baseada na Sociologia do Conhecimento de Mannheim, e visou compreender a relação entre a vivência e a formulação teórica dos sujeitos (WELLER, 2005). Adotei a Fenomenologia Social como enfoque metodológico, buscando a compreensão acerca da realidade (SCHUTZ, 1979), acessando informações por meio de entrevistas narrativas, no intuito de identificar perspectivas particulares de forma natural (WELLER; ZARDO, 2013).

Para interpretar as narrativas utilizei o Método Documentário, criado por Mannheim, o qual busca “reconstruir através da narrativa de seus produtores as práticas que se constituem e, conseqüentemente, constroem suas biografias, as quais auxiliam a compreender as formas

de produção social” (SEVERO, 2020, p. 205). Nessa perspectiva, Bohnsack (WELLER et al., 2002) desenvolveu outra leitura e aplicação do método dividindo-o em etapas como: interpretação formulada, fase que identifica os principais assuntos surgidos; interpretação refletida, fase que analisa o conteúdo da entrevista e as motivações por trás das atitudes; e Análise comparativa, fase que identifica os aspectos característicos por meio das narrativas tematicamente diferentes.

Para esta comunicação, apresento as narrativas de três mulheres (Tabela 1) com idade entre 20 e 24 anos, egressas do Ensino Médio boa-vistense. Para o estudo, construí o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE como forma de garantir o anonimato, a livre participação e a opção de desistência a qualquer momento.

**Tabela 1: Colaboradores da pesquisa**

JOVEM	IDADE	CATEGORIA	CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO
Andrea	24 anos	Formada no Ensino Superior	2012
Bete	23 anos	Formada em Curso Técnico	2015
Janaína	20 anos	Formada no Ensino Médio	2010

Fonte: Compilação da pesquisadora.

### Experiências na escola de Ensino Médio: sentidos e significados

As participantes deste estudo carregam memórias de uma trajetória estudantil vivida completamente em São Sebastião da Boa Vista. Buscando identificar elementos associados às experiências no Ensino Médio, questionei-as sobre esse período. As jovens apontam aspectos distintos, entre os quais encontrei duas posições: a primeira, nomeada de “relações amistosas e inspiração profissional”, é representada no trecho a seguir:

- 10 **Y:** Pensando no Ensino Médio, como foi a sua experiência nessa etapa?  
 11 **Bete:** Como foi a minha experiência (8) foi boa (5) não tem muito o que falar foi (6)  
 12 não tenho muitas ideias assim pode parar um pouco? ((Pedi que repetisse a  
 13 pergunta)) foi maravilhosa@ em relação aos amigos que eu fiz conheci muitos  
 14 professores bons que me ensinaram muitas coisas e que=que me fez querer também  
 15 seguir nas áreas que eles atuavam né que=que eu quis aprender mais sobre com o  
 16 que eles trabalhavam o que eles explicavam.

Essa passagem revela elementos associados aos vínculos amistosos estabelecidos na escola. Bete descreve a experiência no Ensino Médio destacando os bons relacionamentos com os colegas de classe e educadores. A jovem demonstra uma visão positiva sobre os professores dessa etapa e destaca os ensinamentos partilhados e a convivência com profissionais que aguçaram o desejo de formação na área da docência.

A jovem apresenta lembranças positivas da experiência no Ensino Médio, principalmente relacionadas aos vínculos afetivos formados na instituição. A frase “foi maravilhosa@ em relação aos amigos que eu fiz”, revela uma rotina agradável devido às amizades fortalecidas nessa etapa. Bete também enfatiza elementos relacionados ao papel do professor, indicando a convivência

com educadores que se destacaram por um perfil que a inspirou a desejar seguir o caminho da docência.

Nessa posição, denominada “relações amistosas e inspiração profissional”, identifiquei elementos associados aos vínculos afetivos formados na escola. Bete recorda as amizades com os colegas de classe e professores. Para ela, os docentes tiveram um papel fundamental em sua trajetória, pois a inspiraram profissionalmente. Diante dessa interpretação, percebo a escola como um espaço repleto de sentidos e significados para os estudantes, é um lugar de “encontro e sociabilidade, mas também do ponto de vista da sua função em termos de produção e transmissão de saberes e conhecimentos úteis à vida, à continuidade dos estudos e ao trabalho, ela é vista positivamente pelos jovens” (LEÃO; DAYREL; REIS, 2011, p. 260).

A segunda posição, denominada de “escola em segundo plano”, revela elementos que demonstram desatenção com os estudos:

12 **Janaina:** Hum (3) olha foi uma experiência boa assim só que eu deixei muito de  
13 lado@ um pouco né os estudos no caso eu era mais empenhada no Ensino  
14 Fundamental é::: eu não tive incentivo eu falo que eu não tive incentivo claro que eu  
15 tinha que buscar por mim né mas (3) eu tinha que fazer as coisas na casa@ essas  
16 coisas assim aí eu acabava deixando de lado aquilo entende.

Janaina revela uma visão positiva sobre a experiência no Ensino Médio, mas também aponta responsabilidades, externas à escola, que a obrigaram a colocar os estudos em segundo plano. A jovem reconhece a dedicação durante o Ensino Fundamental, porém, indica a impossibilidade de manter essa postura até o último ano da Educação Básica. Para ela, faltou incentivo ao longo da caminhada escolar, especialmente nessa etapa.

Janaina transmite certo desânimo diante da experiência no Ensino Médio, uma vez que demonstra um leve descontentamento ao colocar a vida estudantil em segundo plano. A jovem compreende a responsabilidade enquanto estudante, mas também expõe a dificuldade em conciliar os estudos com as funções atribuídas em sua residência. Esse fragmento evidencia o dilema vivido por uma jovem e estudante ao precisar dividir o tempo das atividades estudantis com as tarefas de casa, onde a primeira foi colocada em um lugar preterido, mas não por livre vontade.

Nessa mesma posição, destaco a narrativa de Andrea, caracterizada por aspectos que demonstram algumas semelhanças com a percepção de Janaina:

51 **Andrea:** Foi olha pra mim foi muito boa eu era adolescente foi muito divertido porque  
52 literalmente eu via a escola como um lugar de diversão (.) pra ficar jogando bola pra  
53 ficar participando dos jogos que eu gosto muito de jogar futsal (2) pra ficar com os  
54 meus amigos (2) não via como uma possibilidade de (2) de literalmente tá aprendendo  
55 (.) de ir com vontade de aprender coisas novas não isso era só mesmo pra ver meus  
56 amigos e ficar na bagunça.

Andrea caracteriza a experiência no Ensino Médio a partir de uma visão bastante positiva. Para ela, a escola tornou-se um lugar de reunião com os amigos, além de possibilitar a prática de esportes como futsal, atividade que a agradava muito. A jovem afirma que não percebia a instituição como um local de aprendizagens, portanto, a presença ali estava diretamente relacionada aos vínculos com os colegas de classe e momentos de lazer.

Andrea descreve um perfil sociável, caracterizado por uma estudante que aproveitava os momentos com os amigos. A jovem demonstra uma visão positiva sobre o espaço de aprendizagem, além da caracterização da experiência escolar como um período agradável, marcado por momentos de socialização e lazer. Andrea revela o interesse por atividades esportivas e aponta a participação nos jogos estudantis e a companhia dos colegas como elementos que a aproximavam da escola.

A segunda posição, chamada de “escola em segundo plano”, é caracterizada por fatores e situações acontecidas fora da sala de aula, mas que interferem diretamente no que ocorre dentro desse espaço. Janaína e Andrea apontam situações em que os estudos foram colocados em um lugar preterido, mas por motivos diferentes. Para Janaína, isso aconteceu devido à dificuldade em conciliar a rotina estudantil com as tarefas de casa. A jovem sentiu, segundo Perez (2001), o peso das responsabilidades domiciliares, o qual recai sobre a mulher e representa uma sobrecarga excessiva. Em contrapartida, Andrea percebia a escola como um lugar de diversão. De acordo com Dayrell (2007), os espaços físicos da instituição foram transformados em sociais, considerando os significados representados para a jovem.

### **Considerações finais**

As visões de mundo das entrevistadas revelam um modelo de orientação que reflete o que denominei de “laços positivos” e se refere à escola como um lugar de socialização. Essa interpretação pode ser observada nas passagens sobre os elementos que se destacam na experiência escolar, nas quais as jovens indicam diferentes fatores, mas os vínculos amistosos aparecem na maioria das narrativas, demonstrando ser acontecimentos que deixaram marcas.

Portanto, as jovens apresentam memórias associadas às boas relações e aos momentos desfrutados com os amigos e professores. Diante disso, considero que esses acontecimentos são coletivos, pois há semelhança nas narrativas, mas a experiência foi/é singular, pois a situação passou e tocou cada uma de maneira particular. Logo, as marcas se referem às amizades, cumplicidade e companheirismo, assim como às aprendizagens e inspiração profissional.

### **Referências**

- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-sebastiao-da-boa-vista/>>

panorama>. Acesso em: 04 fev. 2024.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez T.; REIS, Juliana Batista dos. Jovens olhares sobre a escola do Ensino Médio. **Cadernos Cedex**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 253-273, maio/ago, 2011.

PEREZ, Lícia. Os desafios para o século XXI. In: GALEAZZI, I.M.S. (Org) **Mulher e Trabalho**. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PEDRMPA) v. 1, 2001.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. Aportes da socioanálise e do Método Documentário para a Educação: o uso da pesquisa e do método e sua aplicação em uma escola como ferramenta de apoio para elaboração de políticas públicas. **Muiraquitã**, UFAC, v. 8, n. 1, p. 200-221, 2020.

WELLER, Wivian et al. Karl Mannheim e o Método Documentário de Interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. XVIII, n. 2, jul./dez, p. 375-396, 2002.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 13, p. 260-300, jan/jun, 2005.

WELLER; Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 131-143, jul/dez, 2013.

## VIVER A JUVENTUDE NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Arlene Aparecida de Arruda<sup>15</sup>

Nilda Stecanela - Orientadora<sup>16</sup>

Carla Beatris Valentini - Coorientadora<sup>17</sup>

Universidade de Caxias do Sul - UCS

O presente resumo refere-se a um recorte da Tese de doutorado, intitulada “Jovens e Ensino Médio em Tempo Integral: Sentidos Atribuídos ao Macrocomponente Curricular Núcleo Articulador”, cuja defesa ocorreu em dezembro de 2023, no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Neste trabalho apresentaremos uma das categorias que emergiu da Análise Textual Discursiva, com base no objetivo específico da pesquisa: “identificar, a partir das narrativas dos estudantes jovens em curso e das duas turmas egressas, os sentidos mobilizados a partir da experiência vivida no âmbito do Núcleo Articulador

---

15 Doutora em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Docente nos cursos de Licenciatura EaD da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) e Coordenadora Pedagógica da escola campo de pesquisa. Bolsista do UNIEDU.

16 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

17 Carla Beatris Valentini, doutora em Informática na Educação (UFRGS). Docente do PPGEDU/Universidade de Caxias do Sul.

em seu percurso de vida”. A investigação teve como campo, uma escola localizada em uma região da periferia do município de Lages-SC. Os sujeitos dessa pesquisa foram estudantes jovens matriculados no Ensino Médio em Tempo Integral- EMTI e turmas egressas do referido Programa, totalizando uma amostra de 31 sujeitos da pesquisa. O estudo sublinhou que o Ensino Médio é um campo de disputas e que há uma baixa frequência nas pesquisas sobre o EMTI. As reformas que ocorreram, colocam esse nível de ensino e os seus sujeitos — escolas, docentes, estudantes — como reféns de mudanças cíclicas, em média a cada dez anos, o que dificulta a consolidação das práticas pedagógicas. Isso se deve às dificuldades dos docentes em se apropriarem das normas vigentes, bem como em sua aplicabilidade no cotidiano da escola. Esses aspectos mobilizaram a pesquisa sobre as experiências do viver a juventude na escola de tempo integral.

Os dados da pesquisa foram construídos pela “Análise Textual Discursiva” com o processo de impregnação, unitarização, categorização, descrição, análise e interpretação que geraram o metatexto referenciado por Moraes e Galiazzi (2016). Realizamos também um

sobrevoo sobre a escola campo de pesquisa com análise documental. A perspectiva teóricometodológica, adotada na tese, foi fecunda para a análise da juventude e consistiu em um olhar mais abrangente acerca da maneira de apreender os modos de agir dos estudantes jovens.

O Programa de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) alterou o currículo escolar com a inclusão de dois Macrocomponentes Curriculares: Áreas do Conhecimento e Núcleo Articulador. Nesse aspecto, analisar esses movimentos decorrentes das experiências juvenis, construídas na relação com o saber e com o mundo, movimenta-se por inúmeras problematizações no espaço escolar. Esses processos vivenciados, além de serem desencadeadores de aprendizagem, tensionam e afloram os desafios enfrentados pela comunidade, pois muitos estudantes jovens deixam de estudar para entrar no mercado de trabalho. Infelizmente, são atravessamentos que implicam o abandono da escola, tanto pelo alargamento do tempo na escola, quanto por ter de fazer outras opções que não se relacionam com os sentidos construídos na relação com o saber.

O estudo demonstrou as contradições na formação juvenil, as quais revelaram lacunas e desafios na produção de sentido, especialmente na última etapa da Educação Básica. “[...] tendo em vista que a escola não é para os jovens uma instância exclusiva de aprendizagem e socialização, e que eles vivem em conflito com ela [...]” (Charlot, 2001, p. 34).

O espaço escolar, apesar de ser um direito, ainda perpassa a necessidade do reconhecimento das diferentes juventudes, do lugar de fala desses sujeitos, não como alguém que assume um papel passivo, mas de uma escuta sensível, de pautas dialógicas que permitam a elaboração de projetos integrados e se aproximem de suas vidas e experiências. Entretanto, para além desse movimento, exige pontes significativas consigo e com o mundo.

Considerando que “A relação com o saber é o próprio sujeito, na medida em que deve aprender,

apropriar-se do mundo, construir-se. O sujeito é relação com o saber” (Charlot, 2000, p. 82).

No decorrer da temática do Grupo Focal que tratava sobre os sentidos atribuídos aos Projetos de Ensino Médio em Tempo Integral- EMTI e diante das reflexões sobre as imagens apresentadas e conversas que seguiram diferentes rotas, o sujeito da pesquisa Márcio (2ª série) trouxe a seguinte narrativa de juventude vivenciada na escola: “[...] teve uma ida no cinema que todos os professores se juntaram pra todo mundo ir e acabou acontecendo. Às vezes, tem colégio que nem leva as pessoas no passeio, nada”. Percebemos, em suas palavras, que a relação entre jovens, a escola e os movimentos que são fundantes para o viver a juventude na escola de tempo integral.

As vivências escolares, ao se tornarem um espaço de encontro, de conversas com os colegas e docentes e, até mesmo do se sentir seguro, materializam transformações no ambiente em que os estudantes jovens se encontram inseridos. Nesse sentido, a escola é uma instituição que possibilitava a formação humana integral dos estudantes jovens

A escola proporcionava condições ao criar ambientes nos quais as diversas vozes presentes no cotidiano escolar possam interagir em um clima de convivência democrática, por meio do conhecer, explorar outros lugares, abordados pelos estudantes jovens. Essas saídas enriqueciam as conversas entre estudantes e estudantes, docentes e estudantes, pois intensificavam os momentos de escuta e exploravam aproximações, relatos de vida, experiências musicais, itinerários de estudo relacionados a cada viagem, bem como a fadiga e o sono diante de tantas atividades.

Na narrativa de David (2ª série), percebemos a integração das vivências na escola, pois as imagens apresentadas impulsionavam as reflexões e os diálogos: “[...] com os projetos a gente aprendeu a trabalhar em equipe. [...] se ajudando, a gente é mais forte. Conforme o tempo, a gente vai buscando mais coisas pra escola, para os outros alunos verem como é que é e se espelharem na gente, e [...] também podem chegar lá”.

Viver a juventude significa reinventar o próprio modo juvenil de existir, por exemplo, o trabalho em equipe de forma colaborativa e se sentir como uma referência a ser seguida. Essa análise remete aos diferentes modos do reinventar-se e produzir a própria vida, visto que os jovens “[...] fabricam sua própria vida, reinventando seus modos de ser jovem a partir de sua situação juvenil [...]” (Stecanela, 2010, p. 31). Essa ideia ecoa na intensidade da experiência de viver, com oportunidades que incentivam a reflexão, como evidenciado pela abordagem juvenis. Esses movimentos, evidenciados pelos estudantes jovens nesta pesquisa,

reverberaram perguntas, entre elas: como essas vivências repercutiram no contexto de “viver a juventude na escola em tempo integral”? Quais são os principais desafios enfrentados ao vivenciar a juventude na escola em tempo integral? Essa voz tinham eco quando os indivíduos possuíam a liberdade de expressar seus pensamentos, e nesse sentido, “Ser livre era ser-se, em sua singularidade, construído ao longo de uma história sem igual” (Charlot, 2020, p. 290).

O cotidiano escolar é um espaço que traduz inúmeras possibilidades, mas que no seu seio entranha os enigmas e a pesquisa apresenta surpresa e descobertas. Como para Pais (2003), a captura dos detalhes ocultos na vida social está em jogo a descoberta constante e ao mesmo

tempo um convite para a decifração dos enigmas sociais. Nessa direção, as vozes juvenis que trouxeram uma tônica extremamente mobilizadora e reflexiva que precederam os diálogos da vivência da juventude na escola em tempo integral. Essas sensações e memórias, desenvolvidas ao longo da vida, constituem a singularidade humana dada a percepção de si e do mundo. Os encontros juvenis podem oportunizar essas reflexões e reverberar novos sentidos.

## REFERÊNCIAS

- CHARLOT, Bernard. **Educação ou Barbárie?** Uma escolha para a sociedade contemporânea. Trad. Sandra Pina. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.
- CHARLOT, Bernard. **Os jovens e o saber:** perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria; Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva.** 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.
- PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana:** Enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.
- STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano:** trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Caxias do Sul: Educs, 2010.

## O QUE PODEM AS JUVENTUDES DA/NA ESCOLA?

Simone Bastos Guterres  
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em  
Educação (Proped) na UERJ  
Professora de Sociologia da Fundação de Apoio à  
Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC/RJ)

### Resumo:

As juventudes, compostas por pessoas entre os 15(quinze) e os 29 (vinte e nove) anos<sup>18</sup>, historicamente tem participação política, econômica e social de relevância significativa no Brasil. Na nossa pesquisa, pretende-se compreender a participação das e dos jovens no interior da escola, considerando a Avaliação Institucional Participativa (AIP) como um espaço relacional privilegiado para acolher as diversidades, bem como possibilitar transformações necessárias a fim de realizar uma educação, de fato, inclusiva.

---

18 Estatuto da Juventude In: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)

O presente trabalho, ainda de cunho inicial, pretende trazer algumas reflexões e questões para se pensar os conceitos de juventude estudantil e AIP, bem como os cruzamentos possíveis para a construção de uma educação crítica e que atenda as necessidades daquelas e daqueles que a compõe no espaço escolar e no seu entorno. Para começar, apresentar-se-á o conceito de juventudes e de avaliação participativa e, ao final, algumas questões que vem sendo pensadas na pesquisa em andamento.

Palavras-chave: Avaliação; Diversidade; Educação; Juventudes; Participação.

### **Resumo expandido:**

#### **Objeto de Pesquisa:**

Juventude estudantil **Objetivos:**

Pensar as possibilidades da participação das juventudes nos processos de Avaliação Institucional Participativa (AIP) da/na escola.

#### **Abordagem do problema:**

**Possibilidades das juventudes nos processos de Avaliação Institucional Participativa (AIP) nas/das escolas.**

*Se for pra crer no terreno; Só no que nós tá vendo memo; Resumo do plano é baixo, pequeno;*

*Mundano, sujo, inferno e veneno; Frio, inverno e sereno; Repressão e regressão; É um luxo ter calma, a vida escalda; Tento ler almas pra além de pressão; Nações em declive na mão desse Barrabás; Onde o milagre jaz; Só prova a urgência de livros (...) Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós; Tudo, tudo, tudo que nós tem é. (Música Príncípa, Emicida, 2022).*

Há mais de vinte anos venho observando jovens em escolas do Ensino Médio no Rio de Janeiro. Como professora estive em escolas da periferia (bairros de Santa Cruz/RJ, Saracuruna e Campos Elísios/Duque de Caxias), em escolas de áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro (bairros de Tijuca, Gávea, Vila Isabel) e em escola rural (Visconde de Mauá, Resende/RJ). Antes de ser professora, fazia parte da juventude do Movimento estudantil (M.E.). Primeiramente como estudante secundarista de uma escola estadual e, mais a frente, como estudante de uma Universidade Federal. Tanto como ex-militante do M.E., quanto como professora e observadora, ainda sinto um sentir que observo nelas e neles: “*Que tudo que nós tem é nós*”, como diria Emicida.

Por vezes parece que as juventudes tem uma vida própria e peculiar na organização social, composta por dubiedades impostas pela lógica da transição entre uma fase e outra, da

infância à vida adulta, demonstrando a fulgacidade de ser jovem. Contudo, essa perspectiva está na superfície do tema. Felizmente, pesquisas vem avançando sobre essa que seria a juventude ideal, para um entendimento abrangente de reconhecimento da diversidade. Como afirma Dayrell,

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (DAYREEL, 2003:42).

As juventudes devem ser compreendidas como múltiplas, plurais, diversas e não como uma transitoriedade para um lugar também idealizado de vida adulta. A juventude estudantil leva para dentro da escola toda essa diversidade. Se a escola for capaz de escutar e possibilitar a participação ativa dessa juventude, quais transformações podem ocorrer? Trata-se de pensar o espaço escolar como um campo propício a estabelecer relações, no sentido freireano. Segundo Paulo Freire, se o ser humano não se limita a contatos mas está sempre em relações, seu lugar não se restringe a estar no mundo somente, mas de estar com o mundo. “Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser ente de relações que é”. (Freire, 1983, 39).

Nesse sentido, a Avaliação Institucional Participativa (AIP) pode se apresentar como um espaço de abertura de possibilidades de atuação dessa juventude estudantil, através ou não dos Grêmios Estudantis, mas como atores sociais de fato, atuantes e participantes de processos de reflexão e decisão, em

(...) uma ocasião em que tanto os posicionamentos teóricos quanto os práticos começam a ganhar pesos complementares, no sentido de trazer evidências que permitam monitorar e interferir nas condições que prejudicam ou potencializam o alcance dos objetivos pedagógicos definidos por esses atores sociais da instituição. (Louzada, Amancio, Rossato, 2021,4).

Trata-se de pensar a juventude estudantil, como um dos atores (ou das atrizes) sociais essenciais nos processos de avaliação para a construção de políticas públicas eficazes. Ao contrário de se ter um referencial unicamente externo e mesmo de se aceitar um referencial externo como avaliador de práticas e viveres dentro da escola, a Avaliação Institucional

“é um processo de apropriação da escola pelos seus atores, não na visão liberal da ‘responsabilização’ pelos resultados da escola como contraponto da desresponsabilização do Estado pela escola, mas no sentido de que seus atores tem um projeto e um compromisso social, em especial junto às classes populares e, portanto, necessitam, além deste seu compromisso, do compromisso do Estado em relação à educação. (Freitas, et al, 2009, 36).

A Avaliação Institucional Participativa está compreendida,

como prática agregadora de atores sociais que se organizam para fazer valer uma qualidade mais abrangente e alinhada com os direitos das crianças e jovens para terem acesso a um conjunto de saberes e conhecimentos que não se esgotam nos exames standardizados, mas que favoreçam a formação humana. (Sordi, Bertagna, Silva, 2016, 177).

Pensar as múltiplas possibilidades de atuação das juventudes da e na escola, entendendo que nem todas e todos jovens estão dentro da escola, bem como mesmo para as e os que estão, nem sempre a escola é o local privilegiado de existência e re-existência, mas será que não poderia ser? Não no sentido do que se instituiu como “protagonismo juvenil”.

Nesse discurso, do protagonismo juvenil, proferido pelas grandes corporações e que tomaram diversos espaços sociais, como a escola, onde o “fazer” emplaca e encerra qualquer debate relativo à política em suas instâncias hegemônicas e contra-hegemônicas. Assim, o jovem protagonista se voluntaria a resolver problemas criados pelas contradições forjadas na economia de mercado, na medida em que o jovem mobilizado e que atua em manifestações e organizações contrárias às políticas que beneficiam o livre mercado não é um protagonista, mas alguém gerador de desordem. (Souza, 2007).

Mas, na perspectiva das jovens e dos jovens que, entre 2015 e 2016, ocuparam escolas e realizaram de modo informal, intensa avaliação das escolas. Suas avaliações, muitas resultando em dossiês, infelizmente desprezados pelo poder público, apresentavam proposições de funcionamento da escola, tanto no que tangiu a administração quanto nos aspectos curriculares. Segundo Silva e Melo, ao se referir ao Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, escola tradicional no Rio de Janeiro,

(...) ao se apropriarem do espaço físico da escola, os estudantes do Iserj desenvolveram ações de organização e estabeleceram uma pauta de reivindicações que inclui críticas sobre os processos de terceirização, controle e avaliação dos serviços prestados pelo Estado do Rio de Janeiro. A pauta de reivindicações dos estudantes que ocuparam o Iserj apontou como problemas pontuais: (a) pagamento do salário atrasado dos funcionários terceirizados; (b) aumento do número de inspetores, vigilantes, funcionários da limpeza e manutenção; (c) reforma geral do prédio central; (d) melhoria na qualidade da alimentação; (e) conserto e manutenção dos laboratórios; (f) autonomia do grêmio estudantil; entre outros. (Silva, Melo, 124-125).

Portanto, essa pesquisa inicial tem como prerrogativa compreender o lugar dessa juventude estudantil nos processos de Avaliação Institucional Participativa (AIP), compreendendo as ocupações de escolas como um processo que prescinde de mais investigações devido a sua radicalidade e ao aprofundamento do debate sobre a escola. A pesquisa, em andamento, permanece em investigação sobre a AIP e sobre processos de ocupação de escolas entre 2015 e 2016, porém se propõe a pensar juntamente com colegas estudiosos do tema a seguinte pergunta: O que podem as juventudes da/na escola? E de que forma a educação ganha com a participação ativa de jovens nos processos avaliativos internos da e na escola?

## Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. Cadernos Adenauer, XVI, nº1, Fundação Konrad Adenauer, pp. 13-25, Rio de Janeiro, julho 2015.

ALVES, Nilda; GARCIA Leite, Regina A necessidade da orientação coletiva nos estudos sobre cotidiano duas experiências. Revista Portuguesa de Educação, vol. 14, núm. 2, Universidade do Minho Braga, Portugal, 2001.

ARROYO, Miguel. O direito à formação humana como referente da avaliação. In Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência. Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações, 2017, pp.11-30.

\_\_\_\_\_. Pedagogias em movimento - O que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.28-49, jan/jun 2003.

ATLAS DAS JUVENTUDES. consultado em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/jovenspopulacao-e-percepcoes/quem-sao-as-juventudes-do-brasil/>

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. Olhar de Professor, vol. 13, núm. 2,, pp. 315-330 Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino Paraná, 2010.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: Desafios à autonomia e à convivência. Revista Teias, Niterói: v. 12 • n. 26 • 07-22 • set./dez. 2011 – Jovens, territórios e práticas educativas.

CASTORIADIS, Cornélius. A instituição imaginária da sociedade. 5a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2019. Divulgação de resultados. Brasília: INEP, Outubro de 2020.

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)

COSTA, Rita de Cássia, Evaneide, MARTINS, Neudiante, FELIX. Avaliação Institucional do Ensino Aprendizagem. 1a. Ed. Sobral: Inta, 2017

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, no. 24. ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação:. Set /Out /Nov /Dez 2003.

\_\_\_\_\_. A escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. In Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt> Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude /

organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

Estatuto da juventude. Lei 12.852/2013. Consultada em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm).

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

\_\_\_\_\_. A avaliação no cotidiano escolar. In Avaliação: uma prática de novos sentidos. Consultado em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236981/mod\\_resource/content/1/Esteban.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236981/mod_resource/content/1/Esteban.pdf)

FIDALGO, Sueli Salles. A avaliação na escola: um histórico de exclusão social-escolar ou uma proposta sociocultural para a inclusão? Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 6, n. 2, 2006

FLACH, Simone de Fátima, BOUTIN, Aldimara C. D. Brito. Contribuições para o debate sobre as práticas educativas nas ocupações de escolas públicas. Movimento - Revista de Educação, ano 6, no.10, Niterói, 2019.

FREIRE, Paulo, FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. 8a. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KONDER, Leandro. O que é dialética. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

LEITE, Fernanda M. et al. Os sentidos da escola: Concepções de estudantes adolescentes. Psicol. Esc. Educ. 20 (2) • May-Aug 2016: 340.

LOUZADA, Virgínia, AMANCIO, Cristiane, ROSSATO, Bruno. A avaliação institucional e a gestão na/da educação infantil em meio à covid-19. Estudos de Avaliação Educacional, São Paulo, v. 32, e 08247, 202.

LOUZADA, Virgínia. A educação infantil e a bncc: o contexto das avaliações externas em larga escala. Revista Linguagem, Educação e Sociedade-LES, v. 27, n. 53 2023, eISSN: 25268449.

LUIZ, Maria Cecília, PINO, Nádia Perez, BENGTON, Clarissa. O “novo” nos programas para a juventude da secretaria da educação do estado de são paulo. Dossiê juventude, educação, violência e perspectivas do futuro. Cad. CEDES 40 (110) • Jan-Mar 2020.

MARX, Karl. O capital, Crítica da Economia Política. 16a. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

Plano Nacional de Educação(PNE) consulta em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização do pensamento único ã consciência universal.

Gaed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVERO, Ricardo Gonçalves, SEGUNDO, Mario Augusto Correia San.

#OCUPATUDORS – socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no rio grande do sul. ETD- Educação Temática Digital Campinas, SP v.19 n.1 p. 73-98 jan./mar. 2017.

SORDI, Mara, BERTAGNA, Regiane, SILVA, Margarida. A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola. Cad. Cedes, v. 36, n. 99, p. 175-192, Campinas, maio-ago., 2016.

SORDI, Mara, VARANI, Adriana, MENDES, Geisa (orgs). Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência. Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações, 2017.

SORDI, Mara, LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SOUZA, Regina Magalhães de. O discurso do protagonismo juvenil. Tese. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/publico/tese\\_regina.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/publico/tese_regina.pdf)

SPOSITO, Marília P., SOUZA, Raquel e SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. In Educação e Pesquisa. 44 • 2018.

TOMMASI, Livia De, WARDE, Miriam J., HADDAD, Sergio. (orgs). O banco mundial e as políticas educacionais. 5a.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VARANI, Adriana. Pela construção de um olhar para as potencialidades da formação humana no cotidiano escolar. In Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência. Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações, 2017, pp. 47-67.

## **TRABALHO E ESTUDOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: OLHARES DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO PAULISTA**

Gabriel Di Pierro Siqueira

Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar – Campus Sorocaba

### **RESUMO**

A pesquisa teve como objetivo compreender como transformações sociais mais recentes - em particular o contexto de pandemia de covid-19 - impactaram as trajetórias de jovens estudantes do ensino médio público da rede estadual paulista. Trata-se de uma investigação de caráter quantitativo e qualitativo que ocorreu ao longo de 2021 e 2022 junto a dez escolas públicas de ensino médio regular e de ensino técnico localizadas nos municípios de São Paulo, Sorocaba e Santos, a partir de um esforço de aproximação das realidades de jovens estudantes entre 15 e 18 anos de idade, participantes de um Programa de Pré-Iniciação Científica dirigido ao ensino

médio. Buscou conhecer as experiências juvenis que se desdobram em três grandes dimensões: os estudos, o trabalho e as perspectivas de futuro. Amparada nos estudos da Sociologia da Juventude, a investigação considerou as transformações históricas que repercutiram em trajetórias de estudos e trabalho menos lineares e mais heterogêneas. Os resultados de campo indicaram que a fragilidade da oferta educacional no período de crise sanitária acentuou incertezas e inseguranças em relação ao futuro, levando estudantes a buscarem outros suportes. Efeitos negativos da pandemia foram mais sentidos de forma desigual, sendo mais severos para jovens mulheres e jovens negros, especialmente oriundos de famílias que perderam renda no período e produziram impactos sobre a saúde mental para uma parcela significativa de estudantes.

## **RESUMO EXPANDIDO**

A pesquisa buscou compreender como as transformações sociais mais recentes impactam as trajetórias de jovens estudantes do ensino médio público da rede estadual paulista, a partir de um esforço de aproximação de suas realidades. Seu objetivo foi conhecer as experiências juvenis que se desdobraram em três dimensões: os estudos, o trabalho e as perspectivas de futuro. Investigou-se como esses e essas jovens estudantes elaboraram e construíram sentidos para os desafios enfrentados no período compreendido entre 2021 e 2022, diante de um contexto de reversão de conquistas sociais que foram obtidas nas últimas décadas e pelos efeitos da pandemia de covid-19.

Trata-se de uma investigação de caráter quantitativo e qualitativo que ocorreu ao longo de 2021 e 2022 junto a dez diferentes escolas públicas de ensino médio regular e de ensino técnico (ETECs) localizadas nas cidades de São Paulo – considerando especificamente a zona sul e zona sudeste da capital-, município de Sorocaba e o município de Santos. O trabalho se vinculou a um Projeto Temático da área da Psicologia Social iniciado em 2019, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e coordenação da professora doutora Vera Paiva, do Instituto de Psicologia da USP.

Foram interlocutores diretos ou indiretos desse estudo 174 jovens estudantes entre 15 e 18 anos de idade, que participavam da pesquisa enquanto pesquisadores e pesquisadoras, a partir de Programas de Pré-Iniciação Científica (Pré-IC).

O contato com jovens foi feito por meio de: encontros virtuais com estudantes de uma das escolas parceiras; grupo focal; realização de entrevista individual e entrevista coletiva. Também foram utilizados três relatórios do Projeto Temático, produzidos com base nos registros e análises das diferentes equipes de campo.

A partir de questionários sociodemográficos aplicados no contexto do Projeto Temático juntos a jovens identificou-se: o predomínio de jovens mulheres; uma maioria de estudantes brancos (por auto declaração), com presença significativa de negros/as; uma prevalência de jovens na faixa de 16 a 18 anos de idade; cerca de metade estudava em ETECs; identificou-se que mais de 75% não trabalhavam e 53,3% buscavam trabalho.

A análise do campo partiu da noção de condição juvenil, entendida como a forma como uma sociedade vai compreender e atribuir significado a esse momento do ciclo de vida, como parte de uma determinada construção sócio histórica que marca uma dada geração, e que será experimentada de forma particular por cada jovem, de acordo com as diferenças sociais e as suas histórias de vida (CORROCHANO, 2012). A condição juvenil contemporânea é atravessada pelo que Dubet (2011) denominou de um “declínio do programa institucional”, repercutindo em trajetórias de estudos e trabalho menos lineares e mais heterogêneas e produzindo uma crescente demanda para que os indivíduos estabeleçam suas próprias referências. As análises sobre as experiências de estudantes também se inspiraram na noção de suportes concebida pelo sociólogo Danilo Martuccelli (2007), enquanto elementos materiais ou simbólicos que indivíduos contam para sustentar-se diante do mundo.

No Brasil, ainda que o acesso a escolarização tenha se ampliado significativamente nas últimas décadas, as trajetórias juvenis e as condições de estudo e trabalho são marcadas por desigualdades de gênero, raça, território, produzindo desafios importantes e impactando as formas como jovens vivem essas dimensões (CORROCHANO, 2012).

### **Principais resultados**

Relatos indicam que jovens enfrentaram dificuldades com a forma como o ensino remoto foi organizado pela rede de ensino na passagem do ensino presencial para o formato remoto, resultando numa percepção de prejuízos ao seu processo de escolarização. As narrativas variam entre sentimento de injustiça ou abandono e a auto responsabilização pela queda de rendimento.

*Eu G. não me adaptei ao ensino remoto. Eu falo tranquilamente que não aprendi quase nada durante esse tempo (...) então eu comecei a me cobrar muito e pensando ‘meu deus, e agora o que eu faço? Não estou aprendendo nada. Eu estou no primeiro ano do ensino médio, aí tipo daqui a pouco eu faço ENEM, e se eu não passar porque não estou aprendendo nada....’ (G.M. jovem negra, ETEC de Sorocaba, Grupo Focal de 09/12/2021)*

A partir dessa situação, para muitas e muitos estudantes emergiu a percepção de que o projeto de acesso ao ensino superior estava em risco, produzindo incertezas em relação ao futuro. Foi frequente a procura por outros suportes e adiamento da realização de exames seletivos. Os relatos indicaram que jovens Pré-ICs buscaram outros recursos e espaços além da escola: ingresso em trabalhos diversos, realização de cursos variados de aperfeiçoamento, mudança para ETECs, busca por cursinhos pré-vestibulares e por conteúdos de apoio aos estudos, entre outros.

As experiências difíceis com relação à sua escolarização durante a pandemia levam jovens a experimentarem de forma mais intensa e radical aquilo que Sposito (2005) indicou sobre a experiência escolar brasileira: “na crise da mobilidade social via escola, configura-se uma ambiguidade caracterizada pela valorização do estudo como uma promessa de futura e uma possível falta de sentido que encontram no presente” (SPOSITO, 2005, p. 124).

Contudo, os relatos evidenciam que, para o grupo de estudantes que compuseram a pesquisa,

houve menos um desengajamento em relação aos estudos e mais uma mudança na relação com a escola pela necessidade de obter outros suportes. O retorno às aulas presenciais vai ser mais difícil para jovens cujas vidas foram, por razões diversas, reconfiguradas no período de distanciamento social.

Eu trabalho das onze da manhã até as sete da noite, aí eu não consigo ir (...) aí eles mandaram lá e eu falei que não consigo ir porque é muito perigoso eu ir para escola nesse horário sozinha e ter que voltar quase onze horas da noite. Eu já, uma vez no curso eu quase morri voltando para casa com a S., com um cara me prendeu na parede, foi horrível, e eu falei 'não vou'. Sinto muito. (L.W., mulher, negra, encontro virtual de 20/06/2021)

Os impactos foram vividos de forma distinta a depender dos perfis. A percepção de sobrecarga e a dificuldade de retorno ao ensino presencial eram mais intensas entre jovens mulheres que exerciam o trabalho doméstico não remunerado e jovens que precisavam trabalhar, sobretudo negros/as.

O contexto de pandemia afeta a construção de projetos, ampliando as incertezas, mas também permitindo repensar suas trajetórias (levou a “uma conversa consigo mesmo”). Para uma parcela prevalecia a ideia do esforço individual como forma de enfrentar esse contexto desigual, frequentemente associada a ideia de “correr atrás”. A família foi mencionada como suporte importante e o ensino superior surgiu frequentemente como projeto.

Era bastante presente, entre estudantes a expectativa de obter futuramente um trabalho que conciliasse desenvolvimento profissional com a sua expressão pessoal, buscando postos que respeitassem suas singularidades, conforme indicam outras pesquisas do campo de juventude (SANTOS, 2018).

Jovens citam impactos na sua saúde mental e formas variadas de sofrimento decorrentes dos seus contextos de vida. Segundo Garcia et al. (2022) o sofrimento mental nesse contexto pode ser entendido como uma resposta esperada diante dos desdobramentos da crise sanitária, sendo adequada a utilização da noção de sofrimento social, como forma de reconhecer tal condição como resultado de uma combinação complexa entre diversos fatores. (GARCIA et al. 2022).

Os resultados de campo conduzem à hipótese de que o sobre-esforço realizado por jovens (na escola, em casa, no trabalho, em espaços formativos) e a necessidade de sustentar projetos sem suportes necessários e em um contexto de grande incerteza repercutiam negativamente na saúde de jovens participantes da pesquisa.

### **Referências bibliográficas:**

CORROCHANO, M. C. O trabalho e sua ausência: narrativas juvenis na metrópole. São Paulo, Fapesp, 2012, 300p.

DUBET, F. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 289-305, ago. 2011.

GARCIA M R.V.; AMORIM, S. C.; RODRIGUES, G. V.; MENDONÇA, L. H. F. Contrarreforma psiquiátrica brasileira e medicalização do sofrimento mental na pandemia de Covid-19. Rev. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 49, v. 20, 2022, p.95-108

MARTUCCELLI, D. Cambio de rumbo: la sociedad a escala del individuo. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

SANTOS, R. E depois da escola? Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo. 2018. 353 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação –USP, São Paulo, 2018.

SPOSITO, M.P.; Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

### **O “Novo Ensino Médio” no Estado de São Paulo: um estudo através da perspectiva da juventude**

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa que integra um projeto coletivo e que tem como foco analisar a Reforma do Ensino Médio através da perspectiva dos estudantes em escolas públicas na região de Campinas (SP). A investigação aqui apresentada teve origem na experiência de estágio durante o curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Unicamp, se desdobrando num projeto de pesquisa desenvolvido em 2022 e contou com financiamento do CNPq. Durante esse período, foi possível observar o cotidiano da escola e dialogar com estudantes, professores e parte da equipe escolar. Além da observação do cotidiano escolar numa escola em adaptação aos padrões da reforma, foram aplicados questionários para os estudantes matriculados no ensino médio e realizadas quatro entrevistas: com a coordenadora do Ensino Médio da escola e com três jovens estudantes. O estudo permite identificar a desinformação dos estudantes sobre a reforma em curso, suas angústias e as principais críticas que fazem ao Novo Ensino Médio paulista (NEM). É possível verificar o impacto perverso desta reforma para a formação, em especial, dos jovens trabalhadores que frequentam a escola pública.

Resumo expandido:

Este artigo tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa que integra um projeto coletivo e que tem como foco analisar a Reforma do Ensino Médio através da perspectiva dos estudantes em escolas públicas na região de Campinas (SP). A investigação

aqui apresentada teve origem na experiência de estágio durante o curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Unicamp, se desdobrando num projeto de pesquisa desenvolvido em 2022 e contou com financiamento do CNPq. Durante esse período, foi possível observar o cotidiano da escola e dialogar com estudantes, professores e parte da equipe escolar. Além da observação do cotidiano escolar numa escola em adaptação aos padrões da reforma, foram aplicados questionários para os estudantes matriculados no ensino médio e realizadas quatro entrevistas: com a coordenadora do Ensino Médio da escola e com três jovens estudantes. O estudo permite identificar a desinformação dos estudantes sobre a reforma em curso, suas angústias e as principais críticas que fazem ao Novo Ensino Médio paulista (NEM). É possível verificar o impacto perverso desta reforma para a formação, em especial, dos jovens trabalhadores que frequentam a escola pública.

A pesquisa buscou através de revisão bibliográfica relacionar textos que pudessem definir e problematizar o processo ligado à reforma do ensino médio e, mais especificamente, ao Novo Ensino Médio no estado de São Paulo. Para isso houve uma busca de bibliografias que pudessem explicar os caminhos da educação dentro do neoliberalismo e como as empresas e o mercado infiltraram-se na lógica escolar; com isso pode-se destrinchar mais sobre a educação brasileira e do estado de São Paulo, buscando traçar uma análise histórica do desenvolvimento da educação nas últimas décadas, até desembocar no marco mais recente que foi a reforma; por fim para a sedimentação do contexto, foi trabalhado textos mais recentes que buscaram tratar diretamente sobre a reforma e dos problemas que já vinham a ser percebidos desde a idealização até sua implementação.

Junto à construção e aplicação da pesquisa na escola HF, outras três escolas contemplaram a pesquisa através do PIBIC-EM, em que houve três estudantes de ensino médio que puderam junto a esta pesquisa trabalhar e desenvolver em paralelo em suas respectivas escolas de ensino médio na região de Campinas-SP. As análises mantiveram um certo alinhamento diante de seus resultados.

A pesquisa teve como objetivo central captar a vivência e o olhar do jovem secundarista sobre as mudanças que ocorreram em seu contexto educacional. Os resultados dos questionários mostraram que existia um desconhecimento sobre a totalidade das novidades vindas com a reforma, de forma que estes jovens não estavam totalmente preparados para o que estava ocorrendo, construindo um sentimento de confusão diante do que estavam vivendo. A indignação é maioria entre as opiniões, com destaque para três pontos: falta de planejamento na construção do material didático e de recurso, desigualdade de acesso à escola com a juventude que também trabalha, além da redução de matérias tidas como importantes para eles, tendo como principal referência para essa avaliação o estudo para os vestibulares.

Com as entrevistas pode se ter uma visão mais aprofundada sobre a reforma do ensino médio: tanto a opinião dos jovens quanto a vivência deles enquanto estudantes na pandemia, até suas opiniões mais recentes sobre todo o processo de mudança em que estavam inseridos. Mariana, uma das entrevistadas, conta em sua entrevista como o primeiro ano de pandemia, em que estava no nono ano do ensino médio, foi complicado e não conseguiu aproveitar o ensino,

que também passava por uma desorganização geral por conta do EaD (Educação a Distância). Assim, quando chegou o ensino médio passou pela dificuldade acumulada da defasagem educacional e pelos problemas encontrados nas mudanças do NEM.

Um dos problemas encontrados no conteúdo didático do Novo Ensino Médio vem das disciplinas do *Itinerário Formativo*. Na opinião dos entrevistados sobre os itinerários, pode-se resumir no fato de que eram programados com “muita aula e pouco conteúdo”, ocupando o espaço de matérias importantes e avançando ainda mais em cada ano do ensino médio, de forma que, no terceiro ano, exista uma dificuldade estruturada para se preparar para o vestibular, a principal forma destes jovens em continuarem seus estudos no ensino superior.

Apesar das barreiras construídas no Novo Ensino Médio, a escola e os professores precisaram agir na intenção de não deixar a escola se distanciar da juventude que a ocupa. O aumento da carga horária, por exemplo, foi relatado pelos alunos e também pela então coordenadora como um fracasso. Com baixa presença de estudantes, houveram adaptações no programa semanal da escola para que a expansão da carga horária não tornasse um empecilho na educação. Outro ponto interessante é a forma como os professores têm lidado com os itinerários, buscando trazer um conteúdo mais relevante para os alunos durante suas aulas de itinerário formativo.

Os resultados da pesquisa mostram como a reforma do ensino médio e sua implementação no estado de São Paulo foram construídas como um projeto político capaz de representar a forma assumida pelo neoliberalismo no Brasil, propagando-se a partir de um discurso de maior liberdade na escolha das matérias e com uma preparação maior para o mundo do trabalho. Apesar desta imagem construída sobre o Novo Ensino Médio, a juventude secundarista têm mostrado que o NEM intensificou a desigualdade educacional, dificultando o acesso à escola da juventude que precisa trabalhar para ajudar no sustento de caso; precarizando o conteúdo educacional, tanto a partir do que é oferecido para estudar quanto na falta de recursos disponíveis; falta de preparo com corpo docente e discente na transição para o novo modelo (ocorrendo durante o período de distanciamento social causada pela COVID-19). Esta desigualdade foi relatada durante as entrevistas, associada ao despreparo para os vestibulares e a discrepância da qualidade do estudo com escolas particulares. Desse modo, a escola, arquitetada a partir de uma racionalidade econômica, está tornando-se um espaço não democrático, capaz de conservar as desigualdades que se propunha superar.

[Guilherme Bufelli Macari](#)

FE-UNICAMP

## **JOVENS DA FLORESTA E O DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Huéfeson Falcão dos Santos

Universidade do Estado do Amazonas

Rita de Cássia Fraga Machado

Universidade do Estado do Amazonas

## Resumo

Este trabalho, advindo da pesquisa que vem sendo realizada na pós-graduação (mestrado) em educação pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA, tem o objetivo de realizar uma discussão dialética acerca dos desafios da educação nas comunidades tradicionais da Floresta Nacional (FLONA) de Tefé e seu entorno, principalmente no que diz respeito ao acesso e à qualidade do ensino. A justificativa para desenvolver esta pesquisa e fazer o debate sobre esse tema se deve à necessidade de trazer para a análise a desigualdade social na oferta da educação para as comunidades durante a pandemia da Covid-19. Populações que enfrentam em seu dia a dia diversos problemas sociais e políticos que ainda estão longe de serem superados. Buscaremos evidenciar as contradições em torno dessa educação buscando uma contraposição a partir da teoria crítica da educação no que se refere às semelhanças e às diferenças na oferta e na qualidade do ensino oferecido a essas comunidades e o que é ministrado na cidade. Por fim, apresentaremos questões propositivas para uma educação que vá ao encontro das aspirações e necessidades dessas comunidades.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais, FLONA de Tefé, Educação e meio ambiente.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, as dificuldades de sobrevivência, com a privação e a insegurança no acesso à saúde, à educação e a outros direitos primordiais, sempre fizeram parte da vida dos povos e comunidades tradicionais.

Na busca de acesso e na qualidade da oferta de educação nas comunidades da Floresta Nacional (FLONA) de Tefé e entorno, no ano de 2011 as juventudes desse território idealizaram e executaram um projeto chamado Jovens como Protagonistas pelo Fortalecimento Comunitário, em que se objetivava despertar e intensificar o protagonismo juvenil através de encontros formativos. Entre diversos temas, a educação era e é um tema muito debatido por esse segmento uma vez que este é uma das principais demandas e necessidade enfrentada por estes jovens.

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de realizar uma discussão dialética acerca dos desafios da educação nas comunidades tradicionais da Floresta Nacional de Tefé e seu entorno, principalmente no que diz respeito ao acesso e à qualidade do ensino.

E aqui, utilizamos a palavra juventudes no plural por entender que a juventude é diversa. Cavalcante, Lana (2015) diz que devemos ter consciência de que quando se debate sobre juventude, na verdade, de juventudes no plural, pois esse segmento social é bastante diverso. Falamos de jovens empregados e desempregados, jovens que estudam e trabalham, jovens que só trabalham e não estudam, jovens que estudam em escolas particulares e que não

precisaram trabalhar até terminar sua faculdade, jovens que moram nas comunidades tradicionais da Amazônia que muitas das vezes tem seus direitos básicos suprimido ou ofertado de forma rarefeita etc.

Nesse sentido, bell hooks (2013) diz que a educação deve formar indivíduos preocupados com uma convivência social igualitária e respeitosa. Sob o mesmo ponto de vista, a intelectual considera os vínculos entre estudantes e educadores como o primeiro passo para uma educação antirracista e libertadora.

Com a chegada da pandemia da Covid-19, a situação de exclusão social das comunidades tradicionais ficou agravada e a desigualdade, escancarada a “olho nu”.

Enquanto a cidade adotou a metodologia de aulas remotas, na qual os estudantes recebiam materiais e orientação através de redes sociais, podendo assim minimizar possíveis prejuízos em relação ao aprendizado por estarem fora da sala de aula, tudo isso tendo o contato direto com o professor, nas comunidades ocorreu o contrário. Na maioria das vezes, os estudantes e suas famílias não recebiam sequer notícias de como estava ou como ficaria a situação escolar na comunidade.

No ano de 2021, as comunidades da FLONA de Tefé e entorno retomara as suas atividades escolares. No entanto, os(as) professores(as) encontraram um contexto distante do que se esperava e do que se pensa em educação. Por vezes, quando pensamos no pós-pandemia, é instantâneo considerar os reflexos negativos que ela causou, inclusive, na educação e na cultura dessas comunidades. Esses impactos são preocupantes não somente em relação à aprendizagem, mas, também, quanto ao número de crianças e jovens e adultos que abandonaram os estudos. As disparidades sociais e de estrutura educacional refletem a desigualdade enfrentada por elas em seus territórios.

## **METODOLOGIA**

Este estudo está sendo realizado com jovens de 15 a 29 anos (idade de juventude definida no estatuto da juventude - Lei 12.852/13) na ótica da pesquisa-ação (Brandão; Streck, 2006; Machado, 2015;) e pesquisa social em educação acreditando que as experiências estão relacionadas, e podem ser compreendidas em suas origens quando relacionada aos contextos sociais e políticos. Para além disso, pelo fato de proporcionar a participação do autor na produção de conhecimento acerca do tema estudado e por entender que esta poderá contribuir na busca por alternativas viáveis para uma compressão de como essas juventudes da FLONA de Tefé e entorno se organizam em torno da pauta do direito à educação no território. Nesse sentido e para atingir os objetivos, estamos trabalhando junto as juventudes Grupos Focais, realização de entrevista e realizando observação participante.

Rita Machado (2015) diz que:

[...] a pesquisa-ação não está caracterizada apenas pela crescente proporção de sujeitos populares participando do processo. Ela própria é uma alternativa coletiva de criação de conhecimento social. Inscreve-se e participa em processos relevantes de uma ação social transformadora e emancipatória da realidade. (Machado, 2015, p. 30).

Sendo o esforço de gerar e produzir conhecimento que proporcione transformação social um dos maiores objetivos da pesquisa-ação, Thiollent (2009) afirma que o conhecimento não serve somente para informar, mas, principalmente, para conscientizar o grupo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais têm pressionado cada vez mais, e até mesmo produzindo conhecimento a respeito da problemática para se construir um espaço acolhedor, inclusivo, dialético, participativo, que leve em consideração, no ensino e na aprendizagem, o modo de vida deles. Um espaço em que o sujeito se encontre, se identifique e se reconheça no que é ensinado.

O ingresso dos povos e comunidades tradicionais nas escolas e universidades tem aumentado ano após ano e provocado um movimento que modifica a dinâmica dessas comunidades. Uma luta iniciada por Chico Mendes e outras lideranças, desde 1980, quando nos seringais se discutia a educação como ferramenta para romper a dicotomia que o seringueiro se via obrigado a manter, na eterna relação de dependência entre “patrão” e “empregado”.

Allegretti (2002) afirma que nesse movimento em busca de uma educação que emancipasse os seringueiros de forma a mitigar a exploração sofrida. Nesse sentido, percebe-se que a luta não era só pela floresta em pé, mas, junto com ela, a exigência de que as políticas públicas integrais, em especial a educação, chegassem aos seringais.

Nesse movimento de luta pela garantia a uma educação de qualidade na comunidade, tem-se debatido e buscado com maior intensidade o acesso e a qualificação da educação nas comunidades tradicionais. Freire (1980) lembra que essa utopia exige daqueles que a buscam um conhecimento crítico da realidade e um maior comprometimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender a especificidade das comunidades tradicionais se faz necessário para caracterizá-la como conteúdo fundamental, percebendo a educação em seu contexto social, a fim de valorizar os processos que já se oferecem de forma efetiva nessas comunidades. Assim, tem-se uma educação que contemple as necessidades da população locais, levando em conta os contextos social, político e cultural.

Percebemos nesta pesquisa em andamento a imensa dificuldade, no momento, em trazer algo que pudesse instrumentalizar o Estado na criação de políticas públicas para a educação nas comunidades tradicionais de Tefé e quiçá da Amazônia. Enquanto isso está em disputa, acreditamos que em nossas produções podemos anunciar e até mesmo denunciar a negação de direitos dessas populações. Os desafios de geolocalização não devem ser um empecilho para que os direitos cheguem aos territórios isolados.

Nesse sentido, precisamos superar duas questões que discutimos e apontamos neste texto: a primeira delas é a educação bancária, aquela que não respeita a cultura e o contexto do ser

educando e só deposita conhecimento. A segunda delas é a ausência de políticas públicas para o acesso a uma educação pública socio referenciada de qualidade. Precisa-se entender que cada território, cada povo e cada sujeito têm suas especificidades de como fazer e estar no mundo. Precisamos aprofundar o debate público em torno da educação da floresta e, portanto, avançar, em movimento, no conjunto da transformação social.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Distrito Federal (DF), 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Org). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Os jovens, a escola e suas práticas espaciais**.

CAVALCANTI, Lana de Souza; CHAVEIRO, Eguimar Felício; PIRES, Lucineide Mendes (Orgs.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. Editora PUC Goiás. 2015.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Conscientização: teoria e prática da Libertação – Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

MACHADO. Rita de Cassia. **Trabalho e educação necessária para ir além**. Manaus: UEA edições, 2015.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e sua Geografia: práticas espaciais e percepções no/do cotidiano da cidade. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org). **A cidade e seus Jovens**. Goiânia: Editora da PUC Goiás. 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

## EVASÃO ESCOLAR EM UMA UNIDADE DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO: AS ETECS EM UM NOVO SIGNIFICADO

Prof. Me. Jeferson Nedelciu – Faculdade de Tecnologia de Tatuí

A evasão escolar é um fenômeno presente em nossa sociedade e identificada como um dos problemas mais graves da educação no país. Apesar de muitos estudos o tema ainda carece de respostas claras. A evasão é complexa e permeada de vertentes, onde a própria definição da palavra já causa discordâncias entre pesquisadores. Ainda, discussões de evasão escolar são em sua maioria direcionadas aos níveis de ensino fundamental, médio ou superior; pouco se produz sobre a evasão no ensino técnico, modalidade extremamente importante para nosso país. Este

estudo foi desenvolvido em uma Etec que apresenta cerca de dois mil alunos matriculados e um alto índice de evasão em alguns de seus cursos. Etecs são construídas sob a ótica de mudança social por meio da profissionalização. Tal fato apresenta discussões sobre a mercantilização do ensino e a meritocracia na educação. A pesquisa buscou jovens que evadiram entre 2016 e 2021, com um recorte histórico com a intenção de selecionar estudantes que estiveram presentes durante a imposição da reforma do ensino médio e das mudanças ocasionadas pela Pandemia da Covid-19. O resultado da pesquisa apontou mudanças significativas no perfil desses jovens, que apresentam novos anseios e quando divergentes daquilo que se impõe nas Etecs, refletem em sua evasão. Portanto, uma formação escolar voltada ao mercado de trabalho e tendo o princípio do mérito como fonte de destaque, desconsiderando as desigualdades de nossa sociedade, precisa ser repensada.

## **EVASÃO ESCOLAR EM UMA UNIDADE DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO: AS ETECS EM UM NOVO SIGNIFICADO**

Prof. Me. Jeferson Nedelciu – Faculdade de Tecnologia de Tatuí – [jeferson.nedelciu@fatec.sp.gov.br](mailto:jeferson.nedelciu@fatec.sp.gov.br)

A evasão escolar é um fenômeno presente em nossa sociedade e identificada como um dos problemas mais graves da educação no país. Apesar de muitos estudos presentes na área e uma série de hipóteses levantadas, o tema ainda carece de respostas claras. É possível notar que existe um determinado “senso comum” quando se trata de evasão, no qual muitos pesquisadores apontam sempre um direcionamento para identificar os culpados no processo. Entretanto, a evasão é complexa e permeada de vertentes no qual inclusive para simplesmente definir o que é evasão já encontramos discordâncias entre pesquisadores.

O ensino técnico, hoje, é uma modalidade de ensino extremamente importante em nossa sociedade e movimenta a vida de milhares de jovens e adultos no Brasil. Para contextualização, este estudo se dará exclusivamente em uma escola de ensino médio e técnico, denominada como Etec: a unidade conta com cerca de dois mil alunos matriculados, fazendo parte do Centro Paula Souza (CPS), autarquia do governo do estado de São Paulo. As Etecs são construídas sob a ótica de mudança social por meio da profissionalização, tal fato nos apresenta discussões sobre a mercantilização do ensino, bem como os problemas gerados pela meritocracia na educação.

Essa pesquisa nos apresenta que passamos por uma grande mudança no perfil dos jovens que estão presentes nas unidades de ensino médio e técnico das Etecs. De longe, o público já não é mais aquele identificado em meados de 1980, quando o ensino técnico era direcionado para os marginalizados, tendo que a formação técnica seria sua única formação profissional possível. Sendo assim, novas exigências se fazem presentes na vida destes jovens, e seus anseios, se divergentes daquilo que se impõe na escola técnica, refletem em sua evasão. Portanto, uma formação escolar voltada ao mercado de trabalho e tendo o princípio do mérito individual como fonte de destaque, desconsiderando as desigualdades de nossa sociedade, precisa ser repensada e discutida.

## OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho foi realizar uma análise das razões que levam os jovens ingressantes em cursos técnicos concomitantes das Etecs a evadir de seu curso, sem que necessariamente tenha evadido do seu ensino médio em outra instituição que esteja matriculado

## METODOLOGIA DA PESQUISA

Essa pesquisa foi desenvolvida através do método quali-quantitativo, no qual se aplicou um questionário com um grupo de alunos evadidos do ensino técnico e os resultados foram discutidos após a construção de um amplo referencial teórico, no qual se levou em consideração autores renomados da área da educação e artigos publicados relacionados a área e que permitiram enriquecer a análise. Como um dos principais métodos adotados, consideramos o jogo de escalas, de Zaia Brandão (2008), que aborda a importância de comunicar dados microssociais com os macrossociais. Outro ponto de destaque foram as discussões metodológicas apresentadas por Ana Paula Corti (2015), no qual a socióloga discute a importância de superar modelos estatísticos para criar análises sobre evasão escolar.

Considerando tais afirmações, em concordância com Heloisa Helena T. de Souza Martins, ainda destaco que “[...] a metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica” (MARTINS, 2004, p. 291). Dialogando então, com uma série de autores e aplicando ferramentas de pesquisa, tendo principalmente a coleta de dados por meio de questionário eletrônico, foi possível extrair dados dos evadidos para discussão deste trabalho. Ainda, apresento que a pesquisa completa, com todo material e as devidas discussões estão presentes em “Evasão escolar em uma unidade de ensino médio e técnico: as Etecs em um novo significado” (NEDELCIU, 2023).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Evasão é um tema que demanda múltiplos olhares e talvez seja um dos mais complexos temas para se pesquisar na área da educação. O ato de evadir é construído por uma série de vertentes e identificar sua causalidade é o ponto chave para criar ações de combate ao fenômeno. O estudante que evade não decide esse ato em uma ação momentânea, mas sim através de uma série de situações que geram o descontentamento ou a impossibilidade de seguir em sua vida escolar. O ensino técnico é um universo que envolve milhares de jovens que buscam uma possibilidade de mudança de vida, mas que hoje se identifica um alto índice de evasão.

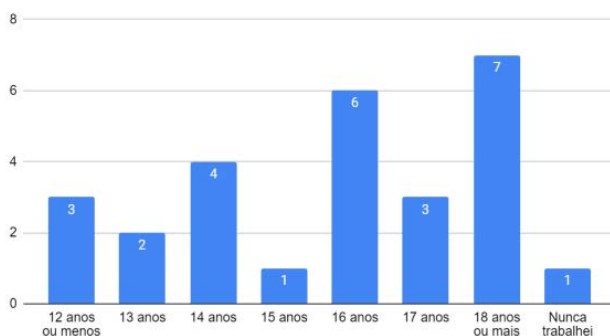
A pesquisa identificou a mercantilização da educação e as desigualdades geradas no mercado de trabalho, refletindo no cotidiano escolar. Direcionar a escola para o mundo do trabalho e alinhar a educação com a vida social são pontos fundamentais. Contudo, a influência

do empresariado na definição das regras escolares cria uma situação complicada. Se identificou claramente que existe uma mudança na perspectiva dos jovens e historicamente as escolas técnicas apresentam uma origem destinada aos filhos de operários, sendo uma única fonte de profissionalização. Com isso, existe um conflito de interesses claramente entre os objetivos das Etecs e o interesses dos jovens matriculados na instituição.

As discussões sobre a influência do trabalho na evasão escolar levantam questões sobre se ele é determinante para a evasão ou se o jovem permanece na escola por conta do trabalho. Não tenho uma resposta definitiva, pois a evasão escolar é um fenômeno estatisticamente identificável, mas realizado por indivíduos. A pesquisa indica que o trabalho alinhado aos estudos pode ter efeitos tanto positivos quanto negativos na formação do jovem. Quando a inserção no mercado de trabalho ocorre de forma mais natural, sem extrema necessidade de renda, buscando autonomia sem conflitos familiares, e as empresas tratam o programa aprendiz ou estágio com seriedade, os resultados são satisfatórios em termos de feedbacks tanto para as empresas quanto para os jovens.

Outro aspecto destacado, que contrasta com as características mencionadas anteriormente, é observado na minha pesquisa. Apesar de muitos jovens afirmarem não estar trabalhando durante o ensino técnico, a investigação revelou que praticamente todos tiveram algum contato com o mercado de trabalho entre os 12 e 18 anos, como evidenciado no gráfico 1. Nota-se que ter qualquer tipo de envolvimento com o mundo do trabalho entre os 12 e 14 anos é ilegal, representando um erro nesse processo. Já entre os 14 e 17 anos, há casos de jovens em Etecs que estudam em dois turnos, realizam estágio ou participam do programa aprendiz, resultando em uma carga horária significativa de dedicação.

Gráfico 1. Jovens e o mercado de trabalho



Fonte: Elaboração própria

Fonte: Nedelciu (2023)

Conclui-se, com este estudo, que é necessária uma reformulação daquilo que se encontra no cotidiano das Etecs, se a intenção foi diminuir a evasão escolar em todas as suas unidades. Os dois principais pontos que quero destacar nesse momento são: se a escola é construída para uma formação técnica e profissional, divulgando para sociedade que ela é alinhada com o mercado de trabalho e fonte de integração, entretanto ela não consegue dar garantias a partir

do momento que o aluno está matriculado, essa é uma problemática muito grande, e precisa ser revista; outro ponto é a própria identificação de qual o perfil do aluno que está interagindo dentro das Etecs.

Nesse estudo, pequeno, do ponto de vista de estatísticas, se identificou que os jovens evadidos não tinham esse interesse mercadológico em sua formação; mas não podemos nos resumir apenas a esse estudo, quando se discute essa situação. São inúmeros casos dos jovens que vão em busca de Etecs pensando em oportunidades de melhorar seus conhecimentos no intuito de conseguirem acessar uma universidade. Vide as propagandas do próprio CPS sobre seus resultados mediante aos alunos que participam do ENEM e diversas outras que as Etecs propagam em suas redes sociais com a parabenização de jovens que recebem aprovação em Universidades de todo o país.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Zaia. **Os jogos de escalas na sociologia da educação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 607-20, maio/ago., 2008.

CORTI, Ana Paula. **À deriva**. Um estudo sobre a expansão do ensino médio no estado de São Paulo (1991-2003). Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, s.n., 2015

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em acesso em 17 fev. 2024

NEDELICIU, Jeferson. **Evasão escolar em uma unidade de ensino médio e técnico**: as Etecs em um novo significado. 2023, 182. Dissertação – Departamento de Ciências Humanas e Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023.

## PROJETOS DE VIDA DE JOVENS ADULTOS E EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS AO LONGO DA VIDA

MACHADO, Vanessa - Universidade de São Paulo

PINHEIRO, Viviane - Universidade de São Paulo

Esta pesquisa aborda as contribuições das experiências educacionais promovidas em espaços escolares e em outros espaços de educação para o desenvolvimento dos projetos de vida de jovens adultos. O estudo foi realizado com 176 participantes, com idade entre 18 e 25 anos, que responderam a um questionário online composto por: perfil demográfico, socioeconômico, características e dimensões dos projetos de vida e das experiências educacionais. Os dados obtidos evidenciaram que quanto mais diverso o acesso às experiências educacionais ao longo da vida, maiores as possibilidades de elaboração de projetos de vida complexos que contemplam um alto nível de engajamento com questões sociais e políticas com a dimensão

além de si.

**Palavras-chave:** projetos de vida; jovens adultos; experiências educacionais.

O conjunto de experiências educacionais organizadas para criar oportunidades de ensino e aprendizagem, promovidas em ambientes escolares e em outros espaços de educação, são fundamentais para a formação de crianças e jovens. A oportunidade de engajamento em atividades significativas é um dos fatores que influenciam o desenvolvimento do projeto de vida

Colby (2020) adverte que os projetos de vida não são descobertos ou revelados, são desenvolvidos, cultivados com investimento e persistência. Desse modo, reconhecer como as experiências educacionais contribuem para o desenvolvimento de projetos de vida é necessário para o delineamento de propostas formativas que favoreçam projetos que beneficiem os indivíduos e gerem impacto social.

Considerado como um constructo complexo e dinâmico que orienta e dá sentido à vida, projeto de vida é definido como uma intenção, estável e generalizada de alcançar algo que seja significativo para si e que gera consequências para além de si (Damon, Menon, & Bronk, 2003). Sendo moldados durante a adolescência e início da vida adulta, os planos para o futuro consideram, entre outras questões, aspectos profissionais, crenças religiosas e políticas (Bronk, 2011).

O cenário das desigualdades sociais influencia as vivências ocorridas no momento de transição para a vida adulta no país (Dutra-Thomé & Koller, 2014). Do mesmo modo, os contextos sociais, culturais e políticos delinham o desenvolvimento dos projetos de vida.

Esta é uma pesquisa de método misto, realizada com 176 jovens adultos, com foco em reconhecer as implicações das experiências educacionais para a construção dos projetos de vida. A coleta de dados foi feita por meio de um instrumento online composto por: dados censitários, demográficos, socioeconômicos, experiências educacionais e projetos de vida.

As perguntas específicas sobre os projetos de vida foram baseadas no Youth Purpose Interview (Andrews et. al., 2006). Por serem abertas demandaram a análise qualitativa, feita com base na Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (MORENO MARIMÓN et. al., 1999), em que a complexidade da dinâmica de pensamento observada nas respostas abertas levou ao agrupamento dos participantes de acordo com as dimensões do projeto de vida – (a) engajamento, (b) projeção para o futuro e (c) intenções significativas de impactar o mundo além de si. Posteriormente, foram analisadas estatisticamente as variáveis demográficas e as variáveis referentes às experiências educacionais que demonstraram relações com os projetos de vida, assim como o acesso às experiências educacionais ao longo da vida e o perfil demográfico dos participantes.

Em relação à caracterização dos participantes, a composição da amostra é distribuída da seguinte forma: 57% gênero feminino (sendo que dois participantes não se identificam com os gêneros feminino ou masculino); 60% têm até 20 anos; 93% residem na grande São Paulo; 50%

são brancos, 24% pardos, 21% negros, 2% amarelos e menos de 1% indígena; 67% frequentaram escola pública no Ensino Médio e 60% ingressaram no Ensino Superior; 38% são estagiários, 37% possuem um trabalho formal e 14% não exercem atividade remunerada; 70% pertencem às classes A-B1-B2, com renda acima de R\$5641,64 (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2021).

A variável demográfica Idade apresentou forte evidência de associação com os projetos de vida, levando ao entendimento de que o acúmulo de experiências vividas com o avançar da idade agrega complexidade aos projetos de vida. Do mesmo modo, o cruzamento entre Ensino Superior e Projeto de vida indicou que há a tendência dentre aqueles que ingressaram nesse nível de ensino de apresentarem projetos de vida orientados para o impacto além de si.

As experiências educacionais escolares investigadas versaram sobre experiências que possibilitaram acesso à informação, à cultura e esportes e dedicação aos estudos. Assim como experiências relacionadas à participação ativa em situações de representação estudantil, participação em campanhas de solidariedade, organização de eventos, discussão e tomada de decisões em assuntos referentes à vida escolar.

No que se refere às experiências educacionais escolares, a frequência de participação nas atividades que mostraram ter associação positiva com os projetos de vida foram: frequentar exposições culturais; participar de projetos escolares com temas sociais ou ambientais; praticar a leitura (jornais, livros, revistas, etc) e estudar para provas. Entende-se que a frequência sempre ou quase sempre nestas atividades possibilitou além da aquisição de conteúdos conceituais, a ampliação do repertório cultural e social, assim como desenvolveu habilidades importantes para os adultos emergentes participantes deste estudo.

Nesse ponto, destaca-se que o acesso a equipamentos culturais é abundante em uma cidade como São Paulo (local de residência de 93% da amostra) que concentra diversos museus, centros e casas de cultura, teatros, bibliotecas, salas de show e concertos. Porém, o fato da maioria destes equipamentos localizarem-se em grande parte nos bairros centrais, associado aos valores cobrados faz com que a frequência seja um privilégio para boa parte da população (Rede Nossa São Paulo. Mapa da Desigualdade, 2018).

Algumas das práticas que se dão em outros contextos de educação observadas foram: estudo de outros idiomas, práticas esportivas, atividades artísticas, envolvimento em grupos religiosos e associações estudantis, participação em movimentos sociais e políticos diversos. Sendo que as variáveis que apresentaram relações positivas com os Projetos de vida foram: grupos religiosos, associações estudantis e movimentos sociais.

Um dos fatores que ajuda a explicar o envolvimento em grupos religiosos destacar-se como uma das variáveis que influencia o projeto de vida é que para parte considerável da amostra a religiosidade, independente da vertente, compareceu com força na organização do pensamento dos participantes, demonstrando que desempenha um papel importante no direcionamento dos objetivos, das ações no presente e das projeções futuras. Ressalta-se que a religiosidade é tida como a base para ser e agir no mundo, de modo que o engajamento em atividades organizadas em espaços religiosos pode conduzir ao desenvolvimento de ações altruístas (por exemplo,

voluntariados) e, por vezes, inspirar as dimensões pessoal, social e profissional do projeto de vida. Por outro lado, também acontece da religiosidade ser encarada como uma força que guia os acontecimentos da vida quase que independente dos desejos e ações do sujeito, não representando dessa forma uma relação diretamente positiva para as dimensões do projeto de vida.

Em uma amostra composta em grande parte por estudantes universitários de um lado e, de outro, por concluintes do Ensino Médio que almejam ingressar no Ensino Superior, o engajamento em movimentos sociais e a participação em associações estudantis despontaram como atividades importantes para o desenvolvimento dos projetos de vida, evidenciando que a transição para a vida adulta no início da juventude – expressa pela extensão do tempo de dedicação aos estudos – pode ser uma oportunidade para explorar papéis sociais, desenvolver habilidades e estabelecer relações em diferentes campos de atuação (por exemplo, a representação estudantil, a participação social, o engajamento em prol de causas coletivas, entre outras), o que por consequência expande as possibilidades dos projetos de vida.

Reconhecer como as experiências educacionais contribuem para o desenvolvimento de projetos de vida é necessário para o delineamento de propostas formativas que tenham como foco enfrentar os desafios que envolvem a formação de crianças, adolescentes e jovens.

Dessa forma, de acordo com os dados apresentados, constatou-se que a variável demográfica Idade foi a única característica com efeito nos projetos de vida. Assim como, o acesso a níveis mais elevados de escolarização ampliam as experiências e potencializam a complexidade dos projetos de vida. Dentre as experiências educacionais que se deram no contexto escolar, aquelas que desenvolveram hábitos culturais e promoveram a consciência social e ambiental foram importantes. Já aquelas que se deram em outros ambientes de educação e que estabeleceram relação positiva com o projeto de vida dos adultos emergentes, sobressai o envolvimento comunitário de cunho social, político ou religioso que favoreceu o exercício da cidadania. A oportunidade de desfrutar de tais atividades, em diversos espaços de educação, durante o processo de escolarização foi impactante para o desenvolvimento do projeto de vida dos participantes deste estudo, evidenciando que o acesso às mais variadas práticas amplia a visão de mundo, trazendo complexidade aos objetivos pessoais, ao engajamento e à compreensão do seu papel frente às demandas da sociedade.

### **Referências bibliográficas**

- ANDREWS, M. C.; BUNDICK, M. J.; JONES, A.; BRONK, K. C.; MARIANO, J. L.; DAMON, W. *Youth purpose interview, version 2006*. Unpublished manuscript, 2006.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.(2021). Critério de classificação econômica Brasil. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 09 de outubro de 2022.
- ARNETT, J. J.. DUTRA-THOMÉ, L., KOLLER, S. Adulthood emergent: a proposal of a new perspective developmental about the transition to adulthood in Brazil. In: DUTRA-THOMÉ, Luciana {et al.}, (orgs.). *Adulthood emergent in Brazil: a new developmental perspective*

sobre a transição para a vida adulta. São Paulo: Vetor, 2018.

BRONK, K. C. The role of purpose in life in healthy identity formation: a grounded model. In: MARIANO, J. M. (Ed.), *New directions for youth development*, n.132, p.31-44. Cambridge: Jossey-Bass, 2011.

COLBY, Anne (2020). Purpose as a Unifying Goal for Higher Education, *Journal of College and Character*, 21:1, 21-29, DOI: 10.1080/2194587X.2019.1696829

DAMON, W., MENON, J., & BRONK, K. (2003). The development of purpose during adolescence. *Applied Developmental Science* 7(3):119-128.

DUTRA-THOMÉ, L., & KOLLER, S. H. (2014). Emerging Adulthood in Brazilians of Differing Socioeconomic Status: Transition to Adulthood. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 24(59), 313-322. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272459201405>

MORENO MARIMÓN, M., SASTRE, G., BOVET, M., & LEAL, A. (1998). Conocimiento y cambio: los modelos organizadores en la construcción del conocimiento. Barcelona: Paidós.

## **PERFIS SOCIOECONÔMICOS E TRAJETÓRIAS DE LUTAS DA JUVENTUDE EDUCADORA DOS CURSINHOS POPULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **Resumo**

Cursinhos Populares (CPs) são projetos educativos que objetivam preparar a juventude marginalizada para o vestibular e cidadania, mas ainda há poucas pesquisas sobre seus organizadores. O presente estudo teve como objetivo caracterizar os educadores que constroem os CPs do estado de São Paulo para analisar de que forma suas vivências contribuem para a formação da consciência de classe para si. Para isso, foram realizados questionários online, onde participaram 161 educadores de 74 CPs de 27 municípios do estado. Os resultados apontaram que são jovens de 18 a 25 anos, de classe média e ativamente vinculados a universidades públicas os principais atuantes dos CPs. Ainda, 70% dos educadores já possuíam experiências anteriores com educação, especialmente a formal, além de pouco mais da metade já terem realizado atividades voluntárias. A atuação universitária voltada para o Movimento Estudantil representou metade dos respondentes e a participação em movimentos sociais como partidos políticos e coletivos por direitos civis demonstraram a menor procura entre os educadores. Conclui-se que há potencialidade revolucionária da juventude educadora dos CPs, entretanto muitas iniciativas ainda negam formações críticas e acabam por reproduzir as práticas pedagógicas voluntaristas e meritocráticas de cursinhos pré-vestibulares comerciais.

**Palavras-chave:** Cursinhos populares, Ensino Superior e Consciência de classe.

## Resumo expandido

Cursinhos Populares (CPs) são iniciativas elaboradas majoritariamente por uma juventude universitária obstinada na luta pela democratização do acesso ao Ensino Superior (ES). Existentes desde a década de 1950 e dialogando com a Educação Popular, os CPs são voltados ao suporte educacional de estudantes secundaristas ou recém concluintes do Ensino Médio em condições de vulnerabilidade social que buscam se preparar para o exame vestibular (ZAGO, 2008; CASTRO, 2011).

Partindo da leitura de Foracchi (1972) acerca da favorável condição à radicalização da juventude universitária devido ao maior acesso a conhecimentos e reflexões críticas perante os valores tradicionais das sociedades, seria esperada uma homogeneidade de concepções político-pedagógicas entre educadores dos CPs dada sua conexão geracional em prol da redução das desigualdades educacionais do Ensino Superior. Entretanto, Mannheim (1976) já nos antecipou que as juventudes não são progressistas ou conservadoras por si, mas apresentam-se enquanto recursos latentes de acordo com a forma pela qual elas são integradas nas sociedades. Enquanto empreendimentos autogestionados, os CPs encontram-se alheios ao sistema educacional brasileiro embora possuam a peculiaridade de ser um tipo de educação nãoformal que objetiva incluir seus participantes na educação formal. Tais características resultam tanto na dificuldade de mensuração e localização dos CPs quanto na pluralidade organizativa, estrutural e metodológica que, por sua vez, se reflete na ampla gama de possibilidades de vivências entre as juventudes que os compõem.

Por essas razões, a maior parte da bibliografia sobre os CPs é voltada para estudos de caso ou para a caracterização e trajetórias dos educandos, mas ainda há poucos dados acerca dos educadores dos CPs, os responsáveis pela estruturação de projetos político-pedagógicos de natureza emancipatória – que pautam debates públicos sobre cidadania, igualdade de gênero, classe e raça e questionam a inexistência histórica do livre acesso ao Ensino Superior – ou meramente reprodutora de cursinhos comerciais aos grupos mais marginalizados, naturalizando a existência do vestibular, práticas metodológicas mnemônicas e valores meritocráticos e voluntaristas (MENDES, 2011).

Estima-se que existam de 800 a 1200 núcleos de CPs pelo país, sendo apenas o estado de São Paulo responsável por 60% destes (ZAGO, 2008; CASTRO, 2011). Assim, a atual investigação teve como objetivo caracterizar os educadores do estado de São Paulo que atuam em CPs e analisar como as vivências dentro e fora dos mesmos puderam contribuir na elaboração da consciência de classe em si para si (IASI, 2012).

A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários realizados de forma online, através do Google Forms, devido à instituição do isolamento social e para alcançar o maior rol possível de CPs, visto que nem todos têm vínculos institucionais e são facilmente encontrados. A divulgação da pesquisa se deu através da internet, a partir de páginas e emails oficiais de universidades e outras instituições e por busca ativa em redes sociais, como Instagram, Facebook e grupos do WhatsApp. O questionário contou com 50 questões de múltipla escolha e dissertativas e

esteve aberto entre janeiro e abril de 2021. Foram coletadas respostas de 161 educadores de 74 Cursinhos Populares de 27 municípios do estado de São Paulo. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Unicamp (Número CAAE 38298020.5.0000.8142).

Os resultados reforçam a compreensão de que são jovens universitários que estruturam e atuam nos CPs. Foi verificado que 65,4% possuíam de 18 a 25 anos, a faixa etária considerada mais adequada para se realizar o ES. Identificamos que não houve diferença significativa em relação ao gênero. No caso da raça/etnia, os dados mostraram que 73,3% dos participantes eram brancos contra 21,1% de negros, porém, ao considerar a razão entre os que frequentam as IES e os CPs, nota-se que proporcionalmente há mais pretos e pardos que atuam nos CPs do que brancos. Já a renda familiar per capita indica que os extremos (< 1 SM e > 10 SM) são os mais distantes dos CPs, enquanto educadores que têm de 1 a 5 SM somaram 62,1% das respostas, ou seja, as camadas médias demonstram maior solidariedade de classe e disponibilidade de tempo e recursos para se voluntariar nos CPs. Também se verificou que 60% dos educadores dos CPs estavam ativamente vinculados à formação universitária, fosse graduação ou pós-graduação, especialmente em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que representaram 84,3% das respostas.

Em relação às trajetórias de atuação coletiva dos educadores dos CPs, 50,3% dos indivíduos afirmaram ter participado do Movimento Estudantil, principalmente em grêmios estudantis ou centros acadêmicos (59,8%) e Representação Discente (RDs) (22%), ou, seja, 81,5% das mobilizações estudantis foram desenvolvidas localmente. O restante foi realizado em coletivos de direitos civis, Cursinhos Populares, partidos políticos e representações de curso e entidades estaduais e nacionais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE).

No caso dos movimentos sociais, o número de atuantes cai para 41% dentre os educadores de CPs. Neste ponto, a principal forma de atuação foi através de partidos políticos, seguida dos próprios Cursinhos Populares, movimentos feministas ou de mulheres, sindicatos, LGBTQIAP+, terra ou moradia e racial ou étnico.

Já a participação em outras ações foi vivenciada por 55% dos respondentes. As principais foram atividades ligadas à educação ou extensão universitária, mas também tiveram destaque as campanhas de solidariedade e saúde, além de atividades relacionadas a instituições religiosas, ambientalismo, apoio a idosos ou pessoas com deficiências (PCDs), a Cursinhos Populares e direitos civis.

Por fim, dos 161 respondentes, 113 disseram ter tido experiências anteriores com educação para além dos CPs, demonstrando que a sua participação nos mesmos advém de um processo anterior e dialoga com suas próprias perspectivas de vida. Dentre as principais atividades estavam o ensino formal e voltadas a estágios, monitorias ou plantões de dúvidas, além de projetos de extensão universitária e museus, grupos de jovens de instituições religiosas e cursinhos preparatórios para o vestibular (comerciais e CPs).

Dentre os participantes da pesquisa, em todos os tipos de mobilização social há o predomínio do tempo de participação de até 3 anos. Com exceção da atuação no Movimento Estudantil que tem uma abrupta queda na participação acima dos 5 anos, possivelmente pelo

fato de este ser o prazo médio para a conclusão do curso superior, quase um terço (26,4%) dos participantes manifestaram constância em sua atuação, prolongando-a para além dos 5 anos. Em suma, os dados obtidos permitem concluir que a elaboração e manutenção dos CPs do estado de São Paulo depende primordialmente de estudantes universitários jovens, da classe média e que compreendem a desigualdade econômica, social e educacional como algo a ser superado através da ação coletiva. Porém, o potencial de radicalização da consciência de classe é multifatorial e requer formação direcionada e vivências com lutas mais amplas da sociedade, portanto, a mobilização social não se limita aos CPs, mas dialoga com eles, dado que a solidariedade de classe requer o reconhecimento enquanto classe subjugada em si. O fato da atuação nos CPs ter aparecido em respostas de trabalhos voluntários e movimentos sociais evidencia a diversidade de leituras sobre essas iniciativas, debate esse que ainda deve ser aprofundado.

### **Referências bibliográficas**

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2011.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2012.

FORACCHI, Marialice Mencarine. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Pioneira, 1972.

MANNHEIM, Karl. **Funções das gerações novas.** In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice.

**Educação e Sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 91-97, 1976.

MENDES, Maíra Tavares. **Inclusão ou emancipação: um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas.** **Perspectiva,** Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 149-174, jan/jun 2008.

Mariana Gomes Vicente  
Universidade Estadual de Campinas

**AUTOLESÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A MOBILIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM REDE**

Mariana Luz Patez, Programa de Pós-graduação em Educação/UFOP

Leonardo Bis dos Santos, Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades/IFES

## **Resumo**

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de mestrado profissional, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades (IFES) e objetivou o mapeamento da rede de atendimento estabelecida por instituições públicas para o acolhimento e condução dos casos de autolesão sem intenção suicida (ASIS) entre os jovens estudantes do ensino médio da rede estadual. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada no município de Vitória – ES. Por meio das entrevistas em profundidade, elaboramos um caminho orientado pela escuta, notificação e cuidado dos estudantes em situação de violência autoprovocada, do tipo autolesão sem intenção suicida. Para a compreensão do tema, a interpretação do fenômeno foi pautada pela ideia de sofrimento social em Bourdieu, cujo referencial teórico foi construído a partir da discussão sobre o corpo, a adolescência, a intersetorialidade entre a escola e as instituições que compõe a rede para o atendimento dos estudantes e o próprio conceito de autolesão. Como principais resultados encontramos as dificuldades para a realização do trabalho intersetorial, que perpassa pela superação do trabalho intragovernamental na medida em que falta diálogo entre as instâncias em níveis municipais e estaduais. Também evidenciou a necessidade de qualificação entre os profissionais da educação sobre o tema e o desenho de um fluxo para o atendimento.

Palavras-chave: Adolescência; Autolesão sem Intenção Suicida; Corpo, Escola; Intersectorialidade.

## **De onde partimos: a definição da autolesão**

A discussão sobre a autolesão sem intenção suicida (ASIS) data dos últimos vinte anos, no Brasil. Apesar disso, em uma pesquisa rápida na internet é possível encontrar uma infinidade de notícias sobre essa prática entre anônimos e famosos, assim como poemas, músicas, imagens e vídeos sobre a ASIS, cujas abordagens variam desde a troca de informações sobre a execução dos cortes e os cuidados farmacológicos com as feridas até mensagens de superação e apoio.

Adotamos o termo autolesão para aludir à prática de lesionar o próprio corpo, de maneira intencional, controlada e superficial, sem a intenção de provocar suicídio. É uma ação volun-

tária, consciente e planejada. Em uma síntese de diversos autores (SKEGG, 2005; WALSH, 2012; GIUSTI, 2013; ALMEIDA, 2018), Gonçalves, Avanci e Njaine (2020, p. 157) definem o fenômeno como:

[...] complexo e multideterminado que envolve uma série de fatores, os quais não se restringem às características pessoais/psicológicas ou transtornos psiquiátricos, mas engloba questões de ordem social, cultural, familiar, socioeconômica, demográfica e fatores situacionais (eventos de vida adversos) (GONÇALVES, AVANCI e NJAINE, 2020, p.157).

### **Para quem pesquisamos: os objetivos da pesquisa**

O objetivo geral foi construído em torno da possibilidade de estabelecer conexões entre a escola e as instituições públicas e/ou privadas existentes num determinado território, para atendimento dos casos de autolesão entre os estudantes, a partir do mapeamento da rede estabelecida por meio da escuta dos gestores dessas instituições. Assim, foi possível a elaboração de um fluxo que, primeiramente, auxiliasse o manejo desse tipo de violência e, secundariamente, contribua para a prevenção da autolesão a partir do fortalecimento da rede de apoio à escola. Como objetivos específicos avançamos nas discussões acerca do entendimento desse fenômeno e produzimos informações para o fortalecimento da rede e replicabilidade ações que visavam a prevenção dessa violência entre os estudantes.

### **Percurso metodológico**

Adotamos os fundamentos da metodologia qualitativa, dada a complexidade da situação a ser interpretada. Esse tipo de investigação permite ao pesquisador explorar e entender os significados atribuídos pelos entrevistados ao problema social que se apresenta. (CRESWELL, 2007 apud CRESWELL, 2010).

Adotamos como procedimento, entrevistas em profundidade, que permitem desenvolver a temática em investigação ao conferir liberdade de expressão ao entrevistado e garantia do foco pelo entrevistador, justificando a ausência de amostra com rigor estatístico (GIL, 2010). Para tanto, foi concebido um roteiro estruturado e direcionado aos gestores de equipamentos públicos.

Para o mapeamento da rede de atendimento, o *start* foi dado a partir da entrevista com a gestora escolar estadual do território e, sequencialmente, por indicação dela, com gestores de outras instituições. Para os novos entrevistados, foi solicitada a indicação de outras instituições e,

assim, sucessivamente. Essa técnica, conhecida como bola de neve foi escolhida, com o intuito de identificar as instituições que no dia a dia estão mais próximas umas das outras para suportar as demandas advindas do cuidado com o adolescente (VINUTO, 2014).

Para trabalhar um assunto complexo e multicausal como a autolesão, nossa discussão parte do conceito de sofrimento social. Buscamos nas perspectivas teóricas apontadas, especialmente em Bourdieu (1988; 1989) e Kleinman (1978), a compreensão das circunstâncias estabelecidas socioculturalmente que contribuíram para a ampliação do sofrimento entre as pessoas. Na perspectiva bourdieusiana, o sofrimento social está associado aos processos de dominação – seja ele material, seja simbólico – de uma dada sociedade. A violência simbólica é um instrumento central nesse jogo entre dominantes e dominados, e ressalta-se que ela possui características materiais para além da subjetividade. Ele é produto de relações de dominação socialmente construídas, baseadas em vínculos que geram sofrimento. Nesse sentido, Bourdieu (1988; 1989) refere-se ao sofrimento coletivo imposto pela precariedade desses vínculos provocada pela estrutura socioeconômica de uma determinada coletividade. Tal precariedade, que implica relações sociais familiares e afetivas frágeis, é manifestada pelo sofrimento do corpo.

Bourdieu também destaca o papel do neoliberalismo como provocador de sofrimento social. O neoliberalismo visa destruir o Estado social, a mão esquerda do Estado (BOURDIEU, 2001). A mesma ideia é encontrada na definição de Kleinman et al. (1997 apud VÍCTORA, 2011, p. 5): “[...] o sofrimento social resulta do que o poder político, econômico e institucional produz nas pessoas e, reciprocamente, de como essas formas de poder, elas próprias, influenciam as respostas aos problemas sociais”.

### **O que encontramos: os principais resultados**

Concluimos que, apesar de se falar muito em educação socioemocional, efetivamente pouco se tem feito em termos de formação dos profissionais da educação no âmbito das violências autoprovocadas. A escola demonstrou conhecer os equipamentos de rede, entretanto, o diálogo com eles encontra muitas barreiras, o que impede a efetivação de um trabalho coletivo que viabilize a construção de uma rede de atendimento satisfatória aos estudantes e, ao mesmo tempo, considere as especificidades que envolvem a transversalização dos serviços de instâncias diferentes. As iniciativas para reduzir a ausência de informação estruturada acontece com o auxílio de voluntários (professores ou “conhecidos” de algum profissional da escola). Essas parcerias possuem caráter emergencial e frágil e não duram tempo suficiente para pensar ações de longo prazo.

Há fragilidade do trabalho intersetorial entre as instâncias do serviço público em níveis intra e intergovernamental, especialmente no que diz respeito à existência de ações estruturadas para o acolhimento e cuidado dos estudantes com comportamentos autolesivos. Até o final da coleta de dados dessa pesquisa ainda não havia um fluxo estabelecido, específico para autolesão, que orientasse o atendimento dos estudantes e que tenha sido amplamente debatido e consolidado entre os gestores escolares. Cada segmento possui visão fragmentada e trabalha olhando apenas para a sua própria instância limitando as possibilidades de oferta de serviço e ampliação do cuidado.

Revelou ainda a necessidade de formação intencional para os diferentes segmentos de profissionais da educação – professores e equipe gestora. Cada segmento apresenta demanda de qualificação diferente.

O fluxo de atendimento construído para os estudantes estabelece como sequência o exercício de acolher, notificar e cuidar, ou seja, a partir do acolhimento gerado pelo processo de escuta cuidadosa e empática, é realizada a notificação para o sistema de vigilância em violência municipal que insere o estudante na rede de atendimento possibilitando o cuidado.

Publicizar as informações a respeito do encaminhamento e obrigatoriedade de notificação para unidades escolares auxiliará no acolhimento e manejo adequado dos casos e trará robustez ao banco de dados dos sistemas de vigilância de violência. Assim, será possível gerar indicadores que traduzam a realidade dos municípios e estados, subsidiando a tomada de decisão entre os gestores públicos e possibilitando a implementação de políticas públicas que objetivam a prevenção das violências.

## **Referências**

BOUDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: J Zahar, 1988.

BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOUDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2001.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*; tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, A.; AVANCI, J. Q.; NJAINE K. Comunicação on-line sobre autolesão: a perspectiva de adolescentes brasileiros. In: NJAINE, Kathie. Violência na comunicação digital: análise dos discursos e práticas disseminados na internet sobre homofobia, autoperpetuação de violências, cyber dating abuse e cyberbullying. Relatório de pesquisa, 2020.

KLEINMAN, A. Concepts and a model for the comparison of medical systems as cultural systems. *Social Science and Medicine*, v.12, p. 85-95.1978.

VÍCTORA, Ceres Gomes. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v. 5, n.4, p.3-13, dez. 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17376/2/2.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

## **UMA ANÁLISE SOBRE A CULTURA JUVENIL NO NOVO CURRÍCULO PAULISTA PARA O ENSINO MÉDIO**

Marina Barreto Pirani – Unesp Rio Claro

Joyce Mary Adam – Unesp Rio Claro

Guilherme Eduardo Lucas Knappe – Unesp Rio Claro

### **Resumo**

Esta pesquisa advém de uma dissertação de mestrado, e faz parte das discussões do grupo de pesquisa “Jovens, violência e educação – Joveduc”, assim como de um projeto de pesquisa apoiado pela FAPESP na linha Melhoria do Ensino Público, proc. Nº 2020/060549. Para este artigo, pretende-se, à luz da teoria do capital cultural de Bourdieu, refletir se a forma com que a cultura juvenil se apresenta no documento, possibilita com que os jovens do ensino médio paulista possam ter a chance de vivenciar a cultura juvenil nas práticas e dinâmicas escolares. Saber como a legislação entende a cultura juvenil no currículo, nos permite refletir sobre as formas de capital cultural promovidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e consequentemente, as chances de inserção social destes jovens. Foi possível identificar que quando as possibilidades de expressão da cultura juvenil são reduzidas, os jovens acabam tendo maior propensão para se envolver em conflitos e passam a ser considerados como um problema social. É fundamental que a escola seja capaz de incorporar tais considerações relativas à cultura juvenil, a fim de construir seus projetos de vida de maneira a considerar o que os jovens

desejam e não o que a escola deseja para os jovens.

## **Introdução**

Esta pesquisa advém de uma dissertação de mestrado, e faz parte das discussões do grupo de pesquisa “Jovens, violência e educação – Joveduc”, assim como de um projeto de pesquisa apoiado pela FAPESP na linha Melhoria do Ensino Público. A dissertação propôs a ampliar a discussão a respeito das possibilidades da juventude na sua formação, construção do projeto de vida e inserção no mercado de trabalho, tendo como objeto de estudo o módulo “Projeto de Vida” da rede estadual de São Paulo.

Neste artigo, pretende-se, à luz da teoria do capital cultural de Bourdieu, refletir se a forma com que a cultura juvenil se apresenta no documento, possibilita com que os jovens do ensino médio paulista possam ter a chance de vivenciar a cultura juvenil nas práticas e dinâmicas escolares. Saber o que se apresenta como cultura juvenil no currículo, nos permite questionar sobre as formas de capital cultural promovidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e conseqüentemente, as chances de inserção social destes jovens. Isso é importante, pois traz luz à formação educacional dos jovens, que enquanto indivíduos que sofrem influências diretas do modelo educacional vigente, possuem características e atributos inerentes às suas próprias individualidades, muitas vezes, desconsideradas por este sistema.

## **Cultura e Capital Cultural**

Cultura para Bourdieu é um bem simbólico acumulativo, que possui valor econômico e social agregado, e materializa-se através da arte, da ciência, dos costumes etc. “A palavra cultura, para Bourdieu, aparece como indissociável dos efeitos da dominação simbólica e terá um lugar importante em sua obra como elemento de luta entre os sujeitos nos diferentes campos pela demarcação de posições sociais distintas” (Cunha, 2007, p. 507).

A cultura aparece como um bem que pode sancionar a condição de herdeiros, uma vez que o acesso à cultura e a aquisição desta entre os grupos sociais distintos conferem aos mais privilegiados um poder real e simbólico que os habilita a apresentar não somente os melhores desempenhos escolares, como também uma relação de naturalidade e de intimidade com as práticas sociais e culturais mais valorizadas socialmente (Setton, 2005, p. 80, 81).

O conjunto acumulado dos bens culturais transmitidos pela família em um primeiro momento, e pela escola em um segundo, se transformam em capital cultural, que passa a ser considerado como um recurso estratégico, permitindo para aqueles que o possuem em maior quantidade, um melhor desempenho escolar, pois, facilita a aprendizagem de conteúdos e códigos que a escola veicula, enquanto para aqueles desprovidos de capital cultural, a escola contribui para

acentuar as desigualdades, pois o indivíduo não se reconhece atrelado a tais valores (Cunha, 2007).

No seu estado incorporado, tem relação com a acumulação mais ligada ao corpo, exige incorporação, um custo pessoal que implica no investimento de tempo, de trabalho de inculcação e assimilação. No estado objetivado, está relacionado aos bens culturais transmitidos pela propriedade jurídica, como pinturas, livros, instrumentos, obras de arte, etc. (Bourdieu, 2007). No estado institucionalizado, consolida-se através dos títulos e certificados escolares, transformando-se numa espécie de capital cultural adquirido, tido na forma de qualificações acadêmicas, e reconhecido pelo coletivo (Bourdieu, 1986).

## **Resultados e análise dos dados**

Os dados foram coletados através da análise documental do Novo Currículo Paulista, presente na Deliberação CEE Nº 186/2020, e posteriormente sistematizados utilizando como instrumento a Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1977).

Na literatura, o termo “cultura juvenil” pode estar atrelado a diversas situações e comportamentos sobre os quais os jovens agem e se posicionam nos meios sociais (Pais, 1990).

Por cultura juvenil, em sentido lato, pode entender-se o sistema de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais [...] temos contudo de admitir que esses valores serão mais ou menos prevaletentes e diferentemente vividos segundo os meios e as trajetórias de classe em que os jovens se inscrevem (Pais, 1990, p. 163).

No documento analisado, a cultura juvenil é vinculada ao desenvolvimento de competências e habilidades como a sensibilidade, a imaginação e a criatividade, mas de forma a ser apenas um condutor na aquisição destas. A expressão da cultura juvenil, seria estimulada por meio da unidade temática “Dança”, na qual os estudantes têm como objetivo “[...] reconhecer a dança como um fenômeno sociocultural [...] trazendo danças que fazem parte da cultura juvenil como parte do contexto do estudante” (São Paulo, 2020, p. 115).

Todavia, quando se considera que apenas a dança é suficiente para expressar a cultura juvenil, se limitam as possibilidades de abarcar a multiplicidade de expressões que a juventude traz consigo e que se materializam de outras maneiras, tão relevantes quanto a dança, como forma de resistência política, social e cultural. Na prática, a cultura do jovem deve ser trazida para o espaço escolar não somente através da dança, mas por meio das diversas expressões artísticas e culturais e das formas de se relacionar, nas quais os jovens se engajam e constroem juntos novos significados para a cultura juvenil, desde que isso faça sentido para eles.

Como objeto de conhecimento no campo da Filosofia, deve tratar sobre “A renovação cultural, ética, valores e cultura juvenil”, enquanto no campo da História, abordam-se “Os valores

construídos pela cultura juvenil: as vanguardas culturais e as novas concepções políticas”, demonstrando um alinhamento importante das questões a serem trabalhadas com os jovens (São Paulo, 2020, p. 115).

Considerar que é papel da educação formal promover conhecimentos relacionados também à cultura “legítima” é necessário, pois é a “[...] cultura garantida pelo Estado – instância que legitima os títulos da cultura validados pela distribuição dos diplomas por meio da escola, em seus diferentes níveis” (Marteleto, 2017, p. 35). O contato do jovem com a cultura legítima durante a formação educacional, influencia diretamente em quem este é e em quem este pode vir a ser, por isso, sua relevância enquanto um conteúdo que deve ser perseguido pela escola em seus processos.

Os indivíduos capazes de produzir, reconhecer, apreciar e consumir bens culturais tidos como superiores teriam maior facilidade para alcançar ou se manter nas posições mais altas da estrutura social. A ideia é de que esses indivíduos teriam melhores condições de ser bem-sucedidos no sistema escolar, no mercado de trabalho e mesmo no mercado matrimonial, ou seja, nas principais instâncias em que se disputa e se decide a posição social futura dos indivíduos (Nogueira e Nogueira, 2009, p. 36).

Entretanto, no caso dos mais pobres, o cenário no qual se encontram influencia incisivamente nas oportunidades de contato com os bens culturais e nas formas de expressão destes sujeitos.

No caso dos jovens pobres, não faltam apenas educação, emprego e saúde. Também faltam acesso ao lazer e ao consumo de bens culturais. Estes jovens muitas vezes acabam forjando suas próprias expressões culturais pelo pouco que podem fazer com os recursos e as oportunidades que têm (Catani e Giglioli, 2008, p. 68).

Portanto, quando as possibilidades de expressão da cultura juvenil são reduzidas, os jovens acabam tendo maior propensão para se envolver em conflitos. Quando carentes de habitação, emprego e vida afetiva, acabam envoltos em uma série de problemas, mas, além disso, passam a ser identificados como o próprio problema social, seja nas situações de inserção profissional, na escola, ou mesmo na participação social (Pais, 2003).

A cultura juvenil que se apresenta hoje, especialmente no espaço escolar, traz como um de seus traços principais o reflexo da conturbada relação entre o desemprego e a inserção no mercado de trabalho informal, e a nova forma de organização curricular tem contribuído para ampliar esse problema.

Tal cultura deveria relacionar-se à possibilidade de expressão dos jovens, pela linguagem, expressão artística e musical construída por este, sem preconceitos de classe, cor, gênero, etc., ou de modelos impostos e classe social. Como um capital cultural, seria a possibilidade de a mesma ganhar um relevo e um reconhecimento como fator importante na inserção social. Por este motivo, é relevante que o currículo, assim como as práticas desenvolvidas no ambiente de aprendizagem, compreenda quais são as experiências comuns para estes jovens, o que os

une e os separam, assim como entender a maneira como estes se organizam. É fundamental que a escola seja capaz de incorporar tais considerações relativas à cultura juvenil, a fim de construir seus projetos de vida de maneira a considerar o que os jovens desejam e não o que a escola deseja para os jovens.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001”.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport, CT: Greenwood, 1986. Disponível em:

<<http://www.socialcapitalgateway.org/sites/socialcapitalgateway.org/files/data/paper/2016/10/18/rbasicsbourdieu1986-theformsofcapital.pdf>>. Acesso em: 25 Outubro 2020.

BOURDIEU, P. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação**. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. D. S. P. **Culturas Juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Unesp, 2008.

CUNHA, M. A. D. A. O conceito de “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, Florianópolis, 25, 2007. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 25 ago 2022.

MARTELETO, M. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, R. M. (.); PIMENTA, M. (.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4952291/mod\\_resource/content/1/pierre\\_bourdieu\\_ebook.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4952291/mod_resource/content/1/pierre_bourdieu_ebook.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2022.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. XXV, 1990. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 25 Abril 2021.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. 2ª. ed. Lisboa: INCM, 2003.

SÃO PAULO. **Deliberação CEE 186/2020**. Conselho Estadual de Educação. São Paulo. 2020.

SETTON, M. D. G. J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educação e Sociedade**, Campinas, 26, 2005. Disponível

em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/jrWqqQFjcdcwZrZxDz7wNcD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 26 ago 2022.

## **“SOMOS POBRES, NÃO SOMOS BURROS”: VOZES EMBARGADAS DE JOVENS CONCLUINTES DO NEM EM UMA ESCOLA ESTADUAL PILOTO DA FRONTEIRA DO RS**

Nara Rosane Machado de Oliveira – UFSM/RS

Nara Vieira Ramos – UFSM/RS

**Resumo:** Este trabalho apresenta parte dos dados de uma pesquisa de doutorado, tem como objetivo compreender como os jovens vivenciaram o “novo” ensino médio em uma escola-piloto da rede pública estadual, de um município de campanha e fronteira do RS. Foram sujeitos da pesquisa quatorze jovens estudantes com idades entre 17 anos e 22 anos, que vivem nas periferias do referido município e foram concluintes do ensino médio no ano de 2023, tendo em sua trajetória de formação básica uma escola pública e piloto do RS no percurso de implementação do “novo” ensino médio. Trata-se de uma pesquisa social, qualitativa, do tipo estudo de caso. Como instrumentos foram utilizadas rodas de diálogos, questionário e entrevistas. As vozes juvenis ecoaram fortes durante as discussões sobre o suposto “novo” ensino médio, verbalizando seus incômodos, percepções e prejuízos como cidadãos que se sentiram enganados sob o engodo de uma liberdade de escolha e “novas” possibilidade de educação que se dizia melhor, concluindo dentre outras coisas que como jovens pobres da escola pública foram desconsideradas as dificuldades materiais, emocionais e consequências da COVID-19; que lhes foram retiradas oportunidades importantes sobre os conhecimentos produzidos pela humanidade, bem como sentiram-se em desvantagem formativa em consideração aos estudantes das redes privadas para ingresso tanto no nível superior quanto no mundo de trabalho.

**Palavras-chave:** Juventudes. Novo Ensino Médio. Escola Piloto.

Compreendendo que a Lei 13.415/2017, que instaura o “novo” ensino médio, sendo a mais atual norma legal a fazer mudanças e prescrições na etapa de educação do Ensino Médio, onde foram abertas uma diversidade de possibilidade de vários itinerários educativos, de norte a sul do Brasil, com o objetivo, em tese, de inserir o ensino médio nas tendências mundiais de diversificação dessa etapa da educação básica, com vistas ao atendimento de diferentes perfis da juventude brasileira, neste trabalho entendida como categoria histórica e social considerando suas múltiplas dimensões, sua heterogeneidade de classe, gênero, cor, credo, (Carrano, 2000), entendemos que justamente os jovens a quem se destina não tiveram suas vozes representadas,

nem seus anseios atendidos. Com as atuais alterações do ensino médio em curso desde do ano de 2018, de forma desigual de Estado para Estado da Federação, com a pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e suas consequências, sobretudo para área educacional e pública, já é possível averiguar, de acordo com o Pnad Educação, somente no ano de 2022, que cerca de 40% dos jovens com idades compreendidas entre 15 anos e 24 anos, necessitaram deixar os estudos para ingressar no mercado de trabalho sem maiores perspectivas.

Desta forma ao considerar nas trajetórias dos jovens estudantes, público-alvo do ensino médio as suas juventudes, suas identidades juvenis e o seu estar no mundo (Freire, 2014) é também compreender que esses jovens trazem consigo uma história de vida entrelaçada por diversidades constituídas desde sua origem familiar, suas vivências sociais, suas relações ou não com algumas violências e projeções desiguais de oportunidades. Uma juventude que se constitui de jovens múltiplos em suas vivências, experiências e construções de suas identidades. Um caminho de muitas buscas, encontros, enganos, alegrias, desencantos, sonhos, objetivos e projetos.

Assim, tendo como foco as juventudes constituídas em uma escola pública piloto de um município de campanha e fronteira do RS, este trabalho tem como objetivo compreender como os jovens vivenciaram a implementação do “novo” ensino médio em uma escola-piloto da rede pública estadual, de um município de campanha e fronteira RS. Apresenta-se como uma pesquisa social (Minayo, 2016), qualitativa (Creswell, 2007), do tipo estudo de caso (Ludke; André, 2017), desenvolvida a partir de rodas de diálogos (Ribeiro; Lânes, Carrano, 2005; Afonso & Abade, 2008), momento em que os jovens organizados, ora em pequenos grupos, ora no grande grupo construíram as discussões, com a escuta sensível (Barbier, 2002) da pesquisadora e sempre subsidiados por informações relativas ao processo de implementação do novo ensino médio, com falas de outros jovens brasileiros, com dados relacionados ao número de matrículas, evasão e abandono escolar no Brasil e na sua própria escola, com documentos oficiais, bem como as notícias sobre o movimento pela revogação do novo ensino médio e movimento pela manutenção e defesa do mesmo. Foram seis rodas de diálogo, que aconteceram uma vez por semana em duas horas aula cedidas no componente curricular de “projeto de vida”. Ao final de cada uma das rodas de diálogo os trabalhos e discussões foram avaliados pelos jovens, possibilitando ajustes no percurso de construção da próxima roda que ao ser iniciada retomava as discussões anteriores. Foram participantes quatorze jovens estudantes, da escola pública e piloto, com idades entre 17 anos e 22 anos, que vivem nas periferias de um município da região da campanha e fronteira do RS; sendo concluintes do ensino médio em dezembro de 2023. Dentre os jovens participantes, dois matricularam-se na etapa do ensino médio no ano de 2020, tendo abandonado por causa da COVID-19, retomando seus estudos no ano de 2021 juntamente com os demais participantes. Como instrumentos de construção dos dados foram usados questionários (Gil, 2002) para levantamento do perfil dos participantes, e ao final foram realizadas quatro entrevistas (Gil, 2002) como forma de aprofundar alguns dos dados.

Dentre algumas constatações ficam muito marcadas nas vozes dos jovens a falta de escuta direta de suas demandas reais, pois compreendem que mesmo tendo alguns espaços

de fala, situação que foi vivenciada pelos sujeitos dessa pesquisa, suas vozes não são ouvidas. Sentiram-se enganados com as falácias anunciadas pelo Ministério da Educação, em mídias coloridas e que faziam uso da imagem do jovem brasileiro diverso, quando anunciavam que suas vidas escolares iriam mudar para melhor com redução de conteúdos e inclusão de escolhas que lhes encaminharia a um crescimento cidadão, trazendo-lhes liberdade e aprofundamentos conceituais e profissionais que lhes possibilitaria ir com segurança e determinação tanto ao mundo do trabalho quanto à formação acadêmica de nível superior. Com vozes embargadas de muita angústia e ansiedade perceberam que ao final do percurso de três anos de novo ensino médio, sob impactos da COVID-19, perdas de familiares e amigos, falta adequada de acesso a conteúdos e materiais escolares, como jovens pobres da escola pública e piloto, não estavam preparados nem para o mundo do trabalho, nem para ingresso imediato na universidade, sequer para auferirem outros sonhos e objetivos como participar de concursos públicos para cargos militares e outras profissões.

Ao serem ouvidos e compreenderem as mudanças curriculares que a etapa do ensino médio havia sofrido, perceberam que sua trajetória nessa etapa já havia sido prejudicada de forma séria, que para eles estudantes dos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 momento em que se formaram as últimas turmas que vivenciaram a escola piloto, seus caminhos profissionais e acadêmicos futuros demandarão outros cursos, em sua maioria privados e aos quais muito poucos tem acesso. Houve a percepção de que muitos dos itinerários formativos oferecidos poderiam ser remanejados e até mesmo compilados em um único, possibilitando espaço na carga-horária para que os conhecimentos construídos pela humanidade nas diversas áreas do conhecimento pudessem ser melhor desenvolvidos, uma vez que muitos desses lhes foram retirados, a exemplo de química, física, biologia e outros. Na fala dos jovens que foram participantes dessa pesquisa e sujeitos passivos da reforma do ensino médio (2018) ficam os alertas aos malefícios formativos causados aos jovens estudantes da escola pública e uma espécie de motivação a cada um de nós educadores, para que lutemos pela revogação do novo ensino médio.

## Referências

- AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.
- BARBIER, R. Escuta sensível na formação de profissionais de saúde. **Anais** da Conferência na Escola Superior de Ciências da Saúde - FEPECS, SES-GDF, Brasília, DF, Brasil, 2002. Disponível em: <https://doceru.com/doc/1s5e8sn>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- CARRANO, P. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Revista Movimento**, Rio de Janeiro, nº 1, 2000. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32415>. Acesso: 17 ago. 2019.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana Oliveira da Rocha, 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

- DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 24, dez. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>  
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf>.  
Acesso em: 27 dez. 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2017.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXV (105-106), 1990 (1. °, 2. °), 139-165. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- RIBEIRO, E.; LÂNES, P.; CARRANO, P. **Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas - relatório final – novembro de 2005**. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/juventude-brasileira-e-democracia-participacao-esferas-e-politicas-publicas-relatorio-final/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

## **O ANEL DE TUCUM: juventudes e religião popular**

Ronaldo Guimarães Santos

PUC GO – Pontifícia Universidade de Goiás

Co – autor: Flávio Munhoz Sofiati

UFG – Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este estudo analisa o anel de tucum, um símbolo de mística e compromisso com as causas sociais e a religião popular, bem como as juventudes, agentes de transformação social. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico que permeia a misticidade que esses elementos simbolizam. O anel de tucum vem do tucumã, que é uma planta sagrada para os povos indígenas da região Amazônica, o anel é considerado como um símbolo de sua cultura, ancestralidade e espiritualidade. A religião popular traz consigo o anel de tucum, que é frequentemente usado como um gesto de fé, resistência e compromisso com as causas sociais. Ele é usado por pessoas de diferentes religiões, incluindo católicos, evangélicos, espíritas e umbandistas. As juventudes leigas são segmentos importantes da população brasileira. No contexto da religião popular, a juventude tem um papel fundamental, de manter vivas as tradições religiosas, por promover a participação na vida das comunidades e por contribuir para a renovação da cultura popular. As juventudes são importantes na condução desse símbolo por assumirem um papel fundamental nas comunidades. Elas também representam a diversidade e a resistência da religião popular brasileira.

**Palavras-Chave:** Anel de Tucum; Juventudes; Religião Popular; Amazônia.

Objeto da Pesquisa:

Na religião popular, o anel de tucum pode desempenhar papéis variados. Em algumas tradições, ele é utilizado como um amuleto ou talismã, acreditando-se que possui propriedades protetoras contra energias negativas e malefícios. É comum que o anel de tucum seja associado a rituais e cerimônias religiosas, onde sua presença é vista como um símbolo de conexão com forças espirituais e divinas.

Para as Juventudes, o anel de tucum representa um compromisso com a justiça social e a defesa de vários seguimentos, sendo o meio ambiente um dos compromissos mais atuais das juventudes. Ele é um símbolo de esperança e resistência, que inspira essas juventudes a lutar por um mundo mais justo e sustentável. O anel de tucum é um símbolo importante para as juventudes brasileiras. Ele é um lembrete de que as juventudes têm um papel fundamental na construção de um outro mundo possível mais justo, igualitário, sustentável e mais humano.

A confecção e o uso de anéis muitas vezes estão imersos em significados simbólicos, representando a espiritualidade, a proteção e a conexão com as tradições ancestrais. Essa prática é um reflexo da rica diversidade cultural e religiosa presente no Brasil, onde diferentes comunidades valorizam e perpetuam suas crenças por meio de objetos simbólicos como o anel de tucum. Além disso, é comum que o anel de tucum seja associado a seguidores da Teologia da Libertação, é visto como um símbolo de aliança com os mais necessitados.

Essa relação entre o anel de tucum e a religião popular evidencia a maneira como objetos simples da natureza podem adquirir significados profundos e serem integrados às práticas espirituais, agregando valor simbólico e espiritual à vida cotidiana das pessoas. Essa prática é um reflexo da rica diversidade cultural e religiosa presente no Brasil, onde diferentes comunidades valorizam e perpetuam suas crenças por meio de objetos simbólicos como o anel de tucum.

Em geral, um anel, como todos sabem, é um símbolo universal e um objeto simples, mas com um significado profundo. Ele é um círculo, uma forma que representa a eternidade, a unidade e a perfeição. Os anéis são usados há milhares de anos, em todas as culturas do mundo. Eles são usados como ornamentos, como símbolos de status, como amuletos de proteção e como sinais de amor e compromisso. Os anéis são usados como ornamentos desde a pré-história. Eles eram feitos de materiais simples, como pedra, madeira ou osso (Durant, 1935). Com o tempo, os anéis começaram a ser feitos de materiais mais preciosos, como ouro, prata e diamantes.

Os anéis são usados em todos os dedos, mas os mais comuns são os anéis de noivado e casamento, que são usados no dedo anelar da mão esquerda. Os anéis também são usados como símbolos de status. Os anéis de ouro e diamantes, por exemplo, são considerados símbolos de riqueza e

poder. Na Idade Média, os anéis eram usados por cavaleiros como símbolo de sua posição social. Os anéis também eram usados por membros da realeza e da nobreza como símbolo de seu status (Durant, 1935).

O anel é o símbolo mais comum do amor e do compromisso entre duas pessoas. O anel de noivado é um presente dado pelo noivo à noiva para simbolizar seu amor e compromisso de casamento. O anel de casamento é um símbolo do amor e da união do casal. O anel é usado por ambos os cônjuges para simbolizar seu compromisso um com o outro. O significado do anel pode variar de acordo com a cultura e a tradição. No entanto, em geral, o anel é um símbolo de eternidade, unidade, perfeição, status, proteção, amor e compromisso. O anel é um objeto simples, mas com um significado profundo. Ele é um símbolo que une pessoas de diferentes origens e culturas (Certeau, 1982).

O Anel de Tucum tem o seu devido significado e Religiosidade para as juventudes. Esse pequeno adorno circular, também transcende sua singeleza e simplicidade para se tornar um símbolo poderoso de proteção e conexão espiritual. A essência desse anel é originário da semente da palmeira de tucumã, conhecida popularmente como Tucum e cientificamente como *Bactris setosa*, esta planta pertence à família das *Arecaceae* e ocorre na Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Brasil (Didonet; Ferraz, 2012).

O Anel vem de uma palmeira nativa do norte do Brasil, podendo ser encontrada no Acre e no Amazonas com distribuição restrita ao Vale do Juruá. Para os povos da floresta, o tucum sempre foi considerado uma planta muito leal e de muita utilidade por estar sempre por perto, sendo utilizada para várias finalidades. As sementes são normalmente dispostas em um padrão circular, criando uma aparência texturizada e orgânica. Os anéis podem variar de tamanho, alguns cobrindo apenas uma parte do dedo, enquanto outros são maiores e abrangem todo o dedo (López, 1999).

Esta joia da natureza é mais do que um simples artefato; é um amuleto que carrega consigo um legado de significados profundos e uma reverência à interligação entre a natureza e o sagrado. “Kuairü mbokaja” significa, em guarani anel de tucum: mbokaja = tucum, kuã = dedo, irü = companheiro. Com a força simbólica da língua indígena guarani, o anel é o companheiro do dedo.

Na vida, sempre há uma causa para defender e as sementes para reutilizar, ela também é utilizada para confecção de instrumentos musicais regionais (maracás), de artesanatos e na confecção do Anel de Tucum. Um anel preto que representa um sinal de compromisso, de quem o usa, com a “Igreja dos Pobres”, como sinal da aliança com a causa indígena e com as causas populares. Também é um símbolo de solidariedade de pessoas que lutam e se engajam em movimentos sociais.

A simplicidade da sua criação, derivada da própria semente do tucumã, confere ao Anel uma aura de autenticidade e ligação com a terra. Moldado pelas mãos habilidosas de artesãos e carregando consigo os mistérios da natureza, pois, cada anel de tucum conta a história do seu próprio ciclo de vida, desde a semente até sua forma final. Hoje, os anéis de tucum estão ampliando o seu sentido simbólico. Representam o sonho de Deus, o mundo justo, fraterno e solidário com que nós também sonhamos, a “Yvy marane’y” –Terra sem mal– dos Guarani (Gonzaga, 2005).

O anel de tucum simboliza o compromisso que assumimos para criar um grande e forte laço de solidariedade rodeando toda a humanidade. Usar um simples anel de tucum lembra-nos o compromisso solidário com a vida dos pequeninos, sejam quais forem e estejam onde estiverem (López, 1999). Na vastidão das tradições religiosas e espirituais, o anel de tucum adquire distintos significados. Nas práticas das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, ele se revela como um guardião, um defensor contra energias negativas e uma ponte para a conexão com as forças da natureza. Sua presença em cerimônias e rituais ressoa com a busca pela purificação e equilíbrio espiritual.

Além de sua funcionalidade protetora e mística, o anel de tucum é um símbolo de continuidade, um ciclo completo representado em sua forma circular. Ele evoca a ideia de renovação, lembrando-nos da constante transformação da vida e da conexão entre os ciclos naturais e os ciclos espirituais. Ele foi criado originalmente pelos povos indígenas da Amazônia como uma forma de expressão cultural e identidade. Atualmente, o anel de tucum é popular em todo o Brasil e no mundo. Ele é usado por pessoas de todas as origens, como uma forma de celebrar a cultura e a natureza da Amazônia.

No período da escravidão, o anel de tucum também se tornou um símbolo de resistência e esperança para os escravos (Quadros, 2001). Na época do Império, quando o ouro era usado em grande escala entre os opressores, principalmente nos anéis, os negros e os indígenas, não tendo acesso ao ouro, criaram o Anel de Tucum como símbolo de pacto matrimonial, de amizade entre si e de resistência contra a opressão do estado e das elites.

No filme *O Anel de Tucum*, Dom Pedro Casaldáliga fala: “Este anel é feito a partir de uma palmeira da Amazônia. É sinal da aliança com a causa indígena e com as causas populares. Quem carrega esse anel significa que assumiu essas causas. E, as suas consequências. Você toparia usar o anel?” Por trás dessa frase convidadíssima que o Bispo de São Félix do Araguaia fez ao jornalista que o estava entrevistando, está um compromisso com as pessoas menos favorecidas dentro dessa sociedade contemporânea.

A profundidade simbólica do Anel de Tucum transcende as fronteiras das crenças individuais, tornando-se um elo comum entre aqueles que buscam a proteção, a conexão espiritual e a harmonia com a natureza. É a representação tangível de como algo tão modesto pode carregar consigo a grandeza da espiritualidade e a magia da simplicidade da natureza. O anel de tucum também é um símbolo da Amazônia. A palmeira tucum é uma planta nativa dessa região e o anel é feito das sementes dessa planta.

O Anel de Tucum é mais que um adorno, é um testemunho da nossa conexão com a terra, a espiritualidade e com a Religião Popular, um símbolo da nossa busca por proteção espiritual e um lembrete constante da beleza e poder contidos nos elementos mais simples da natureza. O anel de tucum é visto como uma forma de celebrar a cultura e a biodiversidade da Amazônia. O anel é também um lembrete da importância de proteger a Amazônia e os seus povos.

## Objetivos

Análise da simbologia, mística e história do Anel de Tucum.

Descrever o Anel de Tucum no uso diário das juventudes; Informar o quanto o Anel de Tucum é importante para as juventudes que professam religião; Entender e Sistematizar um pouco sobre as juventudes que usam o Anel de Tucum ressignificando a religião popular.

## Forma de abordagem do problema

Será através de pesquisa bibliográfica que a seguinte pergunta básica será respondida: a espiritualidade que as juventudes que usam o Anel de Tucum é a espiritualidade libertadora e popular?

Principais resultados: Trará conhecimento de um objeto atualmente bem usado pelas juventudes, que saberão o seu significado e qual a espiritualidade que o Anel de Tucum ressignifica através das religiões e povos que o tornaram visível e popular entre as juventudes.

## Referências

- BRANDÃO, Carlos R. *Os Deuses de Itapira: um estudo sobre a religião popular*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – SP, 1979.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DIDONET, A. A.; FERRAZ, I. D. K.. *O comércio de frutos de tucumã (Astrocaryum aculeatum G. Mey - ARECACEAE) nas feiras de Manaus (Amazonas, Brasil)*. Acta Amazonica, 2012, p. 115-121.
- DURANT, Will. *História do Mundo*. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento. São Paulo: Editora Nacional, 1935.
- GOMES FILHO, Robson R. *O sagrado manipulado: o movimento de santa dica e sua relação com a igreja católica*. Revista caminhos, Goiânia, n. 2, p. 281-310, jul./dez. 2009.
- GONZAGA, Agnaldo Divino. *Anel de Tucum: a missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.
- LOPES, Leandro Alves; SOUZA NETO, João Clemente de; SCHWARTZ, Rosana M.P.B. *“O anel de Tucum”*: um filme que sintetiza uma pedagogia e uma teologia da libertação no Brasil. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.9, p. 62212-62231, sep., 2022.
- LÓPEZ, Fernando. *Kuairü mbokaja – anel de tucum – O sonho de Deus: um laço-abraço*

de solidariedade rodeando toda a humanidade! In: LÓPEZ, Fernando. *A espiritualidade da solidariedade*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 103-117.

OTTEN, Alexandre H. *Só deus é Grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. Edições Loyola, São Paulo – SP, 1990.

QUADROS, Eduardo. *Hereges e Holandeses*. In BRANDÃO, Silvana. (org.). *História das Religiões no Brasil*. Recife. Universitária – UFPE, 2001.

SILVA, Maria A. *Biojoias: uma tendência sustentável*. Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2023.